

**A GEOGRAFIA DOS CONFLITOS TERRITORIAIS NO
SEMIÁRIDO BRASILEIRO**

JOSÉ CARLOS DANTAS

Presidente Prudente – SP
Dezembro de 2021

Programa de Pós-Graduação em Geografia

Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico

Linha de Pesquisa: Trabalho, saúde ambiental e movimentos socioterritoriais

JOSÉ CARLOS DANTAS

**A GEOGRAFIA DOS CONFLITOS TERRITORIAIS NO SEMIÁRIDO
BRASILEIRO**

Orientador:

Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como exigência para obtenção do título de Doutor em Geografia.

D192g Dantas, José Carlos
A geografia dos conflitos territoriais no semiárido brasileiro / José Carlos Dantas. -- Presidente Prudente, 2021
286 f. : il., tabs., fotos, mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente
Orientador: Carlos Alberto Feliciano

1. Geografia. 2. Geografia agrária. 3. Semiárido brasileiro. 4. Conflitos territoriais. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: A GEOGRAFIA DOS CONFLITOS TERRITORIAIS NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

AUTOR: JOSÉ CARLOS DANTAS

ORIENTADOR: CARLOS ALBERTO FELICIANO

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em GEOGRAFIA, área:
Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO (Participação Virtual)
Departamento de Geografia / Unesp/FCT - Câmpus de Presidente Prudente

A handwritten signature in dark ink, reading "Carlos Alberto Feliciano", is positioned to the right of the text identifying the professor.

Prof. Dr. EDUARDO PAULON GIRARDI (Participação Virtual)
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente

PROFESSOR DOUTOR MARCO ANTONIO MITIDIERO JUNIOR (Participação Virtual)
Departamento de Geociências / UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

PROFESSOR DOUTOR GUIOMAR INEZ GERMANI (Participação Virtual)
Departamento de Geografia / UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Profa. Dra. ALEXANDRA MARIA DE OLIVEIRA (Participação Virtual)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFCE

Presidente Prudente, 15 de dezembro de 2021

Dedico este trabalho a todos os povos que vivem no semiárido brasileiro. A nossa luta nos levará à sociedade justa que vislumbramos.

Dedico também à Comissão Pastoral da Terra (CPT). A história e práxis dessa pastoral me inspiram a transformar o mundo a cada dia.

AGRADECIMENTOS

Escrever agradecimentos é, para mim, tão difícil quanto escrever a própria pesquisa e, ao mesmo tempo, tão prazeroso quanto. Os agradecimentos são a prova fidedigna de que uma pesquisa jamais poderá ser desenvolvida sozinha. E essa pesquisa, da maneira como foi desenvolvida, em hipótese alguma poderia ser realizada sem a ajuda de dezenas de pessoas.

Inicialmente agradeço a Deus. Ao longo do tempo passei a ter outra percepção do seu significado. Deus não está acima de todos, mas ao lado de todos. O Deus dos pobres, daquelas pessoas que sofrem diariamente com as diversas formas de violência. É no Deus do povo que eu acredito.

Em segundo lugar agradeço a toda minha família, sobretudo minha mãe e meu pai. Sempre tive apoio para estudar, desde a graduação, e isso foi fundamental para que eu conseguisse finalizar esse ciclo de dez anos. O apoio da família nos fornece uma base para desligarmos a chave do ambiente acadêmico e aproveitar os momentos com as pessoas que são importantes para nós. Assim também são os nossos amigos e amigas, a quem também agradeço. E esse apoio é muito importante quando estamos longe de casa.

Durante quase quatro anos estive em Presidente Prudente cursando o doutorado, bastante distante de casa. É imprescindível ter pessoas para nos auxiliar durante o tempo em que vivemos no local do nosso curso. E eu tive a sorte de contar com muita gente que me acolheu e me ajudou durante o tempo que morei em Presidente Prudente. A começar pelo meu orientador.

O meu orientador me acolheu desde o momento que me mudei para Presidente Prudente. E foi um acolhimento para além do âmbito acadêmico apenas. Sempre pude contar com o professor Carlos Alberto Feliciano (Cacá) para diversas coisas durante o período que residi em Presidente Prudente. Sempre estive aberto para debater questões relativas à pesquisa e desde o início aceitou o desafio de desenvolver essa pesquisa junto comigo. Muito obrigado, Cacá, por todos os ensinamentos e momentos que compartilhamos ao longo desses quase quatro anos. Você não desempenhou apenas o papel de orientador, mas também você foi um amigo.

E por falar em amizade esse foi o principal motivo de eu ter escolhido vir para Presidente Prudente cursar o doutorado. O fato de ter várias amigas e amigos foi

determinante para eu fazer o curso na UNESP, já que seria mais fácil de me adaptar tendo várias pessoas queridas próximas a mim para me relacionar.

Agradeço, primeiramente, as amigas da República Cazamiga, que me acolheram durante as primeiras semanas que estive em Presidente Prudente. Considero essa a minha primeira morada aqui. Agradeço imensamente à Victória Batista, Bianca Ornelas e Ivy Kobayashi pela recepção e, principalmente, à Carolina Simon (Carol) por ter aberto as portas para mim no momento que cheguei e ter me aguentado durante essas semanas.

Em seguida agradeço à Lisbet Jucá e Ana Terra com quem dividi moradia durante mais de um ano. Foram muitos aprendizados que obtive nesse período, além de vários momentos especiais que tivemos durante nossos cafés da manhã e almoços, os quais levarei para o resto da vida. E também agradeço a Robinson Piñeros e Yolima Devia por terem nos ajudado na mudança e nos dado total apoio nos primeiros meses em nossa moradia.

Agradeço também às pessoas que fazem dos grupos de pesquisa que me receberam durante o doutorado, o NERA e o CEGET. Foram diversos debates e experiências realizadas em ambos os grupos que me ajudaram no desenvolvimento da pesquisa e na minha formação profissional. E especialmente agradeço as pessoas do nosso grupo de orientandos do professor Cacá, o *Felicianer's*, por todos os debates ricos que participei durante o curso.

Gostaria de agradecer também ao PPGG pelo acolhimento durante o curso nas pessoas dos professores Raul Borges, Ricardo Pires, Nécio Turra Neto e Bernardo Mançano, com os quais tive a oportunidade de cursar disciplinas e aprender outras coisas através de acalorados debates. Além disso, agradeço a todos e todas as colegas do programa com quem me relacionei ao longo desses anos, tendo a oportunidade de conversar sobre os assuntos mais variados.

No tocante à pesquisa também gostaria de fazer um agradecimento especial à Aline Muniz (Seção Técnica de Pós-Graduação) e Aparecida Tamae (Escritório da FAPESP) por toda a ajuda durante o curso. Ambas são profissionais exemplares e demonstram que o serviço público é realizado com alta qualidade e competência quando temos pessoas sérias e engajadas com o trabalho.

Especial também foi o nosso coletivo Café com Mentira, que me proporcionou grande parte dos melhores momentos que vivi em Presidente Prudente e em algumas viagens nesses quase quatro anos. Diariamente nos reuníamos no CEMESPP às 16h

para dar uma pausa nos afazeres acadêmicos e conversar sobre os temas mais aleatórios possíveis, de academia e política à cerveja, misturando verdade com mentira. Victória, Bruno Barcella, Marlon Altavini, Lorena Izá, Carol e Victor Stoian, agradeço infinitamente a vocês pelo tempo que compartilhamos ao longo do doutorado. O Café com Mentira ainda continuará por muito tempo, apenas vamos mudar os locais das nossas reuniões.

Tão importante quanto foram as pessoas mais próximas que estiveram comigo durante o doutorado e, sobretudo, após o início da pandemia da COVID-19. Nos aglutinamos mais após a criação do grupo *Quarenteners* para estabelecer um ponto de apoio mutuo na pandemia. Por isso agradeço imensamente a Bruno Lucas, Victória, Nayara Rodrigues, Lucas Araújo, Bruna Borsoi, Raísa Maria, Samarane Barros, Gleice Santana, Fernando Freitas (Jandira), Carol, João Pedro (Jota), Gustavo Henrique e Barbara Cardoso. Sem dúvida vocês foram responsáveis por eu aguentar toda essa pandemia em Presidente Prudente e trazer alento em momentos conturbados.

Não poderia deixar de agradecer também aos camaradas do futsal. O futsal foi uma válvula de escape para ajudar a equilibrar as pressões de desenvolver a pesquisa. As terças e sextas eram os dias mais aguardados da semana por mim, pois eram os dias de encontrar os colegas e amigos para jogar bola e distrair dos afazeres acadêmicos. Especialmente agradeço ao time da pós por ter me acolhido e me proporcionado muitos momentos felizes durante o torneio do Intergeo. Claudinei Silva (Paçoca), Bruno Barcella, Gabriel Boraschi, Marlon, Jean Cruz, Carlos Eduardo (Du), Jhonatan Laszlo, Renan Moretti, Lucas Pauli, João Pimenta, Marcelo Tenório, Baltazar Casagrande, Leandro Nieves, Yves Assogba e Alan Vinhaes, muito obrigado.

Também gostaria de agradecer aos e às camaradas da AGB, tanto nas Seções Locais João Pessoa e Presidente Prudente quanto na DEN, com quem realizei diálogos políticos e teóricos importantes que de alguma forma estão presentes nessa tese e que irei levar para toda a minha carreira profissional e política.

Agora gostaria de agradecer às pessoas que contribuíram diretamente para essa pesquisa, começando por quem dialoguei desde o início do doutorado. Lucas Pauli, Lucas Araújo e Lorena, muito obrigado por todas as vezes que conversamos sobre questões relacionadas a minha pesquisa e sobre possíveis caminhos a seguir nas análises. Esses diálogos foram fundamentais para esse trabalho ser desenvolvido.

Também agradeço aos amigos que pesquisam mineração pelas dúvidas que vocês me tiraram e pelos apontamentos acerca dessa temática. Caio Rodrigues, Nielson

Lourenço e Antonio Eusébio, obrigado por estarem sempre disponíveis para dialogar e me ajudar na construção dessa pesquisa.

Agradeço imensamente também aos professores Eduardo Girardi e Marco Mitidiero pelas contribuições apresentadas durante o exame de qualificação. Com certeza os apontamentos realizados por vocês foram imprescindíveis para melhorar os conteúdos do texto e articular melhor os aspectos teórico-conceituais com os analíticos.

Não seria possível também a realização dos trabalhos de campo sem a ajuda de várias e vários camaradas da Geografia. Cláudio Smalley, Suana Silva e Nacho Vega, Ana Terra, Tássio Barreto, Wlirian Nobre (Liro) e Antonio Eusébio, agradeço imensamente por terem me apresentado pessoas para conversar nas visitas de campo e por terem me acolhido durante a realização destes. Vocês foram fundamentais para o andamento dessa tese.

Ainda sobre os trabalhos de campo é imprescindível agradecer às pessoas que fazem parte da CPT nos estados que realizei as visitas. A CPT é parte fundamental dessa pesquisa e contribuiu intensamente para ela em diversos aspectos. Agradeço muito a Roberto Malvezzi (Gogó), Mauro Jakes, Alexandre Gonçalves (Alemão), Thiago Valentim, Nilton Junior, João do Vale, Sebastião Batista e, especialmente, Vanúbia Martins, que me apresentou praticamente todas as outras pessoas da CPT mencionadas aqui e me ajudou muito para marcar algumas visitas com membros de outras entidades.

Por fim, gostaria de agradecer às agências de fomento que me proporcionaram a aquisição de bolsa de estudo e a estrutura adequada para o desenvolvimento da pesquisa. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agradeço também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que me concedeu bolsa durante o período de nove meses, bem como taxa de bancada, através do processo nº 141596/2018-0. Esses recursos foram fundamentais para o desenvolvimento do projeto no primeiro ano do doutorado.

Agradeço, ainda, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelos 36 meses de bolsa disponibilizadas para o andamento e finalização desta pesquisa através do processo nº 2018/12292-0. Os recursos advindos da FAPESP foram decisivos para custear várias viagens para eventos científicos, trabalhos de campo e material de escritório utilizado ao longo da pesquisa. A FAPESP, sem dúvidas, é o

maior exemplo de como deveria ser uma agência de fomento comprometida com o desenvolvimento de pesquisas de qualidade no Brasil.

Diante de todo o exposto aqui, só tenho a agradecer por todas as pessoas envolvidas direta e indiretamente no desenvolvimento dessa pesquisa. Não teria conseguido finalizar o trabalho sem a ajuda de todo mundo aqui mencionado. E também peço desculpas se esqueci de mencionar alguém que foi igualmente importante no desenvolvimento da tese.

“O capitalismo é o projeto de destruição do reino de Deus”

Vanúbia Martins Oliveira
(Trabalho de campo realizado em fevereiro de 2019)

As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

A GEOGRAFIA DOS CONFLITOS TERRITORIAIS NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

RESUMO

O conflito territorial é uma característica inerente ao processo histórico de formação territorial brasileiro. No semiárido do Brasil estes conflitos se manifestam sob diferentes características ao longo da história da região através da disputa territorial. Acreditamos que os conflitos territoriais no semiárido brasileiro são produtos das diversas formas de territorialização empreendidas pelos diferentes sujeitos posicionados em classes sociais distintas. Portanto, nesta tese buscamos identificar e analisar os conflitos territoriais existentes no semiárido brasileiro a partir da compreensão dos processos de disputa pelo território em suas diversas dimensões e por diferentes sujeitos com interesses antagônicos. Para isso, tentamos compreender os conflitos territoriais no semiárido ao longo de seus diversos períodos históricos, cada qual com sua estrutura social vigente, gerada no movimento da formação territorial. Nos apoiamos em bibliografias sobre a temática, fontes documentais, dados secundários e trabalhos de campo para refletir sobre o objeto desta pesquisa. Analisamos, desse modo, como os conflitos são reconfigurados em resposta às transformações ocorridas nos aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais da estrutura social da região em cada época. Acreditamos que as ações de violência praticadas pelas classes dominantes desde a invasão europeia aos territórios indígenas até o período atual de expansão capitalista se confrontam com as ações de resistência praticadas pelos diversos sujeitos pertencentes ao campesinato da região. Essas ações se traduzem nas diferentes formas de territorialização dos sujeitos e produzem os conflitos territoriais que estudamos, tendo como resultado final a materialização da territorialidade do sujeito ou grupo que se territorializa.

Palavras-chave: conflito territorial; semiárido brasileiro; território; territorialização; violência; resistência.

THE GEOGRAPHY OF TERRITORIAL CONFLICTS IN THE BRAZILIAN SEMIARID REGION

ABSTRACT

Territorial conflict is an inherent characteristic of the historical process of territorial formation in Brazil. In the Brazilian semiarid region, these conflicts have manifested themselves under different characteristics throughout the history of the region through territorial dispute. We believe that territorial conflicts in the Brazilian semiarid region are products of the various forms of territorialization undertaken by different subjects positioned in distinct social classes. Therefore, in this thesis we seek to identify and analyze the territorial conflicts in the Brazilian semiarid region from the understanding of the processes of dispute over territory in its various dimensions and by different subjects with antagonistic interests. For this, we try to understand the territorial conflicts in the semi-arid region throughout its various historical periods, each with its current social structure, generated in the movement of territorial formation. We rely on bibliographies about the theme, documental sources, secondary data and field work to reflect on the object of this research. In this way, we analyze how conflicts are reconfigured in response to the transformations that have occurred in the political, economic, social, cultural, and environmental aspects of the region's social structure in each period. We believe that the actions of violence practiced by the dominant classes since the European invasion of indigenous territories until the current period of capitalist expansion are confronted with the actions of resistance practiced by the diverse subjects belonging to the peasantry of the region. These actions translate into different forms of territorialization of the subjects and produce the territorial conflicts that we study, with the final result being the materialization of the territoriality of the subject or group that territorializes itself.

Keywords: territorial conflict; Brazilian semiarid; territory; territorialization; violence; resistance.

LA GEOGRAFÍA DE LOS CONFLICTOS TERRITORIALES EN LA REGIÓN SEMIÁRIDA BRASILEÑA

RESUMEN

El conflicto territorial es una característica inherente al proceso histórico de formación del territorio en Brasil. En la región semiárida brasileña, estos conflictos se han manifestado bajo diferentes características a lo largo de la historia de la región a través de la disputa territorial. Creemos que los conflictos territoriales en el semiárido brasileño son producto de las diversas formas de territorialización emprendidas por diferentes sujetos posicionados en distintas clases sociales. Por lo tanto, en esta tesis buscamos identificar y analizar los conflictos territoriales en la región semiárida brasileña a partir de la comprensión de los procesos de disputa por el territorio en sus diversas dimensiones y por parte de diferentes sujetos con intereses antagónicos. Para ello, tratamos de entender los conflictos territoriales en la región semiárida a lo largo de sus diversos períodos históricos, cada uno con su estructura social actual, generada en el movimiento de formación territorial. Nos basamos en bibliografías sobre el tema, fuentes documentales, datos secundarios y trabajo de campo para reflexionar sobre el objeto de esta investigación. De este modo, analizamos cómo se reconfiguran los conflictos en respuesta a las transformaciones ocurridas en los aspectos políticos, económicos, sociales, culturales y ambientales de la estructura social de la región en cada período. Creemos que las acciones de violencia practicadas por las clases dominantes, desde la invasión europea de los territorios indígenas hasta el actual período de expansión capitalista, se enfrentan a las acciones de resistencia practicadas por los diversos sujetos pertenecientes a el campesinado de la región. Estas acciones se traducen en diferentes formas de territorialización de los sujetos y producen los conflictos territoriales que estudiamos, siendo el resultado final la materialización de la territorialidad del sujeto o grupo que se territorializa.

Palabras clave: conflicto territorial; semiárido brasileño; territorio; territorialización; violencia; resistencia.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AL – Alagoas

ANM – Agência Nacional de Mineração

ASA – Articulação no Semiárido Brasileiro

BA – Bahia

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BREMISA – Brasil Exploração Mineral S.A.

CE – Ceará

CEB – Comunidades Eclesiais de Base

CEDOC – Centro de Documentação Dom Tomás Balduino

CHESF – Companhia Hidrelétrica do São Francisco

CAC – Cinturão das Águas do Ceará

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CVSF – Comissão do Vale do São Francisco

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

EFA – Escola Família Agrícola

FIOL – Ferrovia de Integração Oeste-Leste

FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

FPA – Frente Parlamentar da Agropecuária

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

GETEC – Grupo de Estudos Trabalho, Espaço e Campesinato

GTI – Grupo de Trabalho Interministerial

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSA – Instituto Nacional do Semiárido

IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas

IOCS – Inspetoria de Obras Contra as Secas

MG – Minas Gerais

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

ONG – Organização Não Governamental

PAM – Produção Agrícola Municipal

PB – Paraíba

PE – Pernambuco

PEVS – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura

PI – Piauí

PISF – Projeto de Integração do rio São Francisco

PPM – Pesquisa da Pecuária Municipal

PROINFA – Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica

RN – Rio Grande do Norte

SE – Sergipe

STR – Sindicatos de Trabalhadores Rurais

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UHE – Usinas Hidrelétricas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Áreas com Índice de Aridez de Thornthwaite menor que 0,65.....	28
Figura 2. Municípios visitados durante os trabalhos de campo da pesquisa	42
Figura 3. Primeira delimitação do Polígono das Secas de 1936.....	61
Figura 4. Delimitações do Polígono das Secas.....	64
Figura 5. Delimitação do semiárido brasileiro no ano de 1999.....	69
Figura 6. Delimitações do semiárido brasileiro.....	73
Figura 7. Municípios do Agreste Paraibano acrescidos à delimitação do semiárido brasileiro por meio da Resolução nº 115/2017 após apresentação de recursos.....	75
Figura 8. Localização aproximada das terras recebidas em sesmarias, herdadas, compradas e conquistadas de indígenas por Antônio Guedes de Brito final do século XVII.....	89
Figura 9. Localização das terras dos Guedes de Brito, Garcia D'ávila e João Peixoto Viegas na Capitania da Bahia: início do século XVIII.....	94
Figura 10. Mudanças entre o pessoal ocupado nos Censos Agropecuários de 1960, 1980 e 1995/96 para os municípios do semiárido brasileiro	128
Figura 11. Semiárido brasileiro - Empregados permanentes nos Censos Agropecuários de 1960, 1980 e 1995/96	131
Figura 12. Semiárido brasileiro - Empregados temporários nos Censos Agropecuários de 1960, 1980 e 1995/96	132
Figura 13. Primeiras ocupações de terra do MST nas regiões do Nordeste e do semiárido brasileiro entre 1985 e 1990	144
Figura 14. Principais áreas de expansão da produção capitalista no semiárido brasileiro no século XXI.....	154
Figura 15. Número de processos minerários cadastrados no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020	158
Figura 16. Geografia dos conflitos por terra no semiárido brasileiro entre 1996 e 2020	166
Figura 17. Conflitos por terra no semiárido brasileiro entre 1996 e 2020 e sua variação temporal.....	167
Figura 18. Geografia dos conflitos por água no semiárido brasileiro entre 2002 e 2020 - por tipo.....	174

Figura 19. Geografia dos conflitos por água no semiárido brasileiro entre 2002 e 2020 - por situação.....	175
Figura 20. Conflitos por água no semiárido brasileiro entre 2002 e 2020 e sua variação temporal.....	177
Figura 21. Geografia dos Conflitos trabalhistas no semiárido brasileiro entre 1996 e 2020	181
Figura 22. Geografia dos conflitos trabalhistas no semiárido brasileiro entre 1996 e 2020 - por tipo	182
Figura 23. Conflitos trabalhistas no semiárido brasileiro entre 1996 e 2020 e sua variação temporal	183
Figura 24. Municípios do semiárido brasileiro que registraram conflito territorial entre 1996 e 2019 e sua variação temporal.....	187
Figura 25. Geografia dos Conflitos territoriais no semiárido brasileiro entre 1996 e 2020	191
Figura 26. Ponto de sondagem de minério em Manga Velha, município de Curral Novo do Piauí - PI. Cerca de 30 metros ao fundo uma residência da comunidade.....	203
Figura 27. Obras do PISF e CAC na Comunidade São Miguel (a e b), Riacho dos Porcos (c) e Assentamento 10 de Abril (d).....	206
Figura 28. Composição e estrutura organizativa da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA)	235
Figura 29. Evolução da delimitação do Polígono das Secas	251
Figura 30. Evolução da delimitação do semiárido brasileiro	252
Figura 31. Evolução da delimitação do Polígono das Secas e do semiárido brasileiro	253
Figura 32. Principais áreas de expansão do agronegócio no semiárido brasileiro	254
Figura 33. Principais áreas de expansão da mineração no semiárido brasileiro.....	258
Figura 34. Principais áreas de expansão das energias alternativas no semiárido brasileiro	262
Figura 35. Principais áreas de expansão das infraestruturas no semiárido brasileiro...	266
Figura 36. Produção de cana-de-açúcar no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020	273
Figura 37. Produção de melancia no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020.....	274
Figura 38. Produção de melão no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020	275
Figura 39. Produção de milho no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020	276
Figura 40. Produção de soja no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020.....	277
Figura 41. Produção de banana no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020	278

Figura 42. Produção de café no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020.....	279
Figura 43. Produção de castanha de caju no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020..	280
Figura 44. Produção de coco-da-baía no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020.....	281
Figura 45. Produção de manga no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020.....	282
Figura 46. Produção de uva no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020	283
Figura 47. Produção de eucalipto no semiárido brasileiro entre 2013 e 2019.....	284
Figura 48. Efetivo de bovinos no semiárido brasileiro entre 2000 e 2019.....	285
Figura 49. Efetivo de galináceos no semiárido brasileiro entre 2000 e 2019.....	286
Figura 50. Produção de camarão no semiárido brasileiro entre 2013 e 2019.....	287

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Número de usinas eólicas e solares no Brasil por fase de implementação em junho de 2021	159
Tabela 2. Conflitos por terra no semiárido brasileiro entre 1996 e 2020	165
Tabela 3. Conflitos por água no semiárido brasileiro entre 2002 e 2020 por tipo	172
Tabela 4. Conflitos por água no semiárido brasileiro entre 2002 e 2020 por situação	172
Tabela 5. Conflitos trabalhistas no semiárido brasileiro entre 1996 e 2020 - por tipo.	180
Tabela 6. Práticas de violência física no semiárido brasileiro entre 1996 e 2020	210

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Categorias e objetivos que orientaram a elaboração das questões utilizadas nas entrevistas realizadas nos trabalhos de campo	44
Quadro 2. Síntese das visitas realizadas nos trabalhos de campo da pesquisa na primeira etapa.....	45
Quadro 3. Síntese das visitas realizadas nos trabalhos de campo da pesquisa na segunda etapa.....	46
Quadro 4. Delimitações do Polígono das Secas entre 1936 e 1975	63
Quadro 5. Mudanças entre o pessoal ocupado nos Censos Agropecuários de 1960, 1980 e 1995/96 para os municípios do semiárido brasileiro	128
Quadro 6. Descrição das principais áreas de expansão do agronegócio no semiárido brasileiro	255
Quadro 7. Descrição das principais áreas de expansão da mineração no semiárido brasileiro	259
Quadro 8. Descrição das principais áreas de expansão das energias alternativas no semiárido brasileiro	263
Quadro 9. Descrição das principais áreas de expansão das infraestruturas no semiárido brasileiro	267
Quadro 10. Maiores produtores de cana-de-açúcar no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020	273
Quadro 11. Maiores produtores de melancia no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020	274
Quadro 12. Maiores produtores de melão no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020.	275
Quadro 13. Maiores produtores de milho no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020 .	276
Quadro 14. Maiores produtores de soja no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020	277
Quadro 15. Maiores produtores de banana no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020	278
Quadro 16. Maiores produtores de café no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020....	279
Quadro 17. Maiores produtores de castanha de caju no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020	280
Quadro 18. Maiores produtores de coco-da-baía no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020	281
Quadro 19. Maiores produtores de manga no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020	282
Quadro 20. Maiores produtores de uva no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020.....	283

Quadro 21. Maiores produtores de eucalipto no semiárido brasileiro entre 2013 e 2019	284
Quadro 22. Maiores efetivos bovinos no semiárido brasileiro entre 2000 e 2019	285
Quadro 23. Maiores efetivos de galináceos no semiárido brasileiro entre 2000 e 2019	286
Quadro 24. Maiores produtores de camarão no semiárido brasileiro entre 2013 e 2019	287

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	26
INTRODUÇÃO	28
CAPÍTULO I	
OS SEMIÁRIDOS	50
1.1 Sertão, sertões: o embrião do semiárido	51
1.2 O início das regionalizações estatais: Províncias e Estados do Norte	55
1.3 A primeira forma do semiárido: o Polígono das Secas.....	59
1.4 Enfim o semiárido!	67
1.5 Síntese do capítulo	78
CAPÍTULO II	
OS CONFLITOS TERRITORIAIS NO SEMIÁRIDO OLIGÁRQUICO	80
2.1 A formação territorial e a fase inicial da estrutura social do semiárido oligárquico	81
2.2 A ideologia como dimensão fundamental para as relações de dominação no semiárido oligárquico	84
2.3 Território, elemento-chave para a dominação no semiárido oligárquico	93
2.4 Violência e resistência: expressões do sistema de dominação do semiárido oligárquico	102
2.5 Síntese do capítulo	109
CAPÍTULO III	
A RECONFIGURAÇÃO DOS CONFLITOS TERRITORIAIS NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: A PASSAGEM DA HEGEMONIA OLIGÁRQUICA PARA A HEGEMONIA CAPITALISTA NO SÉCULO XX.....	111
3.1 Transformações na estrutura social do semiárido brasileiro no século XX.....	112
3.2 Mudanças nas relações de produção do semiárido brasileiro: a expansão do capitalismo no campo	119
3.3 A intensificação da expansão capitalista no campo e seus rebatimentos sobre as relações de produção do semiárido brasileiro na segunda metade do século XX	125

3.4 A reconfiguração dos conflitos territoriais no semiárido brasileiro durante o século XX: contínuo no tempo e abrangente no espaço	135
3.5 Síntese do capítulo	146
CAPÍTULO IV	
OS CONFLITOS TERRITORIAIS NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO DO SÉCULO XXI	148
4.1 O capitalismo do século XXI no semiárido brasileiro.....	149
4.2 Os conflitos territoriais no semiárido brasileiro no século XXI	164
4.3 A multidimensionalidade dos conflitos territoriais no semiárido brasileiro	185
4.4 Síntese do capítulo	196
CAPÍTULO V	
CONFLITOS TERRITORIAIS: TERRITÓRIOS, TERRITORIALIZAÇÕES E TERRITORIALIDADES.....	198
5.1 Território em disputa: dimensões e elementos	199
5.2 Violências e resistências na produção dos conflitos territoriais	208
5.3 Territorialização e conflitos territoriais	225
5.4 Síntese do capítulo	228
CONSIDERAÇÕES FINAIS: A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO COMO EMANCIPAÇÃO SOCIAL DE CLASSE.....	231
REFERÊNCIAS	238
APÊNDICE I.....	251
APÊNDICE II	254
APÊNDICE III.....	273

APRESENTAÇÃO

A pesquisa é processo. É um processo que se transforma à medida que a realidade muda e que o pesquisador ou pesquisadora também muda. A pesquisa é a junção daquilo que foi, do que é e do que poderá ser. Acompanhar o movimento da realidade é tarefa mais difícil para quem se propõe a pesquisa, pois estamos sempre buscando compreender algo que está em constante estado de destruição e reconstrução. É nesse interim que essa pesquisa está posicionada.

Este trabalho surgiu das inquietações existentes no tocante a compreender a questão agrária no semiárido brasileiro. Me deparei com diversos outros trabalhos antes de escrever o projeto de pesquisa que resultaria nessa tese que analisavam a realidade semiárida em determinadas áreas da região. Me inquietava não ter contato com uma análise mais estrutural e conjuntural da questão agrária no semiárido brasileiro, pois sempre entendi que essa porção do território do Brasil possui especificidades que merecem ser evidenciadas.

A partir de então, me propus a escrever um projeto de pesquisa para estudar uma das facetas da questão agrária da região: os conflitos territoriais. Foi nesse momento que os debates com a minha querida professora Emilia Moreira, que também me ajudou a montar o projeto, avançaram para montar uma proposta de estudo que desse conta da complexidade de processos e fenômenos existentes no semiárido na atualidade.

Me inscrever no doutorado com essa proposta foi um desafio tremendo, já que eu vinha de uma graduação e um mestrado trabalhando com modelagem hidrológica aplicada à gestão da água. Mesmo assim, todos os debates realizados com colegas e amigos, sobretudo no âmbito do Grupo de Estudos Trabalho, Espaço e Campesinato (GETEC), convergiram para amadurecer o projeto de pesquisa e ter as condições de desenvolvê-lo durante o tempo de curso.

Ao iniciar o curso e a proposta de estudo tive a alegria de ter como orientador o professor Carlos Alberto Feliciano. Sempre tive o privilégio de ser orientado por pessoas extremamente competentes e humanas, como Richarde Marques, meu orientador de graduação e mestrado, e a própria Emilia Moreira, que não me orientou oficialmente, mas com quem trabalhei durante anos no GETEC. Com o professor Carlos não foi diferente.

Desde o início meu orientador foi extremamente sincero e aberto para enfrentar esse desafio de estudar uma área relativamente grande. A questão do tamanho da área

sempre foi algo que pareceu incomodar muitas pessoas. A pergunta “Você não acha que é uma área grande demais não?” esteve presente desde o início da pesquisa. E sempre quando eu ouvia essa pergunta eu também me perguntava: será que pessoas que estudam um assentamento ou um bairro são questionadas pelo fato de suas áreas de pesquisa serem pequenas? Até hoje essa dúvida permanece.

Estudar a região semiárida inteira realmente é um desafio. Mas eu prefiro imaginar que é mais uma potencialidade, pois é possível perceber diversos processos e fenômenos que ocorrem simultaneamente e elaborar uma análise de conjunto dos fatores responsáveis por movimentar essa realidade. Foi dessa maneira que encarei essa pesquisa, entendendo que analisar a região como um todo me possibilitaria refletir sobre questões comuns e, ao mesmo tempo, específicas que se manifestam ao longo desse espaço.

Os procedimentos metodológicos utilizados, bem como as bibliografias lidas, inevitavelmente tiveram um volume de conteúdo maior do que se eu estudasse uma área menor. Mas isso também permitiu o contato com uma série de direcionamentos que eu poderia dar para a pesquisa, sendo a forma como conduzi essa tese apenas uma das inúmeras possibilidades existentes.

Como fica evidenciado ao longo desse trabalho, ou pelo menos foi o que tentamos, as análises construídas têm como objetivo realizar uma leitura ao mesmo tempo conjuntural e estrutural dos conflitos territoriais produzidos na região. Tentamos entender como os conflitos são produzidos desde a invasão europeia aos territórios indígenas até a fase atual de expansão capitalista no campo.

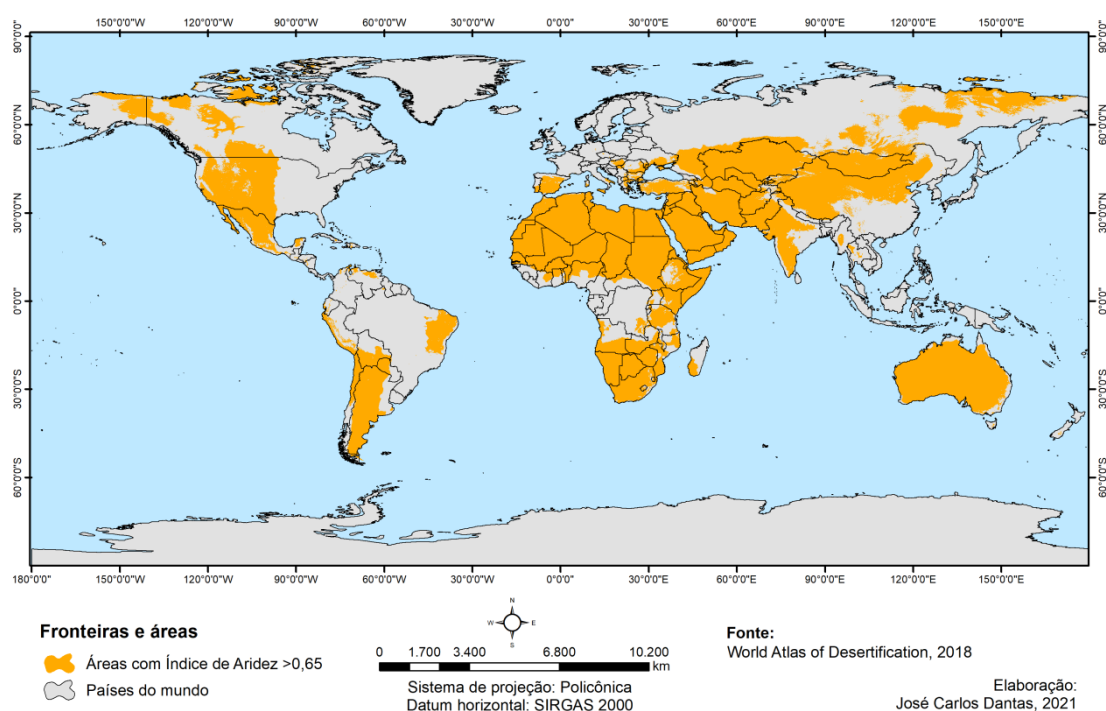
Portanto, essa tese é resultado de reflexões realizadas mais diretamente entre mim e meu orientador, mas também entre mim e as diversas pessoas com quem debati temas correlatos ao meu objeto, desde amigos e amigas mais próximas até agentes pastorais da CPT que me ajudaram diretamente com o entendimento dos conflitos territoriais no semiárido brasileiro.

A pesquisa é processo. É um processo realizado por incontáveis relações que estabelecemos com uma multiplicidade de pessoas que acreditam que uma sociedade justa é possível de ser construída pela base. Essa, sem dúvidas, é a característica que mais define o desenvolvimento dessa tese.

INTRODUÇÃO

No mundo também existem inúmeras áreas caracterizadas como semiáridas. Em todos os continentes existem países que dispõem de áreas com características semiáridas, de acordo com Cherlet et al. (2018). Essas áreas são constituídas por particularidades que se diferenciam entre si, tanto do ponto de vista natural quanto social. A Figura 1 apresenta a distribuição das áreas com Índice de Aridez de Thornthwaite menor que 0,65. Esse índice é um dos principais parâmetros para definir áreas com características áridas e semiáridas.

Figura 1. Áreas com Índice de Aridez de Thornthwaite menor que 0,65



Fonte: elaboração própria com base em Cherlet et al. (2018).

As áreas com Índice de Aridez de Thornthwaite menor que 0,65 evidenciadas na Figura 1 correspondem a áreas áridas, semiáridas e semiáridas úmidas, pois todas estão inseridas no intervalo de 0 a 0,65 do referido índice. Podemos perceber a considerável abrangência dessas áreas ao redor do mundo. Na América Latina alguns países também possuem regiões semiáridas em seus limites territoriais, entre eles o Brasil.

O semiárido brasileiro se configura como uma região de intensa e complexa diversidade paisagística em toda a sua extensão. São inúmeras as diferenças pedológicas, geomorfológicas, agrárias, hidrológicas, sociais, culturais, biogeográficas e econômicas (SANTANA, 2007). Até mesmo possuindo um termo que tem origem no clima, o semiárido, as diferenciações dos sistemas atmosféricos que atuam sobre a

região (DANTAS, 2018) produzem também uma diversidade climática do Piauí ao norte de Minas Gerais.

É fundamental compreendermos que o semiárido brasileiro não é uma área homogênea, mas sim complexamente diversa. Ora nos deparamos com áreas em seus limites marcadas pelo avanço do agronegócio com a apropriação de territórios abundantes em terra e água; ora nos deparamos com áreas de intensa exploração mineral pelas potencialidades geológicas e mineralógicas dos territórios; ora nos deparamos com áreas onde a produção agropecuária está pautada no trabalho familiar e em um modo de vida de caráter solidário e coletivo.

Essa diversidade de áreas resulta e é resultado de uma gama de conflitos territoriais que acompanham toda a história do semiárido brasileiro, impulsionando a sua formação territorial. Sendo assim, os conflitos são os responsáveis pela formação dos territórios na região a partir do momento em que foi iniciada a invasão europeia aos territórios indígenas. Considerando que os povos originários já possuíam territórios e territorialidades antes da colonização portuguesa, com relações sociais e formas de organização próprias, a formação territorial do Brasil não poderia ocorrer de outra forma se não através do conflito, da disputa pelo território.

Desde a invasão europeia aos territórios originários, passando pelos diversos períodos políticos e econômicos, até a atualidade com a expansão contínua do capitalismo no campo a região possui uma característica espaço-temporal comum: os conflitos territoriais. Esta característica existe em todas as porções da região semiárida do Brasil e em toda a sua história.

Portanto, podemos inferir que o conflito territorial é uma ação inerente à formação territorial do semiárido brasileiro. Uma das características mais antigas da região que perduram até os dias de hoje. As grandes transformações políticas, sociais, econômicas e culturas que configuram e reconfiguram a estrutura social do semiárido brasileiro estão associadas a incontáveis episódios de conflitos territoriais: a colonização sobre territórios indígenas, a formação de quilombos, a constituição de áreas de cunho religioso, a luta por direitos trabalhistas das Ligas Camponesas, a territorialização de trabalhadores sem-terra e a resistência de comunidades tradicionais à expansão do capitalismo; todos são exemplos de grandes movimentos políticos, econômicos, sociais e culturais que aconteceram no Brasil e no semiárido através da ocorrência de um sem número de conflitos territoriais, modificando constantemente a estrutura social da região e determinando sua formação territorial.

As próprias extensões espaciais do semiárido brasileiro foram sendo modificadas ao longo do tempo como resposta às mudanças sociais, econômicas, políticas, culturais e até técnico-científicas que o país experimentou. Partindo de noções mais abstratas como a de sertão até chegar a definição propriamente dita de região semiárida houveram diversos embates e disputas nos planos políticos e econômicos, com destaque para a ação do Estado nesse processo.

A definição atual do semiárido brasileiro inclusive foi atribuída pelos órgãos estatais através de técnicas e critérios objetivos baseados em aspectos da paisagem, mas conservando a dimensão política na tomada de decisões. O semiárido que tomamos como base para este trabalho é aquele definido pela Resolução nº 115 da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), de 23 de novembro de 1977, que apresentou uma delimitação da região, pautada por critérios naturais, onde a unidade espacial é o município. Isso quer dizer que se um município é considerado como semiárido todo o seu território político-administrativo também o é.

A região semiárida do Brasil se caracteriza, como seu próprio nome indica, por seus aspectos climáticos que produzem um clima quente e seco (com algumas exceções), denotando significativo grau de aridez, irregularidades espaço-temporais das precipitações e recorrentes períodos de seca (CORREIA *et al.*, 2011; TARGINO e MOREIRA, 2006). Além disso, a região tem como bioma predominante a Caatinga, a qual é formada por uma grande diversidade de espécies vegetais e animais, parte destes endêmicos, que ocorrem em ambientes com atributos pedológicos e geológicos variados, o que induz a uma maior ou menor disponibilidade de água (DANTAS, 2018; SOUZA, 2008).

Estas características naturais também influenciaram a colonização europeia nas invasões promovidas nos territórios indígenas da região a partir do século XVII. Como a faixa litorânea da Colônia propiciava melhores condições para o desenvolvimento da produção açucareira do que a porção interior semiárida (ANDRADE, 1973; FURTADO, 1977) a atividade pecuária passou a ser desenvolvida nesta última, tanto pela adaptação do gado às condições climáticas quanto pela disponibilidade de vastas áreas conquistadas com a invasão de colonizadores.

A ocupação da Colônia europeia foi então acontecendo com o desenvolvimento de inúmeras atividades econômicas no espaço agrário da região semiárida, tanto de culturas comerciais quanto de culturas para autoconsumo. A produção das culturas do

algodão, sisal, carnaubais e culturas alimentares, como mandioca, feijão, fava, milho e outros também foram praticadas simultaneamente à criação do gado.

Porém, todo esse processo de ocupação do semiárido brasileiro, sua formação territorial, foi dinamizado pelos conflitos territoriais existentes. É impossível pensar em alguma época na história da região em que os conflitos entre diferentes sujeitos não ocorreram, em sua grande maioria posicionados em níveis distintos da estrutura social.

Desde a Guerra dos Bárbaros, passando pela formação dos quilombos, Canudos na Bahia, Caldeirão no Ceará, as Ligas Camponesas, até chegar nos povos do campo que resistem à expansão do capitalismo os conflitos territoriais estiveram presentes. Por isso, devemos evidenciar a importância destas ações para a formação territorial, não só na região semiárida, mas no Brasil como um todo.

Portanto, nesta tese buscamos identificar e analisar os conflitos territoriais existentes no semiárido brasileiro a partir da compreensão dos processos de disputa pelo território em suas diversas dimensões e por diferentes sujeitos com interesses antagônicos. É uma tentativa de entender como a expansão do capitalismo no campo, amparada pelo Estado, produz conflitos através de suas práticas perversas de apropriação dos territórios e, por outro lado, das formas de resistência da classe camponesa.

De antemão, salientamos que o objeto deste trabalho são os conflitos territoriais que ocorreram e ocorrem no espaço agrário do semiárido brasileiro. Desse modo, quando estivermos nos referindo aos conflitos territoriais sempre estaremos nos referindo aos conflitos produzidos no campo. Isso quer dizer que não abordamos aqui conflitos territoriais que ocorreram e ocorrem nos espaços urbanos da região.

SOBRE TERRITÓRIO E CONFLITO EM UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA

Como o próprio título atesta o foco central desse trabalho são os conflitos territoriais. Pretendemos evidenciar como as disputas por território foram sendo reconfiguradas ao longo do tempo no semiárido brasileiro como resultado das mudanças em sua formação territorial e sua estrutura social. Nossa maior preocupação é realizar uma análise unindo conflito e território como elementos-chave na compreensão da história da região semiárida.

Por isso, demarcamos aqui, ainda que de maneira breve, como estamos entendendo e utilizando os conceitos de conflito e de território na pesquisa e como a união de ambos possibilita a elaboração de uma definição de conflitos territoriais. Ainda

que compreendamos ambos os conceitos de maneira articulada apresentamos, inicialmente, nosso entendimento sobre cada um de maneira separada para fins de explicação.

O conflito, basicamente, corresponde ao embate entre dois ou mais sujeitos com interesses divergentes sobre determinada coisa em determinada situação. Para nós (e para este trabalho) o conflito é considerado no âmbito da luta de classes e, portanto, como processo histórico, para fazer referência à perspectiva materialista da história em Marx e Engels (2009). Assim, o conflito evidenciado nesta tese é sempre considerado como a expressão do embate entre um sujeito/grupo e outro sujeito/grupo, cada qual posicionado em classes sociais distintas.

Realizando uma reflexão sobre as diversas abordagens sociológicas a respeito do conceito de conflito Baltazar (2007) sintetiza-as em quatro direcionamentos teóricos comuns entre as abordagens analisadas: a) o conflito promove mudanças sociais que transforma os grupos sociais onde ocorre; b) o conflito é resultado de opiniões divergentes entre dois indivíduos ou entre sujeitos em grupo social; c) o conflito está ligado às relações de poder e dominação; e d) o conflito é gerado de acordo com o contexto ou situação em que ocorre. Corroboramos com esta linha reflexiva explicitada pela referida autora para entender os conflitos territoriais no espaço agrário do semiárido brasileiro.

Os conflitos não podem estar dissociados das relações de dominação que imperam na sociedade em geral, justamente pelo fato de que as sociedades modernas estão estruturadas em classes sociais. Por isso “a origem do conflito encontra-se na estrutura social” (BALTAZAR, 2007, p. 165). Esse é outro ponto importante a ser considerado, já que estamos analisando os conflitos territoriais como resultado das características da estrutura social e da formação territorial de cada época.

Esta linha de raciocínio também coaduna com a perspectiva do conceito de conflito que é registrado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em seu relatório anual Conflitos no Campo – Brasil. Para a CPT os conflitos são “entendidos como ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural” (CPT, 2021, p. 12). No entanto, a CPT admite que registra conflitos também entre sujeitos pertencentes a mesma classe social. Ainda assim, consideramos que conflitos territoriais entre sujeitos pertencentes à mesma classe possuem um grau de ocorrência muito inferior em relação ao conjunto de todos os conflitos. Por isso, os conflitos

territoriais analisados neste trabalho correspondem àqueles produzidos por sujeitos posicionados em classes sociais distintas.

Entendemos os conflitos territoriais no semiárido brasileiro como parte do movimento da luta de classes pelo fato de que a territorialização dos sujeitos na história da região segue um caminho pautado por sua estrutura social, a qual está organizada em classes. Lembremos que a formação territorial do semiárido do Brasil é iniciada pela invasão dos colonizadores europeus sobre os territórios indígenas originários. Isso por si só já indica que os conflitos territoriais produzidos nesse processo eram encampados por sujeitos posicionados em classes diferentes, ou pelo menos em contextos socioculturais diferentes.

Os processos de territorialização em toda a história do semiárido brasileiro invariavelmente produzem conflito. Qualquer sujeito ou grupo que busca se territorializar na região sempre encontra territórios já existentes, com suas respectivas territorialidades. Por isso que entendemos o conflito como o fator que move a formação territorial semiárida e gera sua estrutura social.

Portanto, para nós, o território é produzido pelo conflito. E o conflito aqui é uma manifestação de relações de poder entre os sujeitos em busca da apropriação de uma fração do espaço, que é o território (RAFFESTIN, 1993). O território é, então, uma fração do espaço delimitado pelas relações de poder dos sujeitos. “Esta relação fundamental com o poder social é uma das características que distingue o território de outras formas de espaço social” (DELANEY, 2005, p. 16).

Produzir território é dar significação a uma fração do espaço. Todo território possui um caráter funcional e um caráter simbólico. Todo território possui funções a serem desempenhadas pela reprodução social e ao mesmo tempo as relações que existem neste território o dão significado (DELANEY, 2005; HAESBAERT, 2007). O território de uma comunidade rural tradicional possui funções e significados bem diferentes do território de uma empresa do agronegócio, por exemplo. Isso nos ajuda a compreender que os territórios possuem territorialidades. Por esse motivo o território reflete as características pertencentes aos sujeitos que o produzem.

A territorialidade é aqui compreendida como o conjunto de relações sociais desempenhadas no território que imprimem significados e funções nele (DELANEY, 2005). A territorialidade nos ajuda a perceber os diferentes significados que os territórios possuem entre si. Para Raffestin (1993) a territorialidade se constitui como uma relação entre os sujeitos, portanto carregadas de poder. E estas relações são

definidas a partir da exterioridade, da alteridade do território. A territorialidade camponesa é definida em contraposição à territorialidade capitalista. Se toda territorialidade que existisse fosse camponesa então não existiria a territorialidade camponesa, mas apenas a territorialidade. E estas territorialidades se diferenciam entre si pelas relações sociais que são concretizadas nos territórios.

Desse modo, defendemos que os conflitos territoriais são resultados das tentativas de territorialização dos sujeitos e grupos ao longo da história. No caso do semiárido brasileiro, toda tentativa territorialização é realizada sobre um território cuja territorialidade já está constituída. A disputa pelo território ocorre, então, entre o sujeito/grupo interessado em sua apropriação e o sujeito/grupo que busca manter a sua territorialidade. Esse é o pressuposto que move a formação territorial desta região e que produz uma estrutura social correspondente.

A formação territorial se trata do processo histórico da produção de territórios de um determinado recorte espacial (MORAES, 1999; 2011). Entender a produção dos territórios através da formação territorial quer dizer que estamos considerando esse processo em seu caráter dinâmico na história. A territorialização dos diversos sujeitos no semiárido brasileiro ao longo do tempo nos ajuda a compreender com os territórios dessa região se formaram e ainda se formam. E todos os elementos envolvidos nesse processo histórico de territorialização compõem a formação territorial.

Sendo assim, não podemos considerar a formação territorial como algo homogêneo. Se a formação territorial é o processo histórico de produção dos territórios é importante ressaltar que em cada época os sujeitos agem de maneiras diferentes no momento de produzir território, pois as características da sociedade sofrem alterações ao longo do tempo. A ação dos sujeitos é carregada de intencionalidades e consciências, como lembra Moraes (2011), que se materializam no espaço sob aspectos econômicos, políticos e culturais. Pelo fato de que as intencionalidades dos sujeitos posicionados em classes sociais distintas geralmente serem divergentes a materialização de suas ações não pode produzir outra coisa se não o conflito. Quando esse conflito se refere à apropriação de uma fração determinada do espaço ele se torna um conflito territorial.

E é o conflito territorial o que move a história do semiárido brasileiro no interim de sua formação territorial e que gera uma estrutura social correspondente. Entendemos a estrutura social como a forma como a sociedade está organizada do ponto de vista das relações desempenhadas pelos sujeitos (OUTHWAITE e BOTTOMORE, 1996). Como

a sociedade está estruturada em classes sociais o conflito é inerente à estrutura social, já que os interesses das diferentes classes tendem a ser divergentes.

Pelo fato de entendermos a estrutura social do semiárido brasileiro como resultado de sua formação territorial também a compreendemos por um caráter dinâmico, sempre em movimento. As características da formação territorial de cada época geram, por consequência, uma estrutura social com características correspondentes, bem como a própria estrutura social determina as formas de relação entre os sujeitos que irão continuar a mover a formação territorial.

A formação territorial e estrutura social estão articuladas de maneira interdependente, uma produzindo a outra. E o que une estas faces da realidade, no nosso caso, são os conflitos territoriais. A história do semiárido brasileiro é marcada por diversas transformações em sua formação territorial e estrutura social pelo fato de que os conflitos territoriais estão sempre as moldando-as e sendo moldado por elas.

Portanto, é a partir dessa linha de raciocínio que pretendemos analisar os conflitos territoriais no semiárido brasileiro. Prezamos por uma abordagem que põe em movimento os sujeitos e suas ações ao longo do tempo e espaço. Os resultados dessas ações modificam constantemente a realidade e fazem parte do devir da história. Todo fato social é um fato histórico.

A TESE DA TESE

Esta pesquisa busca analisar os conflitos territoriais que ocorrem na região semiárida do Brasil. Para compreender este processo partimos da seguinte questão: o que produz um conflito territorial? Para que um conflito territorial ocorra precisamos que haja um território (obviamente!) e sujeitos capazes de praticar a ação, que é o conflito. Porém, este território só experimenta um conflito quando estes sujeitos passam a disputa-lo. E a disputa só ocorre pelo fato de que os sujeitos possuem interesses distintos na apropriação do território.

Inicialmente estávamos tentando compreender como os conflitos territoriais estavam ocorrendo no semiárido brasileiro a partir do século XXI. No entanto, percebemos que para compreender este processo de maneira mais aprofundada era necessário realizar uma análise da história dos conflitos na região desde o momento inicial de sua ocupação pela população invasora proveniente da Europa.

A partir daí passamos a entender que os conflitos territoriais no semiárido brasileiro estavam associados às transformações na formação territorial da região e na

sua correspondente estrutura social no espaço agrário. Para nós, as formas assumidas pelas relações entre os sujeitos posicionados em classes sociais distintas estão na essência da produção dos conflitos territoriais da região.

As relações desempenhadas entre os sujeitos de classes distintas no campo são mediadas pela dominação que uma classe exerce sobre a outra. No semiárido brasileiro a classe dominante, notadamente os latifundiários, se apropriou de diversas instituições da sociedade para garantir que sua dominação obtivesse êxito através de variados mecanismos. A tentativa de dominação da classe latifundiária sobre o campesinato é uma constante que acompanha toda a história da região.

Aqui cabe uma ressalva a respeito do termo campesinato que utilizamos nesta tese. Seguindo as concepções de Oliveira (2007) e Paulino e Almeida (2010), entendemos que esse termo congrega uma multiplicidade de sujeitos sociais que vivem no espaço agrário do semiárido brasileiro e que desempenham relações de produção não tipicamente capitalistas (com exceção dos trabalhadores rurais assalariados).

Optamos por congregar estes sujeitos entorno do campesinato pelo fato de estarem submetidos às práticas de violência das classes dominantes e, ao mesmo tempo, desenvolverem suas próprias formas de resistência no campo. Estes sujeitos, embora possuam inúmeras diferenças em suas respectivas territorialidades, estão unidos do ponto de vista da produção dos conflitos territoriais, pois sofrem violências e praticam resistências.

Entendemos que os sujeitos sociais que sofrem ataques constantes e históricos no Brasil que denominamos de violência territorial são os camponeses (em suas mais diversas denominações de origem cultural e geográfica como os posseiros, seringueiros, meeiros, varzeiros, lavradores, palmiteiros, agricultores ribeirinhos, pescadores, sertanejo colonos, agregados, assentados, fecho e fundo de pastos, castanheiros, geraizeiros, vaqueiros, sem-terra,) os indígenas, os quilombolas, os trabalhadores rurais assalariados ou não (diarista, tratorista, peão, administrador, garimpeiro) e os apoiadores da luta pela terra (religiosos, políticos, fotógrafos, comerciantes, professores, lideranças, sindicalistas, advogados, funcionários públicos e ambientalistas.)

Dada a complexidade existente no semiárido brasileiro em vista da multiplicidade de sujeitos sociais que vivem na região entendemos que o campesinato sintetiza espacial e historicamente como esses sujeitos participam da formação territorial no âmbito da luta de classes. Mesmo sujeitos como indígenas, quilombolas, geraizeiros, fecho e fundo de pasto, por exemplo, possuindo territorialidades diferentes entre si e entre pequenos

proprietários e trabalhadores em sistemas de parceria compreendemos que todos eles estão unidos na luta contra a dominação e controle territorial que acompanha toda a história da região.

As relações de dominação são fundamentais para entendermos como os conflitos territoriais são produzidos ao longo da história do semiárido brasileiro. Isso porque a dominação não gera apenas a submissão, mas também gera a contestação. Os camponeses submetidos à dominação do latifundiário por vezes se opõem a estas práticas e buscam formas de resistir contra elas. É nesse embate que o conflito emerge. Porém, o conflito territorial só ocorre a partir do momento em que o território está em disputa.

Desse modo, nossa tese é a de que os conflitos territoriais no semiárido brasileiro são produzidos a partir do embate entre as práticas de violência das classes dominantes e de resistência do campesinato no interior das relações de dominação. As práticas de violência e resistência refletem as características da formação territorial e da estrutura social de cada época. Portanto, os conflitos territoriais se reconfiguram a partir do momento em que ocorrem transformações substanciais na estrutura social e na formação territorial da região.

As características da estrutura social de cada época diz respeito não somente às esferas econômica, política, social e cultural, mas também à aliança entre as classes dominantes e Estado e do grau de organização do campesinato. As formas que os conflitos territoriais ocorrem é resultado das diferentes práticas de violência desempenhadas pelas classes dominantes em parceria com o Estado e das diversas práticas de resistência exercidas pelos sujeitos organizados entorno do campesinato. Tanto a violência quanto a resistência são, então, práticas históricas e não podem ser percebidas de outra maneira. Só existe a necessidade do campesinato se organizar e resistir porque existe a necessidade das classes dominantes controlarem toda a sociedade.

Como as práticas de violência e resistência são históricas e se transformam ao longo do tempo os conflitos territoriais se expressam de forma diferente em cada época. No período inicial da formação territorial do semiárido brasileiro a classe dominante se territorializa sobre os territórios indígenas e depois sobre os territórios do campesinato. Em um período posterior estes últimos avançam sobre os territórios do latifundiário e tentam se apropriar deles, como nos episódios de Canudos (Bahia) e Caldeirão (Ceará). E num período mais atual esse processo ocorre de maneira simultânea: as classes

dominantes buscando avançar sobre os territórios do campesinato e estes, ao mesmo tempo, tentando avançar sobre o latifúndio e sobre os territórios capitalistas. Esse processo de territorialização dos diferentes sujeitos é o motor dos conflitos territoriais na região semiárida.

E a materialização do conflito territorial além de refletir as características da aliança entre classes dominantes e Estado e do grau de organização da do campesinato também é reflexo dos elementos de interesse que estão sendo disputados. Não é simplesmente o território em si que está em disputa, mas também os elementos que o compõem e que possibilitam a reprodução social do campesinato, de um lado, e a acumulação de capital das classes dominantes, de outro.

Em determinada época um território poderia não estar em disputa pelo fato de que os elementos que este território dispõe não incita o interesse por parte do sujeito externo que busca sua territorialização. Territórios que no passado não despertavam o interesse para exploração econômica por parte da classe latifundiária, por exemplo, atualmente estão em disputa pela tentativa de apropriação por parte de empresas capitalistas de setores como mineração, energias alternativas e agronegócio.

Assim, reforçamos nossa tese de que os conflitos territoriais no semiárido brasileiro são produzidos pela disputa pelo território exercida entre sujeitos com interesses distintos. Essa disputa ocorre através da violência das classes dominantes e da resistência do campesinato e suas características refletem as transformações que ocorrem na formação territorial e na estrutura social de cada época. Portanto, os conflitos territoriais são considerados aqui no movimento do processo histórico e respondem às mudanças no tempo e no espaço.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para dar suporte à análise dos conflitos territoriais no semiárido brasileiro em pleno século XXI nos baseamos no emprego de alguns procedimentos metodológicos adequados à realização da pesquisa. Estes procedimentos podem ser divididos em três grandes grupos: a) pesquisa documental; b) coleta e sistematização de dados secundários; e c) trabalhos de campo.

a) Pesquisa documental

A pesquisa documental consistiu em adquirir materiais produzidos pelo Estado brasileiro e por organizações da sociedade civil. Desse modo, coletamos uma série de

leis, decretos, portarias e outros documentos institucionais de órgãos e departamentos como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Ministério da Integração Nacional (MIN), Senado Federal, Diário Oficial da União e Casa Civil. Estes documentos de caráter estatal foram utilizados para realizar a reconstrução histórica das regionalizações pelas quais o semiárido brasileiro foi submetido.

Também realizamos a coleta de documentos produzidos por organizações da sociedade civil, notadamente a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), com o intuito de perceber qual a leitura da realidade feita por estas organizações a respeito da reprodução social no espaço agrário semiárido. Este material serviu para elaborarmos uma reflexão acerca da Convivência com o semiárido, uma visão de mundo construída pelos povos do campo da região que visa o bem-estar social através do acesso aos bens necessários para o estabelecimento de uma qualidade de vida ideal para a sociedade.

b) Coleta e sistematização de dados secundários

Outra metodologia utilizada por nós diz respeito à aquisição e sistematização de dados secundários. Esse procedimento ajuda a reforçar a argumentação presente na análise do objeto que se deseja desvendar. Muitas vezes possuem elevada significância para a explicação que está sendo feita sobre um fenômeno ou processo. Assumimos a utilização destas informações por entendermos que elas nos ajudam a compreender de maneira mais precisa a realidade que nos dispomos a investigar. Sendo assim, os dados secundários utilizados até o momento na pesquisa estão divididos em duas classes: tabulares e cartográficos.

Os dados tabulares se referem aos números de conflitos no campo registrados e divulgados anualmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em sua publicação *Conflitos no Campo – Brasil*. Esses dados contribuem para explicitar a violência praticada no campo por diversos representantes da classe dominante brasileira contra incontáveis sujeitos que compõem a classe trabalhadora rural do país, o campesinato. É um importante diagnóstico da violência no campo brasileiro que existe desde o ano de 1985.

Nesse sentido, adquirimos os *Conflitos no Campo – Brasil* de 1985 a 2019, a fim de analisar o material e selecionar os conteúdos que poderíamos utilizar para basear nossa argumentação na análise do objeto. A partir do exame inicial do referido material elegemos as seguintes categorias presentes na publicação para posterior coleta dos dados: a) conflitos por terra; b) conflitos por água; e c) conflitos trabalhistas. Após a

seleção dessas categorias realizamos o recorte temporal para a coleta e sistematização dos dados: 1996 a 2019. A eleição do ano de 1996 como início da coleta e sistematização dos dados se deu pelo fato de que é apenas a partir desse ano que a CPT divulga os conflitos no campo na escala de município¹.

Após eleger as categorias e o recorte temporal a ser trabalhado iniciamos o processo de coleta. Destacamos, de antemão, que foi um procedimento desgastante, pois os dados estão divulgados na forma de relatório, ou seja, em um documento. O trabalho foi de coletar cada conflito nesse documento e preencher uma planilha onde se encontra o número de conflitos por município. A depender da categoria também são coletadas informações sobre os tipos e as situações dos conflitos. Ao todo foram coletados 3.567 conflitos nos municípios do semiárido brasileiro entre os anos de 1996 e 2019.

Com estes dados coletados passamos para a fase de sistematização. Estes dados foram, então, manipulados com base em seu comportamento no espaço e no tempo: agrupamos os conflitos por município (agregando por estado), por ano e cruzamos ambas as variáveis. O objetivo foi utilizar os dados para reforçar a análise sobre as conjunturas do país e da região na ocorrência dos conflitos territoriais. Essa sistematização deu origem a tabelas e gráficos que são apresentados neste trabalho.

Os outros tipos de dados secundários que coletamos dizem respeito aos dados cartográficos. Estes foram em quantidade inferior e em menor grau de complexidade de sistematização. Estes dados correspondem às bases cartográficas dos limites político-administrativos brasileiros: a divisão estadual e municipal brasileira, adquirida junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e a delimitação atualizada (2017) do semiárido brasileiro, adquirida junto à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Outros dados tabulares que coletamos dizem respeito à demografia, agropecuária, mineração, energias alternativas, infraestruturas e alguns outros. Foram dados obtidos junto a órgãos estatais como o próprio IBGE, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), a Agência Nacional de Mineração

¹ Com exceção do ano de 1985, nos anos anteriores a 1996 os conflitos no campo eram divulgados na escala estadual, o que impossibilita a nossa coleta pelo fato de que a delimitação do semiárido utilizada na pesquisa é menos abrangente que os limites territoriais dos estados compreendidos por essa delimitação. Ou seja: o conjunto dos municípios que compõem os estados compreendidos pelo semiárido é maior que o conjunto dos municípios restritos a delimitação do semiárido. Dessa forma, não podemos assumir que os conflitos que ocorrem em cada estado como um todo são os conflitos que ocorrem na porção semiárida em cada estado.

(ANM), a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e alguns outros. As fontes dos dados são mencionadas sempre que os apresentamos ao longo do texto.

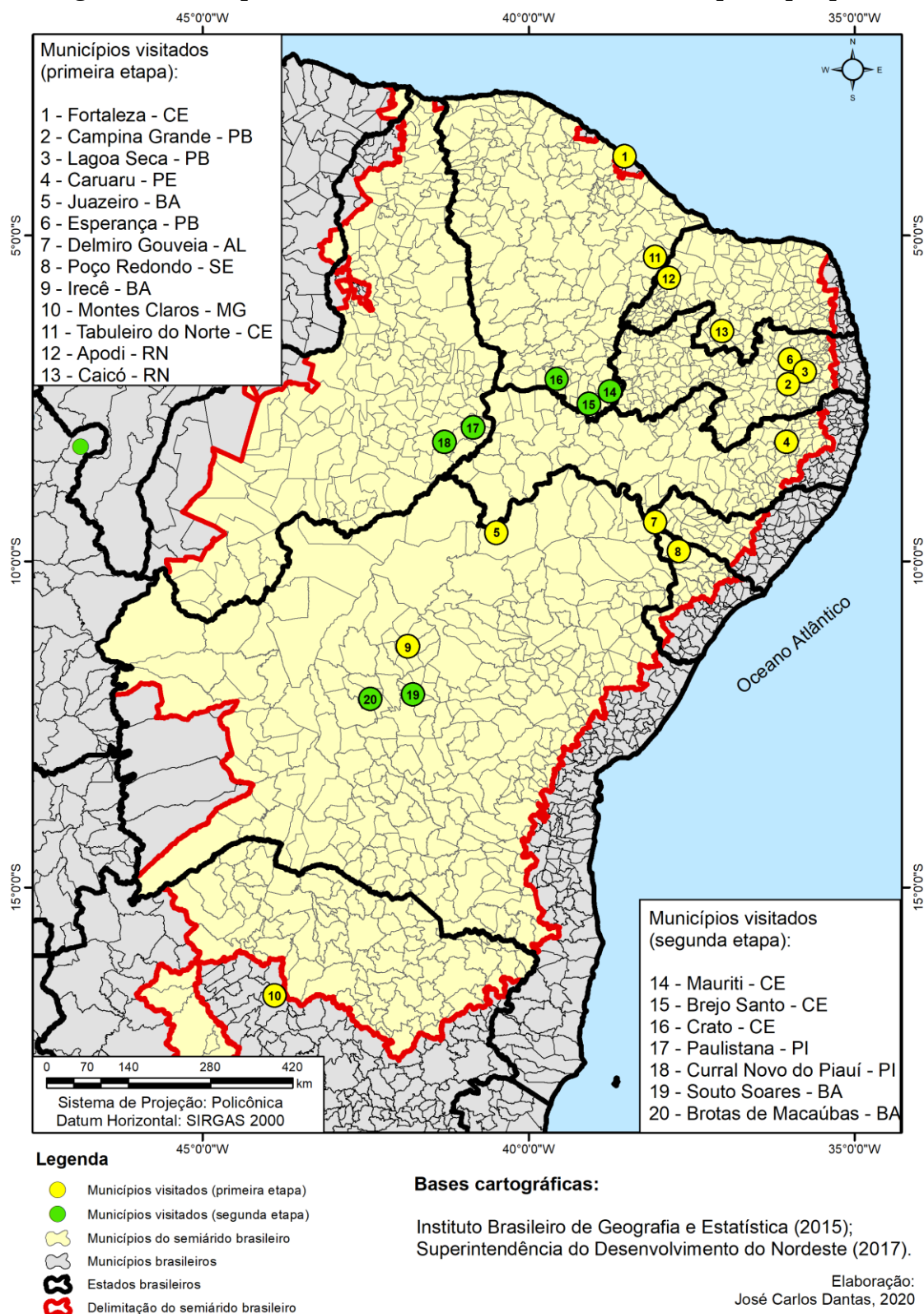
Ambos os dados tabulares e cartográficos foram manipulados através de um Sistema de Informações Geográficas (SIG), com processamentos que permitiram sua integração. E, por fim, esta manipulação gerou alguns produtos na forma de mapas, que também são apresentados na tese.

c) Trabalho de campo

Os trabalhos de campo se constituem em etapas imprescindíveis para a realização da nossa pesquisa. A possibilidade de realizar um contato direto-concreto com o objeto analisado contribui enormemente para a elucidação de questões antes nebulosas acerca dos processos que necessitam ser desvendados pela investigação.

Sendo assim, realizamos visitas em todos os estados compreendidos pelo semiárido brasileiro, como apresenta a Figura 2. Essas visitas consistiram em diálogos com membros de movimentos sociais, pesquisadores de instituições públicas de ensino e de pesquisa, trabalhadores e trabalhadoras de comunidades rurais e agentes da CPT. Estes diálogos tiveram o objetivo de debater o panorama atual dos conflitos territoriais em cada área de abrangência pela qual o sujeito entrevistado atuava e estava inserido. Isso quer dizer que os diálogos foram realizados em diferentes escalas espaciais, a depender do sujeito com quem dialogamos: escala local, escala estadual e escala regional (nesse caso o semiárido brasileiro como um todo).

Figura 2. Municípios visitados durante os trabalhos de campo da pesquisa



Fonte: elaboração própria.

No entanto, para melhor organizar as visitas de campo e os diálogos a serem realizados com o objetivo das entrevistas dividimos os trabalhos de campo em dois momentos: a primeira etapa e a segunda etapa.

A primeira etapa dos trabalhos de campo da pesquisa objetivou estabelecer um panorama atual dos conflitos no semiárido a partir do relato dos sujeitos entrevistados² em suas respectivas áreas de atuação. Nesse momento dialogamos com agentes da CPT, pesquisadores, membros de movimentos sociais e sindicato e trabalhadores rurais.

Entendendo, dessa forma, que o planejamento é uma tarefa inerente à realização do trabalho de campo optamos, nas visitas realizadas, aplicar o procedimento de entrevistas semi-estruturadas. Este procedimento se caracteriza pela:

formulação da maioria das perguntas prevista com antecedência e sua localização é provisoriamente determinada. O entrevistador tem uma participação bem mais ativa (...), embora ele deva observar um roteiro mais ou menos preciso e ordenado de questões. Contudo, apesar de observar um roteiro, o entrevistador pode fazer perguntas adicionais para elucidar questões ou ajudar a recompor o contexto (COLOGNESE e MÉLO, 1998, p. 144).

Organizamos, de acordo com esses pressupostos, as entrevistas em seis categorias principais com seus respectivos objetivos, as quais estão expostas no Quadro 1.

² Na redação final da tese iremos substituir os nomes reais das pessoas com quem dialogamos por nomes fictícios a fim de preservar a integridade destas.

Quadro 1. Categorias e objetivos que orientaram a elaboração das questões utilizadas nas entrevistas realizadas nos trabalhos de campo

Categoria	Objetivo
1 – Histórico dos conflitos em cada área visitada	Traçar uma retrospectiva histórica dos conflitos que ocorreram na área em questão e como estes conflitos mais antigos influenciam a produção dos atuais
2 – Panorama atual dos conflitos na área	Estabelecer um panorama dos conflitos que ocorrem na área em questão a partir de elementos como formas de apropriação do território pelo capital, tipos de produção capitalista, recursos naturais existentes e sujeitos envolvidos
3 – Áreas e casos representativos de conflitos na área	Identificar locais que podem servir de base empírica para realização de visitas futuras
4 – Histórico e ações da entidade cujo sujeito faz parte (inclusive relação com outras entidades)	Identificar como os movimentos sociais e demais entidades do semiárido brasileiro constroem formas de resistência ao avanço do capitalismo no campo
5 – Combate à seca x Convivência com o semiárido	Compreender como as políticas públicas no campo são capazes de promover dependência ou autonomia para os camponeses do semiárido
6 – Considerações específicas sobre cada entidade e/ou área	Eventuais considerações do sujeito sobre o tema e que não puderam ser classificadas nas categorias anteriores

Fonte: elaboração própria (2020).

Estas categorias e objetivos foram responsáveis pela elaboração das questões presentes nas entrevistas realizadas. Devido à diversidade de áreas e de sujeitos com os quais tivemos contato as questões elaboradas por vezes variavam. Retomando as considerações apontadas por Zusman (2011), cada entrevista planejada possuiu estratégias e características próprias. O próprio local de realização do diálogo já influencia o delineamento de estratégias adequadas ao contexto que o pesquisador se encontra. O Quadro 2 apresenta uma síntese das visitas realizadas na primeira rodada de trabalhos de campo da pesquisa.

Quadro 2. Síntese das visitas realizadas nos trabalhos de campo da pesquisa na primeira etapa

Sujeito	Representação	Município	Local	Data
Fábio Pereira	MST	Fortaleza – CE	Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto	28/01/2019
Jonas Duarte	INSA/UFPB	Campina Grande – PB	Residência	04/02/2019
Dilei Schiochet	MST	Lagoa Seca – PB	Centro de Formação Elizabeth e João Pedro Teixeira	09/02/2019
Edilson Barbosa	MST	Caruaru - PE	Assentamento Normandia	18/02/2019
Roberto Malvezzi	Assessoria a movimentos sociais	Juazeiro – BA	Residência	19/02/2019
Salomão Medeiros	INSA	Campina Grande - PB	Sede do INSA	21/02/2019
Vanúbia Martins	CPT	Campina Grande - PB	Sede da CPT – NE II em Campina Grande	22/02/2019
Marcelo Galassi	AS-PTA – PB	Esperança – PB	Sede da AS-PTA	07/03/2019
Francinaldo Silva	CPT	Delmiro Gouveia – AL	Acampamento São Francisco	03/07/2019
Rafaela Alves	MPA	Poço Redondo – SE	Teatro Raízes Nordestinas	05/07/2019
Mauro Jakes	CPT	Irecê – BA	Residência	08/07/2019
Alexandre Gonçalves Ana Paula Alencar	CPT	Montes Claros – MG	Sede da CPT em Montes Claros	11/07/2019
Thiago Valentim	CPT	Tabuleiro do Norte – CE	Sede da CPT em Tabuleiro do Norte	04/11/2019
Nilton Junior	CPT	Apodi - RN	Percurso pela Chapada do Apodi – RN	05/11/2019
Aginaldo Fernandes Edilson Silva	STR de Apodi	Apodi – RN	Sede do STR de Apodi	05/11/2019
Gleydson Albano	CERES – UFRN	Caicó – RN	CERES – UFRN	06/11/2019

Fonte: Elaboração própria (2020).

Esta primeira etapa dos trabalhos de campo foi importante para a pesquisa pelo fato de ter sido o momento de entender a dinâmica dos conflitos territoriais nos estados que compõem o semiárido brasileiro. Isso nos ajudou a analisar os dados de conflitos com uma leitura articulada entre os elementos de interesse em disputa territorial, as relações de dominação existentes, a expansão do capitalismo sobre os territórios do campesinato e as formas de resistência praticadas por este campesinato.

Já na segunda etapa dos trabalhos de campo objetivamos visitar as comunidades que estão em conflito. Foi nesse momento que realizamos o contato direto-concreto com

os sujeitos que estão envolvidos em conflito com algum outro sujeito ou grupo na disputa por elementos de interesse dos territórios.

Nessa etapa visitamos comunidades rurais nos estados do Piauí, Ceará e Bahia³. Devido à pandemia provocada pela COVID-19 no ano de 2020 não foi possível realizar visitas aos demais estados do semiárido brasileiro, dadas às medidas sanitárias de segurança recomendadas pelos órgãos estatais responsáveis. Ainda assim, conseguimos ter contato com diversas situações de conflito com diferentes sujeitos e em diferentes áreas (Quadro 3).

Quadro 3. Síntese das visitas realizadas nos trabalhos de campo da pesquisa na segunda etapa⁴

Sujeito	Causa do conflito	Município	Local	Data
Zé Maria	PISF ⁵	Mauriti - CE	Com. São Miguel	17/01/2020
Margarida Alves e Francisco Aldeir	PISF	Brejo Santo - CE	Vila Prod. Vassouras	17/01/2020
Francisco Antônio e Francisco Cordeiro	Cinturão das Águas do Ceará	Crato - CE	Com. Baixio das Palmeiras	18/01/2020
Ivanildo Francisco e Odilon Bernardo	Cinturão das Águas do Ceará	Crato - CE	Com. Baixio das Palmeiras	18/01/2020
Vários assentados	Cinturão das Águas do Ceará	Crato - CE	Assent. 10 de abril	19/01/2020
Iraci Otila	Cinturão das Águas do Ceará	Crato - CE	Assent. 10 de abril	19/01/2020
Margarida Alves e Irmã Dorothy	Ferrovia Transnordestina	Paulistana - PI	Com. Caldeirãozinho	20/01/2020
Josiete da Silva	Ferrovia Transnordestina	Curral Novo do Piauí - PI	Com. São José	20/01/2020
Roseane Santiago, Sônia Vicente e Francisca das Chagas	Empresas de mineração	Curral Novo do Piauí - PI	Com. Lagoas do Ovo	20/01/2020
Maria Betânia e Manoel de Jesus	Empresas de mineração	Curral Novo do Piauí - PI	Com. Palestina	21/01/2020
Maria Amélia Guajajara e Francisco Romão	Empresas de mineração	Curral Novo do Piauí - PI	Com. Manga Velha	21/01/2020

³ Também fomos ao norte de Minas Gerais para a realização de visitas nas comunidades. No entanto, os agentes da CPT que iriam nos acompanhar tiveram imprevistos e não puderam mais realizar as visitas conosco. Portanto, as visitas que estavam programadas para ocorrer no norte de Minas Gerais não puderam ser concretizadas.

⁴ Os nomes das pessoas com quem dialogamos durante as visitas foram trocadas por medida de segurança para com as mesmas. Os nomes que constam no referido quadro dizem respeito a pessoas que foram assassinadas no campo brasileiro nas últimas décadas e que se tornaram mártires da luta pela terra no Brasil.

⁵ Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF).

Sujeito	Causa do conflito	Município	Local	Data
Lindomar Fernandes	Parques eólicos	Souto Soares - BA	Com. Sítio Novo	17/02/2020
Jailson de Jesus	Parques eólicos	Souto Soares - BA	Com. São Domingos	17/02/2020
José Campos e Josimar Neves	Parques eólicos	Souto Soares - BA	Com. Manoel Joaquim	17/02/2020
Flávio Gabriel	Parques eólicos	Souto Soares - BA	Com. Emilia	17/02/2020
Edvaldo Bispo	Parques eólicos	Brotas de Macaúbas - BA	Com. Boa Vista	18/02/2020

Fonte: Elaboração própria (2021).

Para esta etapa de trabalhos de campo também adotamos o procedimento das entrevistas semi-estruturadas, mas com maior flexibilidade na formulação das questões. Iniciamos perguntando sobre a vida dos sujeitos na área onde ele ou ela vive e depois perguntamos quando começou o conflito e quais eram os sujeitos envolvidos. A partir daí apresentamos questões ao longo do relato dos sujeitos, intercalando sua fala com questionamentos que tínhamos sobre o conflito.

Em todas as comunidades visitadas e sujeitos entrevistados a aliança entre capital e Estado se fez presente como motor da produção dos conflitos. Muitos conflitos, inclusive, ocorrem por meio da instalação de projetos de desenvolvimento que não foram demandados pelas comunidades. Estes diálogos reforçaram ainda mais nossa reflexão sobre o objeto da pesquisa, a bibliografia adotada e os dados secundários utilizados para analisar os conflitos territoriais.

Dada a diversidade de áreas visitadas e sujeitos entrevistados concluímos que os trabalhos de campo contribuíram de maneira significativa para a reflexão dos processos envolvidos no movimento do real que recobre o objeto da pesquisa. E o mais importante a ser destacado: a reflexão sobre esses processos foi realizada de maneira dialógica entre pesquisador e sujeito entrevistado. Por isso enxergamos o trabalho de campo não como um simples momento de coleta de dados, mas sim de produção de informação, ou melhor, produção de reflexões conjuntas através da interação entre pesquisador e objeto.

Por fim, é fundamental salientar que estamos analisando o recorte espacial referente à delimitação mais recente do semiárido brasileiro, ou seja, a delimitação instituída em novembro de 2017 pela SUDENE.

ESTRUTURAÇÃO DA TESE

A estruturação da tese é a parte do trabalho que está em constante estado de mudança, pois o processo de escrita nos direciona a determinados caminhos às vezes

diferentes do que havíamos pensado inicialmente, resultado de novas leituras, aquisição de dados e informações, trabalhos de campo e as próprias reflexões sobre o objeto da pesquisa. A tese que apresentamos é composta por cinco capítulos além desta introdução e das considerações finais.

No primeiro capítulo intitulado “Os semiáridos” buscamos realizar uma reconstrução histórica das diversas regionalizações pelas quais o semiárido brasileiro esteve submetido em toda a sua história. Partimos, inicialmente, da noção de sertão no período colonial e a partir de então descrevemos todas as transformações ocorridas nos limites espaciais da região até os dias atuais. Frisamos que estas regionalizações não eliminam umas as outras com o passar do tempo, mas uma complementa a outra no decorrer do processo histórico.

Intitulamos o segundo capítulo da tese como “Os conflitos territoriais no semiárido oligárquico” para sintetizar a nossa reflexão acerca dos conflitos territoriais que ocorreram nos séculos passados (XVII a XIX) em uma estrutura social marcada pelo viés explicitamente hierárquico e autoritário. Tentamos refletir como as relações de dominação praticadas pela classe dominante geravam, ao mesmo tempo, subordinação e revolta entre os sujeitos pertencentes ao campesinato que moviam a formação territorial do semiárido nessa época. Aqui já buscamos evidenciar como os conflitos territoriais produziam esta formação territorial.

No terceiro capítulo analisamos os conflitos territoriais no contexto da expansão gradativa do capitalismo no campo do semiárido brasileiro no século XX. A este capítulo estamos chamando de “A reconfiguração dos conflitos territoriais no semiárido brasileiro: a passagem da hegemonia oligárquica para a hegemonia capitalista no século XX”. Objetivamos debater como os conflitos territoriais na região assumem outra configuração em relação ao período oligárquico com a expansão da produção tipicamente capitalista na região, alterando a composição das classes sociais, as relações de produção e a ação do Estado. Essa reconfiguração influencia diretamente os conflitos que se desenvolvem no século XXI.

Já o quarto capítulo que tem como título “Os conflitos territoriais no semiárido brasileiro do século XXI” se detém mais especificamente a analisar os conflitos territoriais no século XXI a partir dos dados publicados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) em seus relatórios anuais denominados de *Conflitos no Campo – Brasil*. Ao longo do capítulo analisamos os dados das categorias de conflitos por terra, por água e trabalhistas que a CPT registrou entre os anos de 1996 e 2020. No final deste capítulo

tentamos realizar uma leitura dos conflitos territoriais unindo os dados das três categorias e buscando refletir sobre como os elementos que compõem o território estão articulados para promover disputas territoriais entre sujeitos de classes sociais distintas.

O quinto e último capítulo possui um caráter mais teórico-conceitual para realizar uma leitura geográfica dos conflitos territoriais no semiárido brasileiro. Intitulamos este capítulo de “Conflitos territoriais: territórios, territorializações e territorialidades” e buscamos relacionar as leituras sobre o tema com as vivências que realizamos durante os trabalhos de campo da pesquisa. Tentamos articular os elementos empíricos percebidos nas áreas de conflito visitadas com a literatura que nos amparamos para elaborar reflexões de cunho teórico a fim de tentar explicar o que produz os conflitos territoriais no semiárido brasileiro. Também utilizamos todo o debate realizado nos capítulos anteriores como expressão concreta dos conflitos territoriais para refletir teoricamente sobre eles.

Portanto, o texto que se segue busca explicar toda a complexidade que compreende a dinâmica dos conflitos territoriais no semiárido brasileiro ao longo do tempo, entendendo que esta dinâmica possui determinantes históricos responsáveis pelo processo formação territorial da região e sua correspondente estrutura social.

CAPITULO I

OS SEMIÁRIDOS

O semiárido brasileiro experimentou diversas transformações ao longo de sua história, sob os aspectos mais variados. E um desses aspectos é a variação de seus “limites” regionais e suas respectivas denominações, embora em algum momento da história seja difícil identificar tais denominações em virtude das consequentes dificuldades de material disponível.

Por considerarmos a região como reflexo da produção do espaço e da formação territorial assumimos que esta sempre estará em estado de transformação, de dinamismo. Portanto, buscamos conceber a região através de um caráter dinâmico e não simplesmente como a junção de determinados atributos físicos e sociais (ainda que este seja um ponto de partida importante).

Pretendemos explicitar elementos que permitem pensar o semiárido brasileiro para além da área marcada pela seca. Precisamos entender que essa região se constrói ao longo do tempo mediante a relação entre aspectos naturais, econômicos, sociais, políticos e culturais. Assim como é a região caracterizada pelas irregularidades pluviométricas o semiárido também é a região onde predominou a atividade pecuária e a cotonicultura, onde a oligarquia agrária se perpetuou na hegemonia da classe dominante por um período significativo, onde a estrutura social estava marcada pela nítida hierarquia e autoritarismo, enfim, um conjunto de relações que nos ajudam a pensar essa região em movimento.

Atualmente o semiárido brasileiro se constitui como uma região em que a expansão capitalista no campo impulsiona uma série de conflitos territoriais com as populações locais. A diversidade de atividades econômicas amparadas pela lógica capitalista, de um lado, e as inúmeras experiências promovidas pelo campesinato em sua multiplicidade, de outro, se relacionam com a dinâmica natural e produzem uma gama de processos que constituem, respectivamente, o semiárido que combate à seca e o semiárido da convivência, debate que tratamos nos próximos capítulos.

Entendemos que a região reflete uma das dimensões do espaço. Assim, consideramos a região enquanto uma referência espacial com especificidades naturais, sociais, econômicas, políticas e culturais que se articulam entre si.

Por ser uma referência espacial a região então sempre estará associada a outras escalas espaciais: o Nordeste em relação ao Brasil; a América Latina em relação ao

mundo; o semiárido em relação ao Nordeste e/ou ao Brasil. Notadamente para refletir sobre o significado da região partimos da referência espacial objeto deste estudo: o semiárido brasileiro.

Mas como e quando o semiárido brasileiro torna-se uma região? Quais as especificidades existentes nessa referência espacial que lhe permitem ser analisada enquanto uma região? Como se transforma a região semiárida brasileira ao longo do tempo e espaço? Estas questões nos ajudam a conduzir a reflexão a respeito da problemática.

Este capítulo objetiva compreender o processo de configuração do semiárido brasileiro do ponto de vista de suas regionalizações e como elas influenciaram e foram influenciadas pelo processo de formação territorial em cada época. Buscamos relacionar as denominações utilizadas em cada período para se referir à porção do território nacional que corresponde hoje ao semiárido com o seu momento histórico correspondente.

Para isso, realizamos uma reconstrução das diferentes regionalizações existentes na história da região, tentando identificar os fatores responsáveis pelo estabelecimento destas mesmas regionalizações. Os períodos das mudanças nas regionalizações identificadas por nós são: a) os sertões; b) as Províncias e Estados do Norte; c) o Polígono das Secas; e d) o próprio semiárido brasileiro. Apresentamos a seguir as respectivas regionalizações.

É importante ressaltar de antemão que as regionalizações que apresentamos neste capítulo não possuem o caráter de substituir umas às outras. As delimitações do semiárido brasileiro na atualidade não eliminam as regionalizações estabelecidas no passado. O que ocorre, na verdade, é um processo duplo de negação e complementação: a criação de uma regionalização nega a sua antecessora a partir do momento que ela não dá mais conta de atender aos anseios daquele que regionaliza; ao mesmo tempo a nova delimitação absorve características da anterior no momento de sua formulação. Portanto, ao contrário de serem substituídas as regionalizações estão contidas umas nas outras a cada nova delimitação que surge.

1.1 Sertão, sertões: o embrião do semiárido

As bases para a constituição gradativa do semiárido enquanto região são criadas no próprio processo de formação territorial brasileiro através da invasão europeia aos

territórios indígenas que existiam nas áreas onde hoje conhecemos como o Brasil. A Colônia é a primeira fase da história do país, estabelecida por um modo de produção baseado na exploração do trabalho escravizado. A porção litoral leste da Colônia (sobretudo o que corresponde ao litoral da região Nordeste atualmente) se torna o *locus* da produção canavieira e o projeto econômico prioritário da Metrópole portuguesa (MENEZES, 1970).

Em verdade, podemos indicar que a instauração do semiárido passa a ocorrer a partir do início da ocupação e povoamento não indígena/nativo⁶ na área que compreende hoje à região semiárida do Brasil. Esta ocupação é resultado, segundo Andrade (1973), da penetração, na segunda metade do século XVII, da atividade pecuária para áreas interioranas do que hoje chamamos de Nordeste⁷, estabelecendo os chamados caminhos de gado e as correspondentes fazendas de gado.

Nessa época a área que corresponde hoje ao semiárido brasileiro era considerada como sendo o sertão, ou sertões. Entendemos que a atribuição do significado de sertão à referida área configura as primeiras tentativas de sua regionalização, ainda que não tenha sido realizada por mecanismos puramente institucionais.

Os sentidos do termo sertão nessa fase indicavam a caracterização de uma área distante da porção litorânea da Colônia, habitada por selvagens, não civilizada, dotada de poucas informações a seu respeito (AMADO, 1995). É importante salientar que estes sentidos são atribuídos por sujeitos externos (habitantes das áreas “civilizadas”) ao que chamavam de sertão, sendo, portanto, significações construídas pela alteridade⁸, nas palavras de Neves (2003b). O sertão já nasce como uma referência espacial a todas aquelas áreas que não eram litorâneas. Embora termos que considerar que não se trata de uma região, ainda, essa formulação da noção de sertão é uma das bases para as regionalizações futuras entorno do semiárido brasileiro.

⁶ Frisamos que foi uma ocupação não indígena e não apenas uma ocupação da área, como geralmente se costuma descrever, pelo fato de que a região já era ocupada por inúmeras etnias e tribos indígenas. Portanto, acreditamos ser um equívoco falar em “início da ocupação” no interior/semiárido sem mencionar que essa ocupação foi realizada por sujeitos não indígenas/nativos.

⁷ Não é nosso intuito realizar aqui uma reconstrução histórica do processo de ocupação e povoamento da região que compreende hoje o semiárido. Essa discussão já foi tema de diversos outros estudos. Caso o leitor ou a leitora deseje se aprofundar no debate recomendamos a leitura de Andrade (1973), Menezes (1970), Lanna (1994) e Oliveira (1981).

⁸ De acordo com Amado (1995) a noção de sertão era atribuída sempre por quem a enunciava para se referir às estas terras ainda não dominadas. Como foi construído pelos colonizadores este termo se referia a sua alteridade, àquelas áreas distantes de si, não apenas em distância, mas também no sentido do conhecer o espaço e seus atributos. Consultar a referida autora para mais informações sobre o termo sertão.

Para Amado (1995) a construção da noção de sertão foi realizada a partir da noção de litoral, costa: ambas são noções opostas e complementares. Uma só existe em função da outra: o litoral como o espaço dominado pela Coroa e com delimitações conhecidas, além de ser o coração econômico da Colônia; e o sertão como o espaço desconhecido, habitado por “selvagens”; as vastas terras interiores até então não dominadas. Uma noção só ganha sentido a partir da outra. E uma também referencia espacialmente a outra.

Sendo assim, o termo sertão passou a se tornar uma noção gradativamente atribuída no imaginário social e reforçada pela própria Coroa portuguesa e pelos viajantes contratados por ela. Os relatos desses viajantes reforçavam essa noção de área inóspita (BONATO, 2010). Viajantes, naturalistas e escritores de literatura fazem parte do contingente de sujeitos que contribuíram para a consolidação do sertão da forma como foi formulado pelos colonizadores portugueses no Brasil.

Contudo, acreditamos que parte destes significados forjados para o sertão foi sendo desmistificado com o processo de ocupação e povoamento não indígena/nativo das áreas interioranas do Nordeste. Com o estabelecimento da atividade pecuária foi possível, paulatinamente, desenvolver inúmeros núcleos de povoamento e instituir os valores de civilidade que a Coroa e os colonizadores pregavam. O sertão deixava de ser “terra desconhecida” para se tornar a área da criação de gado que abastecia a Colônia (na porção que corresponde ao Nordeste atualmente).

Na passagem do período colonial para o período imperial do Brasil os sentidos atribuídos ao sertão continuam a serem formulados e reformulados. Bonato (2010) expõe a importância exercida por diversos viajantes que transitaram pela área sertaneja no final do período colonial brasileiro na constituição de sentidos sobre o sertão, através de dimensões narrativas e imagéticas. Foram construídos através de relatos de viagens: o sertão da dualidade climática (quando não está vivendo momentos de secas severas a área está submetida a eventos e períodos de chuvas extremas); o sertão das doenças, se referindo aos casos de enfermidades promovidas pelo ambiente “hostil” em que os viajantes se encontravam, muitas vezes eles próprios contraindo doenças; o sertão das potencialidades naturais, conferindo a área um caráter de abundância em minérios e plantas medicinais, sobretudo; e o sertão dos habitantes, que descreve o modo de vida nesse espaço.

Estes sertões construídos através de narrativas carregadas de intencionalidades contribuíram com a criação de determinadas imagens no imaginário social daquela

época até os dias atuais. Ao mesmo tempo em que busca evidenciar imagens distorcidas e mistificadas do sertão revelam a grande diversidade de elementos que compõem essa área. Assim, não podemos nos referir a um sertão homogêneo, senão aos múltiplos sertões que estão contidos nessa referência espacial.

Entendemos que estes sentidos atribuídos ao sertão estão imbricados aos componentes da paisagem que era percebida. Características como o clima, a vegetação, a criação de gado, o solo, as lavouras, as residências e povoados se integram para permitir a existência do sertão como tal. E como essas características influenciam as relações de produção e a constituição da estrutura social correspondente; expressões da formação territorial que podem ser percebidas através da paisagem.

Sem dúvidas a paisagem foi uma dimensão fundamental para a formulação da noção de sertão, que mais tarde seria concebido como semiárido. Entre os infinitos componentes que compõem a paisagem sertaneja o aspecto climático se sobressai. O clima possuía tamanha importância para a caracterização do sertão que um de seus fenômenos, a seca, foi considerado como o principal fator responsável pela existência de todas as mazelas experimentadas pela sociedade sertaneja, como já discutimos anteriormente em Dantas (2020).

Desse modo, as irregularidades pluviométricas e a apropriação da água disponível por um determinado grupo em detrimento de outro; o plantio de determinadas culturas alimentares influenciadas pelas restrições edafoclimáticas e técnicas; a organização do trabalho na criação de gado e as estratégias para aproveitamento da pastagem natural da Caatinga; a concentração de riqueza e poder em um reduzido grupo de sujeitos e a concentração da pobreza e submissão/dependência em um amplo grupo da sociedade sertaneja; todos estes aspectos que podem ser percebidos através da paisagem se articulam para constituir o sertão, ou sertões, produzido nos períodos colonial e imperial. Essas características são essenciais para entendermos o semiárido brasileiro enquanto uma região definida para além do aspecto meramente climático.

Nesse momento da história do semiárido a atividade pecuária já se constituía como a economia por excelência das áreas sertanejas. Se baseava num modo de produção que alinhava a exploração do trabalho escravizado com exploração do trabalho livre do vaqueiro, do meeiro, do parceiro. As referidas relações de produção seriam intensificadas com o estabelecimento da cotonicultura no século XVIII (DE' CARLI, 2007; OLIVEIRA, 1981), transformando a economia sertaneja de circulação interna, com a pecuária, para a criação de relações com capitais internacionais

(principalmente ingleses), com a produção de algodão. As bases para a consolidação das relações capitalistas de produção tempos depois ganhavam cada vez mais concretude.

Com isso, a dinâmica econômica, social e natural imprimia paulatinamente na paisagem as especificidades do semiárido, produzindo continuamente essa região. A articulação desses elementos nessa referência espacial orientou as regionalizações futuras que foram realizadas ao longo do tempo. Regionalizações que passariam a fazer parte das políticas estatais que ocorreram na história da região semiárida brasileira. Passamos a nos referir às tentativas de delineamento de regiões respaldadas pela dimensão puramente institucional.

Consideramos, assim, que a utilização do termo sertão para se referir à referência espacial correspondente ao semiárido brasileiro, portanto à região semiárida, possuiu preponderância até o final do período colonial no país. Obviamente que não é possível indicar uma data precisa para o uso desse termo na sociedade. Como advertimos anteriormente, as regionalizações são absorvidas pelas outras no decorrer da história. O termo sertão ainda é utilizado até hoje, por exemplo. Indicamos o final da Colônia no Brasil apenas como uma aproximação para indicar o período inicial em que este termo foi utilizado para fazer referência à região semiárida.

1.2 O início das regionalizações estatais: Províncias e Estados do Norte

Certamente que a denominação sertão que evolui para a região semiárida fazia referência à zona interior das capitanias (em primeiro momento) e das províncias (em segundo momento) correspondentes à porção nordeste da Colônia e do Império brasileiro, respectivamente. No período imperial, iniciado em 1822, o governo adota a denominação Províncias do Norte para se referir justamente a essa porção nordeste do país (o que mais tarde se conformaria no atual Nordeste).

Nesse século a porção semiárida das Províncias do Norte experimentou a ascensão da produção algodoeira, transformando não apenas as relações de produção, mas também as relações comerciais e a circulação de capitais nessa área (MENEZES, 1970). Esse processo fortaleceu ainda mais as oligarquias agrárias sertanejas e ampliou sua importância perante o Estado. Prova disso são as medidas adotadas pelo governo imperial para tentar atenuar os efeitos das secas nessa porção do território nacional (BRASIL, 2019), fenômeno que onera a produção algodoeira e diminui a arrecadação de tributos.

A menção às Províncias do Norte estava ligada, na maioria dos casos, aos problemas relacionados às secas e às doenças que acometiam os habitantes das referidas províncias (características expressas na paisagem já mencionadas), como podemos observar em Brasil (2019). A referência às Províncias do Norte aludia principalmente às do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, justamente aquelas mais afetadas pelos períodos de estiagem na porção nordeste do Império.

É importante mencionar que a denominação de Províncias do Norte foi adotada pelo governo imperial pelo fato de que essa referência espacial era utilizada geralmente para se referir aos aspectos paisagísticos daquele espaço, sobretudo o clima. E sem dúvidas essa denominação influenciou o estabelecimento do termo Estados do Norte, que passaria a ser adotado em decretos e leis após a Constituição da República de 1891.

Mas além do aspecto climático é possível notar que sempre que se falava em Províncias do Norte estava se referindo também às áreas dominadas pela pecuária e o algodão, indicando a importância da atividade econômica para a caracterização desta região. Por isso insistimos em afirmar que a região semiárida brasileira deve ser definida para além dos aspectos naturais, mas também pelas especificidades que os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais imprimiam na paisagem.

A Constituição de 1891 instituiu o federalismo no Brasil e substituiu a divisão político-administrativa pautada nas províncias para a divisão baseada em estados (BRASIL, 1891). As divisões territoriais permaneceram praticamente as mesmas. O que mudou consideravelmente foram as normatizações que regem as relações entre as diversas instâncias do Estado brasileiro.

Assim, as menções às Províncias do Norte se transformaram nas menções aos Estados do Norte, algo que já aparece no Decreto nº 1.396, de 10 de outubro de 1905⁹. Esse decreto dispunha “sobre as despesas a fazer com a construção de obras preventivas dos efeitos das seccas que periodicamente assolam alguns Estados do Norte” (BRASIL, 1905). Foi o resultado de políticas para combater os efeitos das secas no Nordeste baseada em estudos e diagnósticos sobre seus sertões realizados na segunda metade do século XIX.

Curioso é observar que na maioria das vezes que os governos faziam menção aos Estados do Norte esse termo constava em algum decreto, lei ou mensagem presidencial

⁹ É possível que a menção aos Estados do Norte possa ter sido feita em anos anteriores a 1905. Porém, como não encontramos nenhum outro decreto, lei ou documento governamental que utilizasse esse termo nos anos que precederam 1905 assumimos esse ano como marco temporal.

relacionado a ocorrência de secas ou medidas para atenuá-la. Essa característica continuou mesmo após o Império, com a República. Mencionava-se a seca não simplesmente por seu aspecto essencialmente natural, mas também pelos impactos que este fenômeno provocava para a sociedade sertaneja e conseqüentemente para o Estado brasileiro.

Entre outros documentos o Decreto 7.619, de 21 de outubro de 1909, também menciona os Estados do Norte em seu conteúdo. Esse decreto é um marco para as políticas de combate à seca do Nordeste, pois através dele foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), com seu respectivo regulamento. A este órgão cabia o desenvolvimento de estudos e projetos para solucionar os problemas decorrentes das secas nos Estados do Norte.

Porém, além de mencionar os Estados do Norte em seu conteúdo, o decreto de criação da IOCS também inclui os termos zonas assoladas pelas secas e zonas das secas. Podemos observar que aí já aparece uma referência espacial que mais se aproxima à região semiárida do que o termo Estados do Norte. Este termo fazia referência ao conjunto de cada estado por completo que se localizava na porção norte (Nordeste) do país. A expressão zonas das secas especifica determinadas áreas dentro dos supracitados estados, caracterizadas pela ocorrência recorrente de períodos de estiagem.

É importante demarcar essa menção a ideia de zonas das secas pelo fato dessa noção influenciar as regionalizações futuras do semiárido brasileiro. A própria estrutura administrativa da IOCS, inclusive, indicava que essa noção estava sendo percebida. A IOCS se organizava através de uma seção central localizada na Capital Federal e outras três, que são: 1ª seção, compreendendo os estados do Piauí e Ceará; a 2ª seção, compreendendo os estados do Rio Grande do Norte e Paraíba; e a 3ª seção compreendendo as zonas secas entre os estados de Pernambuco e o norte de Minas Gerais (BRASIL, 1909).

Assim, a constituição da ideia de Estados do Norte (herança das Províncias do Norte) contribuía para a assimilação de uma referência espacial que compreendia a porção nordeste da República brasileira. Essa referência evolui, gradativamente, para o estabelecimento da região Nordeste como conhecemos atualmente.

Segundo Aguiar (1983) a utilização do termo Nordeste já havia sido adotada por Hermes da Fonseca em suas Mensagens Presidenciais no ano de 1914, quando se referia aos Estados do Norte. Parece que nesse momento já havia certa assimilação por parte do governo da necessidade de ser realizada uma regionalização mais precisa do Brasil.

Em verdade desde o início do período republicano diversas propostas de regionalização foram apresentadas por estudiosos e técnicos, como atesta Guimarães (1941). Na delimitação que corresponderia aos Estados do Norte ora as propostas denominavam a região como sendo Brasil Norte-Oriental¹⁰, ora como Costa Equatorial¹¹, ora como Nordeste¹². Dependendo da proposta de regionalização os estados do Maranhão, Piauí, Sergipe e Bahia se encontravam fora dos limites das regiões que corresponderiam aos Estados do Norte, caracterizando outras regiões. É importante salientar que quase todas as propostas descritas em Guimarães (1941) se baseavam em critérios de ordem natural para promover as delimitações.

Em meio a estas propostas sistematizadas por Guimarães (1941) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) elabora uma regionalização para subsidiar o trabalho de levantamento de dados estatísticos realizado pelo instituto. Através da Resolução nº 75, de 18 de julho de 1938, o IBGE promove uma regionalização do Brasil e institui oficialmente a região Nordeste, compreendida pelos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Coincidentemente (ou não!) esses são os estados que historicamente mais foram impactados com os efeitos das secas.

Consideramos que a região Nordeste estabelecida pelo IBGE correspondia, em linhas gerais, aos mesmos Estados do Norte mencionados em outros momentos da história do país. Também é importante considerar que grande parte do Polígono das Secas (a qual havia sido definida dois anos antes) estava contida no interior desse Nordeste.

O que queremos enfatizar é que tanto as noções de sertão quanto as de Províncias do Norte, Estados do Norte e região Nordeste foram fundamentais para sedimentar a proposta do Polígono das Secas (delimitação mais próxima da região semiárido do Brasil). E que o atributo paisagístico, sobretudo o aspecto climático, foi o fio condutor para as referenciações espaciais elaboradas ao longo do tempo atribuídas às zonas assoladas pelas secas ou à região semiárida. No entanto, não podemos negligenciar a importância das atividades econômicas, notadamente a pecuária e a cotonicultura, como

¹⁰ Essa região compreendia os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

¹¹ Essa região compreendia os mesmos estados da região Brasil Norte-Oriental.

¹² Essa região compreendia os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e a porção norte da Bahia.

elementos de caracterização do sertão ou Províncias/Estados do Norte. A área sertaneja do Nordeste era a área ocupada pelo gado e pelo algodão.

1.3 A primeira forma do semiárido: o Polígono das Secas

O Polígono das Secas foi criado através da Lei nº 175, de 07 de janeiro de 1936, como parte da política permanente de combate aos efeitos da seca instituída pelo artigo 177 da Constituição da República de 1934. O supracitado artigo atesta que:

A defesa contra os efeitos das secas nos Estados do Norte obedecerá a um plano sistemático e será permanente, ficando a cargo da União, que dependerá, com as obras e os serviços de assistência, quantia nunca inferior a quatro por cento da sua receita tributária sem aplicação especial (BRASIL, 1934, p. 38).

Na Constituição de 1934 fica evidente que a problemática relacionada aos efeitos da seca sobre a porção do território nacional impactada por este fenômeno estava sendo tratada enquanto uma política de Estado, dotada de um caráter permanente de suas ações. No entanto, mesmo com as proposições de regionalizações que estavam sendo construídas e com a assimilação de termos técnicos para se referir à zona semiárida do país, o termo Estados do Norte ainda é utilizado para fazer menção aos estados que são impactados recorrentemente pela estiagem.

A contradição no uso desse termo se dá ainda mais pelo fato de que as Mensagens Presidenciais de Hermes da Fonseca já registravam (duas décadas antes) o uso do termo região semi-árida, além da expressão sertões da região flagelada pela seca (BRASIL, 1914). Se o próprio presidente do país naquele momento passava a adotar esse termo de conotação técnica certamente estava se baseando em relatórios técnicos elaborados pelos órgãos estatais que atuam na referida porção do território nacional, que nesse caso era a IOCS. Tanto a menção à condição de semiaridez existente no interior dos Estados do Norte quanto à região flagelada pela seca indicava que existia uma determinada zona do país dotada de determinadas características climáticas com registros baixos de precipitação. Esse entendimento foi fundamental para a primeira delimitação precisa do que seria a região semiárida mais tarde.

Devemos fazer uma ressalva de que nesse momento os aspectos climáticos sem dúvida foram privilegiados em detrimento dos aspectos econômicos da região. No entanto, considerando que uma regionalização incorpora características de sua precedente consideramos que as características econômicas estavam implícitas na

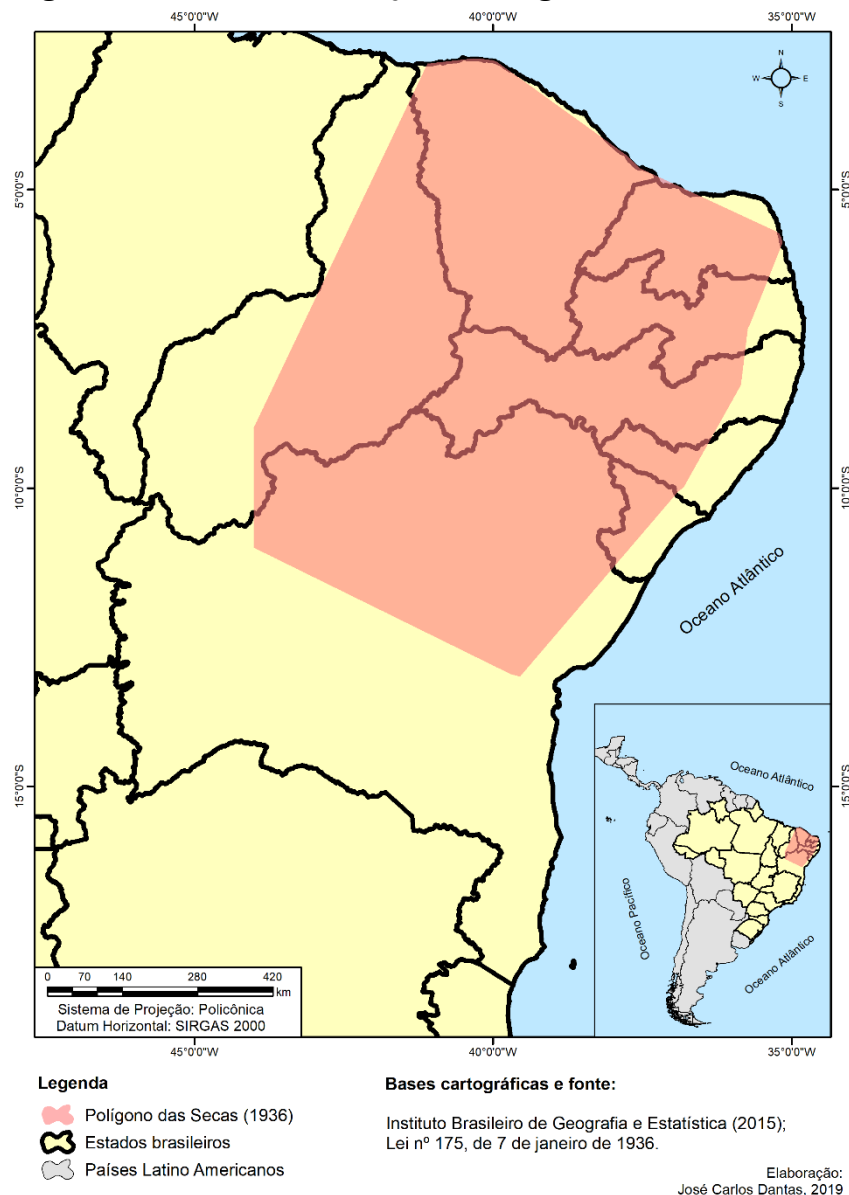
delimitação do Polígono das Secas. Os próprios limites dessa regionalização são condizentes com a referência espacial dos Estados do Norte, área impactada pelos efeitos da seca onde predominava a atividade pecuária e algodoeira.

Sem dúvida o Polígono das Secas é a primeira regionalização precisa elaborada pelo Estado brasileiro para auxiliar no desenvolvimento de políticas de combate aos efeitos da seca na região semiárida. Enquanto que a noção de sertão e o termo Estados do Norte, ou mesmo a expressão zona assolada pelos efeitos da seca, atribuíam uma conotação imprecisa ao recorte espacial que se estava fazendo referência o Polígono das Secas define objetivamente os limites de sua abrangência.

Contudo, a Lei nº 175/1936, não denomina explicitamente essa delimitação com o nome de Polígono das Secas. Como a referida lei foi estabelecida para regular o artigo 177 da Constituição de 1934 ainda era utilizado o termo Estados do Norte para se referir à porção do território nacional impactado pelas secas recorrentes. Como atesta o artigo 2º da lei: “A área dos Estados do Norte, a considerar no plano referido no art. 1º, é limitada pela **polygonal** [...]” (BRASIL, 1936, p. 1, grifo do autor).

O que desejamos ressaltar é: embora tenha sido realizada uma delimitação precisa da área impactada pelos efeitos da seca esta não possuía a denominação de Polígono das Secas ainda¹³. Acreditamos que mais do que atribuir uma denominação a esta área o Estado brasileiro objetivava implementar ações sistemáticas para atenuar os efeitos da estiagem na região. A Figura 3 apresenta a delimitação do Polígono das Secas em 1936.

¹³ O termo Polígono das Secas só foi definido na Lei nº 1.348, 10 de fevereiro de 1951.

Figura 3. Primeira delimitação do Polígono das Secas de 1936

Fonte: elaboração própria.

Como é possível observar na Figura 3 a delimitação do Polígono das Secas em 1936 é realizada por um método de delineamento retilíneo a partir de vértices localizados na porção dos Estados do Norte indicados pela Lei nº 175/1936. É importante frisar o método utilizado para essa delimitação (polígono formado pela ligação entre vértices) pelo fato de que ele é aperfeiçoado ao longo do tempo.

Mesmo sendo uma ação importante para a regionalização do semiárido brasileiro décadas depois as leis que regulamentaram o Polígono das Secas ainda não apresentavam os critérios técnicos utilizados para o delineamento dos limites desta zona. Sabemos que o critério estava relacionado nitidamente à área flagelada pelos efeitos das secas nos Estados do Norte (critérios climáticos). Porém, não é apresentado

se essa área foi definida pelos totais pluviométricos dos municípios localizados nessa porção do território nacional ou por algum critério ligado ao balanço hídrico destes municípios.

Parte dessa dificuldade de estabelecer um critério objetivo para a delimitação (ou pelo menos de apresentar quais foram os critérios) pode estar associada ao fato de que nessa época o acesso a dados meteorológicos ainda era significativamente restrito, se comparado com a realidade atual. Lembremos que uma infraestrutura de monitoramento sistemático só passou a ser implementada nos Estados do Norte (na região semiárida como conhecemos atualmente) a partir da criação da IOCS em 1909¹⁴.

Ainda assim é inegável que a dimensão política possuía grande importância para a atribuição dos vértices de delineamento em determinados municípios. A década de 1930, como indicam Ferreira (1993) e Oliveira (1981), ainda experimentava a ação recorrente das oligarquias agrárias da região dominada pela pecuária e algodão (atual semiárido). As próprias transformações nos limites do Polígono das Secas que houveram nas décadas seguintes (Quadro 4 e Figura 4) são exemplos de como a influência de classes dominantes na sociedade resulta no direcionamento de políticas estatais.

¹⁴ Ao afirmar isso não estamos negando que já pudessem existir experiências em determinados estados ou municípios do Nordeste naquele momento. Porém, só a partir da IOCS é que as políticas de combate à seca (e o monitoramento meteorológico como uma dessas políticas) passaram a serem tratadas de maneira sistemática em toda a porção semiárida do país. Essas políticas são resultado de medidas que passaram a ser tomadas ainda no período imperial do país e que defendiam a necessidade de realizar estudos e diagnósticos sobre a realidade física e social da área flagelada pelos efeitos da seca no Brasil.

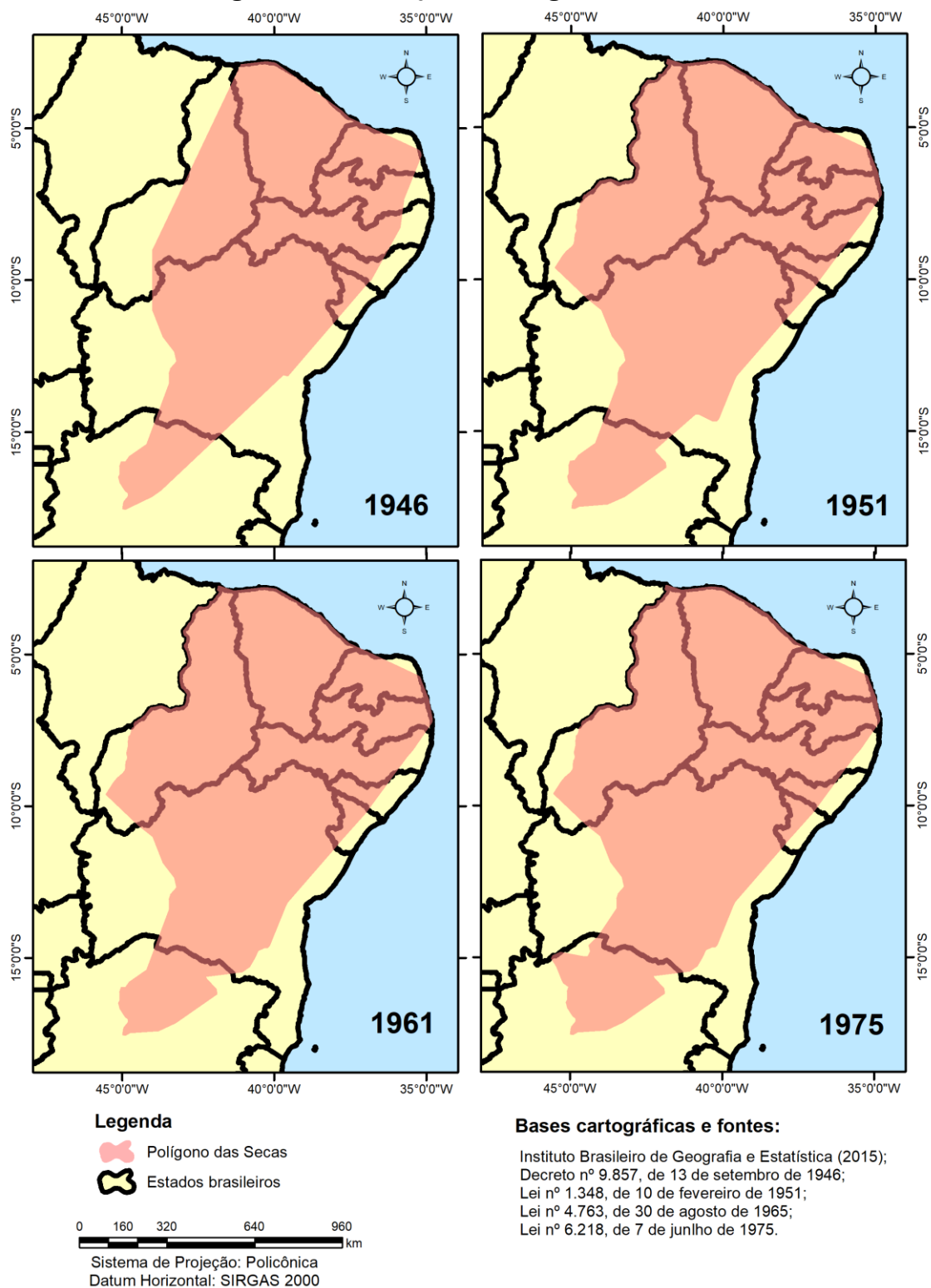
Quadro 4. Delimitações do Polígono das Secas entre 1936 e 1975

Ato presidencial	Data de publicação	Área aproximada	Delimitação
Lei nº 175	07 de janeiro de 1936	695.217,42 km ²	Os vértices são: Aracati, Acaraú e Camocim (CE); interseção do meridiano de 44° de GW com o paralelo de 9°; interseção do meridiano de 44° de GW com o paralelo de 11° e cidade de Amargosa (BA); Traipu (AL); Caruaru (PE); Campina Grande (PB); e Natal (RN).
Lei nº 9.857 ¹⁵	13 de setembro de 1946	857.709,61 km ²	Ampliação da delimitação de 1936 para: as margens do Rio São Francisco desde Barra (BA) até Pirapora (MG); linha de Pirapora a Montes Claros (MG); e linha de Montes Claros (MG) a Amargosa (BA).
Lei nº 1.348	10 de fevereiro de 1951	1.003.097,07 km ²	Revisão da delimitação de 1946 com os vértices: orla do Oceano Atlântico as cidades de João Pessoa (PB), Natal (RN), Fortaleza (CE) e foz do Rio São João da Praia (divisa entre os estados do Ceará e Piauí); embocadura do Rio Longá (afluente do Rio Parnaíba) e seguindo pela margem direita deste a afluição do Rio Uruçuí-Preto (ambos no estado do Piauí), acompanhando suas nascentes até Gilbués (PI); Barra (BA); as margens do Rio São Francisco desde Barra (BA) até Pirapora (MG); Bocaiuva, Salinas e Rio Pardo de Minas (MG); Vista Nova, Poções e Amargosa (BA); Gravata (PE); e João Pessoa (PB).
Lei nº 4.763	30 de agosto de 1965	1.014.134,90 km ²	Inclusão do município de Vitória da Conquista (BA) na delimitação de 1951.
Lei nº 6.218	07 de julho de 1975	1.031.277,28 km ²	Inclusão dos municípios de Manga, São Francisco e Januária (MG).

Fonte: elaboração própria.

¹⁵ Este decreto faz referência ao Decreto nº 8.486, de 28 de dezembro de 1945, que modificava a denominação da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), antiga IOCS, para Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Esse decreto, em seu artigo 1º, regulamentava que o DNOCS era o órgão responsável por realizar as obras de atenuação dos efeitos da seca na área compreendida pelo Polígono das Secas de 1936.

Figura 4. Delimitações do Polígono das Secas¹⁶



Fonte: elaboração própria.

Diante do Quadro 4 e da Figura 4 observamos que o delineamento do Polígono das Secas foi modificado algumas vezes para abranger cada vez mais municípios no

¹⁶ Uma outra versão deste mapa está disponível no Apêndice I.

Nordeste. A questão que se apresenta com essas modificações é: por que estes municípios foram inseridos na delimitação do Polígono das Secas e não outros? É possível que houvesse alguma relação de interesses políticos entre prefeitos, governadores e parlamentares que favorecia a indicação de determinados municípios para compor o Polígono das Secas. Isso porque como essa delimitação era utilizada para a implementação de ações de combate à seca (construção de açudes, perfuração de poços, criação de sistemas de irrigação, construção de estradas, etc.) era de interesse por parte da oligarquia agrária dessa época (fazendeiros, parlamentares, prefeitos) a aquisição de recursos da União para execução de obras e projetos de seus respectivos interesses particulares.

Quando Ferreira (1993) investiga a indústria da seca na Paraíba¹⁷ ela está justamente se referindo a essa prática: o uso do discurso de que a seca é a raiz dos problemas da região semiárida para justificar a destinação de recursos estatais da União e sua consequente apropriação pelas oligarquias agrárias. Um discurso que alimentava o crescimento da riqueza das oligarquias e ampliava o exercício de sua hegemonia política e econômica na sociedade sertaneja.

Os casos mais representativos da lógica de influência política para a delimitação do Polígono das Secas ocorrem, como demonstra o Quadro 4, na atualização do delineamento da área nos anos de 1965 e de 1975. A Lei nº 4.763/1965¹⁸, incluía apenas o município de Vitória da Conquista (BA) no Polígono das Secas. Enquanto que a Lei nº 6.218/1975, incluía os municípios de Manga, São Francisco e Januária (MG). Ou seja, foram elaboradas duas leis para inclusão de apenas um único município (1965) e de três municípios (1975) em uma área superior a um milhão de quilômetros quadrados.

A atualização dos limites do Polígono das Secas é elucidativa de como os interesses de grupos hegemônicos na sociedade são satisfeitos quando estamos diante de um Estado paternalista. O critério que é técnico (a princípio) é suplantado pelas

¹⁷ De acordo com Ferreira (1993) a indústria da seca nasce a partir das ações assistencialistas do Estado brasileiro em promover medidas em relação aos efeitos da seca apenas durante a sua ocorrência, eram os chamados socorros públicos, que visava atender aos milhares de pessoas que sofriam com este problema através de ações emergenciais.

A constituição desse movimento se deu a partir da dimensão local, com desvios de verbas e alimentos por parte de membros das comissões criadas para executar as ações do Estado, por tropeiros e comerciantes, e de uma dimensão regional/nacional, a qual era composta pelos representantes políticos do Nordeste que se utilizavam dos problemas gerados pela seca na região para justificar o requerimento de verbas Governo Federal.

¹⁸ Além de incluir o município de Vitória da Conquista (BA) esta lei também regulamentava que os municípios desmembrados de outros municípios já pertencentes ao Polígono das Secas passariam a fazer parte do polígono, referendando o artigo 88 da Lei nº 4.239, de 27 de junho de 1963.

necessidades de manutenção e ampliação da dominação de uma classe sobre outra. No caso do semiárido brasileiro, da oligarquia agrária pecuarista-algodoeira sobre os trabalhadores rurais da região.

No entanto, embora não podemos afirmar que a delimitação do Polígono das Secas não foi elaborada através de critérios puramente técnicos não podemos negligenciar a importância da dimensão paisagística para essa proposta de regionalização. O Polígono das Secas é a abstração (geográfica) da expressão material das características físicas (notadamente climáticas) existentes na referência espacial daquele momento histórico que posteriormente atribuímos o significado de região semiárida. Portanto, a paisagem é uma dimensão fundamental para compreender a constituição da região semiárida brasileira. E o Polígono das Secas torna essa dimensão explícita quando apresenta que a área compreendida pelo polígono é caracterizada pela ocorrência de secas recorrentes e por sua condição de semiaridez. Neste caso a paisagem é representada principalmente pelo clima.

A atualização dos limites do Polígono das Secas de 1975 apresenta outro aspecto em se tratando da elaboração da delimitação da área. Com base no Decreto nº 63.778, de 11 de dezembro de 1968, os limites do Polígono das Secas passavam a ser definidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Ou seja, a partir de 1968 qualquer delimitação do Polígono das Secas seria realizada pela SUDENE, como ocorreu em 1975¹⁹.

Consideramos que essa medida adotada pelo Estado estava articulada à fase de sua atuação no Nordeste, a qual foi chamada por diversos autores de Política Desenvolvimentista (SOUZA, 2008; SILVA, 2006; TARGINO e MOREIRA, 2006). Em Dantas (2018) analisamos as ações estatais em toda a história do semiárido brasileiro, indicando que essa política foi hegemônica entre as décadas de 1940 e 1990 e foi pautada pela noção de que o problema do Nordeste não era a seca, mas sim sua condição de subdesenvolvimento em relação à porção centro-sul do Brasil.

Como o estabelecimento de um recorte administrativo para operacionalizar o artigo 177 da Constituição de 1934 foi uma necessidade do Estado para facilitar a promoção de ações referentes aos efeitos da seca naquele momento, a atribuição da SUDENE como órgão responsável pela delimitação do Polígono das Secas foi uma

¹⁹ No ano de 1997 também houve uma atualização na delimitação do Polígono das Secas através da Resolução nº 11.135 da SUDENE, de 19 de dezembro de 1997. Porém, até o momento que escrevemos esse texto não tivemos acesso a esse documento.

necessidade do Estado para subsidiar seu planejamento e auxiliar a implementação de projetos e programas de desenvolvimento (capitalista) para o polígono.

1.4 Enfim o semiárido!

A fase da Política Desenvolvimentista no Nordeste ocorre (não por acaso) concomitante ao momento de expansão do capitalismo no semiárido brasileiro e da chamada modernização da agricultura no Brasil (COSTA, 2006; MOREIRA, 1988; OLIVEIRA, 1981). Para garantir que o avanço da lógica capitalista de produção ocorresse no Nordeste o Estado estabeleceu a infraestrutura e as normatizações institucionais necessárias para permitir o triunfo desse processo.

A SUDENE foi fundamental para estabelecer as bases de expansão do capitalismo no Nordeste, bem como para o desenvolvimento de estudos acurados sobre a realidade da região, sejam de ordem econômica sejam de ordem natural (AGUIAR, 1983). Obviamente que esses estudos objetivavam elucidar sob que formas a produção capitalista poderia se desenvolver na região, ainda que alguns diagnósticos inevitavelmente demonstrassem as condições de desigualdade entre as classes sociais e a concentrada estrutura fundiária do Nordeste.

Notadamente parte desses estudos culminou na instauração do termo semiárido para se referir à área impactada pelos efeitos da seca. Já na Constituição da República de 1988 foi utilizado o termo “semi-árido” no âmbito da regulamentação de planos regionais de desenvolvimento, que passaram a ter competência constitucional a partir de então.

A definição de semiárido, através do Estado²⁰, é instituída com a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que estabelecia o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), indicando que metade dos recursos destinados ao Nordeste deveriam ser empregados em financiamentos de atividades econômicas de sua porção semiárida. A referida lei ainda definia (artigo 5º, inciso IV) como:

Semi-árido, a região inserida na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, com precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm (oitocentos milímetros), definida em portaria daquela Autarquia (BRASIL, 1989, p. 3).

²⁰ Enfatizamos que essa definição de 1989 se circunscreve ao âmbito estatal pelo fato de que o termo semiárido já era utilizado em produções acadêmicas e outras formas de divulgação.

Como a própria lei afirma o semiárido é a região que corresponde à área de atuação da SUDENE, o que reforça a importância do estabelecimento de um recorte administrativo, com referência espacial, para subsidiar as ações desempenhadas pelo Estado no tocante a incentivar o desenvolvimento das atividades econômicas no semiárido brasileiro. Esse desenvolvimento se referia, na verdade, ao avanço da produção tipicamente capitalista na região.

Contudo, é inegável a relevância dessa lei para a regionalização do semiárido brasileiro. Sobretudo pelo fato de apresentar explicitamente o critério técnico a ser utilizado no momento de elaboração do delineamento da região: a precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 milímetros. Diferente das delimitações realizadas no âmbito do Polígono das Secas, as quais sabemos que a dimensão climática era a base do delineamento, agora o Estado apresenta qual é o critério objetivo a ser levado em consideração no momento de promover a delimitação do semiárido, sendo a precipitação pluviométrica.

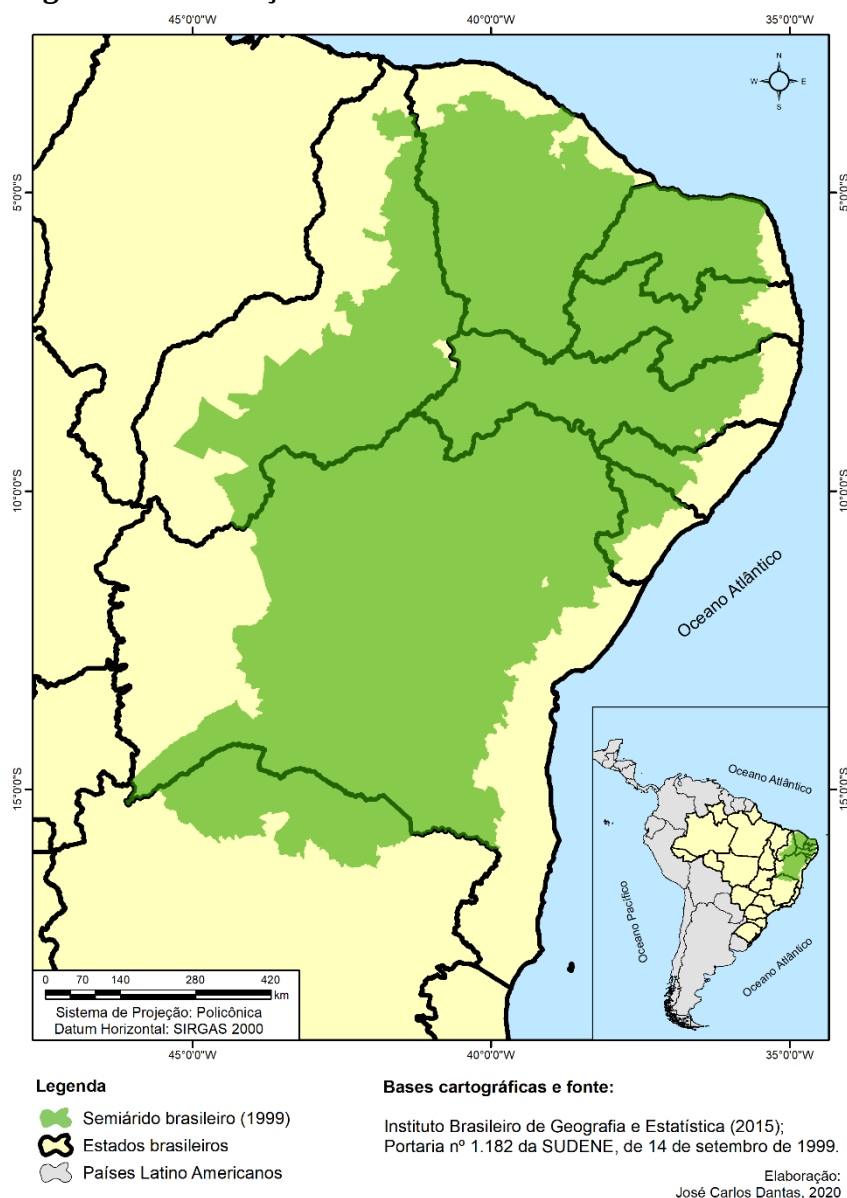
No ano de 1995 já há uma delimitação do semiárido brasileiro através da Portaria nº 1.181 da SUDENE²¹. O que muda drasticamente do delineamento do Polígono das Secas é o método empregado para estabelecer os limites da área: ao invés de elaborar o delineamento a partir de vértices localizados em determinados pontos da região passa-se a adotar a instância municipal como base da delimitação. Portanto, a delimitação de 1995 não foi realizada através de linhas interligadas por vértices, formando um polígono, mas pela área total dos municípios que registram médias anuais de chuva iguais ou inferiores à 800 milímetros.

Compreendemos que esse método atribui ainda mais precisão à delimitação do semiárido brasileiro, já que institui toda a área abrangida pelo município indicado pela SUDENE. Isso também favorece ao Estado um caráter mais palpável de quais municípios compõem a região semiárida, facilitando as relações administrativas entre as instâncias estatais e suas políticas de planejamento.

No ano de 1999 já ocorre uma atualização dos municípios pertencentes ao semiárido brasileiro. Por meio da Portaria nº 1.182 da SUDENE, de 14 de setembro de 1999, a delimitação da região é atualizada e passa a conter 1.031 municípios (Figura 5).

²¹ Ao que tudo indica essa delimitação foi iniciada com a Resolução nº 10.929, de 30 junho de 1994. Porém, também não tivemos acesso a esse documento até o momento que escrevemos esse texto. Portanto não podemos afirmar com certeza se esse processo ocorreu. Também não sabemos qual a data de publicação da Portaria nº 1.181 da SUDENE.

Figura 5. Delimitação do semiárido brasileiro no ano de 1999



Fonte: elaboração própria.

Abrangendo uma área de 892 mil quilômetros quadrados²² (892.717,88 km²) o semiárido brasileiro em 1999 consolidava o aperfeiçoamento das técnicas utilizadas pela SUDENE para o delineamento da região, ao mesmo tempo em que consolidava o uso do termo semiárido como referência espacial dessa porção do território nacional.

Com a extinção da SUDENE através da Medida Provisória nº 2.146-1, de 04 de maio de 2001 (referendada pelo Decreto nº 4.126, de 13 de fevereiro de 2002), a

²² Se compararmos a área abrangida pelo semiárido brasileiro em 1999 com a área do Polígono das Secas em 1951 podemos ver que houve um recuo nos limites da região. Isso pode ser explicado pela adoção de critérios mais precisos para a elaboração da delimitação do semiárido em 1999. Notemos, por exemplo, que parte considerável do estado do Piauí que estava inserida nos limites do Polígono das Secas já não fazia mais parte do semiárido brasileiro em 1999.

atribuição da delimitação do semiárido brasileiro passa a ficar sob responsabilidade do Ministério da Integração Nacional. Assim, através da Portaria Interministerial nº 6, de 29 de março de 2004 (entre o Ministério da Integração Nacional e o Ministério do Meio Ambiente), foi instituído o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para elaborar uma atualização da delimitação do semiárido brasileiro.

Essa delimitação elaborada pelo GTI experimentou uma ampliação dos critérios para definir os municípios pertencentes à região, resultado do aperfeiçoamento das pesquisas realizadas por órgãos estatais como a SUDENE, universidades públicas e outras entidades da sociedade civil. Os critérios utilizados para o referido delineamento foram:

- a) Precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros;
- b) Índice de Aridez de Thornthwaite de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990;
- c) Risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990.

A adoção desses critérios mostra que a dimensão paisagística é o principal aspecto levado em consideração no momento da delimitação. A diferença é que não apenas a dinâmica da chuva foi levada em conta no processo de delineamento, mas também o balanço hídrico dos municípios e as possibilidades da ocorrência de secas severas. Vemos, desse modo, um aperfeiçoamento no uso e apropriação da técnica.

Quando afirmamos que a paisagem foi o principal critério para a delimitação estamos nos referindo ao fato de que os aspectos climáticos são componentes dessa paisagem. A floresta da Caatinga, os açudes, as plantações, o relevo, as edificações, enfim, são componentes da paisagem ao lado dos aspectos climáticos. Ao nos referirmos à paisagem como critério de regionalização estamos considerando todos estes elementos, embora os aspectos climáticos sejam aqueles utilizados objetivamente para a delimitação do semiárido.

Essa regionalização do semiárido brasileiro que incorporou outros aspectos do clima para além da precipitação pluviométrica entrou em vigor através da Portaria nº 89 do Ministério da Integração Nacional, de 16 de março de 2005, sendo denominada de Nova Delimitação do Semi-Árido Brasileiro. O resultado foi a inclusão de 102 novos municípios na região semiárida do Brasil. Somados aos 1.031 municípios que já faziam

parte da região em 1999 o semiárido passou a possuir 1.133 municípios a partir do ano de 2005, abrangendo uma área de 981 mil quilômetros quadrados (981.476,80 km²).

A década de 2000 foi um dos períodos mais contraditório para a região. Conforme já apresentamos em Dantas (2018), ao mesmo tempo em que eram implementadas políticas públicas que contribuíram com o fortalecimento da pequena produção agropecuária no semiárido brasileiro o Estado iniciou a obra do Projeto de Integração do rio São Francisco (PISF), a maior obra hídrica da história da região. A Política Desenvolvimentista era renovada nesse período para permitir a expansão do capitalismo no campo por meio de projetos de desenvolvimento em setores como agronegócio, mineração, energias alternativas, obras de infraestrutura, entre outros (ALENTEJANO e TAVARES, 2019).

Também como resultado da renovação da Política Desenvolvimentista, no ano de 2007 a SUDENE foi recriada a partir da Lei Complementar nº 125, de 03 de janeiro de 2007, e retomou a competência para delimitação do semiárido brasileiro, que foi realizada apenas dez anos depois. A retomada da SUDENE na regionalização do semiárido objetivava impulsionar programas e projetos de desenvolvimento econômico para a região, como atesta a própria lei.

A atualização na delimitação do semiárido brasileiro ocorreu no ano de 2017 após as análises iniciadas pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 196 do Ministério da Integração Nacional, de 27 de maio de 2014. Esse grupo de trabalho ficou responsável pelo estabelecimento dos critérios técnicos para o delineamento da região, bem como a atualização do banco de dados com as informações meteorológicas necessárias.

Através da Resolução nº 107 da SUDENE, de 27 de julho de 2017, foram atualizados os municípios pertencentes à região do semiárido brasileiro. Os critérios técnicos utilizados foram os mesmos da delimitação de 2005, apenas modificando a redação do critério sobre “risco de seca” para “déficit hídrico”. Desse modo, o município que apresentasse pelo menos um dos três critérios utilizados para a delimitação passava a integrar a região semiárida. Com essa atualização o semiárido brasileiro passou a possuir 56 novos municípios, registrando um total de 1.189 (somados os 1.133 municípios da regionalização de 2005). Nessa delimitação o semiárido passou a abranger uma área de 1,03 milhões de quilômetros quadrados (1.038.002,55 km²).

Contudo, a própria Resolução nº 107/2017 da SUDENE, em seu artigo 3º, indicava que os estados poderiam apresentar recursos à superintendência para a inclusão de municípios que não foram contemplados pela delimitação apresentada pela referida resolução. Assim, os governos estaduais da Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba e Rio Grande do Norte apresentaram recurso para inclusão de municípios não inseridos nesta delimitação de julho de 2017.

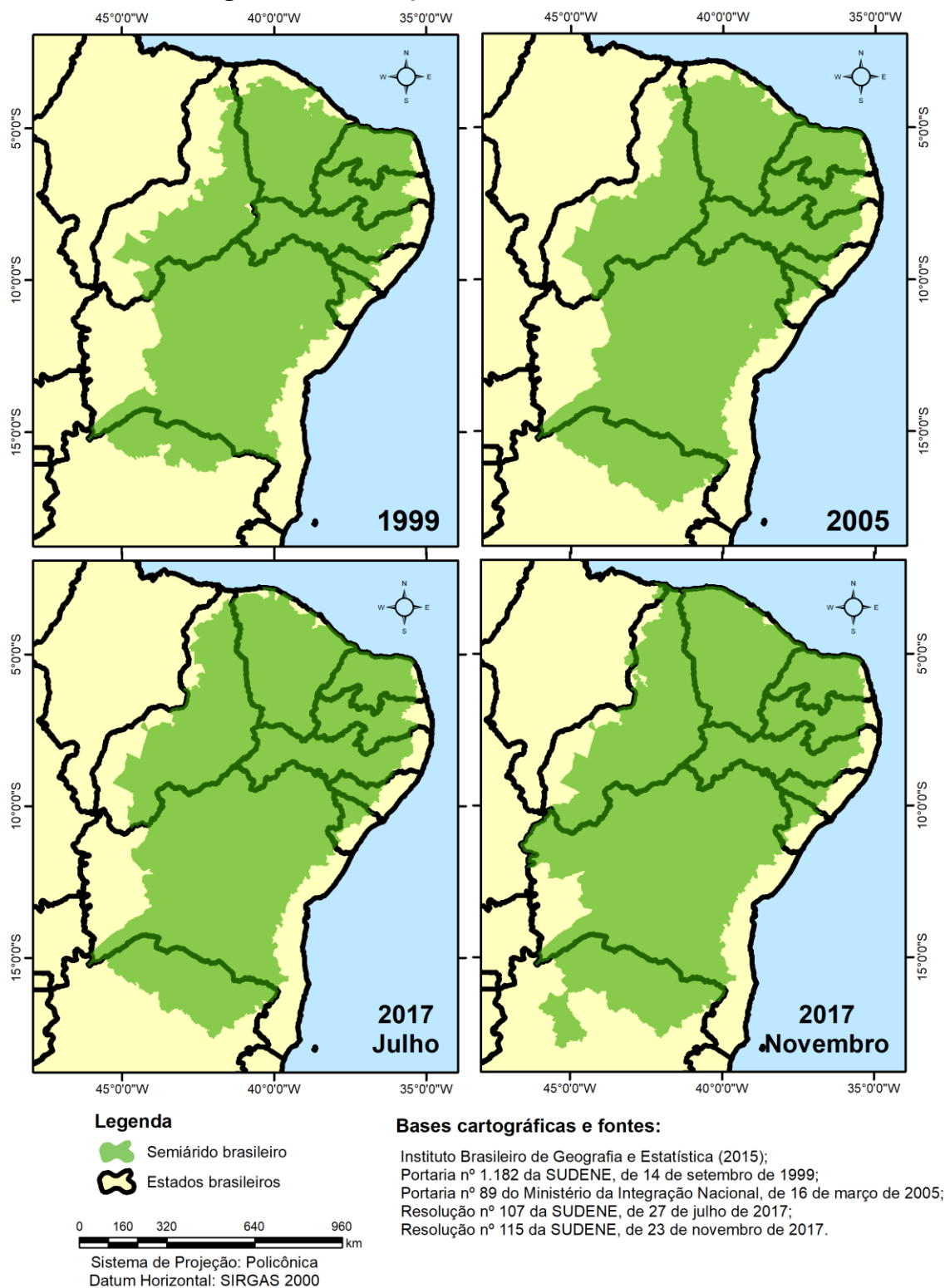
Como resultado desse processo de apresentação de recursos por parte dos estados a SUDENE publicou a Resolução nº 115, de 23 de novembro de 2017²³, com uma lista atualizada do semiárido brasileiro após a análise dos recursos²⁴. Foram acrescentados aos 1.189 municípios definidos como semiáridos pela Resolução nº 107/2017 novos 73 municípios, sendo 49 por apresentar pelo menos um dos critérios meteorológicos e 24 por contiguidade (municípios que não atendem aos critérios meteorológicos, mas que se localizam entre dois ou mais municípios que atendem esses critérios).

Portanto, a região semiárida brasileira atual conta com 1.262 municípios em seus limites, abrangendo uma área total de 1,13 milhões de quilômetros quadrados (1.130.446,05 km²). A Figura 6 demonstra as transformações da delimitação do semiárido brasileiro ao longo do tempo.

²³ Essa resolução também indica que a delimitação do semiárido brasileiro passará por uma atualização no ano de 2021 e, a partir desse ano, esta deverá ser revista a cada década.

²⁴ A análise dos recursos apresentados pelos estados está disponível através do endereço eletrônico: <http://sudene.gov.br/images/arquivos/conselhodeliberativo/documentos/analise-recursos-semiarido-GTsemiarido-nov2017.pdf>.

Figura 6. Delimitações do semiárido brasileiro²⁵



Fonte: elaboração do autor (2020).

Como podemos observar na Figura 6 o semiárido brasileiro passou por ampliações em suas dimensões desde 1999, sobretudo nos estados da Bahia, Minas

²⁵ Uma outra versão deste mapa está disponível no Apêndice I.

Gerais, Paraíba e Piauí. Atualmente a região é composta por municípios de todos os estados do Nordeste e por municípios da porção norte do estado de Minas Gerais. É a primeira vez, inclusive, que o estado do Maranhão passa a fazer parte do semiárido, mesmo que seja com apenas dois municípios. São 1.262 municípios distribuídos em dez estados brasileiros:

- 1- **Bahia:** 278 municípios;
- 2- **Paraíba:** 194 municípios;
- 3- **Piauí:** 185 municípios;
- 4- **Ceará:** 175 municípios;
- 5- **Rio Grande do Norte:** 147 municípios;
- 6- **Pernambuco:** 123 municípios;
- 7- **Minas Gerais:** 91 municípios;
- 8- **Alagoas:** 38 municípios;
- 9- **Sergipe:** 29 municípios;
- 10- **Maranhão:** 2 municípios.

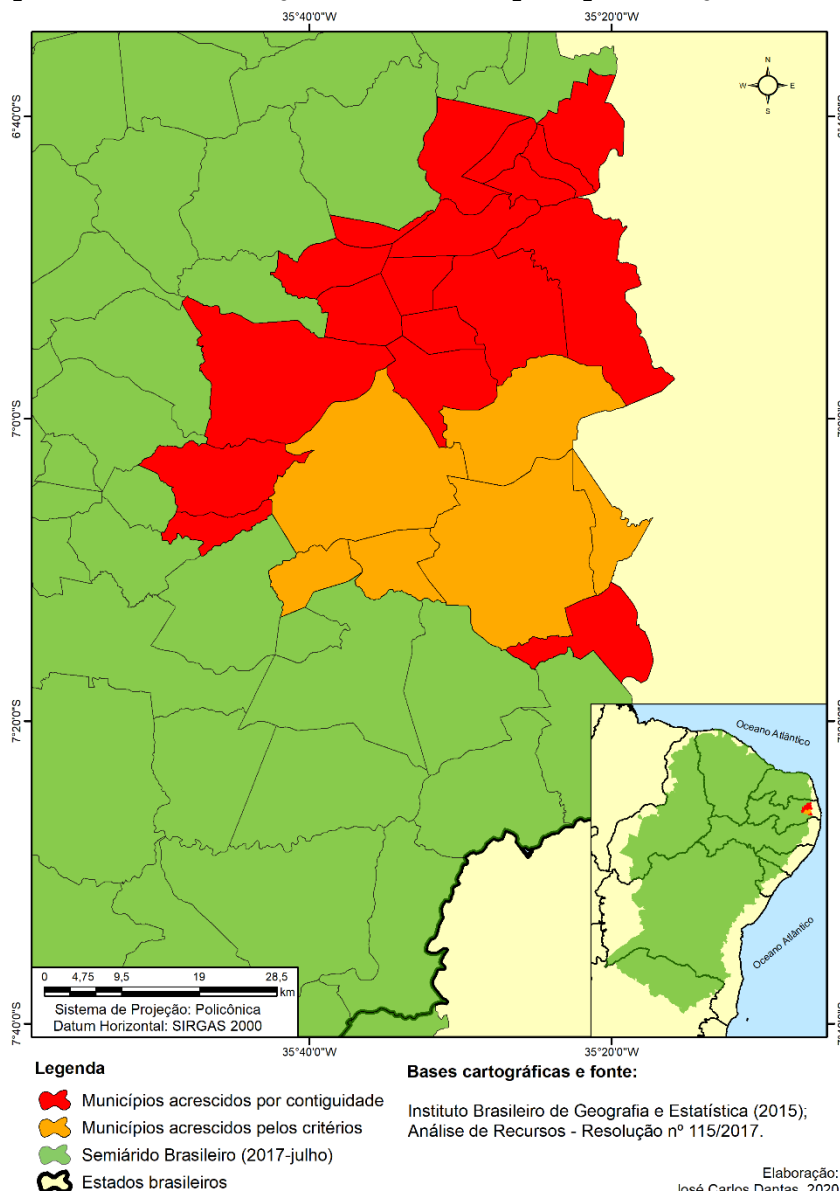
Destacamos, além da ampliação da área abrangida pelo semiárido brasileiro ao longo do tempo, a acurácia da elaboração empregada pelo grupo de trabalho responsável pela regionalização de 2017. No conteúdo existente em MIN (2017) podemos perceber que não apenas são apresentados minuciosamente os dados utilizados para a implementação dos critérios técnicos como também são demonstrados as etapas realizadas em todo o processo de delimitação. Isso mostra o quanto a técnica de regionalização evoluiu desde a primeira definição do Polígono das secas em 1936.

Contraditoriamente, a ampliação da delimitação da região em 2017 (observada na Figura 6) após apresentação de recursos, por parte dos estados, para municípios não incluídos nos limites do semiárido revela o caráter político que circunda as regionalizações promovidas pelo Estado, mesmo aquelas que contam com critérios técnicos para a sua definição, como são os casos do Polígono das Secas e do semiárido brasileiro.

Embora se baseiem em critérios técnicos as decisões de delimitação da região perpassam pelos conselhos deliberativos dos órgãos responsáveis, como a SUDENE. Tomando por base a delimitação atual podemos observar que municípios pertencentes à região do Agreste Paraibano (a título de exemplo) passaram a integrar o semiárido brasileiro tanto por efeito da solicitação “Recursos Interpostos e critérios atendidos”

quanto por “contiguidade de fronteira e critérios atendidos” (ver MIN (2017)), para citar a própria Resolução nº 115/2017 (Figura 7). Municípios que não atendem aos critérios técnicos meteorológicos de delimitação, conforme exposto no Anexo A da Resolução nº 107/2017, passaram a ser incluídos na delimitação de novembro de 2017.

Figura 7. Municípios do Agreste Paraibano acrescidos à delimitação do semiárido brasileiro por meio da Resolução nº 115/2017 após apresentação de recursos



Fonte: elaboração do autor.

Examinando o documento de análise dos recursos apresentados pelos estados (nota de rodapé 11) mediante a Resolução nº 107/2017 encontramos a seguinte justificativa para inclusão dos novos municípios à Resolução nº 115/2017:

As configuradas zonas de transição, que no Relatório Final foram expurgadas da proposta de delimitação, **passam a ser incluídas**, uma vez que, ao analisar os critérios utilizados e as ilhas que foram expurgadas no método inicialmente empregado para a delimitação, verificou-se que haviam

municípios que atendiam ao critério de percentual de dias em déficit hídrico, porém como ilhas periféricas, mas estes municípios eram contínuos à delimitação principal, sendo assim, estes foram incluídos no Semiárido, além do que, sob o **viés das políticas públicas afeitas ao Semiárido**, a pertinência atua em favor da população (MIN, 2017, p. 20, grifos do autor).

Os municípios que inicialmente não foram caracterizados como semiárido pelos critérios técnicos estabelecidos passaram a ser incluídos na delimitação após apresentação de recurso atestando que estes municípios atendem aos critérios inicialmente definidos pelo Grupo de Trabalho responsável. Porém, o teor deste documento que analisa os recursos dos estados demonstra que os critérios técnicos apresentados por vezes não seguem os critérios originais adotados pelo Grupo de Trabalho que realizou a regionalização (período dos dados meteorológicos utilizados diferentes e operações estatísticas empregadas também diferentes, por exemplo).

Mais nítido se torna a contradição destes critérios quando o próprio grupo de trabalho reconhece que a ação de implementação das políticas públicas para o semiárido foi levada em consideração para a inclusão destes municípios, indicando a influência do caráter político para a decisão. Diversas políticas públicas são direcionadas especificamente para os municípios abrangidos pela delimitação do semiárido brasileiro e isso induz as necessidades que diversos municípios demonstram para estarem incluídos nessa delimitação.

Municípios que não possuem uma arrecadação significativa através de atividades econômicas dependem essencialmente de repasses financeiros realizados por parte da União, como o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Isso pode justificar o interesse de diversos municípios em fazer parte do semiárido brasileiro, já que este conta com 50% dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e com projetos de órgãos como o Instituto Nacional do Semiárido (INSA), entre outros benefícios estatais.

Retomamos, assim, a argumentação que tentamos construir nesse capítulo: embora os critérios de regionalização estabelecidos pelo Estado se baseiem na dimensão paisagística (dinâmica climática, no nosso caso), os interesses políticos estão sempre presentes no momento de elaborar as delimitações das regiões.

Já na delimitação do Polígono das Secas em 1936 podemos observar que a regionalização foi elaborada para facilitar o planejamento estatal e a execução de obras para combater os efeitos das secas. Quando a SUDENE passa a assumir a competência para delimitação do Polígono das Secas em 1968 essa lógica é mantida, passando a ser

empregada não para execução de obras contra as secas, mas através de uma política desenvolvimentista que visava à constituição de bases econômicas que fossem capazes de fortalecer o crescimento econômico do Nordeste e do semiárido brasileiro.

Mais nítida essa perspectiva de regionalização e política se revela quando da definição do semiárido brasileiro em 1989. Em verdade, a definição da região semiárida foi uma pequena parte da Lei nº 7.827/1989, cujo intuito principal era estabelecer o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), expressão material da política desenvolvimentista em curso a partir da SUDENE.

A delimitação da região semiárida brasileira expressa, portanto, uma referência espacial baseada em aspectos paisagísticos utilizada como ponto de partida para a implementação de políticas públicas por parte do Estado. E também é a região onde se expressam diversas formas da expansão do capitalismo no campo, como os Perímetros Irrigados, os parques eólicos e solares, os projetos de mineração, os empreendimentos turísticos, as barragens, enfim. Formas de expansão percebidas pela aliança estabelecida entre capital e Estado e materializada pelas especificidades que o modo de produção capitalista apresenta nessa região.

Assim definimos o nosso conceito de região semiárida brasileira: a referência espacial definida a partir das dimensões paisagísticas e políticas para subsidiar a expansão do modo de produção capitalista através da aliança entre capital e Estado. Portanto, nos diferenciamos da definição estatal de área simplesmente marcada por uma condição climática específica.

A dimensão paisagística é representada principalmente pelos aspectos climáticos concernentes à região. A dimensão política é expressa pelos interesses estatais e do setor privado em promover a regionalização. E a expansão do modo de produção que se transforma ao longo do tempo, passando pela exploração do trabalho escravizado e de relações não tipicamente capitalistas de produção até chegar ao momento da exploração do trabalho assalariado propriamente dito.

Portanto, nossa compreensão de região se baseia na premissa de que a realidade é intrinsecamente carregada de transformações contínuas, e que a formação territorial não ocorre de maneira linear, mas dialética.

O semiárido da pecuária e do algodão possuía determinadas especificidades paisagísticas, sociais, culturais, políticas e econômicas que configuravam uma determinada referência espacial do ponto de vista do modo de produção vigente nos

séculos passados no país. Essas especificidades foram sendo destruídas e reconstruídas num movimento dialético ao longo do tempo e espaço.

O papel exercido pelas oligarquias agrárias na região resultava numa estrutura social hierárquica e autoritária e com controle social sobre o restante da sociedade, mantido pela expansão territorial de fazendeiros e coronéis em sua aliança com o Estado. Um Estado que legitimava a dominação de classe, produzindo uma sociedade desigual, marcada pela miséria e fome para o povo pobre, aspectos acentuados nos períodos de seca. E a seca cumpria o papel de explicitar as desigualdades para além da miséria e da fome. As estiagens eram momentos de milhares de mortes na região, uma espécie de genocídio (climático) anunciado.

O semiárido que tem a classe capitalista como hegemônica apresenta outras características do ponto de vista da composição das classes. Ao invés de observarmos os fazendeiros e coronéis de um lado (a própria oligarquia agrária) e os trabalhadores escravizados e pobres de outro, vemos um empresariado urbano (e que muitas vezes reside em outras regiões ou países) explorar o trabalho de uma massa de trabalhadores em sistemas de parceria e expropriar parte do campesinato de seus territórios.

O discurso desenvolvimentista agora movimenta a expansão capitalista no campo semiárido brasileiro. O Estado mantém a sua aliança com o capital, seja estabelecendo normatizações para permitir o avanço de empresas privadas sobre os territórios do campesinato, seja promovendo projetos de desenvolvimento que expropriam os sujeitos de seus territórios. A narrativa de combate à seca é aliada ao discurso desenvolvimentista para subsidiar a expansão do capitalismo no campo.

1.5 Síntese do capítulo²⁶

Diante disso, analisar o semiárido brasileiro é tentar identificar como os aspectos específicos dessa região se relacionam entre si para influenciar os diversos processos que a produzem ao longo do tempo.

Os sertões das Capitâneas do Norte caracterizados pela pecuária extensiva e pelo trabalho escravizado são envoltos pelas Províncias do Norte com suas fazendas de gado e com a emergência da produção de algodão, concretizando o poder político e econômico das oligarquias agrárias.

²⁶ No Apêndice I apresentamos uma tentativa de síntese das regionalizações da região, desde a primeira delimitação do Polígono das Secas até a delimitação mais recente do semiárido brasileiro.

Logo após é a vez dos Estados do Norte experimentarem a consolidação da articulação entre pecuária e cotonicultura ainda no final do século XIX. Também são os Estados do Norte, e logo depois o Nordeste, que registram no século XX o embrião de um Estado brasileiro movido pelo planejamento e pelas necessidades de conhecimento da zona assolada pelas secas.

O Polígono das Secas de 1936 é um marco histórico para ação estatal no combate aos efeitos da estiagem, materializando as necessidades de diagnóstico da realidade do Nordeste sertanejo e de execução de obras que contribuam com a atenuação dos problemas causados pela seca.

Décadas depois o Polígono das Secas assinala a ação de um Estado desenvolvimentista, preocupado com o estabelecimento das bases para a expansão do capitalismo no campo. Como resposta a esse panorama é criada a SUDENE, órgão responsável pela delimitação do polígono e pela promoção de programas e projetos de desenvolvimento econômico que permita a existência da produção capitalista.

Com o avanço de pesquisas e debates acerca da realidade da zona seca do Nordeste é definida a região semiárida brasileira nos finais do século XX. Com o aperfeiçoamento da técnica as regionalizações ficaram cada vez mais precisas, o que contribuiu para ações de planejamento e de implementação de políticas públicas para o semiárido. Ou seja, a técnica contribuiu para um delineamento mais preciso da região que experimenta a inserção da produção capitalista nos mais diversos setores em consonância com as medidas empreendidas pelo Estado para garantir o sucesso desse processo.

E o que une todas essas regionalizações do semiárido brasileiro? A seca. Ou melhor: a criação de um discurso que mistifica e oculta os reais problemas da sociedade da região e justifica a desigualdade social existente pela ocorrência de um fenômeno climático recorrente. Ao mascarar o real esse discurso se transforma em ideologia a partir do momento que universaliza os interesses da classe dominante por meio da tentativa de combater a seca com desenvolvimento econômico. Um desenvolvimento que beneficia apenas a própria classe dominante, enquanto o restante da sociedade sofre com o resultado de séculos de desigualdade social.

CAPÍTULO II

OS CONFLITOS TERRITORIAIS NO SEMIÁRIDO OLIGÁRQUICO

No capítulo I debatemos as transformações ocorridas no semiárido brasileiro a respeito das diversas regionalizações existentes ao longo de sua história. É importante destacar que tais regionalizações ora construídas pelo imaginário social ora elaboradas pelo Estado foram produzidas em uma estrutura social que também se transformou com o tempo. Uma estrutura social formada pelo movimento dialético entre os aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais, naturais e outros, que se articulam de maneira interdependente no tempo e espaço.

O que importa para nós neste trabalho é compreender como estes aspectos da estrutura social do semiárido brasileiro são reflexos da sua formação territorial ao longo do tempo a partir do conflito. Um processo que ao ser realizado expressando determinadas especificidades de acordo com as características dos modos de produção, como o trabalho, a circulação de mercadorias, a acumulação de capital e suas marcas na paisagem, constituem uma referência espacial a qual chamamos de região semiárida.

A complexidade em apreender esse processo está, em nossa percepção, na dificuldade de elucidar os fatores responsáveis pela produção dos conflitos territoriais em suas variantes temporais e espaciais. Em outras palavras: como os fatores que geram os conflitos territoriais se relacionam no movimento da história da região, considerando as diversas conjunturas políticas, econômicas, sociais, culturais e ideológicas.

A busca pelo entendimento dessa complexidade nos levou a formular uma linha argumentativa baseada na formação territorial do semiárido brasileiro e sua correspondente estrutura social em toda a sua história, tendo como pano de fundo a expressão dos conflitos territoriais. Elencamos a formação territorial e a estrutura social como pontos de partida pelo fato de ser possível captar através delas os sujeitos que as compõem, com suas relações de trabalho e produção e com suas formas de territorialização, bem como as características da ação do Estado e a ideologia das classes dominantes dessa estrutura. Novamente advertimos que consideramos todas essas dimensões da formação territorial e da estrutura social da região semiárido de maneira dinâmica e mutável no tempo e espaço.

Salientamos, ainda, que a discussão realizada nesse capítulo está circunscrita ao período histórico da região que compreende os séculos XVI, XVII, XVIII (Colônia

Portuguesa) e XIX (Império Brasileiro). Desse modo, nos referimos aos acontecimentos históricos dessa época para analisar os conflitos territoriais no semiárido brasileiro em seu período oligárquico.

2.1 A formação territorial e a fase inicial da estrutura social do semiárido oligárquico

A questão que se apresenta para nós no momento de iniciar a análise sobre a estrutura social do semiárido brasileiro é: como essa estrutura surge e se forma? Ou: como a formação territorial forma a estrutura social na região? Notadamente devemos realizar o esforço de refletirmos, ainda que de maneira geral, sobre o período inicial de formação do próprio território brasileiro quando da invasão europeia aos territórios dos povos originários e da constituição da Colônia Portuguesa.

Não é interessante para nós aqui apresentar como ocorreu o processo de colonização no Brasil de maneira detalhada, pois esse esforço já foi realizado por ampla parte da bibliografia brasileira sobre o tema. Interessa-nos, antes de tudo, entender como o momento inicial da colonização portuguesa experimentou o estabelecimento de uma estrutura social movida pelo conflito territorial com as populações indígenas.

O conflito territorial é, então, o motor da formação territorial brasileira. Enxergarmos o conflito no início da colonização portuguesa não apenas como um mecanismo de apropriação e dominação do território indígena, mas como o estabelecimento de um modo de vida antagônico àquele praticado pelos povos nativos.

O primeiro processo de transformação do espaço brasileiro é a substituição de um modo de vida comunitário, onde a terra pertence ao coletivo de sujeitos da comunidade (MOREIRA e TARGINO, 1997), por um modo de vida pautado na divisão particular da propriedade, tendo o Estado como proprietário e mediador dessa divisão. No caso da jovem Colônia Portuguesa o Estado estava representado pela Coroa Portuguesa, regente do reino de Portugal.

A essência do conflito territorial no período inicial da colonização no Brasil se expressa, desse modo, em dois planos: o plano material, com a invasão e apropriação dos territórios indígenas em nome da Coroa Portuguesa; e o plano imaterial, com a destruição do modo de vida nativo e estabelecimento do modo de vida europeu. O entendimento dessa noção de conflito é importante para compreender os eventos que se seguem na história do semiárido brasileiro e que são responsáveis por sua existência.

Como já mencionado anteriormente, o território é definido como a fração do espaço delimitado por relações sociais que manifestam poder. Este poder é o que garante o controle do sujeito ou grupo sobre o território. O conflito surge para tentar dismantlar este controle e destruir o poder do grupo que controla o território, impondo o domínio de outro sujeito ou grupo. Esse é o princípio da formação territorial brasileira e da região semiárida: a tentativa de domínio dos territórios indígenas pelos invasores europeus através da destruição do controle territorial dos primeiros.

O que caracteriza a colonização brasileira no século XVI (e nos seguintes) no Brasil, e também na atual região Nordeste, é o extermínio e/ou escravização da população indígena (ANDRADE, 1973; FURTADO, 1977). Obviamente que o processo de colonização não foi harmônico e contou com incontáveis guerras entre os povos originários e os colonizadores europeus; daí afirmarmos que o conflito territorial é o que move a formação territorial brasileira no período colonial.

No caso da porção da Colônia que compreende à atual região Nordeste o objetivo era o de desenvolver uma atividade econômica capaz de gerar riqueza para a Metrópole Portuguesa. A primeira atividade econômica desenvolvida pela Coroa foi a produção de açúcar, a qual possuía preços significativos no mercado europeu (FURTADO, 1977) e justificaria a ocupação e povoamento do novo domínio português (ANDRADE, 1973; MOREIRA e TARGINO, 1997).

A economia açucareira foi estabelecida já no século XVI na porção litorânea da Colônia, contando com a mão-de-obra indígena escravizada, em primeiro momento, e com a mão-de-obra de origem africana escravizada pouco tempo depois. A escravização dos povos indígenas se tornou, inclusive, uma atividade comercial desempenhada em áreas onde a produção açucareira não foi exitosa, como afirma Furtado (1977). Ainda segundo este autor, os trabalhadores africanos escravizados só chegam à Colônia no momento em que já existem engenhos de açúcar constituídos através do trabalho escravizado indígena. A mão-de-obra de origem africana objetivava potencializar o empreendimento açucareiro, constituindo um sistema de produção de alta rentabilidade e capitalização.

A garantia da propriedade da terra e a instalação do engenho de açúcar instituíam elementos centrais da estrutura social da região açucareira nesse período. Somados a isso também estavam os materiais e equipamentos para produção do açúcar, os animais para movimentar estes equipamentos de produção e o trabalho escravizado para o plantio da cana-de-açúcar.

A estrutura social desse momento estava expressa, basicamente, pelos representantes da Coroa Portuguesa, pelos proprietários de terra (tanto os donos de engenho quanto os plantadores de cana, quando estes não eram a mesma pessoa), os trabalhadores livres²⁷ e os trabalhadores escravizados, indígenas e africanos. A estrutura social da região açucareira já é formada sob princípios de dominação, autoritarismo e hierarquia. Ressaltamos que essa forma de estrutura irá influenciar diretamente a estrutura social do semiárido que descrevemos adiante.

Quando a colonização portuguesa passa a invadir os territórios indígenas da porção interior da Colônia no século XVII os princípios da estrutura social da região açucareira são reproduzidos na área sertaneja em início de colonização. Voltamos a frisar que entendemos esse processo de ocupação e povoamento do sertão²⁸ colonial nordestino como não indígena/nativo, visto que essa área já era povoada por centenas de tribos e etnias de povos originários com seus respectivos territórios.

A forma adotada para a ocupação do sertão nesse período era a fazenda de gado (ANDRADE, 1973), tendo a pecuária como a atividade econômica principal. A penetração da atividade pecuária para as áreas interioranas da Colônia foi resultado das pressões exercidas pela expansão da atividade açucareira na porção litorânea (FURTADO, 1977). Também podemos supor que essa penetração para o sertão estava relacionada às necessidades de colonização de áreas mais interioranas da Colônia, garantindo, assim, a soberania territorial de Portugal no Brasil perante os demais reinos europeus em expansão.

A formação territorial do semiárido brasileiro colonial está pautada inicialmente, portanto, na constituição da criação de gado como principal atividade econômica. As fazendas de gado que passam a surgir são os territórios que passaram a ser dominados pelos colonizadores nos conflitos com as populações originárias, promovendo o extermínio dessas populações à medida que a Colônia se expandia para o interior. Esse processo de ocupação foi tão violento que tribos inteiras chegaram a ser dizimadas, restando uma ínfima parcela da população nativa para ser inserida impositivamente na sociedade colonial em formação (MOTT, 1979; NEVES, 2003a; SILVA, 2017).

²⁷ Furtado (1977) destaca que também haviam trabalhadores assalariados no interior dos engenhos de açúcar, tanto para vigiar os trabalhadores escravizados quanto para desempenhar outros ofícios, seja no engenho seja em outros ofícios demandados pelos proprietários.

²⁸ Como apresentamos no Capítulo I nesse período histórico do Brasil a área que corresponde ao atual semiárido brasileiro era chamada de sertão. Ver o referido capítulo para melhor entendimento dessa questão.

A resistência indígena na defesa de seus territórios notadamente fez com que esta ocupação colonizadora fosse um processo sangrento. “A violência foi a tônica do contato interétnico. A violência é que foi o *modus vivendi* desta sociedade” (MOTT, 1979, p. 66). Porém, devemos diferenciar a violência praticada pelos colonizadores da resistência empreendida pelos povos indígenas. Ainda que estes povos tenham assassinado um sem número de colonizadores, apenas o fizeram em resposta à invasão de seus territórios. Mas o resultado final desses conflitos ainda foi o genocídio das populações originárias em detrimento da ocupação colonizadora.

Apesar desse extermínio, Mott (1979) ressalta que mesmo quando os povos indígenas eram derrotados em batalha e domesticados eles continuavam a manter o sentimento de revolta em si, e em algumas oportunidades conseguiam materializar esse sentimento com a destruição de fazendas de gado e casas, assassinato de colonizadores e animais, roubo de armas e outras práticas. Isso indica para nós que o conflito nunca era superado mesmo após a ocupação, justamente porque a colonização era feita com base na violência.

2.2 A ideologia como dimensão fundamental para as relações de dominação no semiárido oligárquico

Mesmo com toda a resistência indígena empreendida na disputa territorial dos sertões a economia pecuária conseguiu se constituir como a expressão da formação territorial que se consolidava na porção interior da Colônia, consolidando consigo sua estrutura social. Preservando os mesmos princípios de dominação, autoritarismo e hierarquia da área açucareira a estrutura social sertaneja em formação apresentava algumas características diferentes, a começar pela própria atividade produtiva.

Devido a fatores naturais e técnicos a produção açucareira não foi capaz de ser desenvolvida no sertão, salvo em áreas pontuais que apresentavam maior disponibilidade hídrica como o Brejo Paraibano, o Cariri Cearense e a Serra da Baixa Verde (Pernambuco). O restante da porção interiorana da Colônia era caracterizado pelas dificuldades de acesso à água permanente, mesmas características físicas da região semiárida atual, promovidas, basicamente, pelo clima semiárido e pela geologia do tipo cristalina, que dificulta o armazenamento de água no solo e subsolo, como já debatemos em Dantas (2018).

Portanto, o próprio sistema de produção da pecuária desenvolvido no sertão era diferente daquele desenvolvido na produção açucareira litorânea. Isso quer dizer que as

relações de produção, a organização do trabalho e as técnicas de produção são diferentes. A constituição das fazendas de gado a partir do século XVII “iria imprimir na paisagem e na história regional (...) uma dinâmica particular e distinta daquela dos Engenhos do Litoral” (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 67).

Outra diferença fundamental entre ambas as áreas e seus sistemas de produção era a ocorrência recorrente de períodos de estiagem no sertão, os quais promoviam efeitos catastróficos para a economia pecuária em desenvolvimento. As secas eram responsáveis pela perda de parte dos rebanhos e pela migração destes e de parte considerável dos sujeitos pertencentes ao campesinato para as áreas úmidas, tanto do próprio interior quanto do litoral.

É interessante notar que o modo de vida indígena já estava adaptado a essa dinâmica climática que existia na região semiárida e, por isso, suas lavouras já eram desenvolvidas com base nos períodos chuvosos e secos do ano. Além disso, também realizavam migrações para as áreas mais úmidas nos anos secos.

Diferentemente dos povos indígenas sertanejos os colonizadores não estavam habituados a essa dinâmica climática e, desse modo, desenvolviam sistemas de produção que eram danificados pelos períodos de estiagem. Devido a esse quadro os colonizadores, bem como a própria Coroa, passaram a construir a ideia de que os problemas dessa região eram decorrentes da ocorrência das secas. E se a seca fosse destruída as atividades econômicas sertanejas poderiam ser desenvolvidas sem prejuízos por efeitos de fenômenos naturais.

A partir de então as políticas de Estado (DANTAS, 2018), bem como as próprias atividades econômicas (SILVA, 2006), passaram a ser orientadas considerando a seca como o principal fator de desregulação da estrutura social em todas as suas dimensões. Os períodos de estiagem, no entanto, geravam efeitos danosos e benéficos ao mesmo tempo.

Por um lado, as secas limitavam ou até impossibilitavam a produção agrícola de base alimentar com a escassez de chuvas, intensificava a miséria e a fome dos trabalhadores (podendo leva-los até a morte) e promovia migrações para as áreas úmidas da Colônia (AGUIAR, 1983; BRANCO, 2000; MENEZES, 1970). Por outro lado, as secas eram momentos de fortalecimento político dos latifundiários da região que possuíam as condições materiais suficientes para promover assistência àquelas

pessoas em situação de miséria e torna-las dependentes²⁹, tanto economicamente quanto ideologicamente. Além disso, eram épocas em que os grandes proprietários poderiam executar políticas emergenciais, de caráter assistencialista, criadas pelo Estado (DANTAS, 2018).

Sendo assim, o mesmo fenômeno natural produzia efeitos distintos para sujeitos posicionados em níveis diferentes da estrutura social do semiárido colonial e imperial: enquanto os homens e mulheres, trabalhadores escravizados ou não, poderiam até perderem suas vidas os fazendeiros e grandes proprietários fortaleciam ainda mais seu poder político na sociedade.

A formação territorial do semiárido brasileiro colonial e sua estrutura social passam então a serem formadas pelo conflito territorial contra os povos indígenas (tentando incorporar à sociedade colonial aqueles que não foram exterminados), a propriedade da terra (fazendas de gado, que se constituíam como os territórios controlados pelos colonizadores), a economia pautada na atividade pecuária (unindo trabalho escravizado e livre, questão que voltamos a debater mais adiante) e a influência das secas. Essa caracterização da estrutura social da região se mantém, mesmo com algumas alterações, até praticamente o fim do período imperial, momento em que importantes mudanças políticas, sociais e econômicas ocorriam gradativamente no país e na região.

Mesmo preservando, em linhas gerais, os princípios de dominação, autoritarismo e hierarquia da região litorânea açucareira a estrutura social da região pecuarista se diferenciava substancialmente da primeira pela construção de um discurso que atribuía às secas a responsabilidade pelo desmantelamento da sociedade sertaneja. A construção desse discurso que conseguia aliar elementos sociais, políticos, econômicos e naturais produziu o que chamamos em Dantas (2020) de ideologia de Combate à seca³⁰.

Essa ideologia tinha o objetivo de mascarar as relações de dominação existentes na estrutura social em formação, atribuindo todas as causas da pobreza, miséria, fome e violência à ocorrência das secas. Quando Iasi (2011) aponta que uma ideologia possui o caráter de inverter, ocultar, naturalizar e justificar a realidade material através de um

²⁹ É importante lembrar que nesse momento o escravismo estava em vigência e os trabalhadores escravizados já eram subordinados juridicamente aos proprietários. No entanto, também haviam trabalhadores pobres livres que viviam nas fazendas de gado ou nos pequenos povoados da região.

³⁰ Neste trabalho desenvolvido por nós (DANTAS, 2020) tentamos compreender o Combate à seca enquanto uma ideologia. O termo Combate à seca já existia na literatura e o tema é objeto de pesquisa há muito tempo. A única novidade que apresentamos no referido trabalho foi a de reunir elementos para tentar caracterizar o Combate à seca enquanto uma ideologia.

conjunto de ideias o autor está se referindo a como a teoria marxiana compreende a construção das ideias da classe dominante para mistificar as relações materiais de sua dominação para toda a sociedade.

As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante. (...) As ideias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, das relações que precisamente tornam dominante uma classe, portanto as ideias do seu domínio (MARX e ENGELS, 2009, p. 67).

De acordo com estes pressupostos a classe dominante que ditava a estrutura social do semiárido brasileiro em formação passou a produzir discursos para manter a dominação sobre toda a sociedade da região: invertendo a origem dos problemas sociais, atribuindo as causas de sua existência aos fenômenos naturais e não à exploração da classe dominante sobre os sujeitos sociais no campo; ocultando as relações de dominação e subordinação dos camponeses à classe dominante; naturalizando essas relações de dominação (“o proprietário explora e subordina o trabalhador porque é assim que o mundo é”); e justificando as relações de dominação pelas dificuldades do Estado em garantir a sobrevivência da população numa região flagelada pelas secas.

Se por um lado a classe dominante dessa estrutura social ia estabelecendo a narrativa de que o problema da região advém das secas, por outro ia constituindo seu poder político e econômico através da territorialização da pecuária com a formação das fazendas de gado. Assim, enquanto expande seu domínio territorial com a expansão das fazendas de gado (sobretudo no regime de sesmarias) os grandes proprietários, como evidenciamos em Dantas (2020), utilizam das políticas estatais para garantir recursos financeiros e de infraestrutura para suas próprias unidades produtivas com a justificativa dos problemas causados pela estiagem. Essa estratégia permitia que a produção da fazenda fosse ampliada na mesma proporção que a ampliação do poder da oligarquia agrária³¹. E também como resultado desse processo a acumulação de capital vai ocorrendo através da produção de riqueza, mesmo que relações de produção tipicamente capitalistas ainda fossem incipientes na região.

³¹ Passamos a utilizar o termo oligarquia para nos referirmos ao “regime organizacional no qual os indivíduos que detêm postos de comando conseguem agir continuamente (...) de modo a favorecer seus próprios objetivos em detrimento do que desejam os demais e/ou do que são os princípios legítimos de funcionamento da organização” (COUTO, 2012, p. 57). Diante disso, entendemos que a oligarquia agrária do semiárido se forma através da articulação entre os grandes proprietários de terra que detêm poder político e econômico para influenciar toda a sociedade com a legitimação do Estado e materializar seus interesses em toda a estrutura social da região.

Esse processo é característico tanto do período colonial quanto do imperial na história do semiárido brasileiro, bem como do século XX. No entanto, as estratégias e os discursos que compõem o Combate à seca são ressignificados ao longo do tempo³². O que importa para nós aqui é explicitar como esta ideologia foi um elemento importante para o estabelecimento das relações de dominação que existiram na estrutura social do semiárido brasileiro no passado e como essas relações estavam atreladas aos conflitos territoriais que ocorreram nessa época e que ocorrem em pleno século XXI.

De que maneira podemos entender como os conflitos territoriais estão atrelados ao Combate à seca? Primeiro devemos lembrar que o acesso a terra no período colonial era regulado pela Coroa, representada pelos donatários das Capitanias Hereditárias, através do sistema de sesmarias, o qual consistia, basicamente, em conceder uma fração do território colonial para aquele sujeito que tivesse as condições econômicas necessárias para explorar a terra de maneira produtiva (GERMANI, 2006).

Obviamente que as primeiras sesmarias foram concedidas na região litorânea para o estabelecimento da economia açucareira ainda no século XVI. No entanto, “Contrariando as determinações régias e o modelo adotado por Portugal, que limitava o tempo de concessão da terra, desde o início as sesmarias no Brasil foram concedidas a título perpétuo. A posse da terra se dava sob o regime da propriedade alodial e plena” (GERMANI, 2006).

Como a ocupação e povoamento não indígena/nativo ocorrem a partir da segunda metade do século XVII na região semiárida a propriedade da terra também estava regulada pela concessão de sesmarias. Desse modo, esses proprietários de sesmarias utilizavam a terra para a atividade pecuária e garantiam a sua posse inalienável. A sesmaria possibilitava a concentração de grandes extensões de terras sob a posse de poucos sujeitos (Figura 8), dadas às imprecisões e omissão de informações no momento de concessão da terra (GERMANI, 2006; NEVES, 2003a). Esse mecanismo foi o que permitiu o estabelecimento do latifúndio como principal forma de propriedade da terra no Brasil, o qual podia ser ampliado tanto com a concessão de novas terras pelos donatários quanto pelo comércio de sesmarias entre os proprietários.

A formação territorial que se materializava na região semiárida colonial se pautava então no latifúndio/fazendas de gado, unindo a atividade pecuária com a produção de culturas alimentares de consumo local. As relações sociais estabelecidas

³² Para uma leitura mais aprofundada sobre a formação da ideologia do Combate à seca na história do semiárido brasileiro consultar Dantas (2020).

Ao serem dono dos meios de produção os grandes proprietários sertanejos garantiam a acumulação de riqueza com a atividade pecuária através da exploração daqueles que não detinham os meios para produzir as condições necessárias à sua sobrevivência, que eram os trabalhadores escravizados, africanos e indígenas, posseiros, meeiros, parceiros e trabalhadores pobres livres. Esse sistema de produção continua a existir, em linhas gerais, com a inserção em maior grau da cultura algodoeira na região em meados do século XVIII.

Devemos lembrar também que com o passar dos séculos foram surgindo relações de arrendamento e parceria nas grandes propriedades, bem como a comercialização de pequenas frações dessas terras com pequenos proprietários (LEITE, 2014; NEVES, 2003a). Contudo, o latifundiário ainda possuía a prerrogativa de expandir seu poder político através da ampliação de seu domínio territorial, seja com o uso de violência contra posseiros e pequenos proprietários que dispunham de terras de seu interesse, seja com o uso de instrumentos jurídicos que garantia a propriedade da terra para si, como destaca Leite (2014).

Dessa forma, o latifundiário monopolizava a terra e subordinava o trabalho dos pequenos proprietários, rendeiros, posseiros, trabalhadores escravizados e livres, promovendo a ampliação da produção da qual era dono e aumentando, por conseguinte, a sua riqueza. A ampliação de seu poder econômico gerava a ampliação de seu poder político, já que isso permitia controlar parte considerável da estrutura social da região (outro debate que é apresentado mais adiante).

O alargamento de seu poder político e econômico permitia que o latifundiário influenciasse as políticas estatais tanto no período colonial quanto no período imperial. Essas políticas, como demonstramos em Dantas (2018), estavam associadas ao assistencialismo emergencial nas épocas de estiagem e à ampliação da disponibilidade de água na região a partir de obras de infraestrutura hídrica, as quais eram preferencialmente direcionadas para as grandes propriedades. E estas políticas contribuíam para a ampliação da produção do latifundiário, com a oferta de água e infraestrutura, gerando aumento da riqueza deste.

Como explicar a permanência desse sistema de dominação? Pode ser explicado, em partes, através da utilização de uma ideologia que ocultasse as relações de dominação e justificasse a exploração do trabalho e apropriação de território, invertendo a origem das causas dos problemas sociais, que são as próprias relações de dominação, para os efeitos provocados por um fenômeno natural: a seca.

Concomitantemente à constituição da classe dominante na estrutura social do semiárido brasileiro era construída sua ideologia, a qual possibilitava a perpetuação de sua dominação em toda a sociedade. Esses dois processos, que caminham juntos, são legitimados e alimentados pelo Estado ao longo do tempo, ao passo que também o alimentam (DANTAS, 2020). Estabelecia-se uma estrutura social em que as oligarquias rurais e o Estado são os agentes que controlam praticamente todas as instâncias desta sociedade sertaneja.

Sobretudo a partir do século XIX o Estado brasileiro passa a realizar estudos e implementar políticas que visassem a atenuação dos efeitos das secas na região semiárida, tais como construção de açudes, realização de estudos meteorológicos, botânicos e pedológicos, construção de rodovias e ferrovias, transferência da população para regiões úmidas, entre outras medidas (FERREIRA, 1993; SILVA, 2006; TARGINO e MOREIRA, 2006).

Não obstante é no século XIX que a cultura algodoeira no semiárido se destaca na economia brasileira com a procura do mercado internacional (principalmente o inglês) pela fibra de algodão em grande escala para alimentar a indústria têxtil da época (OLIVEIRA, 1981). Portanto, é no período histórico em que a região semiárida passa a ter relações mais diretas e em maior escala produtiva com o comércio externo que o Estado também passa a ampliar as bases materiais para que a economia algodoeira pudesse manter sua produtividade mesmo em épocas de estiagem, as quais ameaçavam desestabilizar essa economia.

Aqui também cabe uma ressalva a respeito da cotonicultura no semiárido brasileiro. Esta atividade já sinalizava com um pouco mais de afinco (em comparação com a pecuária) a adoção de relações tipicamente capitalistas de produção com o beneficiamento do algodão (FURTADO, 1977; OLIVEIRA, 1981). Ainda que a maior parte da produção algodoeira estivesse destinada à exportação uma parcela dessa produção era beneficiada em fábricas localizadas na região. A produção algodoeira permitia uma maior ampliação da acumulação de capital tanto dos latifundiários com a renda da terra extraída na produção quanto dos capitalistas (sobretudo estrangeiros) com o beneficiamento do algodão.

O Combate à seca, desse modo, não apenas ocultava as relações de dominação na sociedade sertaneja, mas também permitia a acumulação de riqueza da classe dominante pelo direcionamento de políticas públicas e pela legitimação do Estado. Essa ideologia

se caracteriza por implantar no imaginário social que os problemas da região têm origem na seca e por isso é dever do Estado combatê-la e destruí-la.

A seca passou a se constituir enquanto uma espécie de vilã para o semiárido brasileiro, mas uma falsa vilã, como apontamos em Dantas (2020). Como os problemas da região tinham origem nas relações de dominação e não no fenômeno natural, a classe dominante então inverte a realidade para justificar a dominação e universaliza o seu falso interesse como sendo o interesse de toda a sociedade: combater à seca.

A ideologia possui essa característica mesma de buscar atribuir universalidade aos interesses individuais da classe dominante (MARX e ENGELS, 2009). A ideologia dominante é construída objetivando estabelecer os interesses da classe dominante como os interesses comuns de toda a sociedade. Os discursos de “o problema do Nordeste é as secas”, “devemos combater às secas” e “o Estado precisa implementar políticas para a população que visem destruir à seca” são exemplos de como a ideologia de Combate à seca universaliza os interesses individuais das oligarquias agrárias como os interesses gerais da sociedade.

Assim, a formação territorial da região semiárida e sua estrutura social nos períodos colonial e imperial da história do país eram determinadas pela constituição da atividade pecuária, em primeiro momento, e da atividade algodoeira, posteriormente, em consonância com a produção de culturas alimentares para abastecer a unidade produtiva da economia da região: a fazenda de gado.

Ao mesmo tempo a classe dominante necessitava criar estratégias para ocultar as relações de dominação existentes na sociedade de então. Em resposta a essas necessidades é construída a ideologia de Combate à seca com o objetivo de atribuir ao fenômeno climático a origem dos problemas sociais que existiam na região.

E todo esse sistema de dominação era alimentado e legitimado pelo Estado colonial e imperial, tanto com a influência política exercida pelas oligarquias agrárias para o direcionamento de políticas públicas quanto pela criação de dispositivos institucionais que justificassem as relações de dominação e/ou dificultasse a reivindicação do campesinato da região.

Esses processos foram responsáveis por produzir uma estrutura social ditada pela dominação, autoritarismo e hierarquia, nos mesmos moldes da região litorânea do açúcar. O que diferencia ambas as regiões é a expressão das relações de dominação nas dimensões produtiva, política, ideológica, estatal e natural. Examinamos a seguir a

articulação entre essas dimensões para produzir a estrutura social de que estamos falando.

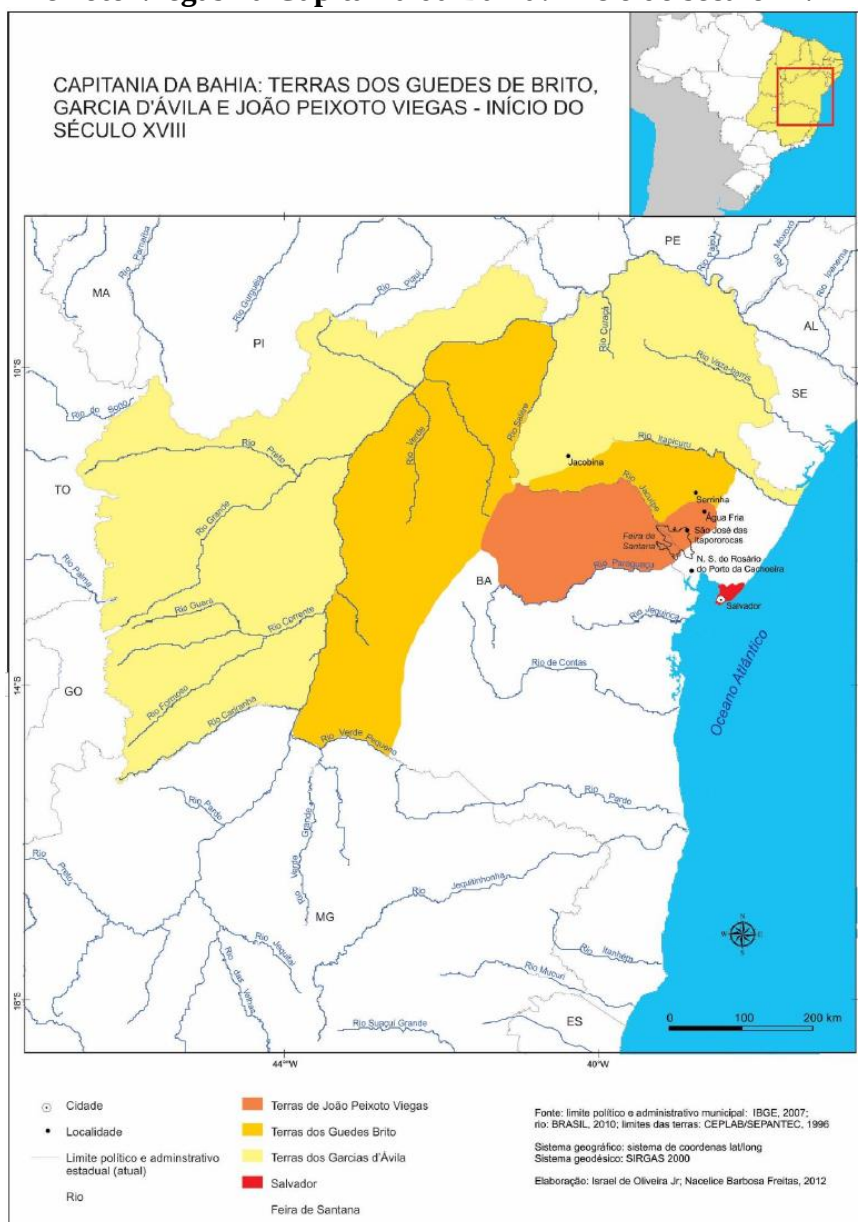
2.3 Território, elemento-chave para a dominação no semiárido oligárquico

Como já mencionado a ocupação europeia do semiárido brasileiro ocorre no século XVII com penetração da atividade pecuária para a área interior da Colônia portuguesa e a dizimação dos territórios indígenas. A formação territorial em curso se caracteriza pela criação do gado como a principal atividade econômica da região e a fazenda de gado se constitui como o núcleo produtivo dessa economia.

A estrutura social em formação era constituída, aos poucos, pelos grandes proprietários de terras, por médios proprietários, por alguns trabalhadores que exerciam ofícios de maior prestígio na sociedade e pelo restante da população trabalhadora pobre, livre e escravizada (ANDRADE, 1973; FURTADO, 1977; LINHARES, 1996; NEVES, 2003a). Esta sociedade girava entorno das fazendas de gado, as quais eram instituídas pelo sistema de sesmaria.

É com a ocupação portuguesa do semiárido a partir do século XVII que o latifúndio vai consolidando a principal característica da estrutura fundiária da região e do Brasil: a concentração da terra. Junto com os latifúndios se constituem também as grandes famílias latifundiárias dos sertões semiáridos, representadas pelos Garcia D'ávila na Bahia, Antônio Guedes de Brito na Bahia e Minas Gerais (Figura 9), Domingos Afonso Sertão no Piauí e Teodósio de Oliveira Ledo na Paraíba, por exemplo (MOREIRA e TARGINO, 1997; NEVES, 2003a; PESSOA, 2003).

Figura 9. Localização das terras dos Guedes de Brito, Garcia D'ávila e João Peixoto Viegas na Capitania da Bahia: início do século XVIII



Fonte: Freitas (2014, p. 120).

Como evidenciado nas Figuras 8 (página 88) e 9 a propriedade da terra das grandes famílias latifundiárias sertanejas possuíam grandes extensões. Eram domínios conquistados através dos conflitos com as populações indígenas locais e legitimadas pela Coroa pelo sistema de sesmarias. Essa característica de concentração da estrutura fundiária da região vai perdurar durante os séculos até a atualidade. As referidas figuras servem para ilustrar o grau de poder territorial que os grandes proprietários de terra possuíam. Nestes termos território é poder.

Quanto mais se expandiam as fazendas de gado sob o domínio dos grandes proprietários mais poder político e econômico estes passavam a dispor. Isso porque o

patrimônio da família latifundiária possui “uma dimensão econômica, por envolver a propriedade de uma vasta gama de bens e uma dimensão política, por implicar no exercício e na manutenção de um poder que buscava se refazer geração após geração” (PESSOA, 2003, p. 164-65).

A construção e exercício do poder econômico e política da classe dominante, os grandes proprietários de terra articulados, a oligarquia agrária, é um aspecto central para a formação da estrutura social do semiárido brasileiro. E o território é o elemento primordial que permitia a acumulação de poder. A formação territorial do semiárido estava determinada por estes dois elementos: território e poder, ambos concentrados na classe dominante.

Como o sistema de acesso a terra nos séculos XVI, XVII e XVIII era primordialmente a sesmaria os grandes domínios territoriais foram sendo construídos nessa forma de propriedade. Porém, estas terras não eram exploradas em sua totalidade pelos latifundiários. As grandes sesmarias eram constituídas por sítios e glebas de tamanhos variados arrendados a produtores médios e pequenos que desenvolviam tanto a atividade pecuária quanto lavouras alimentares (LEITE, 2014; MENEZES, 1970).

O proprietário era obrigado por lei a desempenhar alguma atividade produtiva em sua sesmaria, já que uma terra improdutiva resultava na perda de sua posse pelo sesmeiro (pelo menos era o que indicava a lei) e era destinada a outra pessoa interessada em sua exploração (LINHARES, 1996). “No domínio da Casa da Torre, por exemplo, existiam 128 sítios, fazendas ou *logares* arrendados, com garantia de ocupação por parte de seus sitiantes, fazendeiros e posseiros e de sua permanência” (LINHARES, 1996, p. 10).

A existência de uma gama de pequenos e médios proprietários e arrendatários que realizam alguma atividade produtiva nos domínios dos latifundiários estabeleceu um sistema de dominação que se origina no território. As grandes famílias controlavam seu território, que era ocupado por médios e pequenos produtores. Consequentemente estes pequenos e médios produtores eram submetidos econômica e politicamente aos ditames do grande proprietário. E os trabalhadores pobres, livres e escravizados, que trabalhavam nessas terras arrendadas estavam submetidos a estes pequenos e médios produtores.

Pessoa (2003) aponta que a Casa da Torre, por exemplo, se constituiu enquanto uma rede de tentáculos através de seus empreendimentos por onde se expandiam suas alianças, como Garcia D’Ávila na Bahia, Domingos Afonso Sertão no Piauí e Teodósio

de Oliveira Ledo na Paraíba. Era um sistema de dominação formado pela aliança de latifundiários, conformando as oligarquias agrárias. E o que garantia a perpetuação desse sistema era a submissão de arrendatários, posseiros, meeiros, parceiros, pequenos proprietário, trabalhadores escravizados e livres aos interesses dos grandes proprietários dos sertões através das práticas de dominação e violência exercidas por eles.

Situação semelhante ocorre com os domínios da Casa da Ponte, que possuía grande extensão territorial, mas que grande parte de suas terras estavam arrendadas ou foram vendidas para pequenos e médios produtores (NEVES, 2003a). A Casa da Ponte possuía, no início do século XIX, cerca de 825 mil hectares de terras arrendadas distribuídas nos atuais estados da Bahia e Minas Gerais, conforme expõe Neves (2003a).

Estes domínios territoriais possibilitavam o exercício do poder de seus proprietários nas diversas instâncias da estrutura social do semiárido. Andrade (1973) também aponta a existência de um sem número de posseiros e foreiros (tipo de parceiro), que muitas vezes eram vaqueiros, nos domínios dos grandes proprietários da região, como nos casos da Casa da Torre e da Casa da Ponte. O autor ainda salienta que foram estes trabalhadores os que participavam diretamente dos conflitos territoriais que ocorreram contra os povos indígenas sertanejos.

Portanto, o domínio e controle sobre áreas onde posseiros, parceiros, rendeiros e diaristas produziam suas lavouras garantia ao proprietário da sesmaria o domínio tanto do caráter produtivo quanto do caráter político e social nas relações de dominação nesta estrutura social. E o regime escravista garantia o domínio legal sobre os trabalhadores escravizados, indígenas e africanos.

O setor produtivo da economia semiárida nos séculos XVII, XVIII e XIX estava constituído, em primeiro momento, pela atividade pecuária e pelas lavouras alimentares, complementada depois pela cotonicultura. O núcleo produtivo dessa economia era a fazenda de gado, formada no regime de sesmaria e possuindo tamanhos diversos a depender do proprietário.

A partir do momento em que vão surgindo posseiros, rendeiros, foreiros, diaristas, escravizados para ocupar frações dos latifúndios estes sujeitos sociais passam a estar subordinados aos respectivos latifundiários. Pelo forte discurso da terra ser propriedade do latifundiário e não do trabalhador livre³³ cria-se uma relação de dependência direta

³³ Aqui nos referimos a rendeiros, foreiros, meeiros, parceiros, diaristas e outras categorias de trabalhadores livres que existiam na região semiárida e que se submetiam à produção no latifúndio.

entre ambos: o trabalhador recebe a terra para produzir e em troca deve pagar a renda da terra (ANDRADE, 1973; LEITE, 2014; MOREIRA e TARGINO, 1997; NEVES, 2003a).

A relação que se produzia entre o proprietário e o trabalhador livre (majoritariamente camponês) era caracterizada pela violência e o paternalismo do primeiro para com o segundo (BURSZTYN, 2008; LEITE, 2014). O proprietário então determinava o que o camponês deveria produzir, quanto deveria lhe pagar e quanto duraria o contrato do uso da terra. Como ressalta Andrade (1973), normalmente não existia relação contratual legal entre proprietário e trabalhador livre. O proprietário poderia requerer a terra como e quando bem entendesse e o camponês ser expulso sem nenhum tipo de compensação.

Outra questão importante a se considerar é que estes trabalhadores livres não apenas produziam nas frações de terra que lhes foram destinadas, mas também moravam nessas terras (ANDRADE, 1973; NEVES, 2003a). Isso quer dizer que além de dominar a produção o proprietário também dominava a moradia do camponês. E todas essas relações eram permeadas pela coerção (LEITE, 2014).

Por outro lado, os grandes proprietários também desenvolviam relações sociais pautadas em práticas paternalistas e de compadrio (BURSZTYN, 2008). Essas práticas garantiam a dominação do proprietário de terra sobre o trabalhado através de valores e condutas que regiam a sociedade. Se o proprietário virasse afilhado do filho do posseiro, por exemplo, este estabelecia para com o dono da terra uma relação de respeito e estima, fazendo com que a reivindicação sobre alguma questão trabalhista fosse dificultada. A própria concessão da terra pelo proprietário já criava um sentimento de dívida no camponês, entendendo essa concessão como um favor.

Outra prática paternalista se baseava em tornar o camponês dependente do proprietário em virtude do consumo de bens que não eram produzidos na unidade produtiva e só poderiam ser adquiridos no comércio local. Leite (2014) descreveu essa prática destacando que o comércio local era comandado por comerciantes (e às vezes pelos próprios fazendeiros) que adotavam um sistema de crédito antecipado para as famílias camponesas, o qual muitas vezes não dispunha de recurso financeiro para comprar mercadorias que não se produzia na fazenda ou em sua lavoura. O comerciante então adiantava as mercadorias e criava uma relação de dívidas que nunca findavam, deixando os camponeses sempre em condição de dependência. Isso também era comum

com os proprietários da terra, que adiantavam pagamentos ou mercadorias aos agregados e parceiros, manipulando os preços e deixando-os sempre endividados.

Observamos, assim, que o grande proprietário dominava toda a esfera produtiva e reprodutiva da vida dos camponeses e suas famílias, como as culturas de produção, a moradia, o consumo e o parentesco. Essas relações eram determinadas nos próprios domínios territoriais da esfera produtiva dos latifundiários. Aliavam-se à esfera produtiva as instâncias da Igreja e do Estado.

A relação da propriedade da terra com a Igreja católica existe desde a gênese da colonização brasileira. As missões jesuíticas, a obrigação em estabelecer capelas, o registro fundiário realizado pela Igreja são exemplos de como essa relação era materializada e influenciava a formação territorial no Brasil (MOTT, 1979; NEVES, 2003a). A expansão do domínio eclesiástico ocorre concomitante ao domínio territorial das grandes famílias latifundiárias.

A Igreja possuía acordos com as famílias mais influentes para a construção de capelas e morgados, os quais poderiam ser utilizados por essas mesmas famílias para promover sua dominação pela via ideológica eclesial (NEVES, 2003a). Muitas famílias doavam terras para a Igreja. Consequentemente a Igreja cumpria o papel de submeter os as famílias camponesas às famílias latifundiárias através do evangelho cristão (BURSZTYN, 2008), buscando ocultar as relações de dominação. Nessas doações as famílias poderiam inserir condições como, por exemplo, a administração da capela ser realizada pelo patriarca da família e, após sua morte, por seu filho, e assim sucessivamente. Isso garantia a perpetuação da influência daquela família sobre as relações ideológicas estabelecidas pela Igreja.

O papel exercido pela Igreja na busca de controle das massas já era realizado mesmo nos momentos de conflito territorial que marcam a colonização nos sertões semiáridos. Menezes (1970) chama a atenção para a aliança entre Igreja, latifúndio e Estado (Coroa) no sentido de garantir a submissão dos povos indígenas aos ditames da Colônia ao mesmo tempo em que protegiam os rebanhos dos fazendeiros contra os ataques destes povos. A inserção dos povos indígenas à sociedade colonial era baseada na sua deculturação, como escreve Menezes (1970), isto é, na tentativa de destruição de seu modo de vida antagônico à sociedade colonizadora.

Todo esse sistema de dominação exercido entre grandes proprietários e Igreja era legitimado e também reproduzido pelo Estado. Tanto a Coroa Portuguesa quanto o Regime Imperial no Brasil foram responsáveis pelo estabelecimento das relações de

dominação na estrutura social do semiárido: financiava a invasão dos territórios indígenas, concedia o acesso a terra em colonização pela sesmaria, estabelecia a legislação que regia a sociedade (com destaque para o regime escravista), instituía o catolicismo como religião oficial do país e outorgava cargos públicos aos grandes proprietários e seus familiares.

A estreita relação entre os latifundiários e o Estado se baseava na firmação de acordos para estabelecer um sistema administrativo, público e privado, baseado na seguinte dinâmica: a sociedade local era regida pelos grandes proprietários de terra, contando com a omissão do governo central (Coroa e Império), enquanto este último recebia o apoio dos mesmos proprietários de terra no direcionamento de políticas nacionais (BURSZTYN, 2008). Portanto, a aliança entre público e privado é o amálgama da formação territorial do semiárido brasileiro e sua respectiva estrutura social, sendo ressignificadas em cada época. É assim que surge o coronelismo no final do século XIX, com a liberdade dos grupos econômicos hegemônicos em cada local para ditarem toda a dinâmica da sociedade.

A aliança entre os grandes proprietários e o Estado permitia o uso da violência como mecanismo de exercício do poder político das famílias latifundiárias sobre toda a sociedade (LEITE, 2014). A dominação na escala local era desenvolvida numa hierarquia que partia do latifundiário para os pequenos e médios produtores (camponeses, reдеiros, parceiros, foreiros) e destes para os trabalhadores escravizados e livres, sendo que às vezes estes últimos eram submetidos aos ditames dos grandes proprietários sem o intermédio dos demais produtores. O fio condutor dessa hierarquia era a violência.

A instância militarista sempre foi uma característica da violência exercida pelos grandes proprietários e legitimada pelo Estado. Notadamente a expressão dessa violência variava de local para local, como a utilização de cangaceiros para coagir posseiros e reдеiros (MENEZES, 1970) ou como o uso da Guarda Nacional pelos proprietários para garantir seus interesses de dominação a partir do período imperial (LEITE, 2014; NEVES, 2003a).

Certo é que a violência era a tônica da estrutura social do semiárido brasileiro ditada pelos grandes proprietários aparelhados ao Estado. Uma violência que poderia promover conflitos territoriais contra quaisquer sujeitos que se opunham aos interesses dos latifundiários. Além disso, também poderia dificultar a emergência de conflitos em

virtude do alto grau de violência exercida e das próprias dificuldades de organização dos camponeses em desenvolver práticas de resistência.

Compreendemos a estrutura social do semiárido brasileiro na Colônia e Império do país através de um sistema de dominação estabelecido para garantir que a classe dominante, representada essencialmente pelos latifundiários, tenha a legitimidade do Estado e da Igreja para perpetuar o seu poder sobre a sociedade. Estamos diante da estrutura social de um semiárido brasileiro oligárquico.

A base deste sistema de dominação era representada pelas instituições que legitimavam a dominação: a propriedade da terra, a qual garantia o domínio territorial para o latifundiário; o Estado, que legitimava as práticas de dominação nas esferas política e legislativa/jurídica; e a Igreja, que objetivava suprimir e reprimir o surgimento do sentimento de revolta nos sujeitos submetidos à dominação.

As relações sociais que se manifestavam nessa estrutura social eram mediadas pelas práticas de violência e paternalismo. A violência correspondia ao caráter explícito da dominação, refletia diretamente o autoritarismo existente nessa hierarquia. A coerção, as ameaças, o assassinato, a expropriação de trabalhadores e até pequenos proprietários podem ilustrar como a violência se materializava nesta estrutura. Já o paternalismo condizia a práticas mais sutis de dominação, as quais também contribuíam para que os camponeses não se revoltassem contra esta estrutura hierárquica e autoritária. As práticas paternalistas iam desde as relações de compadrio até formas de dependência financeira, produtiva e de moradia da família camponesa para com o proprietário da terra. Ações emergenciais nos períodos de seca e o fornecimento de frações da propriedade para parceria ou meação também podem caracterizar práticas paternalistas que perpetuavam a dominação na estrutura social da região.

No topo deste sistema de dominação estava o latifundiário, que pode ser expresso no fazendeiro pecuarista e depois no produtor de algodão. Este obtinha a legitimidade das instituições da época para exercer suas práticas de dominação: a propriedade lhe garantia o domínio territorial; o Estado lhe garantia o domínio político e militar para praticar a violência; e a Igreja lhe concedia o domínio ideológico de base eclesial.

Abaixo dos grandes proprietários aparecem os médios e pequenos proprietários como sujeitos que experimentavam as práticas de dominação. Mesmo possuindo terras estes sujeitos não estavam imunes aos interesses dos latifundiários e poderiam ser obrigados a venderem suas terras ou serem expulsos através da violência (LEITE, 2014; NEVES, 2003a). Como possuíam menos extensões territoriais os pequenos e médios

proprietários consequentemente possuíam menos poder político e econômico e, dessa maneira, estavam submetidos aos ditames dos latifundiários. Ainda assim, poderiam desempenhar práticas de dominação com sujeitos posicionados em nível inferior na hierarquia social, como trabalhadores pobres livres (diaristas, meeiros, posseiros, etc.) e escravizados.

Os posseiros, rendeiros, meeiros, foreiros e demais categorias de trabalhadores livres desse tipo se caracterizavam por terem o acesso a terra via instalação de sítios (caso dos posseiros) ou via sistema de parceria, sob as diretrizes dos latifundiários (ANDRADE, 1973; NEVES, 2003a; OLIVEIRA, 1981). No entanto, toda a esfera produtiva era controlada pelo proprietário da terra, indicando quais culturas produzir e como seria feito o pagamento da renda da terra. Além do mais, estes camponeses moravam nos domínios territoriais do latifundiário, por quem também estabeleciam relações de parentesco e compadrio, explicitando a dimensão paternalista das relações sociais. Em alguns casos estes sujeitos também poderiam trabalhar em médias e pequenas propriedades, estando mais diretamente submetidos à dominação destes proprietários.

Abaixo dos trabalhadores que possuíam o acesso à terra via parceria estavam outros trabalhadores pobres livres, que em sua maioria eram diaristas. Esta não é uma categoria muito explicitada nos estudos que abordam as relações de produção no semiárido brasileiro nos períodos colonial e imperial. No entanto, Neves (2003a) descreve minimamente como estes sujeitos estavam inseridos no sistema produtivo da pecuária, destacando que se tratava de sujeitos que não necessariamente moravam no latifúndio e trabalhavam nas atividades produtivas e de manutenção das propriedades recebendo pagamento diário. Ao que parece estes sujeitos estavam completamente expropriados da terra e teriam que vender sua força de trabalho para sobreviver.

E no nível de maior exploração no sistema de dominação da estrutura social do semiárido estão os trabalhadores escravizados. Para além de estarem submetidos a todas as relações de dominação que envolve os sujeitos citados anteriormente, com práticas de violência e paternalismo, os trabalhadores escravizados ainda estão subordinados à dominação legislativa/jurídica exercida pelo regime escravista.

Ao contrário do que alguns autores como Andrade (1973), Furtado (1977) e Menezes (1970) defendem, sobre a presença de escravizados na atividade pecuária dos séculos XVII, XVIII e XIX ser ínfima, alguns estudos demonstraram que estes trabalhadores estavam envolvidos tanto nas práticas de criação do gado quanto na

produção de culturas alimentares no semiárido, e posteriormente na cotonicultura (ABREU, 2011; MOTT, 1979; PEREIRA, 2017; VERSIANI e VERGOLINO, 2003). Alguns trabalhadores escravizados, inclusive, desempenhavam funções de vaqueiros e fábricas em fazendas de gado da região.

Desse modo, todo esse conjunto de sujeitos estava subjugado aos ditames dos latifundiários que ora desenvolviam práticas de violência para exercer seu poder de dominação ora desenvolviam práticas paternalistas. E todo esse sistema de dominação era garantido pela articulação entre propriedade da terra, Estado e Igreja aliados aos grandes proprietários.

O resultado desse sistema de dominação ao mesmo tempo em que gerava resistência e conflitos territoriais entre os sujeitos posicionados em níveis antagônicos da estrutura social do semiárido brasileiro também promovia dificuldades para a organização dos sujeitos subordinados à classe dominante entorno da construção de práticas de resistência para romper com esse sistema.

2.4 Violência e resistência: expressões do sistema de dominação do semiárido oligárquico

A estrutura social do semiárido brasileiro oligárquico era marcada pela dominação, hierarquia e o autoritarismo da classe dominante. As relações de dominação estavam explícitas no cotidiano em diversas dimensões: nas relações de trabalho, nas relações interpessoais, nas relações jurídicas, nas relações de crença.

Todas essas relações de dominação ocorriam justamente pela classe dominante, a oligarquia agrária, exercer o domínio sobre as dimensões mencionadas e sobre as instituições necessárias ao domínio destas relações, como o território, o Estado, a Igreja, a justiça, entre outras. O exercício contínuo do poder da oligarquia agrária se constituía como um dos principais entraves para a organização dos trabalhadores escravizados e livres e para a promoção de ações de resistência.

Ainda assim os conflitos territoriais entre os colonizadores e os povos originários foram característicos do início da invasão europeia aos territórios indígenas sertanejos. Grande parte do século XVII experimentou um sem número de conflitos que constituíram a chamada Guerra dos Bárbaros, uma série de embates ocorridos entre colonizadores e nações indígenas, como os Tapuia e os Kariri, em diversas regiões da porção semiárida da Colônia (PUNTONI, 2002).

A resistência indígena foi expressa de diversas maneiras e o estado de conflito territorial fez parte da constituição da estrutura social do semiárido. O conflito foi o principal fator da formação territorial da região no momento inicial da invasão europeia. E a expressão do conflito se realizava de várias maneiras em resposta à diversidade de nações e etnias que habitavam a região semiárida do Brasil no momento da referida invasão (OLIVEIRA, 2017; PIRES, 2004; PUNTONI, 2002; SILVA, 2017).

Mesmo numa estrutura social marcada pelo exercício do poder para estabelecer a dominação dos latifundiários algumas práticas de resistência ocorriam como forma de se opor à invasão europeia. Existem registros de depredações em fazendas de gado e roubo de animais praticados por grupos indígenas (MENEZES, 1970; PIRES, 2004). Também em ocasiões haviam mortes de colonizadores que tentavam invadir os territórios dos povos nativos (MOTT, 1979).

Contraditoriamente existiam grupos indígenas que se aliavam a colonizadores portugueses para disputar territórios seja em conflitos com holandeses pelo domínio da porção nordeste da Colônia no século XVII (OLIVEIRA, 2017) seja em conflitos com outros grupos indígenas de áreas de interesse da Coroa Portuguesa (NASCIMENTO e RATTIS, 2019). É de se ressaltar que essas alianças muitas vezes ocorriam por efeito da tentativa de findar os conflitos entre o grupo indígena que aceitava o acordo e os colonizadores interessados, afinal os conflitos sempre promoviam danos para ambos. Além do que, as próprias relações de dominação empreendidas pelos latifundiários também influenciavam a realização desse tipo de aliança.

Mesmo assim as ações de resistência indígena ocorriam por todo o semiárido brasileiro conforme a invasão europeia ia se expandindo sobre os territórios nativos. São registrados conflitos de colonizadores contra Tapuias no Recôncavo Baiano, na porção central do estado da Bahia e na região do médio São Francisco (PUNTONI, 2002). Nesta última também se registram conflitos contra os Kariris, que promoviam resistência contra os colonizadores no sertão da Paraíba (vales dos rios Piancó e Piranhas), na região do vale do rio Açu (porção central do Rio Grande do Norte) e no vale do rio Jaguaribe (Ceará) (OLIVEIRA, 2017).

Contudo, a resistência indígena não estava restrita apenas aos embates físicos que realizavam como forma de defender seus territórios invadidos. Conforme a colonização invadia os territórios nativos os povos indígenas criavam outras maneiras de resistir ao estabelecimento de um modo de vida antagônico ao seu. É o que Melo (2007) chamou de resistência invisível, práticas para se opor à sociedade colonizadora sem o uso de

violência física. Alguns exemplos são as bebedeiras, a simulação de preguiça, a falsa ruptura verbal e a pseudo-conversão ao catolicismo. São formas de garantir a proteção dos indígenas e ao mesmo tempo resistir de maneira constante ao avanço da sociedade colonizadora em formação.

Os trabalhadores escravizados de origem africana também desenvolviam estratégias de resistência tanto pautadas na luta física quanto em práticas cotidianas de se oporem à sociedade colonizadora (FONSÊCA e SILVA, 2020). Notadamente a estratégia de luta física desenvolvida por esses sujeitos mais conhecida é a formação dos quilombos, áreas formadas por escravizados que conseguiam fugir das fazendas de gado no sertão e dos engenhos de açúcar no litoral. A formação do quilombo produzia um conflito territorial explícito entre trabalhadores escravizados e colonizadores.

Sem dúvidas o quilombo de maior representatividade para a luta africana e crioula na história do Brasil colonial foi o Quilombo dos Palmares, localizado na Serra da Barriga (Capitania de Pernambuco) numa área de transição entre o litoral e o sertão (atual município de União dos Palmares no estado de Alagoas). Os conflitos territoriais entre os colonizadores e o Quilombo dos Palmares se estenderam por todo o século XVII, com a destruição deste último em 1695 (FONSÊCA e SILVA, 2020).

O Quilombo dos Palmares se constituiu como um território para onde convergia um sem número de trabalhadores escravizados que se opunham a manter o empreendimento colonizador europeu. Após a destruição deste quilombo os trabalhadores escravizados sobreviventes migraram para outras áreas e regiões onde passaram a formar novos quilombos ou comunidades antagônicas à sociedade colonizadora escravista (OLIVEIRA, 2017).

Os quilombos são exemplos de territórios produzidos pelas relações de poder estabelecidas entre trabalhadores escravizados e colonizadores. Eram espaços em que estes trabalhadores detinham o poder de organizar a sua produção, a sua hierarquia social, enfim, o seu modo de vida. Os quilombos se tornaram territórios prioritariamente disputados pelos colonizadores, pois representavam uma forma de sociedade paralela à estrutura social vigente.

Mas a resistência africana e crioula também não se limitava apenas aos embates físicos. Existem registros de diversas formas de resistência praticadas por esses trabalhadores escravizados que eram desenvolvidas cotidianamente e, por vezes, de maneira sutil. Ainda assim, eram práticas que demarcavam a oposição destes trabalhadores com a sociedade colonizadora escravista.

Reis e Silva (1989) evidenciaram essa dimensão cotidiana da resistência africana e crioula no Brasil ao afirmarem que os conflitos entre esses trabalhadores e os senhores escravistas não ocorriam sempre pelo embate físico, mas por outras formas. Os autores mencionam o fato de que as negociações entre ambos eram práticas constantes que serviam para firmar acordos tanto para manter a produção econômica do senhor quanto para garantir melhores condições de vida e trabalho para os escravizados. Por exemplo, como eram os trabalhadores escravizados os sujeitos que estavam diretamente voltados para o setor produtivo estes poderiam sabotar a produção, gerando, desse modo, prejuízos financeiros para o senhor; daí a necessidade de negociações para manter a produção.

No semiárido brasileiro colonial e imperial algumas das práticas de resistência estavam voltadas ao setor produtivo, tanto na atividade pecuária, em primeiro momento, quanto da cottonicultura posteriormente. De' Carli (2007) aponta algumas das práticas de resistência desempenhadas pelos trabalhadores escravizados no sertão pernambucano como forma de se opor ao regime de trabalho com máxima exploração e melhorar sua qualidade de vida.

Na produção algodoeira era recorrente que esses trabalhadores pusessem pedras nos sacos junto com o algodão para que a cota de peso pretendida fosse atingida e, assim, diminuir a exploração do trabalho. Alguns ainda desviavam parte da produção de algodão para comercializar com compradores fora da fazenda e poder acumular finanças para adquirir sua liberdade. E ainda há casos de trabalhadores escravizados que se escondiam nos matos para dormir quando a fiscalização do trabalho não era tão rigorosa (DE' CARLI, 2007). “Essas atitudes devem ser percebidas como estratégias que os cativos encontravam para burlar um padrão extensivo de trabalho. A preguiça era, para esse trabalhador, uma maneira de garantir uma vida menos árdua” (DE' CARLI, 2007, p. 39).

Outra prática comum entre os trabalhadores escravizados era a fuga das fazendas de gado. Em verdade esta prática era desenvolvida em todo o Brasil como forma de romper com a sociedade escravista e construir outro modo de vida juntamente com outros trabalhadores dessa mesma condição. Neves (1999) demonstra a recorrência dessa prática de resistência entre trabalhadores escravizados no vale do Rio das Rãs, Alto Sertão Baiano (área das proximidades do atual município de Caetité). Ao mesmo tempo em que a fuga enfraquecia a dominação do fazendeiro em sua propriedade essa

prática fortalecia a comunidade para qual o trabalhador fugido passava a habitar, como um quilombo ou um mocambo, por exemplo.

Abreu (2011) evidenciou práticas de resistência por parte dos trabalhadores escravizados no âmbito jurídico. O autor estudou inquéritos policiais no sertão da Paraíba (em uma área que abrangia as proximidades dos atuais municípios de Cajazeiras e Sousa) em que diversos escravizados prestaram depoimento contra seus senhores pelas extremidades de violência praticadas por eles, resultando até em assassinato em alguns casos. Estes trabalhadores recorriam ao judiciário como forma de denunciar a violência cotidiana pela qual estavam submetidos. A justiça poderia servir para moderar a extrema violência praticada cotidianamente. Era uma estratégia para buscar amenizar a brutalidade praticada pelo fazendeiro, promovendo uma solidariedade entre os próprios trabalhadores na defesa de melhores condições de vida.

Também existia solidariedade por parte de trabalhadores livres pobres para com os trabalhadores escravizados, conforme também aponta Abreu (2011). Essas situações demonstram que mesmo em uma estrutura social ditada pelas relações de dominação expressas em hierarquia e autoritarismo os trabalhadores conseguiam desenvolver práticas de organização para se opor à sociedade colonizadora.

No entanto, como se sabe, estas práticas de resistência não foram capazes de destruir o sistema de dominação estabelecido no semiárido brasileiro com sua estrutura social hierárquica e autoritária. Mesmo sendo apontadas na literatura diversas estratégias dos trabalhadores para negar a sociedade colonizadora (algumas apresentadas brevemente aqui) a organização desses sujeitos entorno de lutas emancipatórias era dificultada pelo próprio caráter cotidiano das relações de dominação na estrutura social.

Deste modo, podemos pensar no ambiente da escravidão, a existência de um domínio exercido por parte dos senhores praticado de forma estratégica, com condutas orientadas no sentido de conter as revoltas internas, as oposições diversas à imposição do poder e a manutenção da ordem no cativeiro (ABREU, 2011, p. 161).

Mesmo sendo registrado um sem número de conflitos territoriais em toda a região semiárida nos períodos colonial e imperial os sujeitos que compunham o campesinato da época não foram capazes de destruir a sociedade colonizadora e estabelecer outra sociedade baseada em princípios comunitários e de solidariedade.

Entendemos que o principal fator que dificultava a organização dos trabalhadores escravizados e livres no semiárido oligárquico era a própria estrutura social autoritária e

hierárquica. Essa própria estrutura que foi sendo formada através do conflito territorial e do exercício do poder dos grandes proprietários de terra articulava dialeticamente violência e resistência.

Como já explanamos anteriormente, os latifundiários exerciam sua dominação através de diversas instituições e relações sociais. O controle do território permitia que aqueles que estivessem circunscritos ao latifúndio, seja através da produção seja através da moradia (ou de ambos), se submetessem aos interesses do proprietário por meio da violência e paternalismo.

A fazenda de gado, o território de domínio do latifundiário, se constituía não apenas como a unidade de produção da pecuária e cotonicultura, mas também poderia dar origem a povoados e vilas, que se transformam em cidades com o passar do tempo. Como apontam Vilaça e Albuquerque (2006) as vilas e cidades que tinham origem nas fazendas de gado tendiam a reproduzir suas características gerais, como as relações de dominação desempenhadas pelo latifundiário. Assim, o domínio da fazenda, inicialmente, poderia se transformar no domínio da cidade, posteriormente.

Por isso acreditamos que o território é um elemento central para o sistema de dominação forjado na estrutura social do semiárido oligárquico, pois é ele que permite o domínio direto sobre o trabalho e a vida dos trabalhadores. Ao passo que o domínio do território é legitimado pelo Estado, também o são as relações de dominação desenvolvidas pelos latifundiários.

O Estado era a instituição que legitimava a apropriação do território pelo grande proprietário, a exploração do trabalho livre e escravizado e o exercício do poder dos latifundiários através da articulação política que detinham. Estabelecia-se um sistema de retroalimentação que garantia tanto a legitimidade do poder dos latifundiários a nível local e regional quanto do poder do Estado a nível nacional, sendo a Coroa Portuguesa, em primeiro momento, e o Império Brasileiro, posteriormente.

E a Igreja completava o sistema de dominação através da dimensão ideológica de controle da sociedade via evangelho cristão. Estando ligada territorialmente à fazenda de gado a Igreja moldava o imaginário social da região semiárida de maneira que os sentimentos de revolta dos trabalhadores fossem gradativamente desaparecendo, dando lugar a valores que manifestassem a dependência destes para com os latifundiários. Lembramos que, como já apontado, as capelas eram administradas pelo proprietário que concedia a terra para a Igreja, o que permitia sua influência sobre o espaço eclesial.

Este mesmo sistema de dominação também forjava a ideologia de Combate à seca na busca de ocultar as relações de dominação dos latifundiários sobre a sociedade e justificando-as através da inversão da origem das mazelas sociais, deixando de ser o domínio sobre a exploração do trabalho e passando a serem as secas recorrentes.

Não podemos negar que a seca produzia efeitos danosos para a sociedade do semiárido brasileiro, como a diminuição da produção de culturas comerciais e alimentares, a fome dos trabalhadores pobres, o surgimento de doenças e as migrações para outras áreas (BRASIL, 2019; MATTOSO, 1992). Porém, estes efeitos impactavam em grau significativamente maior os trabalhadores pobres livres e escravizados em termos de sobrevivência nos períodos de estiagem. “As migrações não obedecem a instintos de nomadismo, mas à miséria que se encontram. É a fome que desloca as famílias agregadas para outros centros” (MENEZES, 1970, p. 98).

As secas promoviam migração de milhares de sujeitos tanto para as capitais das províncias quanto para outras cidades em regiões úmidas. Por não disporem das condições materiais necessárias para produzir os trabalhadores pobres como meeiros, foreiros e posseiros se viam obrigados a migrar.

Por outro lado, os grandes proprietários dispunham de patrimônio suficiente que lhes permitiam enfrentar as secas sem passar fome ou outras necessidades de sobrevivência. Quando se deparavam com esses períodos poderiam comercializar seu gado com produtores de regiões úmidas e até mesmo negociar trabalhadores escravizados como forma de manter seu bem-estar social (MENEZES, 1970), induzindo à migração destes trabalhadores.

Com a ascensão da economia cafeeira na porção centro-sul do país no século XIX a negociação de trabalhadores escravizados foi intensificada nos períodos de seca (MENEZES, 1970). A migração destes trabalhadores significava a mobilidade de sua força de trabalho para outras regiões, bem como o rompimento de relações sociais já estabelecidas em seus círculos sociais. Talvez essa condição pudesse promover dificuldades para a organização destes trabalhadores escravizados pelo fato de a seca se tratar de um fenômeno natural recorrente na história do semiárido brasileiro e gerar também certa frequência no processo migratório.

Ainda assim todos os efeitos danosos produzidos pela seca na sociedade do semiárido tinham origem nas próprias relações de dominação, que promoviam a exploração, a pobreza e a dependência dos trabalhadores para com os latifundiários. Uma estrutura social baseada na concentração de poder territorial, econômico e político

nas oligarquias rurais não poderia ocasionar outra coisa senão a fome e a morte de milhares de trabalhadores com a desestabilização do setor produtivo nos períodos de estiagem.

Uma estrutura social formada por princípios de dominação, hierarquia e autoritarismo que ao mesmo tempo em que produzia conflitos territoriais também estabelecia dificuldades para a organização do campesinato com o objetivo de destruir um sistema de dominação que se perpetuava ao longo do tempo no semiárido brasileiro. Essa estrutura social era transformada no movimento histórico, mas preservando algumas características que constituíram a sua essência em seu período genético.

2.5 Síntese do capítulo

Buscamos focalizar neste capítulo os elementos que fizeram parte da formação territorial do semiárido brasileiro e sua correspondente estrutura social oligárquica a partir do século XVII, bem como suas principais características, centralizadas no conflito. Observamos que essa estrutura social foi forjada conservando os princípios de dominação, hierarquia e autoritarismo que já marcavam a região litorânea desde o início da invasão e colonização europeia no Brasil.

O conflito territorial se constituiu como uma das principais expressões da colonização europeia no momento inicial da formação territorial do semiárido no século XVII. A invasão aos territórios indígenas produziu uma série de conflitos que não se limitam apenas aos séculos passados, mas que se expressam até o século XXI como a tentativa de destruição de um modo de vida pautado em princípios comunitários. E no caso da região semiárida, um modo de vida que já estava habituado a conviver com a dinâmica natural que é própria dessa área.

Os conflitos territoriais que marcam o semiárido oligárquico se caracterizam pela invasão aos territórios indígenas para a consolidação da propriedade privada da terra, na formação das fazendas de gado. Esses conflitos se mantêm e se somam àqueles ocorridos em áreas de quilombo na região à medida que os trabalhadores escravizados de origem africana formam esses territórios.

A estrutura social em formação necessitava então de elementos que garantissem a constituição da sociedade colonizadora, possuindo uma classe dominante que ditasse as relações sociais que se estabeleciam no semiárido. Essa classe dominante é representada pelos latifundiários e consegue construir um sistema de dominação que articulava três

instituições imprescindíveis para o exercício do poder: a propriedade da terra, o Estado e a Igreja.

Ao passo que essa estrutura social alimentava um sistema de dominação e era alimentada por ele, a classe latifundiária fundava as bases de uma ideologia dominante que fosse capaz de ocultar as relações de dominação existentes e a exploração dos trabalhadores: nasce o Combate à seca. A ideologia de Combate à seca serviu para inverter a origem dos problemas dessa sociedade, mudando o foco das relações de dominação para a seca, ocultando a exploração do latifundiário sobre o trabalhador e possibilitando a apropriação particular de políticas estatais nas formas financeiras e infraestruturais.

A articulação entre propriedade da terra, Estado e Igreja possibilitou, então, o exercício do poder econômico e político dos grandes proprietários através de práticas de violência e de paternalismo, causando submissão e dependência direta por parte dos sujeitos posicionados em nível abaixo da hierarquia social. O resultado era uma sociedade ditada pelos interesses e territorialidade destes latifundiários.

Contudo, a formação dessa estrutura social não ocorreu de maneira harmônica. Os conflitos territoriais continuaram a existir ao longo dos séculos, bem como outras práticas de resistência que não necessariamente promoviam embates físicos, mas que demarcavam oposição à sociedade colonizadora.

Mesmo com uma estrutura social hierárquica e autoritária, a qual dificultava a organização dos sujeitos entorno de lutas para destruição das relações de dominação, os próprios trabalhadores desenvolveram práticas sutis de contestação à ordem vigente. Práticas de resistência que seriam aprimoradas ao longo da história e que serviriam como instrumento de luta para os trabalhadores de outros tempos.

A formação territorial do semiárido brasileiro oligárquico e sua estrutura social, portanto, é caracterizada pelo caráter hierárquico e autoritário das relações de dominação. Mesmo com as transformações de cunho político, econômico, social e cultural que são verificadas na história do Brasil esse caráter genético da estrutura social da região não é apagado, apenas ganha novas roupagens. Isso porque a sociedade colonizadora é, por essência, violenta; foi forjada pela violência. Uma essência que perdura até os dias atuais. As características dessa estrutura social são incorporadas e se perpetuam ao longo do tempo à medida que a formação territorial da região se move.

CAPITULO III

A RECONFIGURAÇÃO DOS CONFLITOS TERRITORIAIS NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO: A PASSAGEM DA HEGEMONIA OLIGÁRQUICA PARA A HEGEMONIA CAPITALISTA NO SÉCULO XX

O pano de fundo para entender os fatores e processos responsáveis pela produção dos conflitos territoriais no semiárido brasileiro é a tentativa de dominação de uma classe sobre a outra: os latifundiários sobre o campesinato. A formação territorial pautada na ação entre aqueles que detêm os meios de produção e aqueles que detêm a força de trabalho é a expressão material e imaterial que consideramos estar na gênese dos conflitos territoriais na região de estudo.

Acreditamos que com as mudanças que ocorrem nas formas de dominação empreendidas pela oligarquia agrária do semiárido para as formas de dominação exercidas pela classe capitalista a configuração dos conflitos na região é modificada, bem como as estratégias e formas de resistência do campesinato. Em verdade toda a estrutura social hierárquica e autoritária do semiárido brasileiro também se transforma a partir do momento em que a classe capitalista passa a deter a hegemonia das relações de dominação na sociedade.

A passagem de uma estrutura social marcada pela presença constante da oligarquia agrária exercendo práticas paternalistas e violentas, de maneira sistemática e constante, para uma estrutura social que rompe com as relações interpessoais entre grande proprietário e camponeses é um dos principais fatores responsáveis pela reconfiguração dos conflitos territoriais no semiárido brasileiro. A formação territorial da região sofre então alterações em resposta às mudanças em sua estrutura social, e vice-versa. A hegemonia do controle social agora não pertence mais a oligarquia agrária simplesmente, mas sim à classe capitalista, com quem a oligarquia passa a se aliar.

Quando argumentamos que a hegemonia das relações de dominação passa a pertencer à classe capitalista propriamente dita que ascende ao longo do século XX em comparação à oligarquia agrária estamos chamando a atenção para o desempenho dessas relações de dominação para o restante da sociedade. Isso não quer dizer que não houvesse acumulação de capital nos séculos passados. Apenas frisamos que a partir do momento que as relações de produção tipicamente capitalistas passam a serem disseminadas com mais abrangência a classe capitalista também passa a minar gradativamente a hegemonia das relações de dominação da oligarquia agrária. Os

acontecimentos econômicos, políticos e sociais que começam no final do século XIX e que continuam no século XX são os responsáveis por essa mudança na hegemonia da dominação de classe.

Os processos de industrialização que se intensificam no Sudeste a partir da década de 1930 (OLIVEIRA, 1981; 2003) e a modernização da agricultura que incide sobre o Brasil na segunda metade do século XX são os motores da expansão do capitalismo no semiárido brasileiro com maior afinco, carregando em sua essência as diversas formas de destruição e recriação do campesinato que são inerentes à própria acumulação de capital (COSTA, 2006; MOREIRA, 1988; OLIVEIRA, 1999).

E a expansão do capitalismo no semiárido não poderia ocorrer sem a participação do seu parceiro mais fiel no Brasil: o Estado. As políticas estatais que figuram na segunda metade do século XX são as bases que permitem que a acumulação de capital se realize vertiginosamente na região. A ação do Estado no semiárido brasileiro é condição *sine qua non* do avanço da produção capitalista. Esse avanço rompe o século XX e se alastra pelo século XXI submetendo cada vez mais os territórios à lógica capitalista de produção.

A reconfiguração dos conflitos territoriais no semiárido brasileiro também é fruto das mudanças que ocorrem no interior do campesinato no que se refere às suas formas de organização e estratégias de resistência frente à expansão do capitalismo no espaço agrário regional. Por não estarem circunscritos a uma estrutura social pautada no autoritarismo da oligarquia agrária estes sujeitos agora têm a possibilidade de manifestar sua luta contra as classes dominantes de maneira sistemática e constante, mesmo que algumas dificuldades para organização ainda persistam.

Os conflitos territoriais no semiárido brasileiro se tornam, portanto, resultados da acumulação de capital na região que ocorre durante o século XX e das formas de organização dos sujeitos sociais do campo na região. Estes conflitos não podem ser entendidos se não através de sua herança histórica: a tentativa de dominação de uma classe sobre outra. As transformações ocorridas em diversos setores da sociedade ao longo do século XX determinam as mudanças que os conflitos passam a expressar.

3.1 Transformações na estrutura social do semiárido brasileiro no século XX

No capítulo anterior discutimos como a estrutura social do semiárido brasileiro foi forjada a partir das relações de dominação estabelecidas pela classe dominante para com o restante da sociedade da região. Estas relações se materializavam em práticas sociais

que estavam amparadas na apropriação do território pelos latifundiários e sua articulação com o Estado e a Igreja, formando uma tríade que era a base da dominação.

A formação territorial dos períodos colonial e imperial do semiárido brasileiro estava marcada, inicialmente, pela invasão europeia aos territórios dos povos originários, produzindo uma gama de conflitos que acompanham toda a história até então. Com o passar do tempo os territórios de colonização europeia se expandem através da territorialização dos latifúndios. Em menor grau poderiam existir conflitos com ocupantes ou pequenos proprietários em meio à expansão latifundiária. Mas o que marca a história da região até o fim do Império Brasileiro, sem dúvidas, é a construção do poder econômico e político dos latifundiários, submetendo a sociedade aos seus interesses.

O esfacelamento do regime imperial no Brasil no final do século XIX e a constituição da República Federativa logo em seguida promoveram mudanças na estrutura social da região. Em verdade, pouco antes do fim do Império já ocorriam fatos que convergiam para transformações nas relações de dominação no semiárido.

A destruição do regime escravocrata foi um dos fatos de grande importância para as mudanças na estrutura social da região, embora tais mudanças ocorressem de maneira lenta e gradativa. Sobre esta questão Furtado (1977) afirma:

Abolido o trabalho escravo, praticamente em nenhuma parte houve modificações de real significação na forma de organização da produção e mesmo na distribuição de renda. Sem embargo, havia-se eliminado uma das vigas básicas do sistema de poder formado na época colonial (FURTADO, 1977, p. 141).

Corroborando com a interpretação do supracitado autor entendemos que as mudanças de cunho social, econômico e político não foram absorvidas pela sociedade de imediato. No entanto, do ponto de vista jurídico/legal, o fim do regime escravocrata no Brasil foi um fato importante para as relações de dominação que eram desempenhadas até aquele momento: uma parcela considerável do campesinato não estava mais circunscrita juridicamente aos ditames da classe latifundiária.

Mas essa massa de famílias camponesas que agora se encontra em condição de liberdade para agir na sociedade esbarra no histórico problema da privação do acesso à terra. Na metade do século XIX, já temendo um futuro processo de abolição da escravatura, as classes dominantes brasileiras se encarregaram de estabelecer as bases jurídicas com o objetivo de dificultar o acesso a terra para os trabalhadores escravizados

recém libertos. A chamada Lei de Terras de 1850 foi o principal instrumento jurídico utilizado para manter a terra cativa nas mãos da classe latifundiária (MARTINS, 2010).

Ao mesmo tempo em que o regime escravocrata definhava até ser extinto em 1888 os movimentos migratórios realizados por parte do campesinato do semiárido para as lavouras cafeeiras em São Paulo e para os seringais da Amazônia (produção de borracha) também ocasionaram certa instabilidade nas relações de dominação na estrutura social da região semiárida.

Desde a ascensão da cafeicultura nas províncias de São Paulo e Rio de Janeiro o processo migratório de trabalhadores escravizados do semiárido foi uma constante. Este processo acentuava-se ainda nos períodos de seca que impactavam diretamente a produção agropecuária da região (MENEZES, 1970). A desestruturação do setor produtivo nos períodos de seca provocava, então, a desestruturação da organização da produção, o que promovia, em última instância, a migração. A seca registrada entre os anos de 1877 e 1879 é a expressão nítida desse contexto de migrações intensas.

A estiagem ocorrida em 1877 também promoveu forte migração de camponeses e camponesas do semiárido (principalmente de sua porção setentrional) em direção à região amazônica, que experimentava a emergência da produção de borracha naquela época (FACÓ, 1976). As migrações em massa desses sujeitos enfraqueciam relativamente a dominação latifundiária na sociedade local pelos efeitos econômicos e políticos decorrentes do deslocamento de uma mão-de-obra que estava disponível e subordinada aos seus interesses.

As migrações significavam o rompimento destes sujeitos, sejam eles trabalhadores escravizados ou livres, posseiros, camponeses, parceiros etc., com o latifúndio do semiárido, mesmo que nos locais de destino encontrassem situações semelhantes às que já experienciavam na sua região de origem, em termos de relações de trabalho. Porém, não podemos negar a importância das migrações para a desestabilização da dominação de classe no semiárido. A cada trabalhador que migra o latifundiário perde uma pequena parcela de seu poder político e econômico.

Concomitante às migrações intensas para as lavouras de café na região que hoje compreende o Sudeste do Brasil (principalmente São Paulo) a atividade cafeicultura que passava a dispor da hegemonia econômica do país ao longo do século XIX também permitia a emergência de sua correspondente hegemonia política no cenário nacional (DANTAS, 2019; OLIVEIRA, 1981). Esse foi um fator de grande relevância para a instabilidade da hegemonia latifundiária do semiárido no final do referido século.

À medida em que os grandes produtores de café do Sudeste ascendiam politicamente no cenário nacional ocupavam consequentemente cada vez mais cargos parlamentares e executivos nas diversas instâncias administrativas do Estado no século XIX. Isso garantia que as políticas econômicas nacionais fossem direcionadas prioritariamente para a cafeicultura em detrimento das demais atividades econômicas do país, como a produção de algodão na região semiárida.

A acumulação de capitais resultantes da cafeicultura do Sudeste contribuía gradativamente para o surgimento de uma burguesia comercial e industrial naquela região na segunda metade do século XIX, sobretudo em São Paulo (OLIVEIRA, 1981). Embora a burguesia comercial já estivesse relativamente melhor estruturada a burguesia industrial emerge com maior ênfase apenas em meados do início do século XX no Brasil.

No semiárido a produção algodoeira do século XIX já estabelecia as bases para mudanças também no interior da classe dominante da região. A ampliação paulatina da cotonicultura no semiárido permitiu o surgimento de indústrias têxteis, mesmo que um pouco rudimentares (MENEZES, 1970), e simultaneamente a intensificação do comércio exterior com a Europa, principalmente com a Inglaterra (OLIVEIRA, 1981). A acumulação de capitais de natureza comercial e industrial sinalizava que transformações no quadro geral da região estavam por vir.

No cenário nacional, a emergência da burguesia comercial e industrial do Sudeste imprime conflitos no interior das classes dominantes brasileiras. A classe latifundiária do semiárido, arraigada a relações de produção escravistas e amplamente subjugadoras para com os demais sujeitos que vivem no espaço agrário, passa a acompanhar as mudanças políticas e econômicas promovidas pela classe burguesa que emergia.

Como resultado de todo esse contexto de transformações de cunho político e econômico que ocorria na segunda metade do século XIX é extinguido o regime imperial no Brasil e instituída a República Federativa em 1889. O Estado assumia finalmente um caráter explicitamente liberal e descentralizado, aspectos que podem ser visualizados já na Constituição da República de 1891, com uma maior autonomia político-administrativa atribuída aos municípios e com o surgimento do sufrágio direto (o voto) em eleições para ocupações de cargos legislativos e executivos (BRASIL, 1891).

A instituição do regime republicano modificaria consideravelmente as relações estabelecidas entre latifundiário e Estado. Essas relações foram examinadas por

Bursztyn (2008), o qual defende que havia um sistema de retroalimentação entre poder central e poder local, em que o governo central se omite em atuar na escala local para permitir as práticas autoritárias dos grandes proprietários e em troca recebe a legitimação política por parte destes. Essa aliança assegurava o poder dos latifundiários localmente e a legitimação do Estado nacionalmente. Uma relação caracterizada por paternalismo e violência, marcas da estrutura social do semiárido brasileiro como vimos no capítulo anterior.

Em meio à um panorama marcado pelo fim da escravatura, intensas migrações de parte do campesinato para outras regiões, hegemonia econômica da cafeicultura no cenário nacional e a emergência de uma burguesia comercial e industrial que tensionava a hegemonia política no interior das classes dominantes, o estabelecimento da República em 1889 pode ser considerado como o último fator de destaque para que os latifundiários do semiárido brasileiro iniciassem transformações importantes no âmbito de sua classe; transformações que iriam se tornar mais explícitas décadas depois.

A República inaugura no Brasil a fase da história em que a classe latifundiária passa a ser expressa através do coronelismo (DANTAS, 2019; LEAL, 2012; VILAÇA e ALBUQUERQUE, 2006). No semiárido, o coronelismo, nas primeiras décadas da República, mantém a mesma estrutura hierárquica e autoritária que caracteriza a estrutura social da região até então, reproduzindo basicamente as mesmas práticas de dominação que os latifundiários já desempenhavam.

Embora a Constituição de 1891 estabelecesse normatizações novas no âmbito político-administrativo do Estado estas não foram incorporadas de imediato pelo conjunto da sociedade. Dantas (2019), analisando as mudanças de cunho político-administrativo ocorridas com a criação da República, explicita que os municípios passaram a estar mais dependentes politicamente dos estados, já que as nomeações para cargos executivos municipais eram, inicialmente, realizadas pelos governos estaduais. Assim, os chefes políticos locais que dispunham de boas relações com o governo estadual poderiam passar à condição de prefeitos para legitimar o próprio governo estadual e, ao mesmo tempo, manter sua dominação na esfera local. A relação poder central e poder local que Bursztyn (2008) expõe era modificada para uma relação mais direta entre poder regional e poder local.

O coronel então mantém praticamente as mesmas características do latifundiário que conquistou poder através da riqueza concentrada na escala local em relação ao restante da população rural que vive tanto em suas fazendas como em pequenas

propriedades familiares (LEAL, 2012). A condição de riqueza do coronel é relativa à condição de pobreza do restante dos sujeitos que vivem no campo. E o coronel se utiliza dessa condição para perpetuar a relação de dependência construída historicamente: emprestando dinheiro ou vendendo produtos do seu armazém em troca de pagamentos que podem ser feitos com trabalho.

Na primeira fase do coronelismo, a qual Dantas (2019) considera entre o início da República e o ano de 1930, o poder que dispunham os coronéis era resultado de suas práticas de coerção constantes, possibilitadas por fatores como a propriedade territorial e a hegemonia política e econômica em nível local. As milícias particulares dos coronéis era o que lhes garantia a possibilidade de dominar a sociedade local.

À medida que a burguesia comercial e industrial ascende gradativamente nas primeiras décadas do século XX os conflitos no interior das classes dominantes brasileiras se acirram e os latifundiários, coronéis, do Nordeste e do semiárido, veem sua hegemonia política e econômica ser minada aos poucos (FACÓ, 1976; MENEZES, 1970; OLIVEIRA, 1981). A década de 1930 marca a transição definitiva da hegemonia política e econômica do Brasil: a produção agropecuária de exportação dá lugar à produção industrial.

Essa mudança de hegemonia política e econômica no interior das classes dominantes brasileiras é inicialmente influenciada por dois acontecimentos que ocorreram praticamente de maneira simultânea: o golpe de Getúlio Vargas no regime republicano em 1930, instituindo um regime autoritário ao Estado brasileiro; e a crise econômica internacional ocasionada pela “queda” da bolsa de valores de Nova Iorque, nos Estados Unidos. Este segundo fator teve repercussões diretas sobre o setor agrícola de exportação no Brasil, diminuindo principalmente as exportações do café e, no caso do Nordeste, da cana-de-açúcar.

A década de 1930, segundo Dantas (2019) assinalou transformações significativas na relação entre os coronéis e o Estado com o rompimento do sistema político-administrativo descentralizado e com uma consequente centralização do governo federal. Isso permitiu a indicação, pelo governo central, de executivos estaduais sem relação direta com as oligarquias agrárias dos estados ou com os próprios coronéis individualmente. O resultado imediato foi uma desestabilização da relação entre coronel e Estado.

No plano econômico a “Revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da

predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial” (OLIVEIRA, 2003). A indústria se tornaria o principal setor produtivo das políticas de Estado que objetivavam estabelecer as bases para sua expansão.

E a industrialização promoveu, consigo, um dos efeitos que causou grande instabilidade para a classe latifundiária no semiárido brasileiro: a urbanização. A migração de parte considerável da população rural para as cidades com maior intensidade a partir da década de 1940 promove um rompimento nas relações de dominação dos coronéis para com o campesinato (FACÓ, 1976; LEAL, 2012; VILAÇA e ALBUQUERQUE, 2006).

A migração mais acentuada de camponeses para as cidades tanto do semiárido quanto das capitais do Nordeste e também para a região Sudeste que ocorre a partir da década de 1940 promove uma ruptura do vínculo direto que existia entre o trabalhador rural e o coronel. Esse processo causa o enfraquecimento paulatino das práticas de dominação exercidas por essa parcela das classes dominantes no semiárido. Os coronéis buscam, agora, outras estratégias para perpetuar sua dominação em nível local.

Dantas (2019) destaca que a década de 1940 demarca a fase do coronelismo em que o voto ganhou a maior importância entre as táticas dos coronéis para manter sua dominação. Pelas mudanças provocadas com a retomada da democratização política no Estado brasileiro a partir de 1945 e pela crescente urbanização em curso os coronéis tiveram que adotar outras táticas para manter sua hegemonia política em nível local.

Pelo fato de que o Estado não conservava mais a partir de então um caráter autoritário (pelo menos oficialmente) as relações estabelecidas pelos coronéis com parlamentares e governadores e, ao mesmo tempo, com a população rural foram modificadas. É o momento em que o voto passa a ser comercializado e se torna uma mercadoria (VILAÇA e ALBUQUERQUE, 2006): o coronel negocia o seu apoio à parlamentares e governadores e também compra os votos de sua base eleitoral, seja com dinheiro seja com serviços.

O que ocorre nesse momento é o declínio da autoridade do coronel perante à estrutura social do semiárido, resultando no exercício de seu poder de maneira cada vez menos intensa. Agora o coronel não dispõe das mesmas práticas de dominação e da consequente submissão dos trabalhadores que os latifundiários dispunham no passado; não pode mais obrigar ou coagir, da forma que fazia antes, qualquer sujeito a realizar suas vontades, pois deixou de ser ele o juiz, o delegado, a lei e a Igreja. A única coisa que não perdeu foi a propriedade territorial e seu poder econômico, que agora precisa

utilizar para ter o voto do eleitor garantido e perpetuar sua hegemonia política por algum tempo. Trata-se, portanto, da transformação gradativa da estrutura social do semiárido, que desestabiliza cada vez mais a autoridade do coronel e o torna sujeito secundário no que diz respeito à hegemonia das classes dominantes.

A estrutura social da região vai aos poucos perdendo o seu caráter oligárquico e absorvendo simultaneamente as características concernentes à expansão do capitalismo. Estas características são expressas nas esferas da produção, da comercialização, da urbanização, da infraestrutura e do Estado, por exemplo.

Todas as mudanças que descrevemos até aqui desde o final do século XIX até a primeira metade do século XX têm impactos substanciais sobre as relações de produção no semiárido brasileiro. A expansão do capitalismo que ocorre de maneira generalizada no Brasil, sobretudo com a industrialização, provoca mudanças também nas relações de produção no campo.

3.2 As primeiras mudanças nas relações de produção do semiárido brasileiro: a expansão do capitalismo no campo

O que caracteriza as relações de produção no campo em plena estrutura social oligárquica da região semiárida é o controle direto do latifundiário sobre o processo de trabalho, a comercialização da produção e as próprias condições de existência dos camponeses e suas famílias. Em uma estrutura hierárquica e autoritária o grande proprietário possui a prerrogativa de ditar a esfera econômica em nível local, desde a produção até a comercialização.

Como vimos no capítulo anterior, as relações de produção no semiárido brasileiro oligárquico eram pautadas no trabalho escravizado, em sistemas de parceria e arrendamento e num incipiente assalariamento, sobretudo na escala diária. Todas essas expressões das relações de produção permitem que o latifundiário direcione as atividades econômicas em seus domínios territoriais para atender às suas necessidades. O que caracteriza estas relações de produção, portanto, é o fato de não estarem circunscritas a uma lógica tipicamente capitalista, em que a extração da mais-valia do salário do trabalhador é fundamental.

O trabalho escravizado constituía-se em uma relação social em que o proprietário controlava juridicamente o trabalhador. O controle jurídico sobre o trabalhador escravizado permitia ao proprietário a isenção do pagamento de salário ou a necessidade de desenvolver algum contrato de parceria, já que, por lei, poderia explorar o trabalho

deste sujeito da maneira como bem lhe interessasse. Mesmo assim, o trabalho escravizado foi um importante meio para a acumulação de capital entre os latifundiários da região em suas diversas produções comerciais, se destacando a pecuária e o algodão.

O assalariamento, que já existia mesmo antes da expansão do capitalismo propriamente dita no campo da região, está circunscrito a relações de produção tipicamente capitalistas, pois o trabalhador recebia em dinheiro a quantia referente ao seu trabalho e tinha sua mais-valia extraída pelo proprietário. Porém, antes da expansão capitalista no semiárido de maneira ampla o caráter de ocorrência do assalariamento era incipiente, estando mais voltado para realização de serviços em escalas de trabalho curtas, a exemplo dos trabalhadores livres diaristas.

Em contrapartida, os sistemas de parceria e arrendamento eram as formas que predominavam nas relações de produção do semiárido oligárquico com trabalho livre. Estas formas de produção foram tão recorrentes no espaço agrário da região que ainda existem até os dias de hoje, porém em menor expressão.

As relações sociais de produção no Brasil, portanto, como observa Barreira (1979), não se expressam simplesmente em termos de compra e venda de força de trabalho, pois existem várias outras formas de produzir que intermediam o processo produtivo no campo, realizados por parceiros, agregados e arrendatários, por exemplo.

Os sistemas de parceria compreendem na relação entre sujeitos sociais comumente chamados parceiros, meeiros e foreiros e o proprietário da terra. Esses sujeitos se caracterizam por seu trabalho ser realizado em propriedades que não lhes pertence através de acordos firmados com o proprietário. O trabalho está voltado tanto para culturas comerciais quanto para culturas de autoconsumo.

O arrendamento também se constituía como uma prática comum nas relações de produção da região semiárida. Os rendeiros e foreiros, categorias de sujeitos mais conhecidas no arrendamento, alugam uma fração da propriedade para produção e podem pagar a renda da terra ao proprietário tanto na forma de produto quanto na forma de dinheiro, ou até em ambas as formas.

Em termos de relação de produção os sistemas de parceria e arrendamento não possuem grandes diferenças. Ambos estavam submetidos aos interesses do grande proprietário da terra que lhes foi cedida para trabalhar. Como não existia relação contratual legal entre proprietário e camponês o primeiro poderia requerer a terra como e quando bem entendesse e o segundo ser expulso sem nenhum tipo de compensação (ANDRADE, 1973).

Além do controle sobre a produção o proprietário também exercia o controle sobre a comercialização, como atesta Lanna (1994). No caso de meeiros e arrendatários a produção advinda destes sujeitos era negociada diretamente com o proprietário da terra. Por consequência, o preço do produto do trabalho era determinado pelo proprietário, o que lhe favorecia em comprar a produção do trabalhador em valores abaixo daqueles praticados pelo mercado (AGUIAR, 1983).

A cotonicultura foi a atividade econômica que impulsionou exponencialmente estas relações de produção não tipicamente capitalistas no século XIX. Nessa época o “Nordeste agrário não-açucareiro converte-se num vasto algodão” (OLIVEIRA, 1981, p. 47). A possibilidade de produzir o algodão em consonância com a pecuária e as culturas alimentares de autoconsumo ocasionou a expansão da cotonicultura em toda a região semiárida através de relações de parceria e arrendamento.

Muitos proprietários do semiárido praticavam com agricultores da região, como ressalta Andrade (1973), o sistema de parceria denominado de meia. A meação consistia num sistema em que o meeiro plantava e colhia algodão em associação com culturas alimentares (feijão, milho e fava), cujas sementes também eram fornecidas pelo proprietário. O pagamento da renda da terra era a metade da produção do algodão que o trabalhador produziu e o restolho das lavouras alimentares, pois serviam de alimento para o gado. A outra metade da produção também ficava sob posse do proprietário, que a comprava a baixos preços, como já mencionamos.

Em muitas ocasiões, além do proprietário ficar com a produção do algodão e com a alimentação do gado, resultado do trabalho do meeiro, ele ainda exigia o cambão do trabalhador (ANDRADE, 1973). O cambão era um pagamento realizado pelo camponês em dias de trabalho gratuitos para o proprietário. Este podia ser utilizado tanto na própria produção quanto em serviços complementares, como a “limpa do mato” e a construção de cercas na propriedade.

Em meio a todas essas categorias nos sistemas de parceria e arrendamento ainda haviam sujeitos que moravam nas próprias propriedades e que estavam diretamente submetidos aos ditames do proprietário: os moradores (ANDRADE, 1973). O morador (também conhecido como morador de condição) poderia ser o vaqueiro da propriedade ou um agricultor voltado para a produção agrícola. Fato é que por residir na propriedade este trabalhador e sua família estava sujeita à dominação direta do latifundiário, pois este controlava o que era produzido, como era produzido e como iria ser comercializado, além de ser o dono da moradia em que a família vivia.

É importante ressaltar que todos esses sujeitos tinham em comum o fato de não serem proprietários, ou seja, eram trabalhadores sem terra que integravam o campesinato da região. Por esse motivo precisavam se submeter ao trabalho nas grandes propriedades para garantir a reprodução social de sua família. As relações sociais de produção do semiárido oligárquico se pautam nesse pressuposto: o controle da propriedade garante ao latifundiário a possibilidade de subordinar o campesinato aos seus interesses.

Contudo, com os eventos que acontecem no final do século XIX no semiárido brasileiro (os quais foram discutidos no tópico anterior) a hegemonia política e econômica da classe latifundiária da região passa a ser ameaçada e inicia um processo gradativo de leve definhamento. Simultaneamente, o avanço do capitalismo no Brasil com a indústria e o comércio imprimem paulatinamente relações sociais baseadas na lógica capitalista. E o campo brasileiro passa a experimentar também mudanças nas relações de produção. As relações tipicamente capitalistas de produção aos poucos se expandem sobre as demais formas de produção e os camponeses passam a absorver tais transformações.

Com a industrialização crescendo nas primeiras décadas do século XX no Brasil, sobretudo no Sudeste, a acumulação de capital correspondente passa a imprimir mudanças em diversos setores da sociedade. A década de 1930 marca a intensificação das políticas econômicas que priorizavam a produção industrial em detrimento da produção agropecuária de exportação. O Estado passa a elaborar leis e a criar infraestruturas capazes de estabelecer as bases para a expansão capitalista via industrialização.

Para o semiárido brasileiro a criação do Polígono das Secas em 1936 para regulamentar a política de defesa contra os efeitos da seca, instituída com a Constituição de 1934, representa um nítido direcionamento para corroborar com a expansão capitalista na região.

As políticas de defesa contra os efeitos da seca nada mais eram que a manutenção das estratégias utilizadas pelas classes dominantes da região para direcionar a ação estatal em benefício próprio. Em outras palavras: era a perpetuação da indústria da seca. O Combate à seca se materializa em obras e projetos que objetivam a criação de infraestruturas que favoreçam o avanço do capitalismo no campo e na cidade, tais como as rodovias, os açudes e as telecomunicações.

Um dos objetivos almejados com a ampliação da infraestrutura brasileira, sobretudo de transportes, era a facilitação do escoamento da produção do Sudeste para o resto do Brasil, com destaque para o Nordeste (OLIVEIRA, 1981). Com o apoderamento da hegemonia política e econômica das classes dominantes brasileiras a burguesia industrial era capaz de direcionar os rumos da expansão capitalista no país.

O crescimento rodoviário brasileiro, para Oliveira (1981), foi um dos responsáveis pela realização do valor da economia industrial no conjunto do país, pois possibilitava a ampliação da circulação das mercadorias produzidas no Sudeste para outras regiões. Esse contexto provocou uma redefinição da própria estrutura produtiva do Nordeste.

Na década de 1940 a criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) e a transformação da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), ambos em 1945, corroboram com o avanço do capitalismo no plano infraestrutural. E a criação da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) contribui com o aspecto produtivo da expansão capitalista no campo.

A CHESF objetivava “produzir e distribuir energia elétrica para os estados nordestinos, eliminando um dos pontos críticos para o desenvolvimento industrial da região” (TARGINO e MOREIRA, 2006). As necessidades do capital industrial estavam sendo atendidas para garantir sua expansão no Nordeste.

Já a ação do DNOCS estava pautada na implementação de obras e projetos para dar continuidade às políticas de combate à seca. Estas ações diziam respeito à construção de açudes e barragens e a perfuração de poços, bem como o incentivo à irrigação na produção agrícola. Estas ações se aliavam com a CVSF, que também objetivava promover o desenvolvimento da irrigação ao longo do vale do rio São Francisco. Estas políticas de cunho modernizante para a época promoviam diretamente mudanças no interior da estrutura produtiva da região semiárida e consequentemente nas relações de produção no campo.

Concomitante à ampliação da infraestrutura, a urbanização que ocorre com o avanço da indústria no Brasil mobiliza parcela da população rural para as cidades que começam a experimentar um aumento significativo em seu contingente populacional. O campo necessita, então, garantir uma produção alimentar que fosse capaz de permitir a reprodução desses sujeitos na cidade.

A partir da década de 1930, segundo Oliveira (2003), o campo é o responsável por manter ao mesmo tempo uma produção voltada para o mercado externo, suprindo as

necessidades de bens de capital e mantendo a acumulação global, e uma produção voltada para o mercado interno, com produtos de baixo custo que permitam a reprodução social da mão-de-obra industrial-urbana.

O processo conjunto de industrialização e urbanização no Brasil determinou, desse modo, mudanças no espaço agrário em termos de produção. As relações cidade-campo e indústria-agricultura foram redefinidas pela expansão capitalista em todo o país. A composição das classes sociais também sofreu transformações, as quais iriam refletir sobre os conflitos territoriais (voltamos a este assunto mais a frente).

Como reflete Oliveira (2003) sobre a agricultura:

ainda que pouco represente como mercado para a indústria, esta, no seu crescimento, redefine as condições estruturais daquela [agricultura], introduzindo novas relações de produção no campo, que torna viável a agricultura comercial de consumo interno e externo pela formação de um proletariado rural (OLIVEIRA, 2003, p. 47-8).

O espaço agrário do semiárido brasileiro passa a absorver, em linhas gerais, as consequências da expansão do capitalismo no campo, como o pagamento em dinheiro pelo trabalho e a impessoalização das relações sociais entre camponês e proprietário.

Como mencionamos anteriormente, o pagamento de salários já existia, mas ainda era incipiente em comparação com as demais formas de trabalho. O pagamento pela produção do trabalhado em dinheiro pelo proprietário vai se tornando uma prática mais difundida no campo (ANDRADE, 1979). Esse pode ser um dos reflexos mais perceptíveis das mudanças provocadas nas relações de produção.

Também Vilaça e Albuquerque (2006) destacam que com a expansão do capitalismo no semiárido as formas de trabalho características da região, como os sistemas de parceria e arrendamento, começam a disputar espaço com o trabalho assalariado, que concomitantemente se expande. Isso faz com que as relações pessoais que antes existiam entre proprietário e camponês (compadrio e parentesco, por exemplo) sejam cada vez mais submergidas para dar lugar a simples relações formais de trabalho.

O capitalismo, desse modo, avança sobre o campo na região semiárida modificando as relações de produção em voga. Ressaltamos, contudo, que esse avanço ainda não é capaz de extinguir formas de trabalho pautadas na parceria, arrendamento e moradia. Estas formas continuam a existir em pleno século XXI na região com forte ocorrência. O que ocorre, em linhas gerais, é a transformação de uma pequena parcela do campesinato (parceiros, meeiros, moradores etc.) em assalariados.

Portanto, embora a expansão capitalista já houvesse iniciado na região esta ainda não se fazia de maneira sistemática e intensa. Este cenário só começa a ser modificado com a chamada modernização da agricultura que incide sobre o país a partir da década de 1960 e com uma atuação forte do Estado para viabilizar a expansão capitalista no campo da região.

Na metade do século XX mesmo com regiões do Brasil apresentando um crescimento considerável do assalariamento no campo o semiárido não é capaz de registrar esse cenário de maneira ampla. O panorama que traçamos neste tópico é o prelúdio do que ocorreria na segunda metade do século XX. As bases para que o capitalismo penetrasse no campo semiárido estavam estabelecidas. Bastava que as empresas privadas e o Estado atuassem de maneira articulada para garantir o sucesso desse projeto.

3.3 A intensificação da expansão capitalista no campo e seus rebatimentos sobre as relações de produção do semiárido brasileiro na segunda metade do século XX

A segunda metade do século XX no Brasil é marcada pelo estabelecimento da chamada modernização da agricultura, que articula um conjunto de técnicas modernas de produção em associação com o capital financeiro e a ação estatal. É o momento em que a expansão capitalista no campo ocorre de maneira intensa e ampla no país sob a tutela do Estado.

Esse processo provocou a intensificação da concentração fundiária, o incentivo à produção agroexportadora, articulada à indústria, e a dependência dos produtores rurais para com os pacotes tecnológicos propostos por multinacionais que cada vez mais adentravam ao país (COSTA, 2006). O período ficou conhecido como o da modernização conservadora: modernização das técnicas de produção agropecuárias conservando a estrutura fundiária concentrada.

A estrutura fundiária permanece com a sua principal característica nesse período histórico, que é a concentração da terra em um pequeno grupo de latifundiários (e depois de capitalistas) em detrimento da maior parte da população rural pertencente ao campesinato da região. Esse panorama ocorre em toda a segunda metade do século XX e adentra o século XXI, como demonstra Medeiros et al. (2012). Os supracitados autores mostram que o Índice de Gini (utilizado para o cálculo da concentração de valores em uma matriz de dados) em todos os estados do Nordeste apresenta forte concentração entre 1970 e 2006, em que a maioria dos estados registra valores

superiores aos 0,80 no período analisado, indicando a forte concentração da terra. Esse panorama demonstra que a modernização propalada conservou as mesmas características estruturais no espaço agrário da região.

No Nordeste e na região semiárida a modernização da agricultura é marcada pela aliança explícita de empresas privadas e latifundiários com o Estado, aqui representado principalmente pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). É a SUDENE a responsável por operacionalizar o projeto de expansão do capitalismo no Nordeste e no semiárido brasileiro (ANDRADE, 1973; OLIVEIRA, 1981).

A ação estatal praticada nesse período ocorre de maneira cuidadosamente estratégica para garantir que a modernização no campo seja exitosa, como analisa Bursztyn (2008). Ações voltadas para a facilitação dos sistemas de crédito para os produtores rurais, aliada ao fortalecimento do cooperativismo entre os pequenos produtores rurais e a ampliação da assistência técnica e extensão rural são medidas adotadas pelo Estado para permitir que a expansão do capitalismo no campo da região aconteça.

Em outra direção a SUDENE promovia o incentivo à produção agropecuária através de isenções fiscais e de impostos, distribuição de créditos e financiamento por meio do Banco do Brasil, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Além disso, financiava a aquisição de maquinários e outros bens destinados à produção agrícola e industrial, bem como o incentivo à criação de indústrias e agroindústrias. Todas essas medidas visavam estimular a atração de capitais para o Nordeste, sejam eles nacionais ou internacionais (AGUIAR, 1983).

Somadas a isso também são estabelecidas as Frentes de Emergência nos períodos de seca, que visavam o melhoramento da infraestrutura interna das propriedades rurais para se prepararem para as próximas secas (BURSZTYN, 2008). As Frentes de Emergência eram programas de construção de obras públicas através da contratação temporária de um grande contingente de trabalhadores. No período da modernização da agricultura as frentes se caracterizaram, segundo Bursztyn (2008), pelo melhoramento da infraestrutura das propriedades rurais do semiárido. Não era de se surpreender que as principais propriedades beneficiadas pelas frentes fossem aquelas que já eram favorecidas com outras medidas do Estado. O Combate à seca continua vivo mesmo em uma época marcada pelo desenvolvimentismo.

Desse modo, as diversas ações adotadas pelo Estado para possibilitar a expansão do capitalismo no espaço agrário do semiárido conseguiu estabelecer a produção capitalista de maneira eficaz na região. As relações de produção, portanto, são impactadas pela utilização de maquinários modernos para lavrar a terra; pelo uso de agrotóxicos e pesticidas para dificultar a ação de pragas; pela adubação química para correção do solo; pela disponibilização de crédito para financiar a produção; pela tentativa de substituição das formas de trabalho tradicionais da região para o trabalho assalariado; enfim, uma série de acontecimentos contribui para garantir que a lógica capitalista passe a ditar a estrutura social do semiárido.

Parte da classe latifundiária se transfigura e/ou se alia à classe capitalista. Em essência seu objetivo de determinar os rumos do campo a partir das esferas política e econômica não têm grandes transformações. O que se modifica, sobretudo, é a sua aparência: o latifundiário arcaico, o coronel autoritário, se transfigura no empresário moderno, no sujeito que busca a implantação da empresa capitalista.

Por volta da década de 1970, então, já se anunciava um processo de concentração fundiária exercida pela classe latifundiária e empresarial do semiárido brasileiro (COSTA, 2006). O autor supracitado indica que a concentração da terra ocorre com o aumento da produção pecuária na região, expulsando, consigo, parte da população rural que desempenhava atividades no interior das grandes e médias propriedades. O aumento exponencial da pecuária durante esse período se deveu, em partes, tanto pelas isenções fiscais voltadas à produção animal fornecidas pelo Estado quanto pelas linhas de crédito com juros mais baixos para o setor pecuário em relação ao setor agrícola fornecidas pelos bancos privados.

A concentração fundiária é acompanhada, por consequência, pela expulsão de uma parcela do campesinato das propriedades onde trabalhavam. O caráter concentrador da expansão capitalista recria a mesma lógica praticada nos séculos passados. A formação territorial do semiárido brasileiro revive um processo de monopolização do território, que agora é exercida pela empresa capitalista.

A apropriação territorial que passa a ocorrer pela empresa capitalista vai empreender à própria lógica capitalista de produção nas formas de trabalho. O resultado é o processo massivo de proletarianização que ocorre em todo o país com a modernização da agricultura (ANDRADE, 1979). A expansão das culturas comerciais dos grandes proprietários vai gradativamente incorporando as terras antes utilizadas em sistemas de parceria e arrendamento e submetendo-as a relações de produção tipicamente

capitalistas, mesmo que esse processo continue recriando, contraditoriamente, o campesinato (OLIVEIRA, 1999).

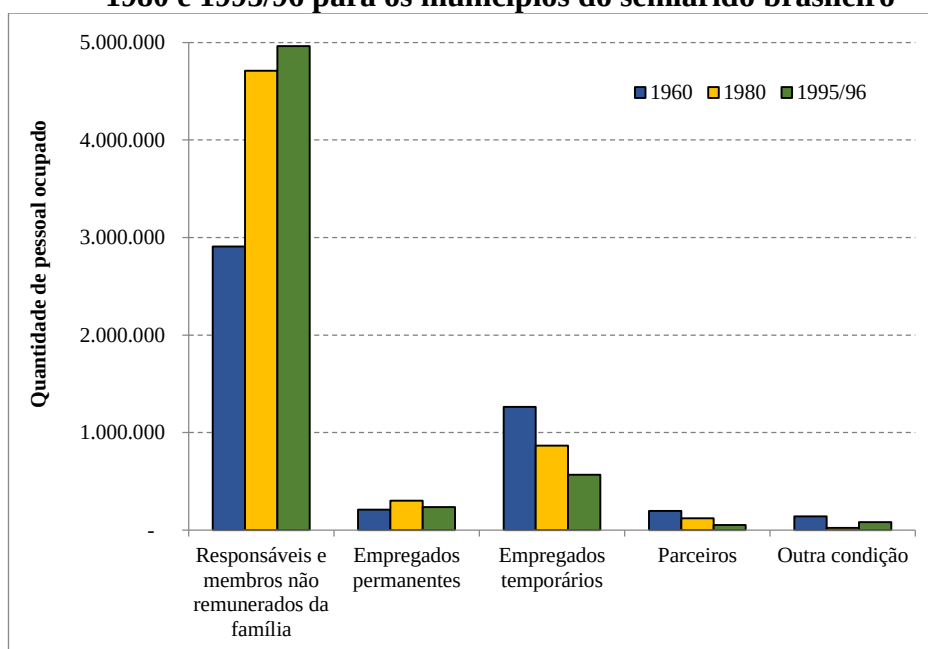
Contudo, no semiárido brasileiro ocorre o seguinte processo: permanência das relações camponesas de produção simultaneamente ao crescimento do trabalho assalariado permanente e à diminuição do trabalho assalariado temporário. O Quadro 5 e a Figura 10 demonstram as mudanças ocorridas entre o pessoal ocupado no campo nos municípios semiáridos do Brasil entre os Censos Agropecuários de 1960 e 1995/96.

Quadro 5. Mudanças entre o pessoal ocupado nos Censos Agropecuários de 1960, 1980 e 1995/96 para os municípios do semiárido brasileiro³⁴

	Responsáveis e membros não remunerados da família	Empregados permanentes	Empregados temporários	Parceiros	Outra condição	Total Pessoal ocupado
Total 1960	2.909.484	209.204	1.262.760	195.238	139.378	4.716.064
Total 1980	4.710.574	302.942	864.854	120.256	23.174	6.021.800
Total 1995/96	4.962.163	237.458	566.227	51.407	81.658	5.898.913
Diferença 1960-1980	62%	45%	-32%	-38%	-83%	28%
Diferença 1980-1995/96	5%	-22%	-35%	-57%	252%	-2%
Diferença 1960-1995/96	71%	14%	-55%	-74%	-41%	25%

Fonte: IBGE (1966; 1983; 1998).

Figura 10. Mudanças entre o pessoal ocupado nos Censos Agropecuários de 1960, 1980 e 1995/96 para os municípios do semiárido brasileiro



Fonte: IBGE (1966; 1983; 1998).

³⁴ Foram considerados municípios semiáridos nos censos aqueles que constam na lista atualizada em novembro de 2017 pela SUDENE.

Os dados presentes no Quadro 5 e na Figura 10 evidenciam as afirmações apresentadas no parágrafo anterior acerca das mudanças gerais do pessoal ocupado da região³⁵. Inicialmente destacamos o aumento significativo na quantidade de Responsáveis e membros não remunerados da família. Essa categoria corresponde ao trabalhador que é responsável pelo estabelecimento e à quantidade de pessoas de sua família que o auxiliam sem receber remuneração. Portanto, em linhas gerais, essa categoria indica o trabalho familiar no campo, os camponeses. Aumentando substantivamente entre 1960 e 1980 e depois de maneira tímida entre 1980 e 1996, o trabalho familiar obteve um aumento de 71% em todo o período no semiárido brasileiro.

As demais categorias, por outro lado, apresentaram diminuição na série temporal analisada, com exceção dos Empregados permanentes. Os Empregados permanentes e temporários indicam o contingente de mão-de-obra assalariada no campo. Enquanto os Empregados temporários apresentaram uma diminuição de 55% em todo o período os Empregados permanentes registraram um aumento de 45% entre os anos de 1960 e 1980 seguido de uma diminuição de 22% entre 1980 e 1996. Porém, a mão-de-obra permanente ainda obteve um aumento de 14% se considerarmos o período de 1960 e 1996.

Já a categoria de Parceiros foi a que mais registrou diminuição em todo o período analisado, uma queda de 74% entre 1960 e 1996. Esse resultado indica uma redução considerável da quantidade de sujeitos que desempenhavam parte das relações de produção tradicionais no semiárido brasileiro. No entanto, de acordo com a conceituação das categorias explicitadas nos censos, os parceiros que são responsáveis pela administração do estabelecimento foram incorporados na categoria de Responsáveis e membros não remunerados da família, são os parceiros autônomos. Isso quer dizer que a quantidade de parceiros que compõem o contingente de mão-de-obra da região deva ser maior do que os totais apresentados na categoria Parceiros.

E, por fim, a categoria Outra condição também registrou uma diminuição drástica entre 1960 e 1980, porém seguida de um aumento substancial entre 1980 e 1996. Embora o total de trabalhadores de Outra condição seja menor em 1996 do que em 1960, esta categoria ainda demonstra grande importância para o conjunto de trabalhadores rurais do semiárido. A categoria Outra condição compreende os sujeitos

³⁵ Ressaltamos que os dados de pessoal ocupado nos referidos censos dizem respeito objetivamente aos sujeitos que realizam trabalho nos estabelecimentos, portanto, aos trabalhadores rurais. Isso quer dizer que os proprietários rurais que não realizam trabalho no estabelecimento não são contabilizados entre o pessoal ocupado, mas sim nos dados de condição do produtor.

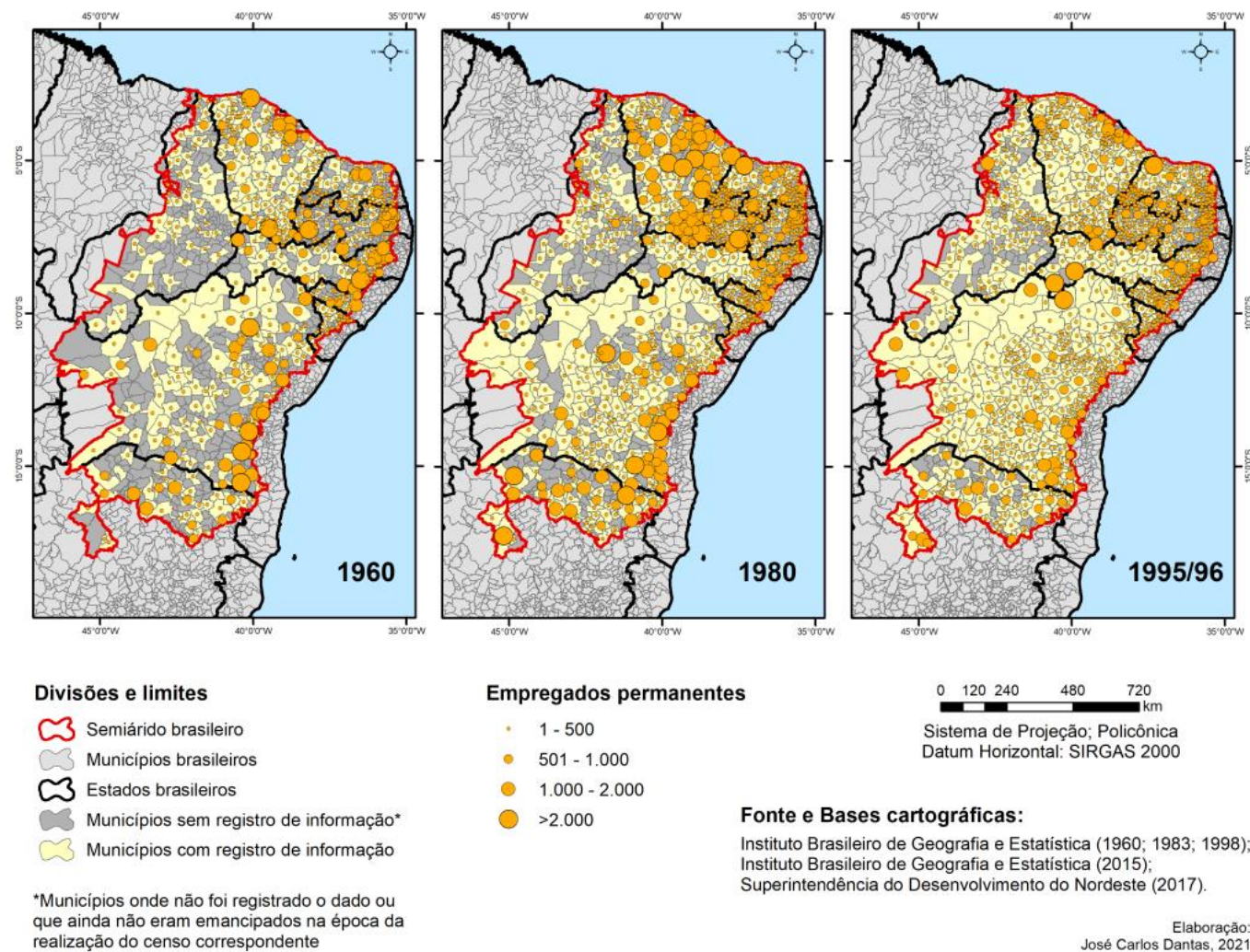
que não se enquadram nas demais categorias, como rendeiros, moradores e outros que possa haver.

Os dados apresentados indicam, portanto, que mesmo em um período em que a modernização da agricultura se intensificou no Brasil a porção semiárida do país não acompanhou essa tendência na mesma proporção. A permanência das relações camponesas de produção (que assumem formas não tipicamente capitalistas) em consonância com o trabalho assalariado é o que caracteriza a formação territorial da região. A formação territorial nessa época é impulsionada pelas contradições no interior do movimento de expansão do capitalismo no campo, o qual recria e reproduz outras formas de produzir que não são caracterizadas pela lógica capitalista (OLIVEIRA, 1999).

Se somarmos o contingente de trabalhadores que desempenham relações de produção não tipicamente capitalistas na região no final do século XX (considerando os dados do censo de 1995/96) chegamos ao valor de 86% do total de pessoal ocupado. Esse valor corresponde às categorias Responsáveis e membros não remunerados da família, Parceiros e Outra condição. Em contrapartida, o trabalho assalariado, se consideramos as categorias Empregados permanentes e temporários, diz respeito à 14% do total.

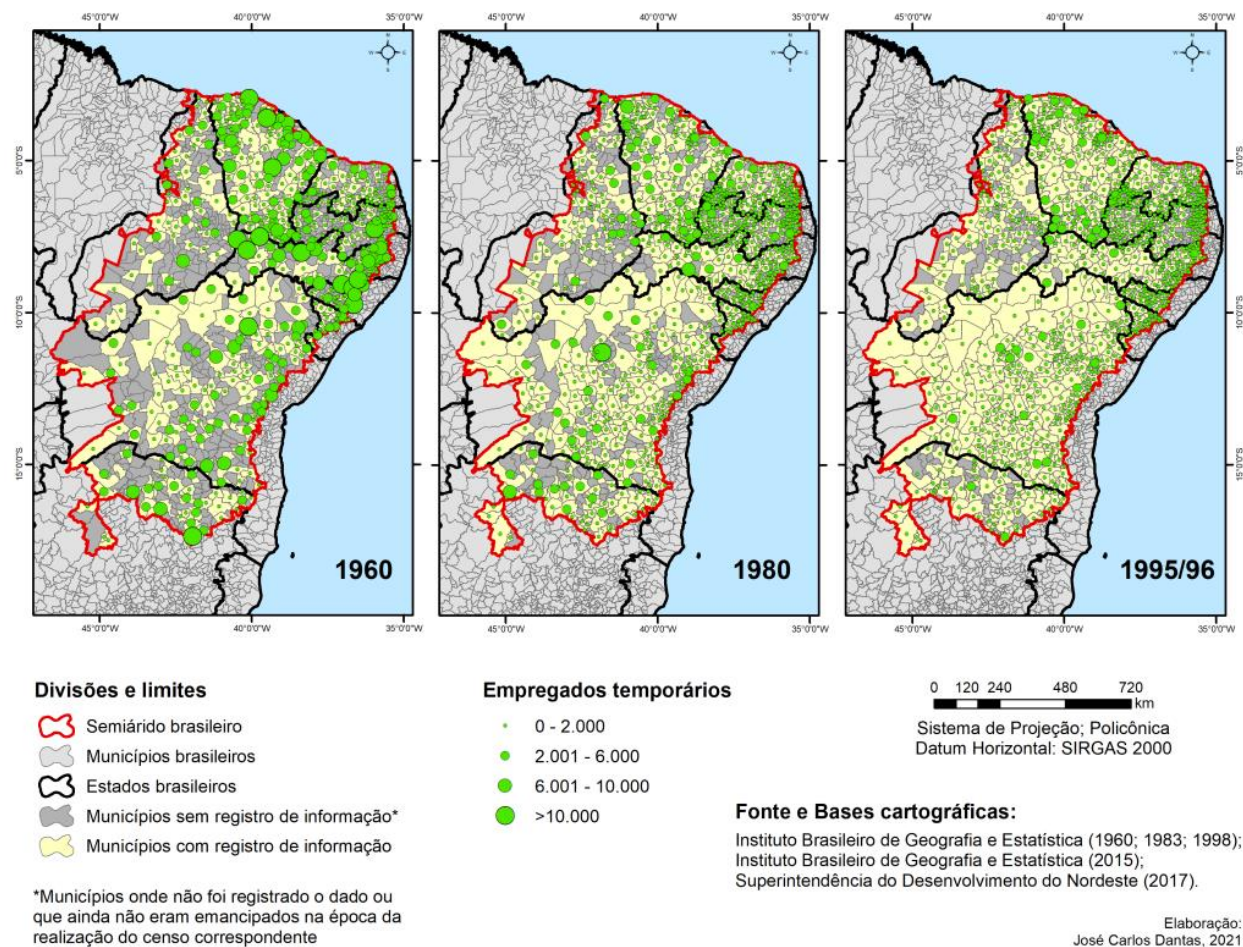
A primeira vista podemos imaginar que os 14% de trabalho assalariado no semiárido brasileiro induz a acreditarmos que o processo de modernização da agricultura não provocou mudanças significativas para as relações de produção na região. Contudo, devemos considerar as implicações espaciais que este processo possui. As Figuras 11 e 12 ajudam a ilustrar melhor esse processo, pois mostram as mudanças ocorridas entre os Empregados permanentes e temporários nos Censos Agropecuários de 1960, 1980 e 1995/96.

Figura 11. Semiárido brasileiro - Empregados permanentes nos Censos Agropecuários de 1960, 1980 e 1995/96



Fonte: elaboração própria.

Figura 12. Semiárido brasileiro - Empregados temporários nos Censos Agropecuários de 1960, 1980 e 1995/96



Fonte: elaboração própria.

Inicialmente, as Figuras 11 e 12 mostram que o trabalho assalariado, seja permanente ou temporário, ocorre em toda a região. No censo de 1995/96, por exemplo, apenas 23 municípios não registraram ocorrência de Empregados permanentes ou temporários. Isso indica que o trabalho assalariado se materializou em toda a região semiárida durante a segunda metade do século XX.

Porém, o aspecto que merece maior destaque nos dados registrados pelos censos é a ocorrência do assalariamento permanente em algumas áreas do semiárido de maneira mais intensa em comparação com o assalariamento temporário, que não apresenta grandes quantidades em áreas específicas.

Os assalariados temporários (Figura 12) aparecem, primeiramente, de maneira concentrada em 1960, mas passam a registrar um movimento de dispersão em 1980, o qual continua até 1996. Não é possível identificar com facilidade áreas específicas que se sobressaem do restante do semiárido em termos de quantidade de empregados temporários. Também é importante considerar que esta categoria teve uma diminuição de 35% no censo de 1995/96 em comparação com o censo de 1980.

Em outra direção, os totais de assalariados permanentes nos municípios (Figura 11) também aparecem concentrados em 1960. Contudo, diferente dos assalariados temporários, podemos observar uma continuidade da concentração dos totais de assalariados permanentes entre 1960 e 1980, resultado também do aumento do contingente total desses trabalhadores de 45% entre os referidos anos. Ainda que em 1996 haja uma diminuição de 22% do total de assalariados permanentes em comparação com 1980 algumas áreas possuem maior intensidade dos registros, como o norte cearense, o extremo noroeste potiguar, o vale do rio São Francisco no polo Juazeiro-Petrolina, o oeste baiano e a região cafeeira do Planalto da Conquista, também na Bahia.

Estes resultados podem indicar que o processo de modernização da agricultura não ocorreu de maneira ampla no semiárido brasileiro, pelo menos em termos de transformação das relações de produção tradicionais para relações tipicamente capitalistas. O assalariamento permanente ocorreu de maneira mais intensa em áreas com grau mais avançado de desenvolvimento econômico de base capitalista, que estão voltadas para produção de culturas destinadas ao comércio nacional e internacional.

Justamente o trabalho assalariado permanente induz a considerarmos que a modernização da agricultura se fez mais acentuada em áreas onde as técnicas de produção e a infraestrutura produtiva possibilitam o cultivo de culturas de forma

permanente, já que estamos analisando uma região semiárida, a qual é marcada por irregularidades na precipitação pluviométrica ao longo de sua extensão. Apenas o acesso à água de maneira perene aliado ao uso de tecnologias modernas para época, além do acesso a financiamentos e isenções fiscais, poderia promover uma intensificação do trabalho assalariado. E como demonstra Bursztyn (2008), todas essas esferas do processo produtivo financiadas pelo Estado e pelos bancos estavam voltadas, prioritariamente, para as grandes e médias propriedades, deixando os pequenos proprietários e produtores à sua própria sorte.

Com o passar do tempo estas áreas que registram maior intensidade no trabalho assalariado permanente também se consolidam como áreas de produção de culturas de exportação, como a fruticultura irrigada em vales de rios e em áreas de aquíferos, por exemplo. São áreas onde o empreendimento capitalista ocorre de maneira preponderante, modificando a própria estrutura produtiva local. Algumas dessas áreas, inclusive, dão origem às chamadas cidades do agronegócio (ELIAS, 2006), as quais estão voltadas ao oferecimento de diversos serviços para atender às demandas produtivas provenientes da produção capitalista agroexportadora.

A formação territorial do semiárido brasileiro na segunda metade do século XX, portanto, é movida pela expansão do capitalismo no campo, ainda que de forma mais intensa em algumas áreas do que em outras. O crescimento das relações tipicamente capitalistas de produção ocorre ao lado do aumento do trabalho camponês e da continuidade dos sistemas de parceria e arrendamento, mesmo que estes últimos passem a ocorrer em menor proporção.

Como no período em que a formação territorial da região era movida pela invasão europeia e pela consolidação do latifúndio o século XX marcou a transição para a formação territorial do semiárido brasileiro ditada pela expansão capitalista no campo. Mesmo que relações tradicionais de produção continuem existindo, pois o próprio movimento de territorialização do capitalismo no campo recria estas relações (OLIVEIRA, 1999), a hegemonia política e econômica das classes dominantes na estrutura social da região passou a ser direcionada pelos capitalistas, estando os latifundiários tradicionais em segundo plano.

A estrutura social correspondente a esta formação territorial passa a se constituir da seguinte maneira no século XX: os latifundiários e capitalistas compõem as classes dominantes da região, tendo os últimos a hegemonia nos direcionamentos econômicos e

políticos; pequenos proprietários, parceiros, assalariados, meeiros, sem terras e outras categorias correlatas integram o campesinato.

Devido a todas as mudanças que ocorrem nas instâncias políticas, econômicas e sociais durante o século XX essa estrutura social não possui uma hierarquia nitidamente perceptível e um autoritarismo também menos explícito (com exceção do período em que vigorou a ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1985). As relações de dominação se reconfiguram e as formas de violência praticadas pelas classes dominantes se diversificam e assumem outras práticas mais sutis. Mas isso não oculta a produção de conflitos territoriais no semiárido brasileiro.

Como a formação territorial dos séculos anteriores era movida pelo conflito, no século XX essa dinâmica continua. O processo de expansão do capitalismo no campo produz consigo diversos conflitos territoriais no semiárido brasileiro. Conflitos que assumem uma configuração diferente daquela que possuía nos séculos anteriores.

3.4 A reconfiguração dos conflitos territoriais no semiárido brasileiro durante o século XX: contínuo no tempo e abrangente no espaço

A passagem de um período marcado pela hegemonia da oligarquia agrária no semiárido, representada pelos latifundiários e coronéis do algodão e da pecuária, para um momento em que o capitalismo consegue expandir suas relações de produção (ao mesmo tempo em que as relações camponesas continuam existindo), se constitui como o cerne da reconfiguração das expressões dos conflitos territoriais no semiárido brasileiro.

As transformações empreendidas pelo estabelecimento da expansão do capitalismo na região modificam não apenas as formas de dominação das classes dominantes sobre o campesinato, mas também as formas de resistência dessa classe, reconfigurando, por fim, a própria luta de classes e os conflitos territoriais.

As mudanças que ocorrem no final do século XIX, as quais descrevemos anteriormente, já apontam para transformações nas formas de organização social entre os sujeitos que compõem o campesinato do semiárido. Os acontecimentos que contribuem gradativamente para a desestabilização da classe latifundiária na hegemonia política e econômica das classes dominantes permitem que práticas de resistência se expressem de maneira mais intensa.

Entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX o semiárido brasileiro registra duas formas de organização principais que expressam as tensões

sociais que se criavam no campo: o cangaço e o fanatismo³⁶. Embora ambas as formas contribuíssem significativamente para a desestabilização da estrutura social autoritária e hierárquica da região elas se diferenciam entre si pelo processo de territorialização.

O cangaço não é uma forma de organização do século XX, mas surge em período anterior. Inicialmente, estava associado às disputas territoriais e políticas entre famílias e latifundiários, em que os cangaceiros atuavam na condição de uma espécie de jagunço, sempre pelo viés bélico (MELLO, 2011; MENEZES, 1970). Também poderiam ser denominados de capangas ou agregados. Muitas vezes eram os próprios trabalhadores da atividade pecuária.

Mello (2011) destaca que por efeito da capacidade bélica dos grupos do cangaço não havia uma relação necessariamente conflituosa entre cangaceiros e latifundiários, mas sim uma relação de negociação formada por acordos entre as partes. Esses acordos eram firmados como forma de perpetuar o poder do proprietário da terra em nível local e garantir pontos de pouso para os cangaceiros, sendo estes supridos com estadia, armas e munição. Em meados do século XIX (sobretudo a partir da seca de 1877), no entanto, essa coexistência passa a ser ameaçada com a expansão desenfreada dos grupos de cangaceiros, inclusive em termos quantitativos. Chegava-se em ocasiões que beiravam a convulsão social generalizada. E esse panorama ameaçava a hegemonia da classe dominante do semiárido, a qual passava a apresentar preocupações em relação à disseminação crescente do cangaço e as dificuldades de controlar estes grupos para que não haja desestabilização na estrutura social da região.

A partir do século XX, principalmente, o cangaço passa a assumir uma expressão cada vez mais contestadora das relações de dominação no semiárido brasileiro em paralelo à permanência dos acordos firmados entre estes grupos e os latifundiários.

Os grupos de cangaceiros, como aponta Facó (1976), exerciam suas ações de assaltos, saques e assassinatos independentemente da vontade dos fazendeiros. Rompiam com a estrutura social da região ao se tornarem independentes do latifúndio, agindo em grupo por conta própria. Por vezes negociavam com os latifundiários para garantir pousio de seu bando e abastecimento de armas e munições. Outras vezes ameaçavam os fazendeiros para quem negociavam quantias em dinheiro ou outra forma

³⁶ O termo fanatismo é utilizado na bibliografia para designar o grupo de sujeitos que se organizavam no semiárido brasileiro entorno de lideranças religiosas que professavam ideais cristãos que, em partes, divergiam das doutrinas oficiais da Igreja Católica. O sujeito que pertencia a este grupo era denominado de fanático. Esse termo era utilizado, inclusive, de maneira depreciativa por parte da sociedade para deslegitimar a organização social destes sujeitos. A maioria desses grupos compunham os chamados movimentos messiânicos que existiram na região.

de pagamento. O cangaço se tornava um movimento de contestação à estrutura social do semiárido, mesmo que não agisse sobre um ideal revolucionário em *stricto sensu*.

A atuação do cangaço no semiárido brasileiro ocorreu até o final da década de 1930, quando o grupo liderado pelo cangaceiro Lampião foi assassinado em Alagoas. O ano de 1938 é um marco para o esfacelamento do cangaço como uma forma de organização social que corroborou para a desestabilização da hegemonia política e econômica da classe latifundiária da região.

É importante destacar que os grupos de cangaceiros não se circunscrevem à caracterização dos conflitos territoriais do semiárido pelo fato de que estes, em geral, não objetivavam a territorialização. Isso quer dizer que os cangaceiros não disputavam os territórios do latifúndio, dada à intensa mobilidade espacial que os grupos exerciam em toda a região.

Desse modo, mesmo sendo fundamentais para a emergência dos conflitos territoriais no semiárido brasileiro, os cangaceiros não tinham o intuito de fixar-se em determinadas áreas e produzir territórios, ainda que participassem de conflitos nos acordos que firmavam para defender algum fazendeiro.

A busca pela territorialização é o que diferencia, em linhas gerais, a organização social do cangaço daquela do fanatismo. Os grupos de fanáticos se caracterizavam pela fixação em áreas para o desenvolvimento de relações de produção alheias àquelas desempenhadas no latifúndio. O fato de terem obtido êxito com uma organização social pautada em pressupostos coletivos e justos representava uma ameaça para a estrutura social do semiárido brasileiro. Os conflitos territoriais entre estes grupos e os latifundiários da região são motivados por este cenário de ameaça à estrutura vigente.

Já no final do século XIX o país registrava um dos maiores conflitos territoriais de toda a sua história: o conflito de Canudos. Este conflito ocorreu em 1896 na localidade de Canudos, localizada no nordeste da Bahia, com embates entre trabalhadores rurais e o exército brasileiro. Facó (1976) destaca que a efervescência das tensões sociais no campo era o pano de fundo para os conflitos que ocorreram no final do referido século e no começo do século XX.

O conflito de Canudos expressava nitidamente a luta de classes no campo do semiárido: de um lado os camponeses e de outro os latifundiários, amparados pelo Estado republicano. A territorialização de uma comunidade pautada em princípios coletivos e justos de organização e produção se constituía como uma ameaça à lógica servil que imperava na estrutura social da região (FACÓ, 1976).

Desse modo, a classe dominante aliada ao Estado busca a todo custo à destruição de qualquer possibilidade de construção de um modo de vida antagônico ao caráter autoritário e hierárquico da estrutura social da região. E após quatro missões das forças armadas republicanas contra a comunidade de Canudos esta é, então, destruída de maneira bárbara, com a utilização de armamento com alto potencial bélico.

Mas mesmo com a destruição e o assassinato dos camponeses em Canudos as revoltas não cessaram no semiárido brasileiro. Canudos seria um prenúncio do que viria a ocorrer na república brasileira com o passar do tempo. Destroem-se os sujeitos, mas não a organização do campesinato. Os ideais ou pressupostos ideológicos que forjaram esta organização não são destruídos por efeito dos fenômenos e processos que a geram, “porque as causas são de ordem sociológica e permanecem” (MENEZES, 1970, p. 105).

A primeira metade do século XX experimenta, com isso, a emergência de tensões sociais que expressam a luta de classes no campo e se materializam em conflitos territoriais. Um desses conflitos mais destacados ocorreu na comunidade Caldeirão, na região do Cariri Cearense (sul do Ceará) em plena década de 1930.

O Cariri Cearense, por suas características ambientais favoráveis ao desenvolvimento da agricultura num semiárido afetado constantemente pela seca e pela privação do acesso a terra, se tornou um reduto de atração para o povo pobre do campo dos estados nordestinos (FACÓ, 1976). Esse panorama propício para o surgimento de revoltas populares emerge com a ação de Padre Cícero ainda na primeira década do século XX. O beato atuava como um agente de mobilização de fiéis através de doutrinas cristãs que contrastavam em partes com a doutrina dominante da Igreja Católica.

Embora atuasse ora como um conciliador dos interesses dos latifundiários do Cariri ora como mobilizador dos camponeses (FACÓ, 1976) as ações de Padre Cícero foram fundamentais para se criar uma massa de famílias camponesas que cultuava um sentimento de revolta, causado pelas injustiças sociais promovidas pelos grandes proprietários rurais do semiárido brasileiro. E a constituição da comunidade de Caldeirão é o resultado da formação desse sentimento coletivo de revolta entre os camponeses que acreditavam que outra organização social e produtiva era possível através de pressupostos coletivos e justos.

A comunidade de Caldeirão foi formada no município do Crato pelos remanescentes fiéis de Padre Cícero. A comunidade era liderada por José Lourenço, um beato próximo ao padre. José Lourenço era também um rezeiro que trabalhava num sítio no mesmo município. Formou a comunidade de Caldeirão após a morte de Padre

Cícero em uma propriedade deixada de herança a ele pelo próprio padre. Com um caráter verdadeiramente comunitário Caldeirão se tornava um local para onde convergiam inúmeros sujeitos com o objetivo de desenvolver atividades agrícolas para sua própria reprodução.

O êxito da experiência de Caldeirão se tornava uma ameaça para os latifundiários do Cariri Cearense na década de 1930, após terem sua hegemonia política e econômica cada vez mais ocultada pela burguesia comercial e industrial (FACÓ, 1976). As relações de produção desenvolvidas eram marcadas pelo trabalho coletivo em mutirão e pela diversidade de ofícios de seus habitantes. Não havia propriedade privada da terra e toda a produção era repartida entre todos, sendo o excedente armazenado ou comercializado (VIDAL, 2016). Esse modelo produtivo era o que ameaçava a lógica de dominação dos grandes proprietários rurais da região

Portanto, com o intuito de destruir essa organização que se formava em Caldeirão o Estado, alinhado aos interesses da própria classe latifundiária, decide destruir a comunidade. Entre 1936 e 1938 houveram ataques promovidos pelo exército e pela polícia à localidade, com vistas a destruir àquele modo de vida antagônico à estrutura social da região. A preocupação dos latifundiários e do próprio Estado, como afirma Facó (1976) era a de que Caldeirão se tornasse um novo Canudos. Desse modo, de pronto buscaram a sua destruição antes mesmo que agregasse mais sujeitos e expandisse seus limites territoriais. Grande parte do contingente de Caldeirão resistiu às investidas do aparato militar estatal. No entanto, veio a sucumbir definitivamente em 1938 devido aos ataques sistemáticos promovidos pelo poderio bélico do Estado brasileiro.

Assim, a comunidade de Caldeirão representava mais um episódio de conflito territorial de grandes proporções em que o Estado e a classe latifundiária busca a destruição de um modo de vida antagônico à estrutura social autoritária do semiárido. Mas as revoltas populares contra esta estrutura social não cessavam e no mesmo ano em que a comunidade de Caldeirão é destruída também ocorre o conflito de Pau de Colher como mais uma expressão da luta de classes da região.

Simultaneamente à comunidade de Caldeirão se formava a comunidade de Pau de Colher, no município de Casa Nova (Bahia). Em verdade Pau de Colher já existia antes da mobilização popular se intensificar no local. Era um pequeno povoado. A comunidade começou a mudar quando o Conselheiro Severino Tavares chega ao local no início da década de 1930 em suas viagens pela região (POMPA, 2009). A partir daí a comunidade de Pau de Colher começa a ser um local para onde convergiam camponeses

do semiárido atraídos pelos princípios comunitários de base cristã propalados por lideranças religiosas da região.

O acampamento que se formava com a chegada dos fiéis foi construído entorno da casa de José Senhorinho (liderança da comunidade e pequeno proprietário do local) e as atividades agrícolas também passaram a se concentrar em suas terras, tanto a produção dos alimentos e seu consumo quanto os momentos de oração coletiva e até as moradias improvisadas dos fiéis (POMPA, 2009).

Pau de Colher, no entanto, foi atacado e destruído em 1938 por forças militares dos estados de Pernambuco, Bahia e Piauí, já que se localizava numa área próxima da divisa entre esses três estados. O grande número de trabalhadores rurais reunidos na localidade foi o principal motivo para o conflito, pois o Estado e os latifundiários da região estavam preocupados que a comunidade se tornasse uma “nova” Canudos (MALVEZZI, 2007; POMPA, 2009).

A comunidade de Pau de Colher foi o último conflito da primeira metade do século XX que se caracterizava pela organização social de camponeses do semiárido brasileiro com princípios cristãos. Princípios que divergiam em partes das doutrinas estabelecidas pela Igreja Católica, importante instituição para a dominação da classe latifundiária na região.

Esses conflitos, chamados de movimentos messiânicos por alguns autores, se constituem como exemplos em que a territorialização do campesinato ameaçava a hegemonia da classe latifundiária do semiárido. Tanto a oligarquia agrária, que perdia gradativamente importância política e econômica, quanto a classe capitalista que se formava paulatinamente na região entendia a constituição destas comunidades como uma ameaça à estrutura social a qual dominavam.

A organização social do campesinato do semiárido brasileiro começa a estabelecer um caráter mais contínuo em suas mobilizações, o que resulta na ocorrência de conflitos de maneira cada vez mais recorrente. Esse caráter contínuo das mobilizações é consolidado na segunda metade do século XX.

A partir da década de 1950, portanto, as ações empreendidas pelo campesinato passaram a ocorrer de maneira mais articulada e contínua. Com o estabelecimento da Constituição da República de 1945 a organização social entre os trabalhadores rurais poderia ser desenvolvida sem uma repressão tão intensa quanto no governo Getúlio Vargas anos antes. Um dos principais movimentos que expressam essa organização de maneira articulada nessa época são as Ligas Camponesas.

As Ligas Camponesas constituíram um forte movimento camponês de base na década de 1950. Fundado na Zona da Mata Pernambucana, em 1954, esse movimento foi responsável pela promoção de ações de enfrentamento direto contra a oligarquia agrária açucareira, em um primeiro momento, e contra a oligarquia agrária como um todo na região Nordeste nesse período.

Mesmo estabelecida na Zona da Mata Pernambucana as Ligas Camponesas possuíram abrangência em todo o Nordeste e até em outros estados. Entre as pautas políticas do movimento figuravam, inicialmente, a luta por direitos trabalhistas, principalmente pelo fim das práticas de exploração do sobretrabalho, como observou Oliveira (1981), o conhecido “cambão”. Posteriormente, as ligas assumem um caráter de luta contra o latifúndio de maneira geral e as práticas desenvolvidas pelos latifundiários para perpetuar a dominação de classe no Brasil.

As pautas políticas das ligas conseguiam unificar as lutas do campesinato por meio da articulação entre foreiros, meeiros, moradores de condição, assalariados (estes em menor expressão), enfim, entre diversos sujeitos que viviam e trabalhavam no campo naquele momento (ANDRADE, 2000).

Mesmo não tendo encontrado referências sobre a atuação direta das ligas na região semiárida não podemos negar a importância que essa forma de organização possuía para o campesinato de todo o país. Por isso, acreditamos que a ação das ligas influenciou o surgimento de grupos de trabalhadores organizados para lutar contra o latifúndio do semiárido.

As Ligas Camponesas são o exemplo mais significativo das transformações que ocorriam tanto no Nordeste quanto no semiárido brasileiro quando das modificações que o campo experimentava a partir da década de 1950. Além disso, o surgimento das ligas acontece num período em que a hegemonia política e econômica da classe latifundiária no interior das classes dominantes já está em segundo plano.

Concomitante à ascensão das Ligas Camponesas os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) se espalham por todo o Brasil e criam, no final de 1963, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que articula sindicatos rurais de todo o país. A defesa da Reforma Agrária figurava entre as principais pautas políticas da CONTAG em um momento em que a expansão do capitalismo no campo brasileiro assumia a forma da modernização da agricultura (CONTAG, 2013).

Com a instalação da ditadura militar no Brasil, em abril de 1964, as organizações de trabalhadores rurais foram veementemente combatidas pelo Estado. Algumas até

foram extintas com o tempo, como é o caso das Ligas Camponesas. Muitos camponeses foram assassinados ou exilados. Várias organizações assumem um caráter ilegal perante o Estado e passam a ser perseguidas. A violência física explícita é retomada como prática das classes dominantes em aliança com o Estado.

Ainda que o regime ditatorial militar tenha imposto inúmeras dificuldades para a organização dos camponeses as ações ainda continuaram a existir nesse período. É nesse momento que segmentos da Igreja Católica passam a desenvolver ações para debater as injustiças causadas pela expansão do capitalismo no campo através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB). As CEBs surgiram no início da década de 1960 e contribuíram sobremaneira para a organização popular entorno de pautas progressistas, entre elas a Reforma Agrária (FERNANDES, 1998). A Igreja, instrumento para dominação de classe, passa a ser composta por sujeitos que vão na direção contrária e combatem as injustiças sociais no campo.

E também como resultado da ação das CEB é criada, em 1975, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que passa a atuar na organização das famílias camponesas e auxiliar nas práticas de resistência ao avanço do capitalismo no campo (CPT, 2016). A CPT mantém o caráter articulado da organização social popular. Por ser de cunho pastoral a CPT está ligada à estrutura da Igreja Católica e atua em contato direto com os povos do campo. Isso garante que as ações da CPT possam ser desempenhadas em todo o país de maneira articulada em associação com outros grupos, como os sindicatos, as associações e os partidos políticos progressistas.

O que caracteriza os conflitos territoriais que passam a ocorrer na segunda metade do século XX é justamente o caráter articulado desses grupos que atuam em diversas regiões do Brasil com maior ênfase a partir da década de 1970. A resistência frente à expansão do capitalismo no campo agora ocorre de forma em que os grupos estão organizados sob princípios, pautas políticas e práticas convergentes. Isso permite que os conflitos produzidos pela resistência dos sujeitos do campo frente à modernização da agricultura sejam cada vez mais recorrentes e disseminados por todo o país.

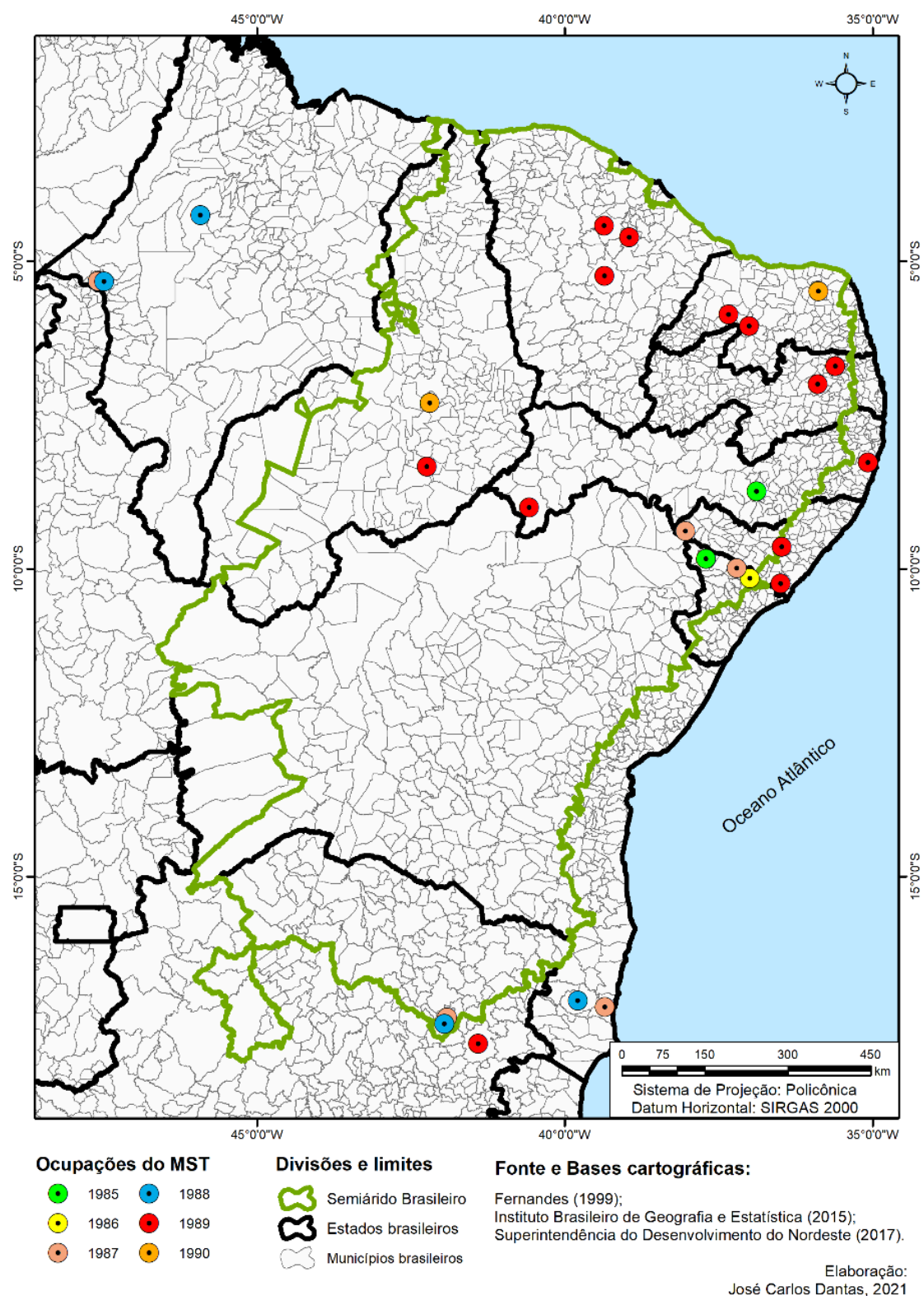
Esse panorama mais contínuo temporalmente e abrangente espacialmente da ocorrência dos conflitos territoriais é a principal característica da formação territorial do semiárido brasileiro no período em que o capitalismo se expande pela região e pelo país como um todo. Essa característica é estabelecida por efeito da ação dos trabalhadores rurais que se dá de forma cada vez mais articulada politicamente.

Os movimentos sociais, sindicatos, associações, partidos políticos e setores da Igreja Católica passam a desenvolver práticas comuns juntamente com os sujeitos que estão envolvidos em algum tipo de conflito. A articulação entre estas organizações é o que possibilita o surgimento de ações e de outras organizações para ampliar a resistência no campo. E um dos principais resultados dessa articulação é a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) na década de 1980.

O surgimento do MST é resultado das “das ocupações de terras realizadas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul” (FERNANDES, 1998, p. 13). O movimento foi criado no I Encontro Nacional dos Sem-Terra que ocorreu no município de Cascavel (Paraná) no ano de 1984. A partir daí o MST se expandiu por vários estados brasileiros e se tornou um dos principais movimentos sociais de luta pela terra no país.

Nos primeiros anos de existência o MST estava preocupado na consolidação de suas bases nos estados brasileiros. O movimento incorpora o caráter de articulação nacional herdado das Ligas Camponesas, da CONTAG e da CPT, por exemplo, nas ações de resistência frente à expansão do capitalismo no campo, tendo a Reforma Agrária como principal pauta política. No semiárido brasileiro o MST foi sendo consolidando entre os anos de 1985 e 1990, como demonstra a Figura 13.

Figura 13. Primeiras ocupações de terra do MST nas regiões do Nordeste e do semiárido brasileiro entre 1985 e 1990



Fonte: elaboração própria.

Podemos observar, com base na Figura 13, que todos os estados que possuem municípios semiáridos (com exceção da Bahia e Maranhão) registraram ocupações de

terras entre os anos de 1985 e 1990 em sua respectiva porção semiárida. Estes anos caracterizam “o primeiro período em que os sem-terra trabalharam na construção do MST no Nordeste” (FERNANDES, 1999, p. 97). As ocupações de terra se configuravam como as principais práticas de resistência do MST naquele momento.

A ocupação da terra significa, em linhas gerais, que os camponeses sem-terra adentram ao latifúndio e instalam um acampamento com inúmeras famílias para reivindicar a desapropriação da propriedade para ser transformada em assentamento rural. Essa prática já era realizada antes mesmo da criação do MST em algumas partes do Brasil. No Nordeste, a CPT, por exemplo, mobilizava as famílias do campo para realizarem ocupações de terra nos latifúndios da região, em áreas onde existiam conflitos entre fazendeiros e posseiros (FERNANDES, 1999).

O semiárido brasileiro passou a registrar então nas últimas décadas do século XX centenas de ocupações de terra que objetivavam possibilitar a territorialização dos do campesinato na região. O MST impulsiona essa prática juntamente com a CPT, os sindicatos rurais, partidos políticos e outras organizações que defendiam a realização de uma Reforma Agrária.

Ao mesmo tempo em que a modernização da agricultura modificava a estrutura produtiva e as relações de produção no campo a resistência do campesinato também era ampliada cada vez mais. As contradições da expansão do capitalismo no campo, permitindo a emergência de relações tipicamente capitalistas de produção ao lado da permanência de relações de produção tradicionais, criava um processo unificado: o aumento das desigualdades e injustiças sociais no espaço agrário.

Todo esse panorama de tensão social no campo contribuiu para que a organização social dos trabalhadores rurais fosse potencializada e se materializasse em práticas de resistência articuladas entre os diversos grupos que lutavam por uma Reforma Agrária ampla. As contradições geradas pelo capitalismo em seu movimento de expansão produziram, de um lado, práticas de violência por parte das classes capitalista e latifundiária e, de outro lado, práticas de resistência por parte da classe camponesa na região semiárida. São a violência e a resistência as responsáveis pela gênese dos conflitos territoriais no semiárido brasileiro.

Em toda a história da região a sua formação territorial é direcionada pela ocorrência de conflitos. Inicialmente, os conflitos se davam entre os invasores europeus e os povos originários e, posteriormente, entre os latifundiários e os trabalhadores rurais em geral até o século XIX. A formação territorial do semiárido no século XX passa a

ser movida ainda pelos conflitos de latifundiários e com o campesinato (de forma mais pontual), porém assume outra configuração na segunda metade do referido século: o conflito deixa de se materializar pontualmente, no tempo e no espaço, para se materializar de maneira contínua e ampla.

E ainda podemos ressaltar outra característica importante que os conflitos territoriais assumem no século XX: a territorialização. Entre os séculos XVII e XIX os conflitos territoriais da região eram marcados pela invasão europeia aos territórios indígenas e pela expansão do latifúndio sobre as pequenas e médias propriedades. O que ocorre no século XX é o inverso. Agora é o campesinato organizado que passa a se territorializar sobre os latifúndios, notadamente na segunda metade do século em questão, mesmo que a produção capitalista também esteja se expandindo e se territorializando.

Para nós esses dois processos são os responsáveis principais por reconfigurar a materialização dos conflitos territoriais no semiárido brasileiro durante o século XX. As práticas de resistência articuladas entre os sujeitos que compõem o campesinato e a territorialização destes sobre os latifúndios modificam as formas em que os conflitos são materializados. Mudanças que foram impulsionadas por todas as transformações ocorridas no país e na estrutura social da região durante todo o século.

Estas são as principais características dos conflitos territoriais produzidos no final do século XX e que influenciam sobremaneira os conflitos que continuam ocorrendo durante o século XXI. Diversas outras transformações de cunho político, econômico, social e cultural que acontecem no Brasil durante o século XXI também corroboram para que os conflitos territoriais continuem a experimentar modificações em sua materialização.

3.5 Síntese do capítulo

A partir do que foi exposto podemos perceber que os conflitos territoriais no semiárido brasileiro são produzidos em resposta às mudanças ocorridas ao longo do tempo. O século XX é responsável pela transição da hegemonia no interior das classes dominantes da região: os latifundiários são suplantados pela burguesia comercial e industrial, em primeiro momento, e pelo empresariado capitalista, posteriormente.

Todas as transformações que ocorrem durante o século XX influenciam as mudanças que acontecem na composição das classes do semiárido e nas relações de

produção da região. A expansão do capitalismo no campo vai aos poucos reestruturando a esfera produtiva agrária.

A participação do Estado é fundamental para que a expansão capitalista aconteça. As ações estatais em setores como o fiscal, de infraestrutura, de crédito e o produtivo (propriamente dito) corroboram para que as relações de produção no campo sejam modificadas ao longo do tempo.

A aliança entre capital e Estado se intensifica na segunda metade do século XX com a modernização da agricultura e possibilita a inserção da lógica capitalista de maneira intensa no espaço agrário brasileiro. A adoção de técnicas produtivas modernas para o período, o financiamento da produção e a criação de infraestrutura figuram entre os principais fatores de expansão do capitalismo no campo, alterando as relações de produção.

Na região semiárida a modernização da agricultura tende a ocorrer de maneira mais concentrada em algumas áreas. O crescimento do assalariamento em paralelo à permanência das relações camponesas de produção revelam as contradições inerentes ao avanço do capitalismo. O assalariamento na região, inclusive, é mais intenso em áreas específicas. São as áreas em que os fatores explicitados no parágrafo anterior se materializam de maneira mais preponderante.

Todas estas transformações pelas quais o campo brasileiro é submetido contribuem para reconfigurar os conflitos territoriais registrados no semiárido brasileiro. Agora sob um caráter mais contínuo no tempo e abrangente no espaço os conflitos são marcados pela ação do campesinato organizado de forma articulada em toda a região. Esse conjunto de sujeitos passa a protagonizar o processo de territorialização sobre os latifúndios da região, buscando a concretização da Reforma Agrária paulatinamente.

A expressão que os conflitos assumem na segunda metade do século XX adentra o século XXI assumindo as mesmas características. Porém, é de se esperar que com as mudanças que ocorrem nas primeiras décadas do século atual os conflitos territoriais experimentem modificações na maneira como se expressam na realidade da região semiárida. Mas a resistência do campesinato frente à expansão capitalista amparada pelo Estado se mantém como uma constante para a produção dos conflitos no semiárido brasileiro.

CAPÍTULO IV

OS CONFLITOS TERRITORIAIS NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO DO SÉCULO XXI

Os conflitos territoriais no semiárido brasileiro se caracterizam por materializar, de um lado, a tentativa de dominação das classes dominantes a partir da apropriação dos territórios e, de outro lado, as estratégias e dimensões de resistência do campesinato em oposição a essa dominação, expressa nas lutas contra a expansão do capitalismo no campo. A manifestação desses conflitos é ocasionada pelas transformações ocorridas no movimento da formação territorial da região e de sua estrutura social correspondente.

A expansão do capitalismo no semiárido brasileiro tem como base de sustentação a apropriação do território. Articulado a um processo que ocorre em escala nacional, que emerge com a modernização da agricultura no Brasil (MOREIRA, 1988; OLIVEIRA, 1999), a penetração do modo de produção capitalista no campo se alastra em dois movimentos combinados: a territorialização das formas materializadas do capital e a monopolização dos territórios do campesinato; e a expropriação dessa última classe de seus próprios territórios de vida

Esses dois movimentos são então os princípios da configuração dos conflitos territoriais no semiárido brasileiro produzidos a partir da segunda metade do século XX. Tal configuração permanece estruturada basicamente dessa forma na atualidade, embora o processo de formação territorial indique a transformação constante em que a realidade está circunscrita, pois, lembremos, a estrutura social da região está em permanente dinamismo.

Contudo, do mesmo modo que a produção capitalista busca se territorializar sobre as áreas pertencentes ao campesinato, este último também passa a desempenhar processos de territorialização com maior intensidade já na segunda metade do século XX. Os sujeitos organizados em movimentos sociais, sindicatos rurais e demais organizações passam a reivindicar os territórios das classes dominantes vigentes, seja das recentes empresas capitalistas seja dos latifundiários que historicamente monopolizam o território na região. O resultado, então, é um movimento duplo de territorialização praticado por sujeitos posicionados em classes sociais distintas.

Os conflitos territoriais do semiárido brasileiro no século XXI são entendidos como resultado de um processo histórico de formação territorial pautado na luta de classes. Sua configuração é influenciada tanto pelos processos que se desenvolvem nas

últimas décadas na região quanto pelos fatos ocorridos no período de invasão europeia aos territórios dos povos originários e na constituição da dominação de classe no país que se formava.

Na busca de evidenciar de maneira mais nítida a atualidade dos conflitos territoriais no semiárido brasileiro apresentamos neste capítulo a sistematização e análise que realizamos dos dados registrados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e publicados nos relatórios *Conflitos no Campo – Brasil*. Esses dados dizem respeito a três categorias de conflitos registrados pela CPT: a) conflitos por terra; b) conflitos por água; e c) conflitos trabalhistas. Os referidos dados correspondem ao período de 1996 a 2020. Analisamos os referidos conflitos em relação à expansão capitalista no campo.

A CPT parte da seguinte noção de conflito³⁷: “ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção” (CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT, 2021, p. 12). Portanto, os conflitos são ações que denotam a disputa entre sujeitos por determinados elementos que compõem o espaço agrário. Para nós, essa disputa ocorre pela apropriação do território de acordo com os elementos que o compõem: terra, água, vento, sol, floresta, minerais etc.

Na atualidade podemos compreender essa disputa entre dois grandes grupos: as classes dominantes, representada pelos capitalistas e latifundiários aliados ao Estado; e o campesinato, representado pelos diversos sujeitos em seus respectivos territórios, desenvolvendo práticas sociais contrárias ao modo capitalista de produção. Os conflitos territoriais são, portanto, resultado das tentativas de territorialização das classes dominantes sobre o campesinato e vice-versa: as formas de violência das classes dominantes contrastando com as formas de resistência desse campesinato.

4.1 O capitalismo do século XXI no semiárido brasileiro agrário

No capítulo III debatemos como o século XX marcou a reconfiguração dos conflitos territoriais no semiárido brasileiro com a penetração das relações capitalistas de produção de maneira mais efetiva em seu espaço agrário, sobretudo na segunda metade do referido século. As mudanças advindas da expansão do capitalismo no conjunto da sociedade reverberaram no interior da luta de classes no campo, minando

³⁷ Esta é a noção mais atual que a CPT defende para os conflitos. Ao logo dos relatórios *Conflitos no Campo – Brasil* a pastoral modificou o seu entendimento sobre o termo conflitos, visto que a primeira publicação do relatório ocorre em 1985 e, portanto, já foram publicados 36 edições deste.

gradativamente o poder exercido pelas oligarquias agrárias e permitindo um maior grau de organização política dos trabalhadores rurais. Obviamente que não foi o avanço do capitalismo na região o responsável por favorecer a organização desses trabalhadores, mas sim as modificações percebidas nas diversas instâncias da sociedade que ocorreram no mesmo período.

Foi no século XX que parte do campesinato passou a reivindicar tanto o reconhecimento do direito sobre territórios por ela ocupados (posseiros, indígenas, quilombolas, comunidades de fundo e fecho de pasto) quanto o direito sobre territórios usurpados por empresas privadas e representantes das classes dominantes. Esse processo foi mais intenso na segunda metade do século XX e influenciou a produção dos conflitos territoriais também durante o século XXI. A formação territorial do semiárido brasileiro, bem como sua estrutura social correspondente, mantém, dessa forma, seu processo de transformação ao longo do tempo, sendo impulsionada em grande medida pelos conflitos que emergem.

É notório afirmar que entre a segunda metade do século XX e o momento atual do século XXI muitos processos se sucederam no Brasil e na região semiárida, promovendo transformações nas formas como os conflitos são produzidos a partir das disputas pelos territórios. As formas de organização do campesinato foram aprimoradas e promovem impactos diferentes do que promoviam antes no âmbito da luta de classes. Ao mesmo tempo, as formas de expansão do modo de produção capitalista se sofisticaram e promovem impactos também diferentes do que promoviam antes. A única constância que permanece é a participação ativa do Estado no movimento de acumulação de capital.

As relações de produção no semiárido brasileiro que passaram a sofrer transformações também na segunda metade do século XX com mais afinco adentram ao século XXI com a continuidade do processo de expansão capitalista no campo. De acordo com os dados de pessoal ocupado dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017 a espacialidade do assalariamento rural se configura de maneira semelhante ao que ocorreu no século anterior: as áreas onde a produção capitalista se territorializa com maior intensidade também são as áreas que registram os maiores totais de trabalho assalariado.

Os empregados temporários apresentaram uma diminuição de 24% entre 2006 e 2017, com um contingente de 586.271 trabalhadores no último ano. Já os empregados permanentes aumentaram em 30% no mesmo período, registrando 245.285

trabalhadores em 2017. Esse aumento pode estar ligado à intensificação da produção agropecuária em áreas já consolidadas, como no polo Juazeiro-Petrolina (Bahia-Pernambuco) e entorno, áreas de aquífero nas proximidades da Chapada do Apodi (divisa entre Ceará e Rio Grande do Norte) e de perímetros irrigados. Além disso, áreas mais recentes foram incorporadas à expansão capitalista no campo do semiárido, com destaque para o MATOPIBA³⁸.

Ainda assim, precisamos salientar que as relações não tipicamente capitalistas de produção ainda são quantitativamente maiores na estrutura social da região. O pessoal ocupado com laços de parentesco com o produtor (trabalho camponês) representa 82% do total do pessoal ocupado no semiárido brasileiro em 2006 e 2017. Somado a isso os dados referentes aos parceiros mostram um aumento de 203% entre os mesmos anos citados. Isso quer dizer que a produção capitalista se expande na região se deparando com uma forte presença do campesinato, que organizada resiste em seus territórios.

Esses dados demonstram a continuidade do processo de expansão do capitalismo no campo iniciado no período da modernização da agricultura no Brasil na segunda metade do século XX. Uma expansão que complexifica a realidade, visto que ao lado de uma concentração fundiária herdada dos períodos históricos anteriores e ainda presente no século XXI, como demonstra Reis (2019) calculando o Índice de Gini para a região como sendo 0,84, há uma forte presença da população rural em comparação com outras regiões (majoritariamente composta pelo campesinato) registrando 37% de toda a população do semiárido, segundo os dados do Censo Demográfico de 2010.

Mas também é importante ressaltar que além da produção agropecuária, que representa o agronegócio, a expansão capitalista ocorre com os demais setores econômicos atuantes na região no século XXI, alicerçados por relações capitalistas de produção, como a mineração, as energias alternativas e até as obras de infraestrutura.

Mesmo com a ocupação dos governos de esquerda na presidência da república do Brasil a partir de 2003 a expansão do capitalismo no campo continuou, chegando até a ser intensificada em algumas áreas. Os mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016³⁹) foram responsáveis por promover o crescimento da comercialização das *commodities* no país, como apontam Alentejano e

³⁸ O MATOPIBA é uma área localizada entre o sul do Maranhão, sul do Piauí, oeste da Bahia e todo o estado do Tocantins. É uma área de fronteira agrícola que foi regulamentada pelo Decreto nº 8.447, de 6 de maio de 2015, com o objetivo de incentivar a produção de monoculturas para exportação.

³⁹ A ex-presidenta Dilma Rousseff não conseguiu finalizar seu segundo mandato em virtude do processo de impeachment (golpe) que sofreu em 2016.

Tavares (2019). A produção de *commodities* estava voltada principalmente para produtos como grãos (milho, soja, café), minérios (cobre, minério de ferro, bauxita) e petróleo e gás, produtos que exigem pouco beneficiamento e são destinados ao mercado externo.

Desse modo, setores cuja produção é desenvolvida no campo, como agronegócio e mineração, registraram uma forte expansão de suas produções no campo brasileiro no século XXI, sobretudo com as ações estatais baseadas em isenções fiscais, financiamento da produção, flexibilização da legislação e elaboração de estudos por órgãos e instituições públicas. Além destes, o setor de energias alternativas⁴⁰ obteve um crescimento exponencial com a geração de energia elétrica com as fontes eólica, solar e de biomassa. Porém, esse crescimento só foi possível também pela intervenção direta do Estado com as ações mencionadas logo anteriormente.

Todo esse panorama de expansão do capitalismo no campo que ocorreu no Brasil nas duas últimas décadas também foi evidenciado na região semiárida. Os setores do agronegócio, mineração e energias alternativas foram os principais a se expandir na referida região, se territorializando, por vezes, em áreas pertencentes ao campesinato, seja em áreas comunidades tradicionais seja de pequenos proprietários seja de povos originários.

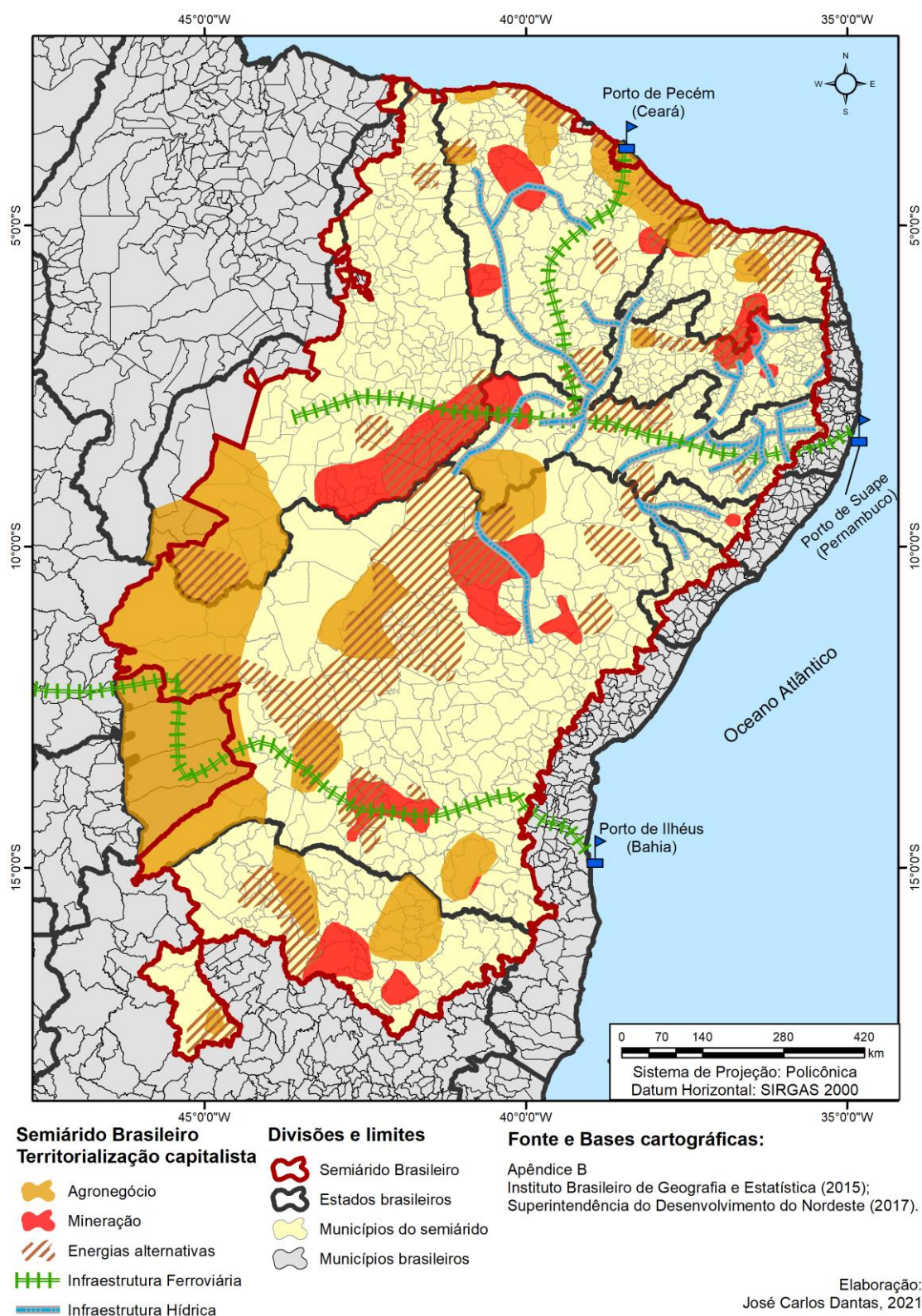
Uma particularidade do semiárido brasileiro, no entanto, é que, além das ações que mencionamos nos parágrafos anteriores, o Estado também atuou promovendo a construção de diversas obras de infraestrutura com o objetivo de estabelecer as bases da expansão da produção capitalista na região. Tanto os governos estaduais quanto o federal desenvolveram e vêm desenvolvendo projetos de infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, hídricas e portuárias, por exemplo, para proporcionar maior potencial de lucratividade na produção e comercialização das mercadorias advindas da produção capitalista.

Diante disso, a partir de bibliografias consultadas, bem como dos relatórios *Conflitos no Campo – Brasil* da CPT e os trabalhos de campo realizados na pesquisa, identificamos os principais setores da economia capitalista que atuam no semiárido brasileiro como sendo: agronegócio, mineração, energias alternativas e infraestrutura. Elegemos estes setores por serem os que mais se destacam na produção de conflitos

⁴⁰ As energias alternativas correspondem à produção de energia com fontes que não utilizam combustíveis fósseis. Muitas vezes encontramos o termo energias renováveis na literatura para se referir ao mesmo tipo de produção energética.

territoriais na região. A Figura 14 apresenta as principais áreas onde a produção capitalista está territorializada no semiárido brasileiro a partir do século XXI. O Apêndice II descreve cada área apresentada na Figura 14 com a respectiva posição geográfica e o tipo de mercadoria produzida.

Figura 14. Principais áreas de expansão da produção capitalista no semiárido brasileiro no século XXI⁴¹



Fonte: elaboração própria.

⁴¹ As áreas de produção capitalista e infraestruturas não estão georreferenciadas (com exceção das energias alternativas), pois foram delineadas com base em bibliografias e relatórios.

De antemão é fundamental ressaltarmos que a Figura 14 foi elaborada com base em bibliografias, relatórios e dados secundários que tivemos acesso durante a pesquisa. É possível que existam outras áreas que também marcam a expansão do capitalismo no semiárido brasileiro; apenas não fomos capazes de identifica-las. A Figura 14 nos ajuda a ter um panorama geral de como se desenvolve a produção capitalista na região e como ela promove a emergência de conflitos territoriais.

Inicialmente é possível perceber que todos os estados que compõem o semiárido são afetados pela expansão do capitalismo no campo. Alguns registram a existência de empreendimentos de um ou dois setores, como Alagoas (infraestrutura e mineração) e Sergipe (infraestrutura). Outros estados apresentam a existência de empreendimentos de todos os setores econômicos, como Bahia, Ceará e Pernambuco. Esse panorama nos ajuda a refletir como o semiárido brasileiro tem sido uma região de intensa expansão do capitalismo no século XXI.

O discurso desenvolvimentista, amparado na ideologia de Combate à seca, é utilizado para incentivar a implantação de grandes projetos de desenvolvimento em todos os setores apresentados na Figura 14. A ideia de combater a seca com desenvolvimento (capitalista) se materializa em outros discursos relacionados com a geração de emprego e renda, a arrecadação de tributos pelos municípios e estados e a ampliação da disponibilidade hídrica. Afinal estamos diante de uma região afetada pelas irregularidades pluviométricas e hidrogeológicas, que possui uma população pobre aguardando ser salva por esse desenvolvimento. Isso por si só já justifica a implantação de projetos que ocasionam inúmeros danos para essa mesma população, resultado direto da aliança entre capital e Estado.

A articulação entre capital e Estado se materializa também de maneira heterogênea no espaço. Podemos observar que algumas áreas da Figura 14 apresentam maior intensidade da territorialização capitalista que outras. Algumas áreas, inclusive, são impactadas com a territorialização de mais de um setor econômico, como o litoral cearense, o Seridó paraibano e potiguar e o centro-norte da Bahia, por exemplo. São espaços que dispõem de alto potencial para exploração capitalista e incentivos expressivos do Estado. Algumas áreas que registram a expansão capitalista no semiárido em pleno século XXI foram consolidadas ainda nas últimas décadas do século XX. Outras são locais que experimentam o avanço recente do capitalismo no campo.

As áreas onde o agronegócio está territorializado se disseminam por todos os estados do semiárido (com exceção de Alagoas e Sergipe). Os perímetros irrigados são as formas mais comuns de materialização do agronegócio na região. Alguns desses perímetros foram consolidados no final do século XX, como o polo Juazeiro (Bahia)-Petrolina (Pernambuco) e o Baixo-Açu (Rio Grande do Norte), reflexos diretos do período de modernização da agricultura no Brasil. Outros perímetros foram implantados na última década, demonstrando que o agronegócio está extremamente ativo no semiárido do país.

Além disso, também existem áreas onde o agronegócio está territorializado na região sem que haja a existência de perímetros irrigados, como locais no litoral cearense, municípios no entorno de Vitória da Conquista (Bahia) e a porção do MATOPIBA pertencente ao semiárido no sul do Piauí e oeste da Bahia, cada qual com suas respectivas culturas sendo produzidas.

Ao longo de toda a região semiárida podemos perceber a produção de diversas culturas agrícolas e a criação de várias espécies de animais. Destacamos os principais produtos representativos do agronegócio no semiárido no Apêndice III. Selecionamos estes produtos com base tanto na bibliografia consultada quanto nos dados da Produção Agrícola Municipal (PAM), da Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) e da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS)⁴².

Os dados da PAM demonstram que houve crescimento na maior parte das culturas temporárias e permanentes no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020. As frutas, por exemplo, que registraram as maiores taxas de crescimento foram banana, manga, melancia, melão e uva, culturas típicas de perímetros irrigados. Os perímetros são o maior exemplo da expansão concentrada da produção capitalista que se intensificou na segunda metade do século XX na região com a modernização da agricultura e que segue esse mesmo movimento no século XXI.

Também houve um aumento da produção de grãos (milho e soja) no semiárido brasileiro impulsionado, principalmente, pela implantação do MATOPIBA. As áreas do oeste baiano e sul piauiense registram os maiores totais de produção de milho e soja na região, demonstrando nitidamente como o Estado age para impulsionar a expansão do capitalismo no campo.

⁴² Ressaltamos que os dados da PAM, PPM e PEVS podem não refletir necessariamente o universo de produtores atuando em cada município brasileiro em virtude de suas metodologias de coleta. Contudo, os dados dessas pesquisas indicam tendências da produção agropecuária no Brasil e, por isso, são fundamentais para a compreensão da questão agrária do país.

Já a pecuária não possui a mesma tendência de crescimento que as culturas agrícolas no semiárido brasileiro entre 2000 e 2019, de acordo com os dados da PPM. Enquanto o efetivo de rebanhos de galináceos experimentou um significativo aumento no período os rebanhos bovinos registraram certa estabilidade anual no número total de cabeças e a produção de camarão apresentou forte diminuição entre 2013 e 2019. Porém, tanto a criação de gado bovino quanto a de camarão possui concentração entre os maiores produtores: os maiores rebanhos bovinos se localizam no conjunto de municípios de entorno a Vitória da Conquista (Bahia), área tradicionalmente caracterizada também pelo cultivo de café para exportação, e no arco de municípios do norte de Minas Gerais, entre São Francisco e Francisco Sá; e os maiores produtores de camarão estão localizados, sobretudo, no Ceará, porção litorânea e baixo curso do rio Jaguaribe, e no Rio Grande do Norte, nos municípios da Chapada do Apodi e entorno e baixo curso do rio Piranhas-Açu.

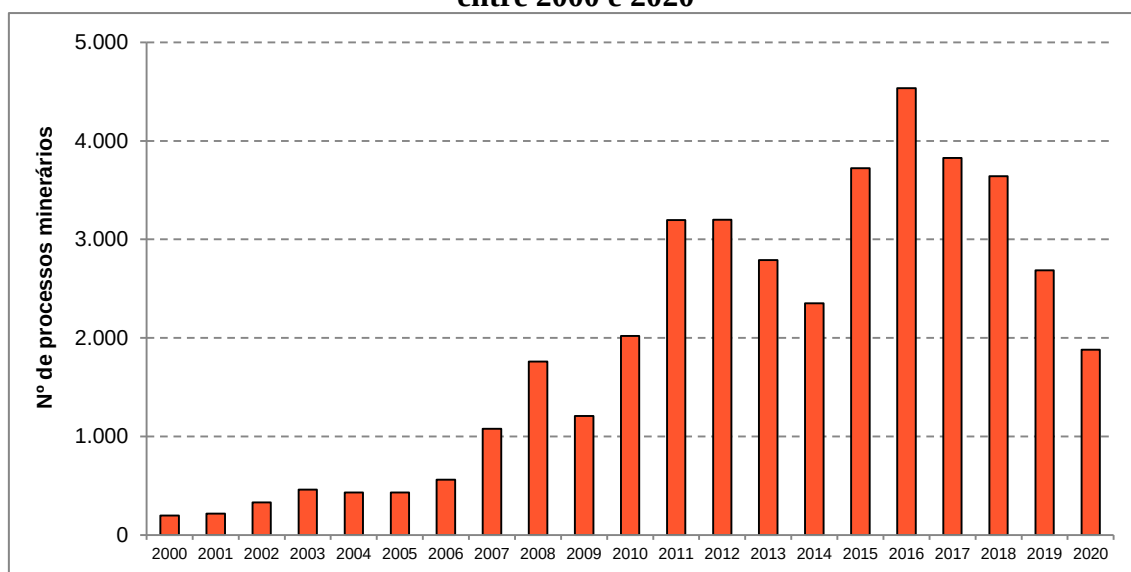
Há ainda os dados de silvicultura, mais especificamente a produção de eucalipto, que registraram também um significativo crescimento entre 2013 e 2019. A cultura do eucalipto para o semiárido brasileiro, como confirmam os dados da PEVS, está concentrada no norte de Minas Gerais, área que historicamente desenvolve esse tipo de produção. Apenas o município de Inhambupe, no nordeste baiano, está entre os maiores produtores de eucalipto da região semiárida.

Os dados mencionados do setor de agronegócio demonstram, portanto, que a produção capitalista está extremamente ativa no semiárido brasileiro, se territorializando em diversas áreas inseridas na região. As mercadorias produzidas nessas áreas se destinam tanto ao mercado internacional, na forma de *commodities*, tanto ao mercado nacional, permitindo a acumulação de capital para as empresas produtoras, muitas delas de capital estrangeiro. Em verdade, a presença de empresas estrangeiras na região semiárida é uma característica marcante da expansão do capitalismo no campo em todos os setores econômicos que identificamos.

O setor de mineração, por exemplo, registra um considerável número de empresas estrangeiras voltadas para a exploração de minerais e rochas no semiárido brasileiro. De acordo com a Figura 14 é possível perceber que a produção mineral é desenvolvida em todos os estados da região (com exceção de Sergipe). A expansão desse setor no semiárido seguiu o movimento ocorrido no Brasil com a intensificação da produção de *commodities* no século XXI. O aumento drástico do número de processos minerários

cadastrados a partir do ano 2000 (Figura 15) atesta esse movimento de expansão da mineração.

Figura 15. Número de processos minerários cadastrados no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020



Fonte: Agência Nacional de Mineração (ANM) – Cadastro Mineiro⁴³.

Podemos notar que o número de processos minerários cadastrados na ANM registra o primeiro crescimento significativo em 2007, atingindo um segundo pico em 2011 e um terceiro pico em 2016. O total de processos minerários cadastrados em municípios do semiárido brasileiro entre 2000 e 2020 corresponde a 96% de todos os processos cadastrados em toda a história da região, sendo que os primeiros processos foram cadastrados ainda em 1935 nos estados da Bahia e Minas Gerais.

O século XXI é o período por excelência de expansão da mineração no semiárido brasileiro. A principal substância extraída na região é o minério de ferro, utilizado em diversas produções industriais no Brasil e no exterior. A extração de minério de ferro promove inúmeros danos às populações e à natureza nos locais onde esses empreendimentos se instalam. As áreas com destaque na extração dessa substância são: sudoeste do Piauí (processo de implantação), oeste do Ceará, centro-norte e centro-sul da Bahia e centro-norte de Minas Gerais (processo de implantação).

Diversas outras substâncias também são extraídas ao longo do semiárido, tanto de minerais metálicos e não-metálicos quanto de rochas. Podemos mencionar: a extração de calcário na área de divisa entre os estados do Ceará e Rio Grande do Norte (se sobrepondo, inclusive, às produções do agronegócio e das energias alternativas); a extração de gipsita na Chapada do Araripe em Pernambuco; a extração de cobre em

⁴³ Disponível em: <https://dados.gov.br/dataset/sistema-de-cadastro-mineiro>.

Alagoas (municípios de Craíbas e Igaci); e a extração de gemas, como água marinha, ametista e turmalina, no Seridó potiguar e paraibano. O Apêndice II também descreve todas as áreas de mineração na região.

É importante destacarmos que muitas áreas apresentadas na Figura 14 ainda não estão concretamente territorializadas pelas empresas capitalistas, devido, sobretudo, a pressão das populações locais contra a instalação desses empreendimentos. Por outro lado, as ações no âmbito estatal produzem um movimento contrário na territorialização do setor mineral, favorecendo a implantação de grandes empreendimentos controlados por empresas que muitas vezes são estrangeiras. A aliança entre capital e Estado pode ser implacável e promover todo tipo de violência contra o campesinato para proporcionar o êxito da expansão capitalista.

A aliança entre capital e Estado é explícita não apenas nos setores do agronegócio e mineração, mas também das energias alternativas. A expansão desse último no semiárido brasileiro não seria possível sem a intervenção significativa do Estado brasileiro. O século XXI é também o período primordial do crescimento da produção de energia elétrica com fontes alternativas no Brasil. A Tabela 1 exemplifica a importância do semiárido brasileiro para a produção de energia com fontes alternativas.

Tabela 1. Número de usinas eólicas e solares no Brasil por fase de implementação em junho de 2021

Usinas eólicas (potência outorgada >1.000 KW)					
Área	Construção não iniciada	Em construção	Em operação	Total	Potência outorgada (GW)*
Brasil	186	156	720	1062	30,9
Nordeste	186	153	622	961	28,8
Semiárido**	182	153	580	915	27,9
Usinas solares (potência outorgada >1.000 KW)					
Área	Construção não iniciada	Em construção	Em operação	Total	Potência outorgada (GW)*
Brasil	533	68	130	731	27,6
Nordeste	327	44	83	454	16,3
Semiárido**	423	58	97	578	22,0

* Levando em conta todas as fases das usinas

** Adicionados os municípios do norte de Minas Gerais

Fonte: ANEEL, 2021.

A partir da Tabela 1 é possível notarmos a importância do semiárido brasileiro na geração de energia elétrica com base em fontes alternativas. A maior parte das usinas eólicas e solares está localizada ao longo da região, se constituindo como a principal área de expansão do setor: 80% das usinas eólicas e 75% das usinas solares em

operação no Brasil estão situadas no semiárido; 90% da potência outorgada das usinas eólicas e 80% das usinas solares brasileiras estão inseridas também na região.

Todos os estados que compõem o semiárido brasileiro (com exceção de Sergipe) possuem usinas eólicas ou solares, sendo que a maioria dos estados possuem ambas (Figura 14). Estas usinas estão localizadas em áreas que dispõe dos maiores potenciais eólicos e solares para geração de energia elétrica através da energia cinética dos ventos e da radiação solar, respectivamente. Também são áreas onde os incentivos estatais, em todos os níveis político-administrativos, têm preponderância. As principais áreas de produção de energia com fontes alternativas no semiárido são: zona litorânea cearense e potiguar e os municípios de entorno e uma espécie de corredor no sentido norte-sul que se inicia no sudeste do Piauí e vai até o centro-sul da Bahia. O restante das usinas está localizado em áreas mais pontuais em cada estado. O Apêndice II também descreve as áreas territorializadas pelo setor de energias alternativas.

É preciso salientar que o número de usinas eólicas em operação atualmente é muito superior ao número de usinas solares. De acordo com ANEEL (2021) a partir de 2014 ocorre um aumento drástico no número de usinas eólicas em operação no semiárido, movimento que não foi acompanhado pelas usinas solares. Apenas em 2017 o número de usinas solares em operação na região registra um aumento significativo, mas ainda abaixo das usinas eólicas. Contudo, se observarmos novamente a Tabela 1 vemos que o número de usinas solares na fase Construção não iniciada é muito superior ao número de usinas eólicas na referida fase. Isso indica que nos próximos anos as usinas solares chegarão a um patamar mais próximo das eólicas à medida que forem sendo construídas.

O crescimento do setor de energias alternativas no Brasil só foi possível devido as fortes ações estatais iniciadas na década de 2000. A primeira medida de destaque adotada pelo Estado brasileiro para impulsionar a geração de energia com fontes alternativas foi a criação do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) pela lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. Poucos anos depois foi criada, no âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), uma linha de financiamento específico para o setor de energias alternativas (TRALDI, 2018), visando atrair empresas privadas para a geração de energia.

A legislação que foi sendo promulgada após o PROINFA e os incentivos estatais para instalação de usinas (financiamento, isenção fiscal, criação de infraestruturas) fornecidos desde então foram respostas à crise de abastecimento elétrico que ocorreu no

Brasil em 2001. O objetivo do Estado era promover uma diversificação na matriz energética do país. Pelo menos esse foi o discurso utilizado para disseminar a produção de energia com fontes alternativas.

Se consultarmos os dados disponível em ANEEL (2021) podemos identificar que o início da expansão do setor de energias alternativas no Brasil (sobretudo com usinas eólicas) ocorreu no momento imediatamente após a crise econômica mundial de 2008. O setor energético foi um importante direcionador do capital monetário imobilizado pela crise em capital produtivo, tanto em países posicionados no centro do capitalismo mundial quanto em países periféricos. Brasil e México registraram um crescimento de 1.559% e 1.058%, respectivamente, entre os anos de 2010 e 2019, se constituindo como os países que mais aumentaram sua capacidade instalada para geração de energia com fonte eólica, segundo EIA (2021).

Portanto, mais do que as preocupações com a diversificação da matriz energética brasileira ou mesmo de promover um desenvolvimento sustentável, as energias alternativas no Brasil, em especial no semiárido, demonstram ser uma das principais frentes de expansão do capitalismo no campo. Isso porque as empresas de geração de energia responsáveis pelas usinas eólicas e solares são, em sua imensa maioria, privadas, e em grande medida estrangeiras. O objetivo primordial do setor de energias alternativas, bem como dos demais já mencionados aqui, é manter viva a acumulação de capital, mesmo que para isso seja preciso degradar as populações locais e a natureza nas áreas onde as usinas são instaladas.

A expansão do capitalismo no semiárido brasileiro através dos setores mencionados aqui não seria possível não fosse também o estabelecimento de uma série de infraestruturas construídas na região ao longo deste século XXI. Foram inúmeras obras rodoviárias, hídricas, portuárias e aeroportuárias, ferroviárias, enfim, implementadas pelo Estado brasileiro, tanto no âmbito federal quanto estadual, que ajudaram a impulsionar a implantação dos empreendimentos capitalistas na região. No Apêndice II também descrevemos as principais infraestruturas existentes no semiárido que possibilitam a expansão do capitalismo no campo, tanto aquelas já construídas quanto aquelas que serão construídas.

Na Figura 14 observamos que todos os estados que compõem o semiárido brasileiro dispõem de algum tipo de infraestrutura, seja ela hídrica ou ferroviária⁴⁴. É possível observar nitidamente que a localização das infraestruturas muitas vezes se sobrepõe às áreas de agronegócio, mineração e energias alternativas. Essas infraestruturas possuem duas funções principais para os referidos setores: permitir a produção capitalista agropecuária, mineral e energética em áreas com relativa dificuldade de acesso à água ou ampliar a produtividade em áreas em que a produção capitalista já está consolidada; e facilitar o escoamento da produção capitalista para outras regiões do Brasil e outros países.

A principal infraestrutura hídrica a ser destacada (ampliação da oferta hídrica para a produção capitalista) é o Projeto de Integração do rio São Francisco (PISF), uma obra que visa direcionar água da bacia do rio São Francisco para bacias hidrográficas de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. É uma das principais obras hídricas da história do Brasil que teve início em meados de 2007, período em que já mencionamos o movimento de crescimento da comercialização de *commodities* no país.

O PISF possui dois eixos principais de obras: o eixo leste, com tomada de água no reservatório de Itaparica (Pernambuco) e desague no açude Poções (Paraíba); e o eixo norte, com tomada de água no próprio rio São Francisco (Pernambuco) e desague no açude Pau dos Ferros (Rio Grande do Norte) e no rio Salgado (Ceará). A partir destes dois eixos principais foram sendo construídas obras complementares, seja pela União seja pelos governos estaduais, para ampliar a capilaridade do destino das águas transportadas pelo PISF. Isso permite que mais áreas da região semiárida passem a se integrar ao processo de expansão do capitalismo no campo.

Ao mesmo tempo as infraestruturas ferroviárias permitem que a produção gerada nos empreendimentos capitalistas seja escoada mais rapidamente e complete o ciclo de acumulação de capital também de maneira mais veloz. Como podemos observar na Figura 14 existem duas ferrovias sendo implementadas no semiárido brasileiro atualmente: a Transnordestina e a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL). Ambas as ferrovias irão transportar a produção agropecuária e mineral de diversas áreas para os principais complexos portuários da região: Pecém, localizado no município de São

⁴⁴ Apresentamos apenas as infraestruturas hídricas e ferroviárias na Figura 14 pelas seguintes questões: são as que mais contribuíram com a expansão dos demais setores econômicos da região; não conseguimos ter acesso aos dados de obras rodoviárias construídas ou remodeladas a partir do ano 2000.

Gonçalo do Amarante (Ceará); Suape, localizado no município de Ipojuca (Pernambuco); e Ilhéus, localizado no município de Ilhéus (Bahia).

Desse modo, percebemos que o setor de infraestrutura possui uma função fundamental para a expansão do capitalismo no campo: é o setor capaz de articular os demais setores atuantes no semiárido brasileiro, seja por possibilitar a própria produção seja por facilitar o escoamento da produção. E o que une todos estes setores mencionados e lhes dá coesão é sua capacidade de produzir conflitos territoriais onde seus empreendimentos são instalados.

Uma das características mais marcantes do avanço do capitalismo sobre o espaço agrário na região semiárida é a emergência de conflitos com a territorialização dos grandes projetos de desenvolvimento. Segundo Alentejano e Tavares (2019) esses empreendimentos se caracterizam pelos seguintes fatores: não são demandados pelas populações locais onde se instalam; ocasionam significativas mudanças nas dinâmicas locais e regionais; se utilizam de discursos desenvolvimentistas para legitimarem sua implantação; são implementados por agentes ecocômicos que atuam em outras escalas espaciais; chegam a usar de práticas violentas para forçar sua implantação; e possuem o auxílio irrestrito do Estado. Os empreendimentos de todos os setores econômicos que descrevemos anteriormente, em sua grande maioria, se territorializam na forma de grandes projetos de desenvolvimento.

No século XXI, a ideologia de Combate à seca, moldada agora pelo viés desenvolvimentista, continua a direcionar as ações estatais de maneira a possibilitar a expansão do capitalismo no semiárido brasileiro. A acumulação de capital que se mantém na região através da expansão da produção capitalista no campo nada mais é que o reflexo da continuidade das relações de dominação aí existentes. Relações que se metamorfoseiam ao longo do tempo, mas que explicitam o teor da luta de classes no espaço agrário semiárido.

Em decorrência de todo esse processo a lógica capitalista avança sobre os territórios pertencentes ao campesinato. Uma multiplicidade de sujeitos e grupos é ameaçada constantemente pelas investidas da aliança capital-Estado, que não mede esforços na busca de submeter toda a sociedade aos ditames do modo de produção capitalista. O resultado não pode ser outro senão o conflito. A formação territorial da região continua a ser movida pela produção de conflitos territoriais entre sujeitos posicionados em classes sociais distintas. É o passado no presente e no futuro.

4.2 Os conflitos territoriais no semiárido brasileiro no século XXI

Como já debatemos em outras partes deste trabalho, consideramos os conflitos territoriais como processo histórico por ser a principal expressão da formação territorial do semiárido brasileiro. Os conflitos vão sendo reconfigurados ao longo do tempo como resultado das transformações ocorridas na estrutura social da região, como as relações de dominação de classe, a hegemonia política e econômica no interior das classes dominantes, as atividades econômicas desenvolvidas e a estruturação do Estado brasileiro em seus diversos momentos políticos.

O século XX sinaliza a passagem de uma estrutura social marcada pelo autoritarismo e hierarquia, com práticas de dominação de classe mais explícitas, para uma estrutura social em que as práticas de dominação são menos nítidas e o campesinato se organiza politicamente de maneira cada vez mais intensa e constante, diferente do que ocorria antes. Essas mudanças na estrutura social consequentemente resultam na ocorrência de conflitos cada vez mais recorrentes no tempo e no espaço.

A formação territorial do semiárido brasileiro no século XXI continua, então, a ser movida pela produção constante de conflitos territoriais no campo. O que caracteriza esse movimento é, sem dúvidas, a expansão do capitalismo amparado pelo Estado sobre território conquistado pela classe camponesa. Ao mesmo tempo, diversos movimentos sociais e grupos organizados de camponeses reivindicam e buscam se territorializar em áreas ocupadas pela produção capitalista. A seguir, sintetizamos esse processo através da análise dos conflitos registrados pela CPT nos relatórios *Conflitos no Campo – Brasil* em suas três categorias principais: terra, água e trabalho.

Conflitos por terra

Os conflitos por terra no semiárido brasileiro são os que possuem o maior número de registros em toda a série de dados da CPT. Esse fato decorre do histórico processo de concentração fundiária da região, onde grande parte das terras foi monopolizada pela classe dominante, e da luta por território igualmente desempenhada pelo campesinato. Os conflitos por terra têm na apropriação da propriedade rural sua principal motivação para ocorrer: eles refletem os interesses dos sujeitos em possuir determinada porção do espaço para desenvolverem determinadas relações sociais.

Para a CPT os conflitos por terra “são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais, tais como:

seringais, babaquais ou castanhais, dentre outros (que garantam o direito ao extrativismo)” (CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT, 2020, p. 14). Assim, os conflitos por terra se constituem como uma expressão dos conflitos territoriais, em que a disputa pelo território tem como objetivo a materialização da produção, sob determinadas relações sociais, em um dos elementos que compõem o território, que é a terra.

Entre os anos de 1996 e 2020 foram registrados pela CPT o total de 2.998 conflitos por terra em todo o semiárido brasileiro (Tabela 2 e Figura 16). Podemos notar que alguns estados possuem maior preponderância na ocorrência de conflitos, indicando que estes detêm um grau de conflitualidade mais constante e intenso, sendo a conflitualidade o caráter perene do enfrentamento entre os sujeitos posicionados em distintas classes sociais nas sociedades capitalistas (FERNANDES, 2008).

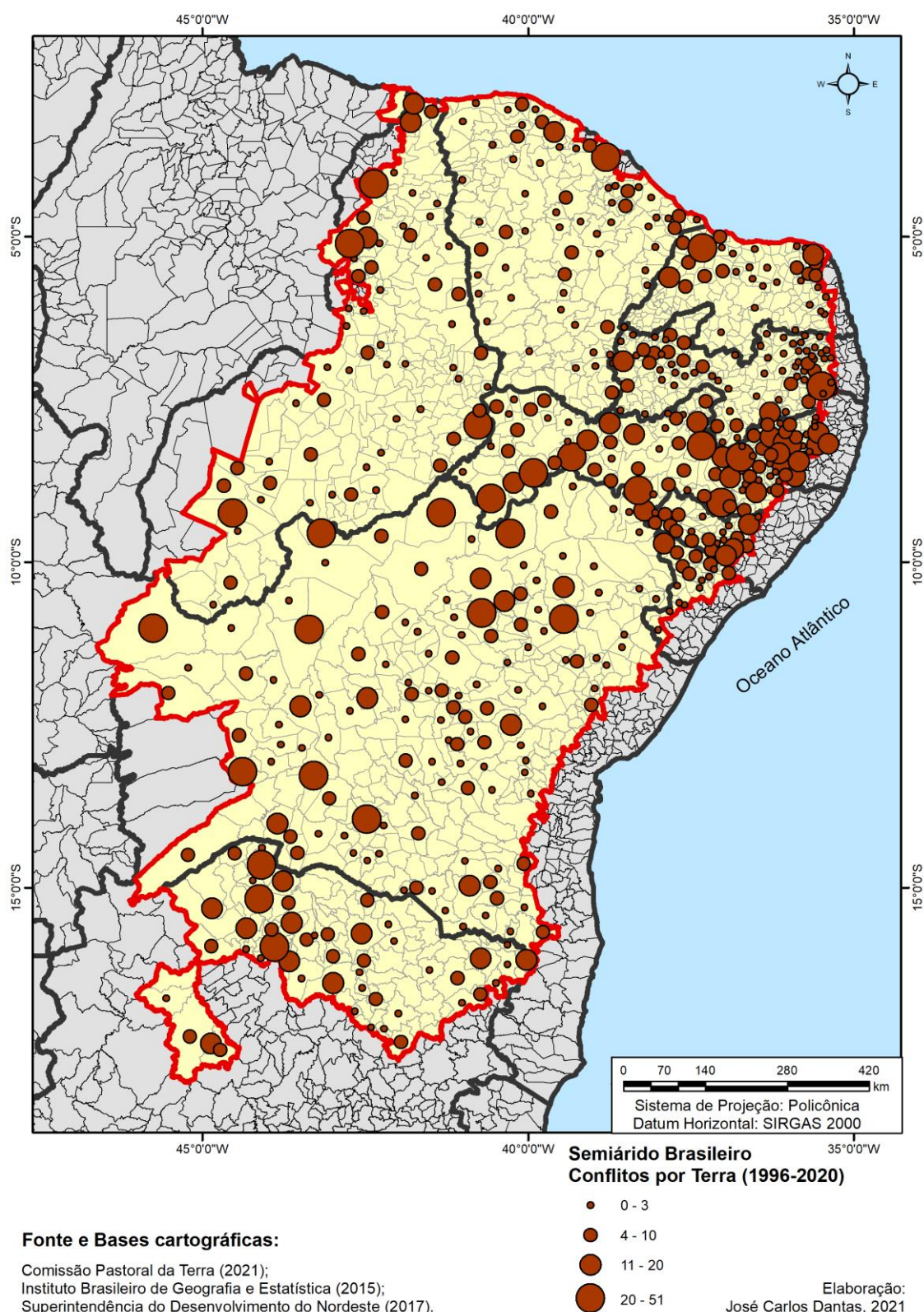
Tabela 2. Conflitos por terra no semiárido brasileiro entre 1996 e 2020⁴⁵

Unidade da Federação	Nº de conflitos	Percentual de conflitos
Pernambuco	767	26%
Bahia	767	26%
Minas Gerais	362	12%
Piauí	353	12%
Paraíba	252	8%
Ceará	187	6%
Rio Grande do Norte	133	4%
Alagoas	117	4%
Sergipe	60	2%
Total	2998	100%

Fonte: elaboração própria com base em CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT (2021).

⁴⁵ Não inserimos o estado do Maranhão em virtude de sua inexpressividade para a análise: apenas dois municípios desse estado compõem o semiárido brasileiro, estes inseridos apenas na delimitação realizada em 2017. Diante disso, optamos, por questões metodológicas, em não inserir esses municípios na análise.

Figura 16. Geografia dos conflitos por terra no semiárido brasileiro entre 1996 e 2020



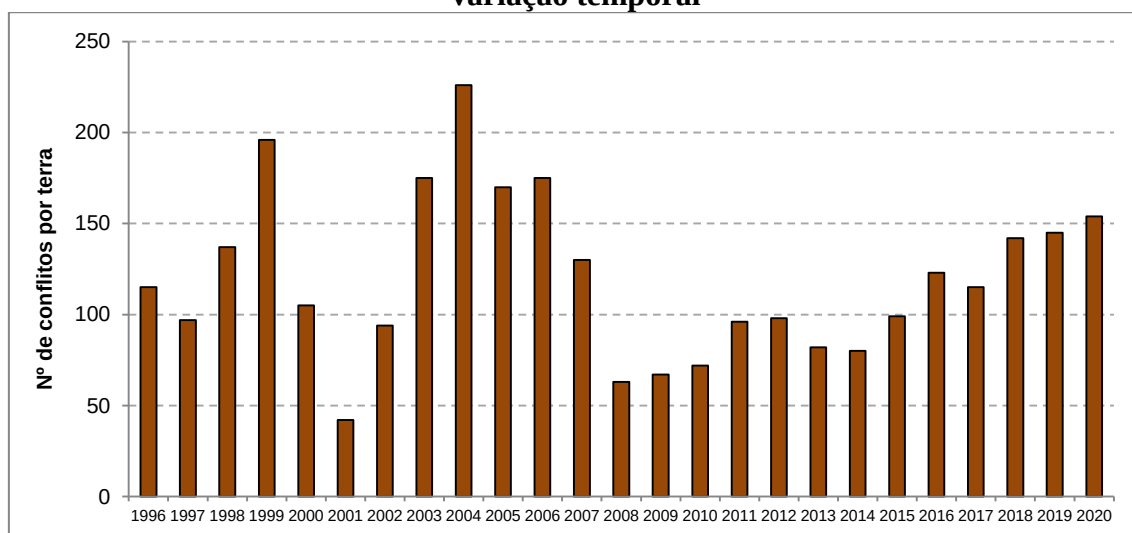
Fonte: elaboração própria com base em CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT (2021).

Os conflitos por terra, por serem motivados pela tentativa de apropriação e constituição da propriedade rural, resultam num movimento duplo de territorialização:

de um lado, as classes dominantes (capitalistas e latifundiários) avançando sobre os territórios do campesinato; de outro lado, esse mesmo campesinato se territorializando sobre as áreas da classe dominante. Esse movimento se expressa, por exemplo, quando latifúndios improdutivos e/ou grilados são territorializados por movimentos sociais ou quando uma empresa ocupa, irregularmente, um território de posseiros ou de uma comunidade tradicional.

Desse modo, entendemos os conflitos territoriais registrados no semiárido brasileiro no século XXI como reflexos da expansão do capitalismo no campo analisada no tópico anterior. É importante ressaltar que o avanço da produção capitalista não ocorre de maneira homogênea nem no tempo nem no espaço, mas em virtude do próprio movimento de acumulação de capital. Consequentemente, os conflitos também não se manifestam de maneira homogênea, como atesta também a Figura 17.

Figura 17. Conflitos por terra no semiárido brasileiro entre 1996 e 2020 e sua variação temporal



Fonte: elaboração própria com base em CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT (2021).

Os conflitos registrados entre os anos de 1996 e 2020 demonstram a significativa variabilidade de sua ocorrência no tempo e no espaço, destacando-se, inicialmente, alguns anos dos governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (sobretudo 1996 a 1999) e Lula da Silva (sobretudo 2003 a 2007). Durante esses governos o estado de Pernambuco foi o que mais registrou conflitos por terra, possuindo uma abrangência espacial muito grande entre seus municípios semiáridos. Municípios como Petrolina, Cabrobó e Caruaru, e seus respectivos entornos, demarcam as áreas mais conflituosas do estado e até da região semiárida, com conflitos pela produção capitalista em áreas irrigadas ou pela própria disputa pela propriedade rural movida entre latifundiários e

posseiros. Essa característica também é semelhante nos estados da Bahia e Piauí, os quais também estavam entre os mais conflituosos do mesmo período.

Estes conflitos por terra se manifestam, como argumentamos, em virtude da expansão do capitalismo no campo, principalmente pelo setor do agronegócio, que já na década de 1990 se territorializava em algumas áreas do semiárido e que ganhou impulso com a comercialização das *commodities* na década de 2000. Apenas no final do 1º mandato e início do 2º mandato de Lula da Silva (2005-2008) é que os conflitos envolvendo obras de infraestrutura são registrados, principalmente com o início do PISF. Como aponta OLIVEIRA (2009), o governo de Lula da Silva priorizou a implementação de políticas agrárias voltadas para a produção capitalista, notadamente o agronegócio, em detrimento da classe camponesa. Essa opção política por si só já estabelece terreno fértil para a produção de conflitos.

Mas ao mesmo tempo em que ocorre a expansão do capitalismo no campo com a territorialização de setores como agronegócio e mineração também ocorre no mesmo período, de acordo com Almeida (2007), uma intensificação da organização do campesinato em diversos segmentos, como ribeirinhos, quilombolas, indígenas, sem terra, posseiros, fundos de pasto, geraizeiros e muitos outros. Esse panorama reverbera também em diversas áreas da região semiárida e nos ajuda a explicar a produção dos conflitos registrados pela CPT na década de 2000. Afinal, os conflitos territoriais são produzidos pela violência da expansão capitalista e a resistência da classe camponesa. Quanto mais intensos forem esses processos mais vigorosa será a produção de conflitos.

Se observarmos novamente a Figura 17 podemos notar que os conflitos por terra no semiárido brasileiro registraram crescimento ao longo dos anos da década de 2010-2019, mesmo com leves diminuições em 2013, 2014 e 2017. O ano de 2020, inclusive, é o que registra o maior número de conflitos por terra na região a partir de 2010. Parte desse aumento nos registros de conflitos por terra no semiárido brasileiro pode estar associado à continuidade do movimento de expansão capitalista combinado a uma maior flexibilização legislativa para sua territorialização em áreas pertencentes à classe camponesa (MITIDIERO JUNIOR et al., 2019). São territórios de comunidades tradicionais, posseiros, povos originários e famílias rurais que sofrem as investidas de empresas dos setores econômicos debatidos anteriormente.

Como mostram Porto-Gonçalves et al. (2019) as demarcações de territórios indígenas e quilombolas diminuíram ao longo dos últimos anos em todo o país, bem como foi intensificada a violência contra esses sujeitos. Também foram sendo ceifadas

as políticas de reforma agrária, as quais contribuem diretamente para o acesso e permanência na terra da classe camponesa. Notadamente essa conjuntura nacional também incide sobre a região semiárida do Brasil.

Esse cenário de aumento de conflitos reforça ainda mais e é reforçado pela aliança entre capital e Estado contra os povos do campo. O Estado permite a expansão do capitalismo no campo através de incentivos financeiros e de normatizações institucionais que legitimam a apropriação de empresas privadas sobre territórios que historicamente pertencem à classe camponesa, que se reproduz socialmente através relações de produção contrárias à lógica capitalista.

Ainda assim, mesmo com o avanço da produção capitalista sobre os territórios do campesinato os conflitos por terra registrados pela CPT demonstram que os povos do campo não estão em condição de submissão perante a classe dominante. As ações de resistência são incessantes e se desdobram em formas de luta por acesso a novos territórios e à defesa dos territórios historicamente conquistados. A disputa territorial no semiárido brasileiro perpassa então pela esfera da defesa dos territórios (permanência) e pela conquista de novos territórios (acesso) nas diferentes áreas com suas respectivas características geográficas.

Algo que nos chama a atenção é o fato de que os municípios com maior número de conflitos por terra (Figura 16) ocorrem, em sua maioria, em áreas marcadas por uma maior oferta de água, considerando que estamos analisando uma região semiárida. Estas áreas correspondem tanto a vales de grandes rios da região quanto a áreas de águas subsuperficiais e subterrâneas, de perímetros irrigados ou de grandes açudes.

As porções do espaço agrário semiárido que apresentam maior oferta de água, seja de origem natural seja de origem artificial, são justamente aquelas em que a territorialização da produção capitalista se manifesta com mais intensidade. São áreas como: as bacias hidrográficas do agreste pernambucano; os vales dos rios São Francisco e Parnaíba; aquíferos cearenses e potiguares da Chapada do Apodi; perímetros irrigados em geral; grandes açudes, como Eng. Ávidos e Argemiro de Figueiredo (Acauã) na Paraíba e Castanhão no Ceará; e o PISF e suas obras complementares em cada estado.

A associação entre terra e água na produção de conflitos territoriais no semiárido brasileiro acompanha toda a formação territorial desse espaço. É uma região marcada pelas dificuldades naturais de disponibilidade hídrica (irregularidade das chuvas e condições hidrogeológicas), bem como pela privação de acesso à água promovida pelos latifundiários à classe camponesa. A união entre terra e água, ambas entendidas como

elementos do território, é um dos pressupostos fundamentais para compreendermos que os conflitos se manifestam sob um caráter multidimensional.

Além disso, os conflitos por terra também compreendem outros elementos que fomentam o interesse da produção capitalista, como a própria água, o vento, o sol, os minerais, enfim qualquer elemento que constitui o território e que pode ser incorporado ao capitalismo para gerar lucro e perpetuar as relações de dominação de classe. Por efeito disso, entendemos que estes elementos de interesse estão unidos através do território para potencialmente produzir conflitos entre os distintos sujeitos que se territorializam na região.

A terra, no entanto, se constitui enquanto uma categoria fundamental para entender os conflitos pelo fato de ser a base de exploração dos demais elementos descritos anteriormente. Ainda que tenhamos a compreensão de que todos os conflitos ocorrem pela disputa pelo território em seus variados elementos, a terra assume a dimensão material que se articula com a água, com o trabalho, com os minérios, com o vento, com a floresta. Isso pode explicar, inclusive, o porquê dos conflitos por terra apresentarem o maior número de registros quando comparados com as demais categorias, pois a terra está vinculada concretamente a qualquer outro elemento de interesse por parte da produção capitalista, quando ela mesma (a terra) não se trata do próprio elemento de interesse.

Conflitos por água⁴⁶

Os conflitos por água no semiárido brasileiro constituem a segunda categoria de conflitos com mais registros no período analisado. Os conflitos por água são manifestados pela tentativa de apropriação da água no movimento de expansão do capitalismo no campo, que podem servir para as diversas atividades produtivas ou para especulação fundiária. A CPT entende os conflitos por água como “ações de resistência, em geral coletivas, que visam a garantir o uso e a preservação das águas; contra a apropriação privada dos recursos hídricos, contra a cobrança do uso da água no campo e de luta contra a construção de barragens e açudes” (CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT, 2020, p. 14-15).

A apropriação da água pela produção capitalista contrasta com as formas de uso da água praticadas pela classe camponesa da região. Tais formas de uso correspondem às

⁴⁶ Parte da análise dos conflitos por água aqui apresentada foram debatidas por nós em Dantas (2019).

atividades necessárias para a reprodução social dos sujeitos do campo, que já enfrentam dificuldades de acesso à água em toda a história do semiárido brasileiro, seja pelas condições naturais seja pela concentração de sua disponibilidade pelas classes dominantes. Os conflitos emergem, desse modo, pelas disputas territoriais entorno dos elementos constituintes do território, com a água demonstrando uma importância significativa.

Os dados referentes aos conflitos por água no semiárido brasileiro foram organizados em dois grupos: tipo do conflito e situação do conflito. Os tipos de conflito registrados pela CPT são três: 1) Apropriação particular, quando a água é controlada diretamente através de algum corpo hídrico (rio, açude, aquífero, etc.); 2) Barragens e açudes, quando são construídas obras que impedem o fluxo natural do rio e afetam, de alguma forma, os sujeitos que vivem nessas áreas; e 3) Uso e preservação, quando as águas utilizadas por comunidades correm risco de escassez quantitativa e qualitativa devido à deterioração deste elemento por fazendeiros ou empresas.

A situação do conflito está vinculada ao tipo de conflito, apresentando mais detalhes sobre este. Elencamos quatro situações de conflito⁴⁷ que mais apresentaram recorrência e abrangência espacial: 1) Acesso à água; 2) Destruição e/ou poluição; 3) Reassentamento e não assentamento; e 4) Outros. As Tabelas 3 e 4 mostram, respectivamente, os tipos de conflito por água e as situações dos conflitos.

⁴⁷ Os relatórios *Conflitos no Campo – Brasil* registram 12 situações de conflito. Sistematizamos essas 12 situações em apenas quatro para melhor apresentar os resultados, sendo: 1) Acesso à água: Diminuição do acesso à água e Impedimento de acesso à água; 2) Destruição e/ou poluição: Destruição e/ou poluição e Desconstrução do histórico cultural; 3) Reassentamento e não assentamento: Falta de projeto de reassentamento, Não assentamento, Reassentamento inadequado e Não reassentamento; e 4) Outros: Pesca predatória, Ameaça de expropriação, Não cumprimento de procedimentos legais e Divergência.

Tabela 3. Conflitos por água no semiárido brasileiro entre 2002 e 2020 por tipo

Unidade da Federação	Apropriação particular	Barragens e açudes	Uso e preservação	Total	Total
Bahia	153	26	124	303	54%
Minas Gerais	10	56	22	88	16%
Ceará	11	28	15	54	10%
Pernambuco	4	8	20	32	6%
Piauí	7	9	11	27	5%
Paraíba	0	21	8	29	5%
Rio Grande do Norte	1	3	8	12	2%
Alagoas	1	3	0	4	1%
Sergipe	1	1	1	3	1%
TOTAL	188	155	209	555*	100%
TOTAL	34%	28%	38%	100%	

* Um conflito não teve o tipo identificado

Fonte: elaboração própria com base em CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT (2021).

Tabela 4. Conflitos por água no semiárido brasileiro entre 2002 e 2020 por situação

Unidade da Federação	Acesso à água	Destruição e/ou poluição	Reassentamento e não assentamento	Outros
Bahia	185	78	3	38
Minas Gerais	28	23	13	23
Ceará	18	12	12	12
Pernambuco	9	10	4	10
Piauí	6	16	0	6
Paraíba	8	9	11	1
Rio Grande do Norte	1	7	1	4
Alagoas	2	1	1	0
Sergipe	2	1	0	0
TOTAL	259	157	45	94
TOTAL	47%	28%	8%	17%

Fonte: elaboração própria com base em CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT (2021).

Ao analisarmos os dados presentes nas Tabelas 3 e 4 podemos observar como os tipos e situações de conflitos possuem variações entre si e entre os locais onde ocorrem. Dos 555 conflitos por água registrados no semiárido brasileiro entre 2002 e 2020 vemos que alguns estados apresentam maior intensidade que outros, como é o caso da Bahia, que registrou 303 conflitos ao longo do período, mais da metade de todos os conflitos por água na região. Somados os estados de Minas Gerais (16%) e Ceará (10%), temos 80% de todos os conflitos por água registrados na região concentrados em apenas três estados.

Se observamos a variação entre os tipos e situações vemos o quanto os conflitos por água no semiárido são diversos em quantidade e em espacialidade. As Figuras 18 e 19 demonstram esta variação espacial dos conflitos. Podemos perceber que os tipos de conflito por água possuem espacialidades distintas, se manifestando de acordo com as características das áreas onde são produzidos. Praticamente todos os estados registram todos os tipos e situações de conflitos, alguns ocorrendo com maior intensidade em determinados locais.

A situação de Acesso à água também é a que mais apresenta abrangência espacial no semiárido. Essa situação está ligada a conflitos tanto de Apropriação particular (sobretudo) quanto Uso e preservação e ocorre quando pequenos produtores, comunidades tradicionais e povos originários são privados de utilizar a água de algum corpo hídrico, como rios, açudes, lagoas etc. Muitas vezes essa situação ocorre em áreas onde a produção capitalista tem a preponderância no uso da água, como em perímetros irrigados ou áreas de aquíferos, em detrimento da produção da classe camponesa. Também pode ocorrer em períodos de seca, em que os órgãos estatais responsáveis restringem o acesso à água para as famílias camponesas.

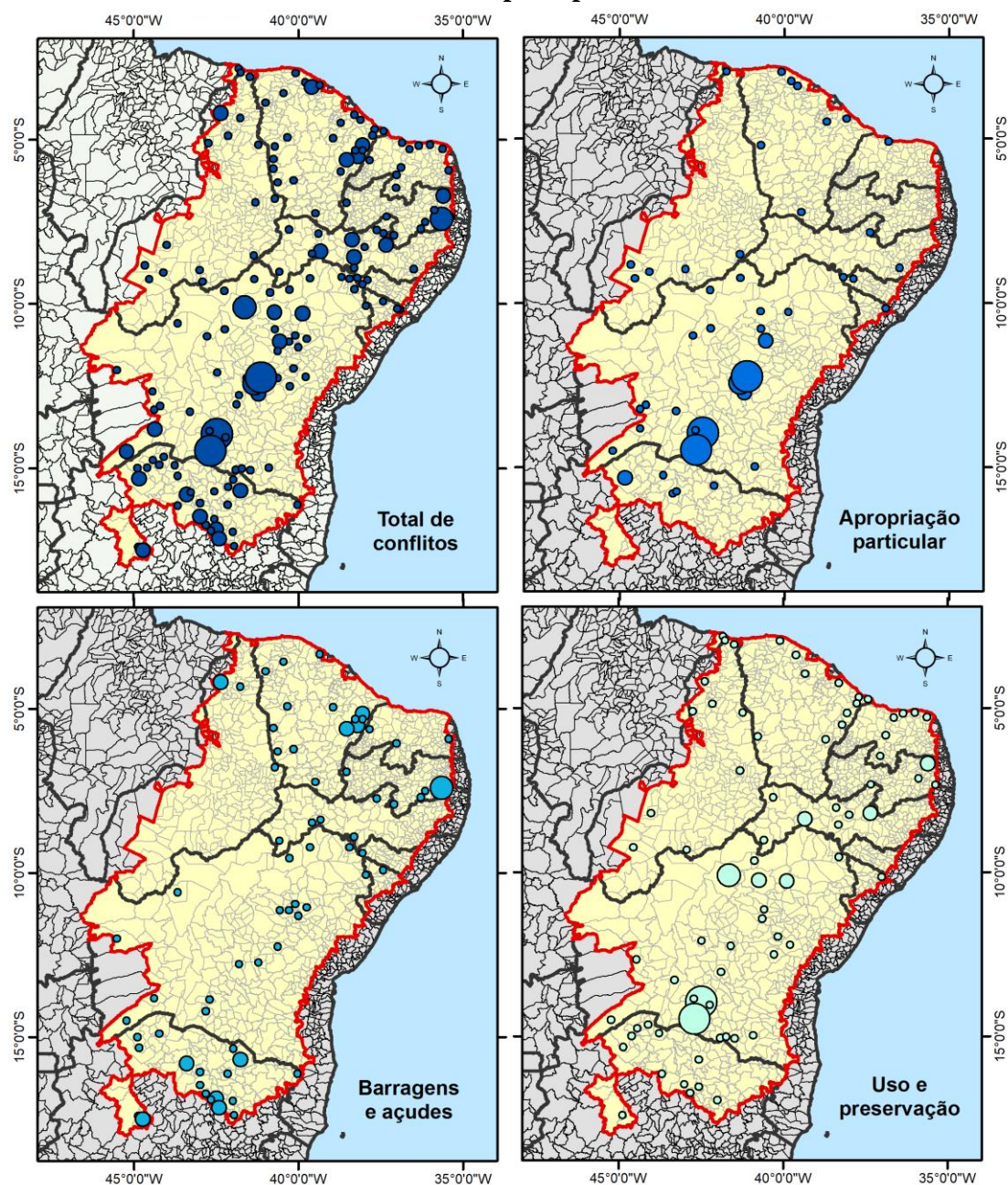
A apropriação e monopolização da água pelas classes dominantes cumpriram e cumprem sua função de proporcionar o poder político e econômico dessas classes sobre a sociedade semiárida. Apropriar-se da água de maneira privada em uma região que naturalmente já está submetida a dificuldades de acesso à água não pode promover outra coisa se não a concentração de riqueza e poder político. Imaginemos quantos círculos a Figura 18 teria se houvessem registros de cada ação de enfrentamento do povo em momentos de privação do acesso à água em toda a história do semiárido!

Já a situação de Destruição e/ou poluição, ligada (sobretudo) ao tipo de conflito homônimo, ocorre quando o conflito é gerado pela ameaça de dano quantitativo e/ou qualitativo das fontes hídricas usadas por comunidades e pequenos produtores. Está associado às práticas destrutivas da produção capitalista no mau uso da água, que se reverberam em processos de assoreamento, contaminação e utilização intensiva, por exemplo.

Por fim, as situações de Reassentamento e não assentamento e Outros ocorrem em menor grau de abrangência espacial e quantitativa. A primeira diz respeito aos conflitos promovidos pela construção de obras hídricas (açudes, canais de integração, adutoras etc.) em locais onde vivem inúmeras famílias, as quais são desterritorializadas e remanejadas para locais que comprometem sua reprodução social. A situação Outros

possuem causas variadas para sua ocorrência, como conflitos gerados pelo descumprimento de acordos firmados para uso de determinada fonte hídrica ou pela ameaça de expropriação de famílias e comunidades rurais de seus territórios.

Figura 18. Geografia dos conflitos por água no semiárido brasileiro entre 2002 e 2020 - por tipo



Fonte e Bases cartográficas:

Comissão Pastoral da Terra (2021);
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015);
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (2017).

0 160 320 640 960
km

Sistema de Projeção: Policônica
Datum Horizontal: SIRGAS 2000

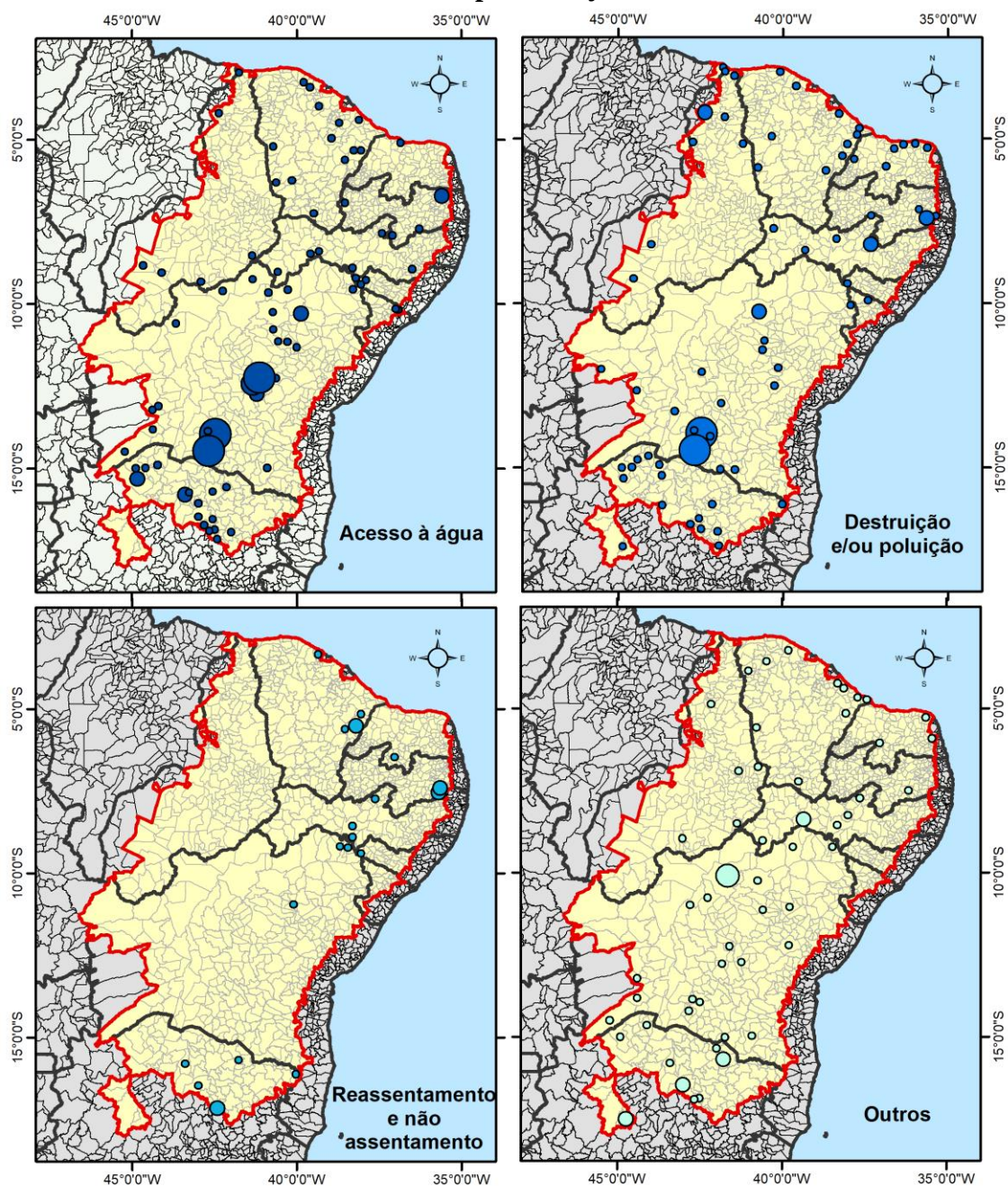
Elaboração:
José Carlos Dantas, 2021

**Conflitos por Água (2002-2020)
Tipos de conflito**

- 1 - 3
- 4 - 10
- 11 - 20
- 21 - 79

Fonte: elaboração própria com base em CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT (2021).

Figura 19. Geografia dos conflitos por água no semiárido brasileiro entre 2002 e 2020 - por situação



Fonte e Bases cartográficas:

Comissão Pastoral da Terra (2020);
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015);
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (2017).

0 160 320 640 960 km

Sistema de Projeção: Policônica
Datum Horizontal: SIRGAS 2000

Elaboração:
José Carlos Dantas, 2021

**Conflitos por Água (2002-2020)
Situação dos conflitos**

- 1 - 3
- 4 - 9
- 10 - 20
- 21 - 53

Fonte: elaboração própria com base em CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT (2021).

Os conflitos territoriais se manifestam de acordo com as características das áreas onde são produzidos, com os sujeitos envolvidos (posicionados em classes sociais distintas) e seus respectivos interesses. Em áreas com alto potencial para construção de Usinas Hidrelétricas (UHE), por exemplo, teremos conflitos entre empresas do setor de geração de energia e comunidades tradicionais (ribeirinhas, indígenas, quilombolas) motivados pela construção de barragens que irão subsidiar a geração de energia elétrica, processo que expulsa tais comunidades de seus territórios e lhes reassenta em locais distintos de suas características originais (como o reassentamento de uma comunidade ribeirinha em uma área que não possui rio, por exemplo).

Vários trechos do rio São Francisco são caracterizados pelos conflitos do tipo Barragens e açudes, bem como algumas áreas específicas que possuem rios de extensões consideráveis, como é o caso dos rios Jaguaribe (Ceará), Paraíba (Paraíba) e de diversos rios no Norte de Minas Gerais. O PISF, bem como suas infraestruturas complementares, potencializou a produção de conflitos territoriais nas áreas de construção das obras de canais, reservatórios e túneis pela expulsão de famílias, pela destruição de fontes hídricas e pela restrição do acesso à água.

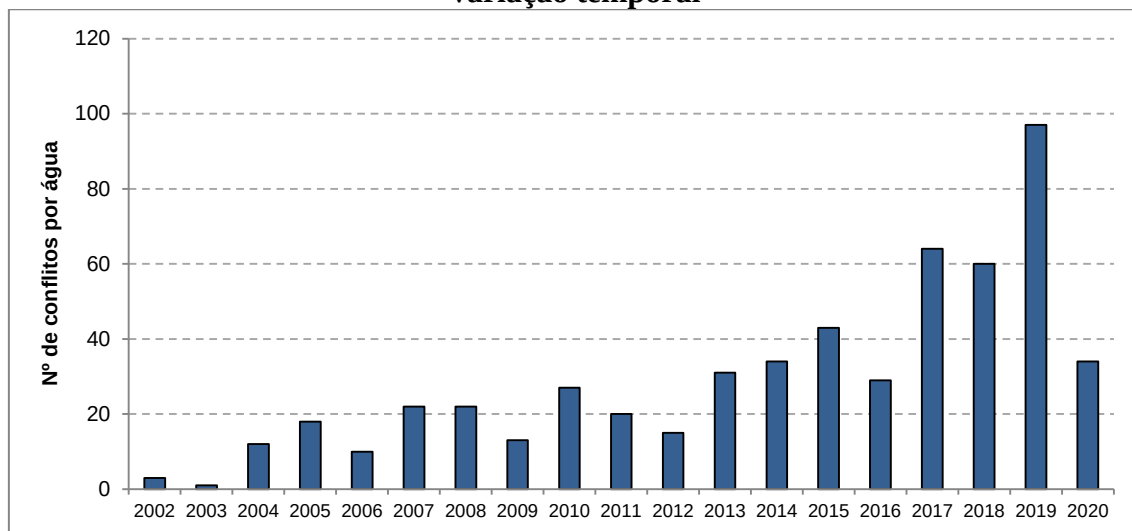
Conflitos relacionados ao uso e preservação da água geralmente ocorrem em áreas em que há intensa pulverização de agrotóxicos em grandes monocultivos, locais de intenso desmatamento, assoreamento ou qualquer outra atividade que comprometa a quantidade e qualidade das águas. Muitos desses conflitos também ocorrem em áreas marcadas pela atividade mineral, a qual promove a produção de grandes quantidades de rejeitos provenientes dos processos de extração dos minérios, sendo estes rejeitos despejados em áreas que contaminam rios, reservatórios ou aquíferos.

Em verdade todos os conflitos por água registrados pela CPT estão associados, de alguma maneira, à apropriação privada capitalista. Este processo ocorre pela água possuir atualmente um valor substancialmente econômico, constituindo-a enquanto uma mercadoria para a produção capitalista (COSME, 2017; GARZON, 2010; MALVEZZI, 2008). É a noção da água como um produto a ser negociado que faz com que o capitalismo busque cada vez mais a sua apropriação para garantir o objetivo mais primordial de seu modo de produção: a geração de lucro.

O que ocorre, no entanto, é que no momento da apropriação da água os capitalistas e latifundiários se deparam com uma infinidade de sujeitos que possuem outra concepção de uso da água. As comunidades tradicionais, povos originários e famílias que vivem no campo não estão interessados na dotação do valor econômico da

água, mas em como este elemento garante a sua sobrevivência. Como as duas noções são antagônicas o conflito pela apropriação e pelo uso da água é produzido. Podemos observar o panorama desses conflitos no século XXI através da Figura 20.

Figura 20. Conflitos por água no semiárido brasileiro entre 2002 e 2020 e sua variação temporal



Fonte: elaboração própria com base em CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT (2021).

No século XXI é o avanço do chamado hidronegócio no campo brasileiro um dos responsáveis pela produção de tantos conflitos por água, como apontam Malvezzi (2012) e Gonçalves (2014). A Figura 8 demonstra uma tendência de crescimento dos conflitos por água a partir de 2013, mesmo que 2016 e 2020 tenham apresentado certo rebaixamento nas ocorrências. O avanço do hidronegócio ocorre sob diversos segmentos, como a geração de energia elétrica, a irrigação, a carcinocultura e a água engarrafada (SIQUEIRA e ZELLHUBER, 2007). Também pode ocorrer de maneira consorciada com a territorialização da produção do agronegócio e da mineração.

De todo modo, é fulcral salientar que este avanço não ocorre apenas por iniciativa dos diferentes setores do capitalismo, se não também do próprio Estado: “Todos os conflitos em torno da Água, bem vital e mercadoria preciosa, estão relacionados à promiscuidade entre Estado e capital” (FERNANDES, 2016, p. 114).

As ações estatais se materializam de várias formas para produzir os conflitos territoriais no semiárido, sejam pelas obras de infraestrutura hídrica (diretamente) sejam pelos empreendimentos capitalistas territorializados graças à construção dessas obras ou pela flexibilização de legislação e decisões judiciais (indiretamente). Áreas de intensa exploração mineral onde são verificados conflitos por água na última década são

exemplos de como indiretamente o Estado produz conflitos, como nos municípios de Caetité e Pindaí (Bahia) e Grão Mogol e entorno (Minas Gerais).

Já diretamente podemos citar mais uma vez ao PISF e suas obras complementares iniciadas a partir de 2005 como exemplo da produção direta de conflitos pelo Estado, como registrado em Sertânia e Cabrobó (Pernambuco). Além disso, considerando o período de seca de 2012 a 2017 na região muitos conflitos também ocorreram em virtude da privação de acesso à água em açudes do semiárido, comprometendo drasticamente à produção agropecuária do campesinato, como registrado no município de Cajazeiras (Paraíba). Diversas comunidades rurais foram prejudicadas diretamente pela ação do Estado, já que ele é o responsável pela gestão das águas.

Como em toda a história do semiárido brasileiro o Estado não poderia ficar de fora da produção de desigualdade social que permeia uma sociedade de classes. No nosso caso é uma desigualdade pautada no direcionamento de políticas hídricas que beneficiam, antes de tudo, as classes dominantes. É o Combate à seca instrumentalizado pelas ações estatais que privilegiam o estabelecimento de uma infraestrutura favorável ao avanço do capitalismo no campo do semiárido.

Conflitos gerados pela construção de barragens, pela contaminação de corpos hídricos, pelo impedimento de acesso à água, pelo não cumprimento de procedimentos legais em empreendimentos (como a fraude de licenciamentos ambientais) são exemplos notáveis da aliança entre o Estado e o capital. Uma aliança que tem como objetivo promover a expansão capitalista no campo, expropriando famílias e comunidades de seus territórios, expropriação marcada com sangue daqueles que ousam resistir a essa lógica de transformação da natureza em mercadoria.

Através das políticas públicas o Estado consegue estabelecer uma infraestrutura favorável para a expansão do capitalismo no campo e através da legislação consegue imprimir as bases legais para esta expansão. E juntamente com a legislação está o modelo de gestão das águas adotado no Brasil. Como também afirma Malvezzi (2012) a política hídrica levada a cabo pelo Estado brasileiro é um dos elementos que promovem os conflitos por água no país. O modelo de gestão das águas é uma das características principais da formação territorial do semiárido brasileiro por meio das ações estatais.

Para o semiárido podemos observar nitidamente como essa política hídrica influencia a continuação da ocorrência de inúmeros conflitos por água na região à medida que está pautada na construção de grandes obras hídricas (como grandes açudes e o PISF) em detrimento do investimento em tecnologias sociais de base local para

abastecimento da água, a exemplo das cisternas. Tais políticas fazem parte de um modelo de gestão da água que a transforma em mercadoria a serviço do capitalismo e contra os interesses da classe camponesa.

Historicamente a adoção deste modelo de gestão da água no semiárido e das políticas hídricas consequentes é a expressão material da ideologia de Combate à seca, que foi utilizada para estabelecer e perpetuar o poder das classes dominantes sobre a sociedade da região. A expansão do capitalismo e suas formas de reprodução é a atualidade das relações de dominação de classe nesse espaço, que se ampara nesse modelo desigual de gestão da água.

E para intensificar ainda mais o panorama conflituoso soma-se uma conjuntura política atual marcada pelo conservadorismo do governo do presidente Jair Bolsonaro que se apresenta nitidamente autoritário e defensor da violência assumida pelas classes dominantes, tentando resgatar justamente as características da estrutura social do passado na região. A produção capitalista não poderia encontrar melhor oportunidade para expandir-se por todo o semiárido brasileiro sob a salvaguarda do Estado. As políticas estatais novamente cumprem seu papel de estabelecer as bases para a acumulação do capital e para a perpetuação do poder das classes dominantes no campo.

Conflitos trabalhistas

A última categoria de conflitos que apresentamos corresponde aos conflitos trabalhistas registrados pela CPT no semiárido brasileiro entre os anos de 1996 e 2020. Estes conflitos são divididos em quatro tipos: a) **Ações de Resistência**; b) **Desrespeito trabalhista**; c) **Superexploração**; e d) **Trabalho escravo**. A Tabela 5 expõe os dados referentes a essa categoria de conflito.

Diferentemente das outras categorias de conflitos registradas pela CPT no semiárido brasileiro os conflitos trabalhistas não ocorrem em todos os estados que compõem a região semiárida, como atestam a Tabela 5 e as Figuras 21 e 22. Da mesma forma sua variação no tempo ocorre de maneira muito irregular (Figura 23), dificultando a realização de uma análise que dê conta de evidenciar as principais causas desse comportamento temporal dos dados.

Os conflitos trabalhistas possuem também uma espacialidade menos abrangente quando comparados com os conflitos por terra e por água, ocorrendo de maneira mais pontual na região. Para a CPT os “conflitos trabalhistas compreendem os casos em que

a relação trabalho/capital indicam a existência de trabalho escravo e superexploração” (CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT, 2020, p. 14). Portanto, a produção dessa categoria de conflito é resultado direto das relações de dominação de classe praticadas no âmbito da produção capitalista, que promove a acumulação de capital mediante a intensa exploração do trabalho.

Esses conflitos não são gerados simplesmente pela extração da mais-valia do trabalhador, mas por um grau superior de exploração do trabalho. Por isso são típicos desses conflitos a superexploração e o trabalho escravizado, pois são formas de exploração do trabalho muito mais nefastas, que extrapolam as relações contratuais de assalariamento.

Tabela 5. Conflitos trabalhistas no semiárido brasileiro entre 1996 e 2020 - por tipo

Unidade da Federação	Ações de resistência	Desrespeito trabalhista	Super-exploração	Trabalho escravo	Não identificado	Total	Total
Bahia	6	2	7	67	3	85	39%
Minas Gerais	0	3	8	29	4	44	20%
Piauí	0	0	0	38	1	39	18%
Ceará	0	0	1	22	0	23	11%
Pernambuco	2	1	3	4	4	14	6%
Rio Grande do Norte	0	0	1	7	0	8	4%
Paraíba	0	0	0	5	0	5	2%
Alagoas	0	0	0	0	0	0	0%
Sergipe	0	0	0	0	0	0	0%
Total	8	6	20	172	12	218	100%
Total	4%	3%	9%	78%	6%	100%	

Fonte: elaboração própria com base em CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT (2021).

Figura 21. Geografia dos Conflitos trabalhistas no semiárido brasileiro entre 1996 e 2020

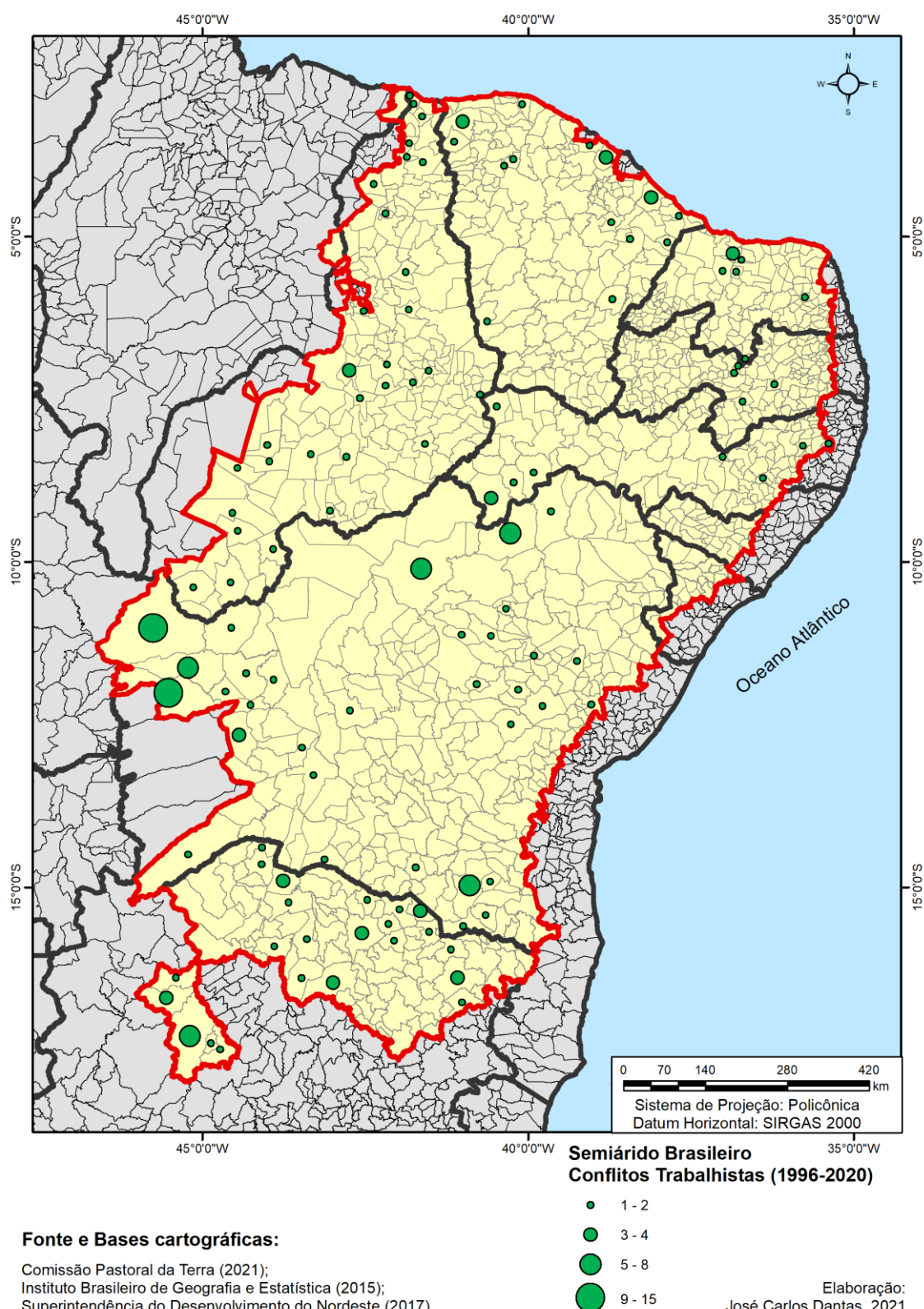
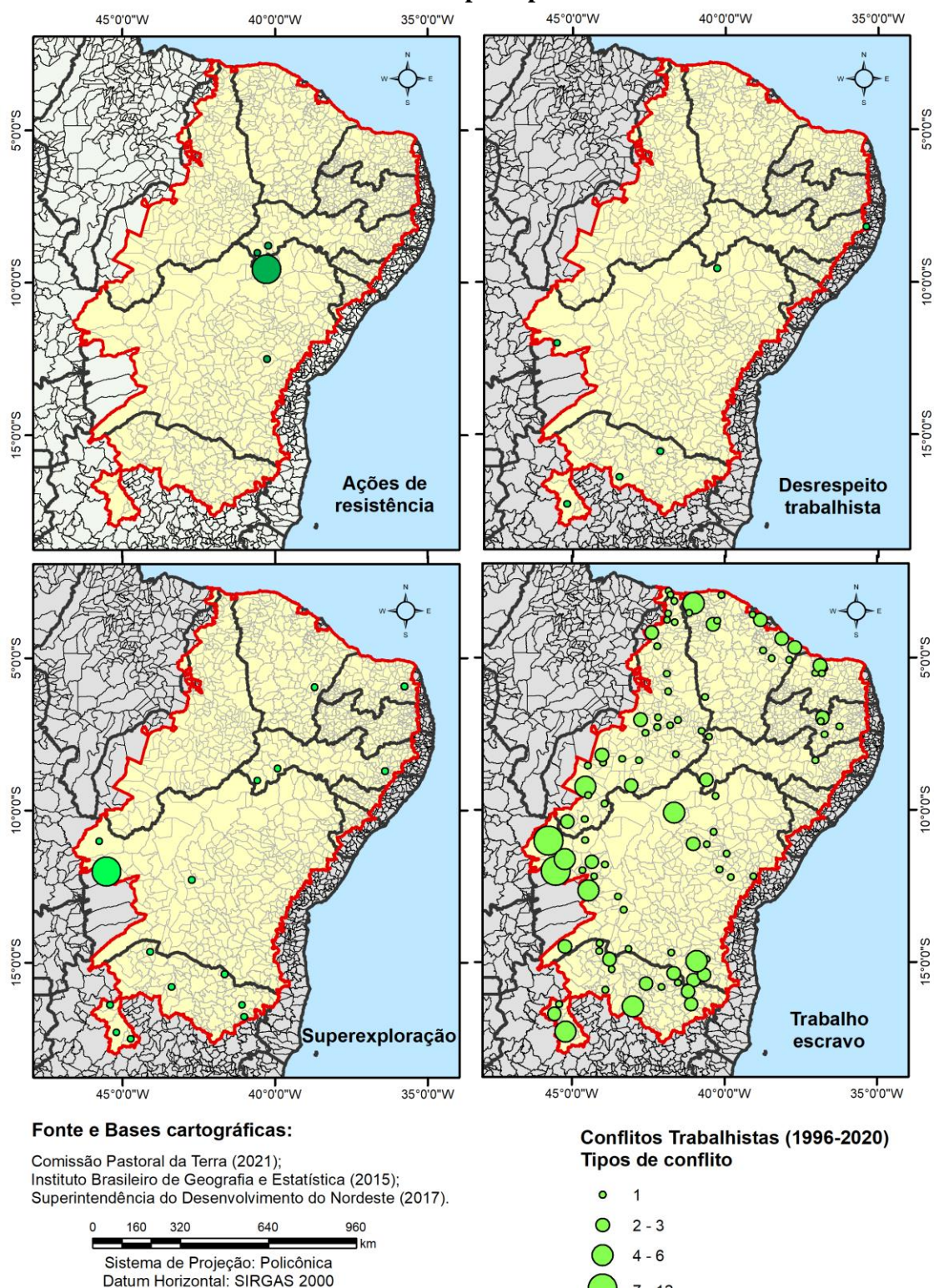


Figura 22. Geografia dos conflitos trabalhistas no semiárido brasileiro entre 1996 e 2020 - por tipo



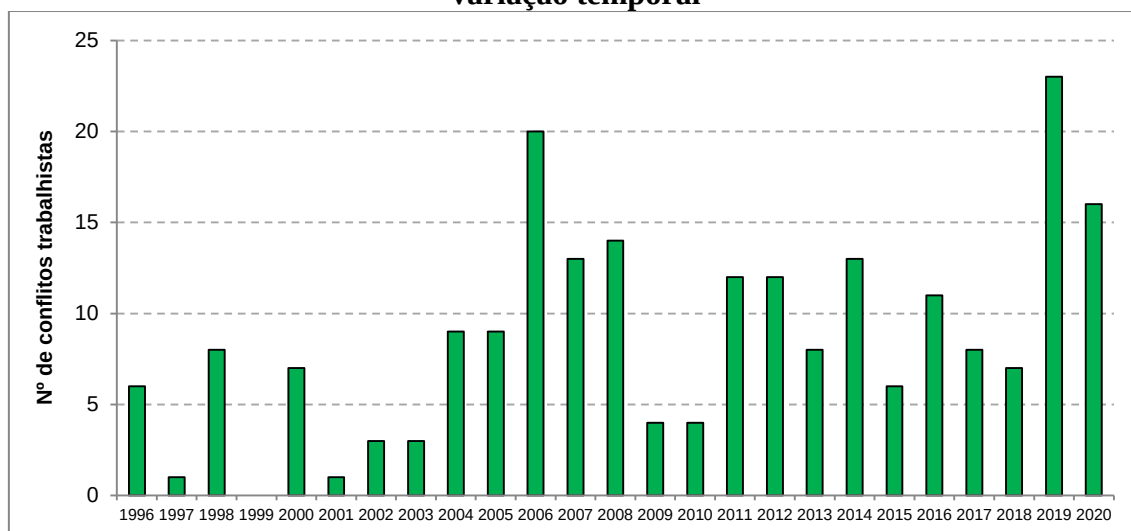
Fonte: elaboração própria com base em CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT (2021).

Os tipos de conflito trabalhista variam de acordo com o lugar onde são registrados, com as características produtivas desses lugares, como a própria produção

ou mercadoria, e com as relações de trabalho existentes. Mesmo as relações capitalistas de produção sendo preponderantes nas áreas não territorializadas pelo campesinato, como grandes fazendas e empresas agroindustriais, ainda perduram as históricas relações de intensa exploração do trabalho. O ano de 2019, inclusive, foi o que registrou o maior número de conflitos trabalhistas na região no período analisado (Figura 23).

Os conflitos trabalhistas do tipo Superexploração e Trabalho escravo são os de maior ocorrência no semiárido brasileiro segundo a CPT, registrando 9% e 78%, respectivamente. O trabalho escravizado está presente em todos os estados da região que registraram conflitos trabalhistas entre 1996 e 2020. Os conflitos deste tipo podem ser registrados tanto em áreas de produção de *commodities*, como a cafeicultura e a fruticultura, quanto em áreas de produções extrativistas, como carvão, carnaúba e sisal.

Figura 23. Conflitos trabalhistas no semiárido brasileiro entre 1996 e 2020 e sua variação temporal



Fonte: elaboração própria com base em CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT (2021).

Os conflitos do tipo Trabalho escravo aumentaram exponencialmente ao longo do período analisado. Os conflitos trabalhistas no geral aumentaram em 25% quando comparamos a década de 2010-2019 com a década de 2000-2009. Porém, a partir de 2012 todos os conflitos registrados nessa categoria no semiárido brasileiro são do tipo Trabalho escravo. Esses dados demonstram como as relações de produção escravistas ainda não foram superadas no Brasil e perduram até os dias atuais, mesmo que com outras roupagens.

Mesmo que Pietrafesa (2020) aponte para a diminuição dos conflitos do tipo Trabalho escravo entre 2015 e 2019 no cenário brasileiro (muito influenciada pela subnotificação e sucateamento dos órgãos de fiscalização), os dados para a região

semiárida mostram que os conflitos desse tipo obtiveram um aumento de 84% na década de 2010-2019 quando comparados com a década de 2000-2009.

A intensa exploração do trabalho indica que o capitalismo emprega quaisquer relações de produção para promover sua expansão no campo. Como no passado, os sujeitos posicionados em nível hierárquico inferior na estrutura social do semiárido brasileiro continuam submetidos diretamente às relações de dominação de classe, àqueles que detêm o domínio sobre o território onde o trabalho se realiza.

Os conflitos trabalhistas dos tipos Superexploração e Trabalho Escravo registrados pela CPT ocorrem em fazendas e em propriedades de empresas privadas que podem desempenhar tanto relações de trabalho do tipo assalariado quanto do tipo parceria. Alguns registros foram feitos até em fazendas onde os camponeses produziam culturas típicas de autoconsumo, como feijão e mandioca.

Contudo, parte considerável dos conflitos trabalhistas ocorre em fazendas ou propriedades que denotam a exploração do trabalho assalariado em culturas comerciais de exportação, como é o caso da fruticultura irrigada no polo Juazeiro-Petrolina (Bahia-Pernambuco) e das monoculturas de soja e eucalipto no Oeste Baiano, região também inserida na área do MATOPIBA. Estes conflitos estão ligados sempre ou à Superexploração ou ao Trabalho escravo.

Ainda com base nos dados da CPT para conflitos trabalhistas entre 1996 e 2020 os setores produtivos ligados ao extrativismo como a carvoaria, a extração da matéria-prima dos carnaubais, a produção de sisal e a mineração também se caracterizam por registrarem conflitos envolvendo intensa exploração do trabalho. São setores que pelo próprio sistema produtivo demandam vigoroso emprego de força de trabalho, possibilitando que o proprietário da terra explore o trabalhador de maneira constantemente intensa. Os estados da Bahia, Minas Gerais e Piauí são exemplos nítidos dos conflitos envolvendo trabalho escravizado na produção extrativista.

Além disso, outros serviços que não são necessariamente voltados à produção agropecuária também registram conflitos de Superexploração e Trabalho escravo. Como evidencia Silva *et al.* (2008):

O trabalho escravo está ligado a várias outras atividades relacionadas ao desenvolvimento do capitalismo no campo (...). Assim, coexistem lado a lado relações escravistas nas atividades de limpeza de pasto, no plantio de capim, nas carvoarias, no desflorestamento, no reflorestamento, em plantações de tomate, café, algodão e soja (SILVA *et al.*, 2008, p. 125).

Por ser desempenhado tanto em atividades agropecuárias e extrativistas quanto em atividades auxiliares à produção o trabalho escravizado é o tipo de conflito trabalhista de maior recorrência no semiárido brasileiro entre 1996 e 2020, sobretudo na última década. Enquanto os demais tipos de conflito, em sua maioria, possuem um único registro em inúmeros municípios da região, os conflitos do tipo Trabalho escravo possuem vários registros no mesmo município e na mesma propriedade. Portanto, esse tipo de conflito detém a característica de forte recorrência no tempo e no espaço.

Ainda observando a Figura 22 e a Tabela 5 podemos perceber o quanto são inexpressivos (quantitativamente) os conflitos trabalhistas dos tipos Ações de resistência e Desrespeito trabalhista no semiárido brasileiro. O primeiro tipo está ligado a greves e demais formas de manifestação por melhores condições de trabalho, como salário e jornada. Já o segundo tipo se refere ao descumprimento contratual do regime de trabalho, estando mais associado ao trabalho assalariado. Ambos possuem apenas 4% e 3%, respectivamente, do total de conflitos trabalhistas registrados.

Entretanto, embora os dados não demonstrem grande quantidade de registros dessa categoria de conflitos em comparação aos conflitos por terra e por água percebemos que os conflitos trabalhistas ainda são registrados até os dias atuais (2019 foi o ano com maior registro!). Isso indica que as relações de trabalho no campo ainda estão submetidas aos ditames da exploração por parte das classes dominantes, como no passado; a diferença é que a hegemonia da exploração agora é determinada pelo modo de produção capitalista propriamente dito.

4.3 A multidimensionalidade dos conflitos territoriais no semiárido brasileiro

Os conflitos territoriais se constituem como condição *sine qua non* da formação territorial do semiárido brasileiro e acompanham toda a história da região em seus diferentes períodos. Não é de se estranhar que esse processo perdure até os dias atuais. O que devemos ressaltar é que em cada período histórico os conflitos territoriais possuem configurações espaço-temporais que se diferenciam entre si, resultado das transformações evidenciadas na estrutura social do semiárido, as quais foram debatidas nos capítulos anteriores.

No século XXI a estrutura social da região possui um caráter muito complexo dada a diversificação de sujeitos, agentes, processos e fenômenos que identificamos no decorrer de sua formação territorial. Ao mesmo tempo em que as classes dominantes continuam sendo representadas pelos capitalistas (em maior grau) e latifundiários o

campesinato detém uma multiplicidade de grupos e sujeitos que se organizam politicamente e agem no sentido de defender seus territórios e conquistar novos.

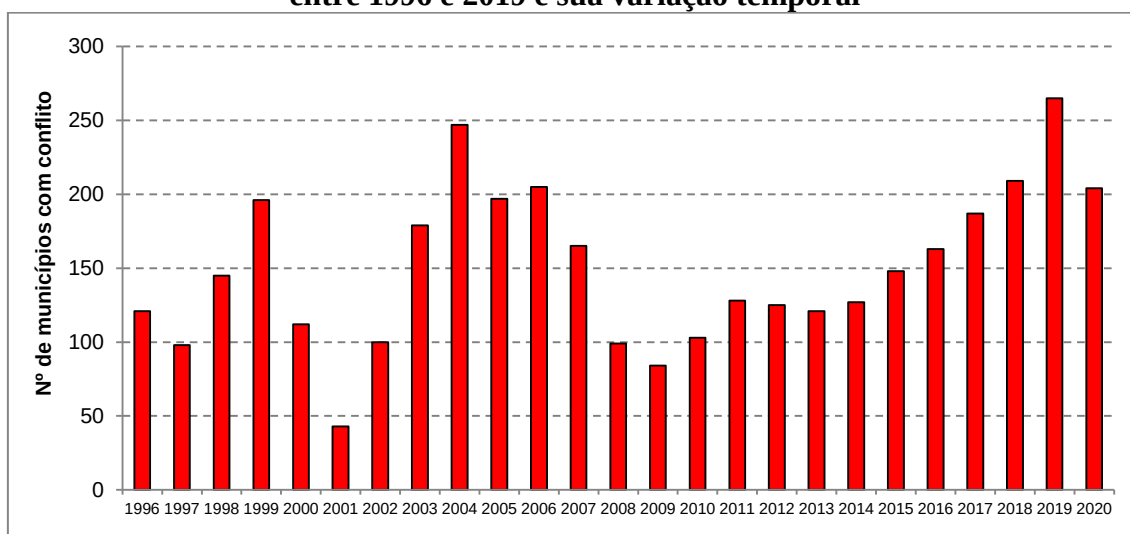
Essa estrutura social possui uma composição praticamente igual àquela evidenciada na segunda metade do século XX na região. Uma das principais diferenças, no entanto, é uma maior participação das comunidades tradicionais, como fundo e fecho de pasto, geraizeiros e ribeirinhos, e a retomada dos povos originários e dos quilombolas nos conflitos territoriais, resistindo de maneira mais explícita, visto que seus respectivos territórios são constantemente ameaçados pela produção capitalista.

Como ocorreu na segunda metade do século XX, os processos de territorialização no semiárido brasileiro continuam a se manifestar através de duas grandes formas: pelas tentativas de territorialização das empresas capitalistas e dos latifundiários, com aval do Estado, sobre os territórios do campesinato, com sujeitos que resistem a essas investidas; e ao mesmo tempo, pelas tentativas de territorialização desse campesinato sobre as áreas controladas pelas empresas capitalistas e latifundiários, que usurparam esses territórios ao longo de toda a história da região.

Portanto, esse processo simultâneo de territorialização dos diferentes sujeitos, com seus respectivos interesses, é o que nos ajuda a explicar a continuidade da ocorrência de conflitos territoriais no semiárido do Brasil. E somado a isso, também percebemos a manifestação de conflitos produzidos diretamente pelo Estado, por suas ações empenhadas em estabelecer as bases para a expansão do capitalismo no campo. Podemos observar, com base na Figura 24, como os conflitos territoriais se manifestam nos municípios⁴⁸ da região semiárida ao longo dos anos.

⁴⁸ Os dados que apresentamos referentes aos conflitos territoriais no semiárido brasileiro dizem respeito à soma das categorias conflitos por terra, por água e trabalhistas em cada município da região entre 1996 e 2020. Se o município registrou pelo menos um conflito em toda a série de dados ele foi incluído nesse somatório. Lembramos que as categorias conflitos por terra e trabalhistas possuem dados a partir de 1996, enquanto que a categoria conflitos por água possui dados somente a partir de 2002.

Figura 24. Municípios do semiárido brasileiro que registraram conflito territorial entre 1996 e 2019 e sua variação temporal



Fonte: elaboração própria com base em CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT (2021).

A Figura 24 nos apresenta os números totais dos conflitos territoriais no semiárido brasileiro com a junção das categorias terra, água e trabalhistas. Apresentamos esses resultados para demarcar nosso entendimento que o território é concebido por várias dimensões que estão intrinsecamente interligadas no âmbito da disputa territorial. No tópico anterior realizamos um esforço de discutir essas categorias de conflito de maneira separada apenas para evidenciar determinadas especificidades que se manifestam durante a disputa pelo território. Contudo, em muitos casos os conflitos são produzidos pela tentativa de territorialização com a apropriação de vários elementos do território ao mesmo tempo, como terra, água, minérios, trabalho, vento, sol e assim por diante.

Compreendemos a expansão do capitalismo no semiárido brasileiro no século XXI através da articulação entre os setores econômicos territorializados no espaço agrário da região, como expusemos anteriormente. Essa é a principal característica do campo semiárido do Brasil na atualidade, experimentando o pujante avanço da mineração e energias alternativas, próprios do referido século, ao lado da tradicional produção agrícola capitalista (agora agronegócio propriamente dito) e das grandes obras de infraestrutura. Avanço esse que, novamente reforçamos, ocorre sobre o território ocupado pela classe camponesa com a tutela do Estado.

Observando a Figura 24 podemos identificar dois momentos de manifestação dos conflitos territoriais no período analisado: de 1996 a 2008 e de 2009 a 2020. Os conflitos ocorridos até o ano de 2008 possuem uma participação dos conflitos por terra na imensa maioria dos municípios registrados. Foram os conflitos produzidos nos

mandados dos governos dos presidentes Fernando Henrique e Lula da Silva (mencionados anteriormente) e estavam muito vinculados à expansão das *commodities* em algumas áreas pontuais do semiárido brasileiro e às disputas fundiárias pela propriedade rural entre latifundiários e pequenos proprietários, posseiros, comunidades tradicionais, sem terra e povos originários. De igual importância são os conflitos registrados em virtude das obras do PISF a partir de 2005, estes sendo produzidos diretamente pelo Estado.

Esse foi um período de intensa ação dos movimentos sociais, sindicatos e demais organizações com atuação no campo, como MST, MPA, STR diversos, CONTAG e CPT, por exemplo. Os próprios relatórios *Conflitos no Campo – Brasil* desse período demonstram a efervescência da resistência do campesinato em todo Brasil, bem como no semiárido. Por isso voltamos a salientar que ao mesmo tempo em que o capitalismo busca se territorializar na região diversos sujeitos e grupos sociais organizados também disputam os territórios ocupados pela produção capitalista e pelo latifúndio.

Esse primeiro momento dos conflitos territoriais no semiárido também experimentou a criação (institucionalização) da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), em 1999, responsável por articular diversos movimentos sociais, associações, Organizações Não Governamentais (ONG), cooperativas e demais organizações sociais com atuação no espaço agrário da região. A ASA foi fundamental para o estabelecimento da Convivência com o semiárido como forma de resistência do campesinato na região. As entidades organizadas entorno da ASA foram tecendo um grau de articulação política cada vez mais intenso, culminando em processos de resistência em rede e se manifestando através dos conflitos registrados pela CPT nesse primeiro momento.

O ano de 2008, juntamente com o ano de 2009, contudo, registra uma diminuição significativa do número de municípios em conflito no semiárido brasileiro, reverberando também sobre o número de conflitos. Esses dois anos representam a passagem para o segundo momento em que os conflitos se manifestam na região. A partir do ano de 2010 percebemos uma tendência crescente no registro de municípios em conflito ao longo dos anos, chegando ao seu ápice em 2019. E mesmo que o ano de 2020 apresente uma redução considerável em comparação com 2019, os municípios em conflito no referido ano estão no mesmo patamar daqueles registrados em 2018. Essa é uma tendência que também se manifesta no número de conflitos propriamente ditos registrados no período.

Se voltarmos ao tópico sobre a análise da expansão capitalista no semiárido durante o século XXI podemos perceber que o crescimento de diversos tipos de mercadorias ocorre justamente na década de 2010. Algumas culturas agrícolas próprias das áreas de agronegócio registraram considerável aumento nessa década, resultando na territorialização da produção capitalista, como soja e milho no MATOPIBA, melancia, melão e uva nos perímetros irrigados e o eucalipto no norte de Minas Gerais. Além disso, a criação de camarão foi sendo incorporada em diversas áreas litorâneas e em vales de rios no Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte.

Concomitantemente, os números de processos minerários dispararam na década de 2010, indicando que novas áreas passaram a serem integradas à produção minerária capitalista. Por serem desenvolvidos na forma de grandes projetos em diversas áreas do semiárido brasileiro, a exemplo da Bahia e do Ceará, esses empreendimentos comumente provocam inúmeros danos para a natureza e para as populações locais impactados diretamente pelos processos produtivos dessa atividade. Esse fato impulsiona a emergência de conflitos os mais variados possíveis, podendo, inclusive, ser registrados nas três categorias principais de conflitos sistematizadas pela CPT.

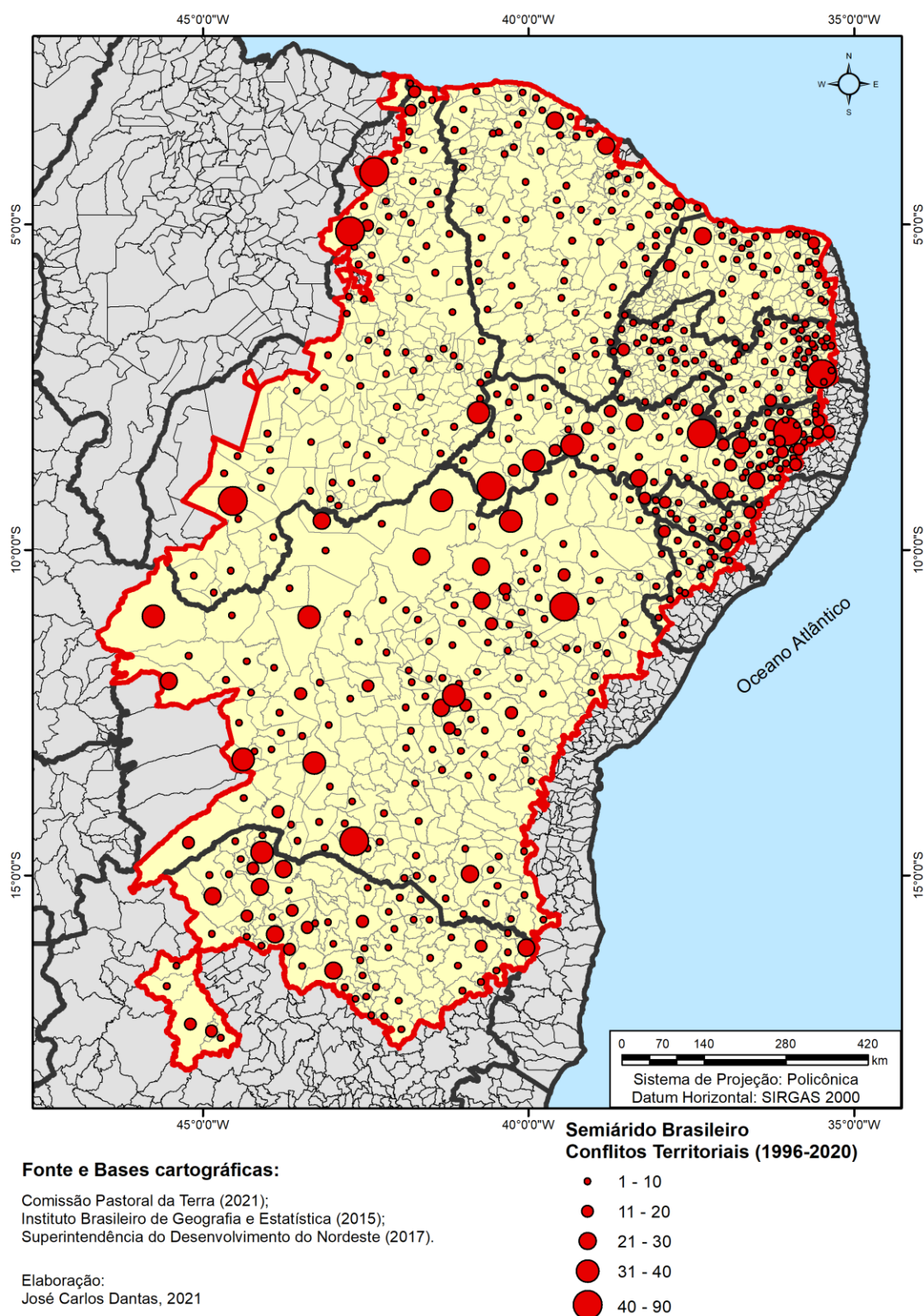
Ainda é importante mencionar o crescimento vertiginoso da produção de energia elétrica com fontes alternativas mediante a instalação de parques solares e eólicos, sobretudo estes últimos. Áreas que antes não despertavam o interesse da produção capitalista passaram a ser incorporadas na dinâmica produtiva do setor de energias alternativas. Os conflitos relacionados a esse setor ocorrem tanto por oposição das populações locais à instalação dos parques eólicos ou solares quanto por descumprimentos contratuais ou danos gerados pelas empresas de geração de energia após a instalação do parque. Com exceção de Sergipe, todos os estados que compõem o semiárido brasileiro possuem parques solares ou eólicos (ou os dois) em seus limites, reverberando também no registro de conflitos territoriais em diversas áreas onde esses parques se territorializam.

Por fim, também devemos ressaltar a importância das infraestruturas implementadas pelo Estado na região para permitir a expansão do capitalismo no campo e, ao mesmo tempo, para a produção de conflitos. As obras de infraestrutura hídrica e ferroviária figuram atualmente como empreendimentos de destaque na geração de conflitos promovidos diretamente pelo Estado em territórios de pequenos proprietários, comunidades tradicionais e povos originários. Dificilmente as obras do PISF e suas

complementares, bem como as ferrovias, não produzem conflitos com as populações locais nas áreas onde buscam serem instaladas.

O resultado de todo esse panorama de expansão capitalista é o registro de conflitos territoriais por todo o semiárido brasileiro. Como no passado a formação territorial da região é movida pela disputa de territórios entre sujeitos posicionados em classes sociais distintas, com interesses distintos: de um lado as classes dominantes buscando a territorialização por meio da violência e de outro a classe camponesa se territorializando mediante processos de resistência. E esse movimento se manifesta de maneira heterogênea no espaço e no tempo, a depender da intensidade dos processos de violência e resistência. A Figura 24 já demonstrou como os conflitos territoriais variam no tempo ao longo da região. Agora a Figura 25 apresenta a variação espacial dos referidos conflitos.

Figura 25. Geografia dos Conflitos territoriais no semiárido brasileiro entre 1996 e 2020



Fonte: elaboração própria com base em CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT (2021).

Com base na Figura 25 podemos perceber a espacialidade dos conflitos territoriais no semiárido brasileiro entre 1996 e 2020, bem como a intensidade da ocorrência de

conflitos em determinadas porções da região. Os dados da CPT mostram que 49% dos municípios semiáridos do Brasil estão em conflito. A intensidade dos conflitos, entretanto, nos indica que determinadas áreas da região estão em processo de disputa territorial mais acentuado do que outras. As diferenciações da espacialidade estão relacionadas às formas de expansão capitalista, ao grau de organização do campesinato, aos elementos em disputa que compõem os territórios, à ação do Estado e ao próprio processo histórico de formação territorial da região.

Como já mencionamos anteriormente compreendemos os conflitos através de uma abordagem territorial por entender que o território é constituído por diversas dimensões e elementos. A maneira como estas dimensões e elementos estão articulados nos diferentes territórios é a responsável por despertar o interesse dos sujeitos posicionados em classes sociais distintas e promover a disputa territorial. Logo, os conflitos que ocorrem no semiárido brasileiro dizem respeito à multidimensionalidade do território em disputa.

Quando uma empresa ou um conjunto de empresas privadas busca se territorializar em determinada área, por exemplo, ela possui interesse mútuo na apropriação dos elementos constituintes do território: na terra e na água para produção de monoculturas; na terra, nos minerais e na água para extração de mineral; na terra, na água e no vento para geração de energia elétrica com fonte eólica; e assim por diante.

No entanto, algumas áreas do semiárido brasileiro se sobressaem por possuírem características mais marcantes em alguns elementos que compõem os territórios em disputa. Ora os elementos terra e vento se sobressaem, ora os elementos água e terra se sobressaem, ora os elementos minerais e água se sobressaem, ora os elementos terra e floresta se sobressaem. Com base na Figura 25 podemos identificar algumas dessas áreas da região que apresentam maior intensidade dos conflitos e que possuem determinadas características que ganham evidência no processo de disputa pelo território.

As áreas que apresentam considerável disponibilidade hídrica no semiárido brasileiro se caracterizam por serem áreas de atração para a produção capitalista em seus diversos setores. Tanto áreas que naturalmente possuem disponibilidade hídrica, como vales de rios e aquíferos, são focos de expansão do capitalismo quanto áreas que possuem disponibilidade hídrica através de obras de infraestrutura, como açudes, perímetros irrigados e canais de integração de bacias hidrográficas.

Podemos destacar os vales dos rios São Francisco (todos os estados que o compõem), Parnaíba (Piauí) e Piranhas/Açu (Paraíba/Rio Grande do Norte), como áreas de interesse de empresas privadas que objetivam o acesso a terra e à água para produção comercial (para o mercado interno e externo) de monoculturas de grãos, fruticultura, piscicultura e carcinocultura e até empreendimentos turísticos. Os municípios de Petrolina (Pernambuco) e Manga (Minas Gerais), ambos no vale do rio São Francisco, e Barras, vale do rio Parnaíba, estão entre os municípios mais conflituosos do semiárido brasileiro registrando 51, 33 e 43 conflitos territoriais, respectivamente. Petrolina, inclusive, é o terceiro município mais conflituoso da região semiárida. Não atoa é um dos maiores produtores do setor do agronegócio, com forte produção de frutas.

A Chapada do Apodi (oeste do Rio Grande do Norte e leste do Ceará) e as áreas litorâneas próximas também são porções da região que possuem significativa disponibilidade hídrica pela existência de aquíferos e onde famílias de pequenos proprietários e de assentados rurais resistem à territorialização de empresas da fruticultura irrigada e do setor mineral que se expandem por esta porção do semiárido. As áreas litorâneas também estão intensamente submetidas ao avanço do setor de energia elétrica com os parques eólicos. Os municípios de Mossoró e Apodi, ambos no Rio Grande do Norte, registraram 30 e 19 conflitos territoriais, respectivamente, e se destacam nessa porção do semiárido.

Há também certa intensidade de conflitos territoriais em áreas de grandes obras hídricas, como é o caso dos conflitos nos municípios de entorno dos açudes Acauã, Coremas/Mãe D'água e Engenheiro Ávidos no estado da Paraíba. Muitos destes conflitos foram provocados por impedimento de acesso à água, problemas com o reassentamento de famílias expropriadas e até pela disputa territorial de áreas para a produção agrícola entre empresas privadas e pequenos proprietários. O quarto município mais conflituoso do semiárido brasileiro entre 1996 e 2020 é Mogeiro, registrando 49 conflitos territoriais. Esse município fica próximo ao açude Acauã, área que registra muitos conflitos no estado da Paraíba por efeito da expropriação de centenas de famílias para construção do reservatório e que não foram reassentadas ou foram reassentadas inadequadamente.

Muitos conflitos territoriais são produzidos, ainda, em virtude da ação do Estado em implementar grandes projetos de desenvolvimento que impactam diretamente a classe camponesa e que são implantados com o objetivo de permitir a territorialização dos empreendimentos capitalistas em seus diversos setores.

Podemos destacar o PISF nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, que produziu especulação fundiária em áreas no entorno das obras e fomentou a produção do agronegócio, e a Ferrovia Transnordestina nos estados do Piauí, Ceará e Pernambuco, que está sendo construída com o objetivo de escoar a produção agropecuária e mineral para os portos de Suape (Pernambuco) e Pecém (Ceará) e atender ao mercado internacional. Vários municípios do estado de Pernambuco registraram conflitos ocasionados pelas obras do PISF, a exemplo do município de Cabrobó que registrou 31 conflitos territoriais entre 1996 e 2020. Além disso, o município de Curral Novo do Piauí registrou 36 conflitos territoriais no período analisado, muitos como resultado das obras da Ferrovia Transnordestina e da tentativa de territorialização de empresas do setor mineral.

Outra porção do semiárido brasileiro que podemos destacar com a intensidade de conflitos territoriais é a área da Chapada Diamantina, na Bahia. Historicamente esta é uma área impactada pela atividade mineral. Porém, a instalação de parques eólicos para geração de energia elétrica está promovendo inúmeros conflitos entre as empresas de geração de energia e comunidades tradicionais, como fundos e fechos de pasto, e famílias de pequenos proprietários. Nesta porção do estado da Bahia destacam-se os municípios de Wagner e Lençóis como os mais conflituosos, os quais registraram, respectivamente, 34 e 21 conflitos territoriais.

A porção centro-sul da Bahia, nas proximidades dos municípios de Caetité e Pindaí, se destaca pela intensidade dos conflitos gerados pela instalação de parques eólicos e pela produção mineral. Mais um exemplo de comunidades tradicionais e famílias de pequenos proprietários que são ameaçadas de desterritorialização com o avanço do capitalismo no campo. Além disso, muitos conflitos por água foram registrados também nessa região, sobretudo no município de Pindaí, relacionados ao impedimento de acesso à água pelas populações locais. O resultado desses processos é que os municípios dessa porção do estado da Bahia registram os maiores números de conflitos territoriais de toda a região semiárida: Caetité com 88 conflitos e Pindaí com 80 conflitos, sendo os dois municípios mais conflituosos.

Há ainda a porção do norte de Minas Gerais nas proximidades dos municípios de Grão Mogol e Rio Pardo de Minas que também são ameaçadas com a territorialização de empresas de mineração e de produção de eucalipto. Afora a territorialização promovida pela monocultura do eucalipto em todo o norte de Minas Gerais as comunidades de geraizeiros também vêm sendo ameaçadas com a construção de um

grande empreendimento denominado Projeto Bloco 8. O município de Grão Mogol, por exemplo, registrou 25 conflitos territoriais entre os anos de 1996 e 2020 e é um dos municípios mais conflituosos do norte de Minas Gerais. Grande parte dessa porção do semiárido registra conflitos em virtude de disputas fundiárias e da expansão das produções do agronegócio e mineração e, mais recentemente, de parques solares.

É importante destacar os conflitos territoriais produzidos pela expansão territorial do agronegócio nos municípios inseridos no MATOPIBA e seus adjacentes. A área do MATOPIBA apresenta forte intensidade de conflitos, sendo que alguns municípios estão entre os mais conflituosos do semiárido brasileiro. Os incentivos financeiros e a flexibilização legislativa praticadas pelo Estado, que objetivam impulsionar a produção de *commodities* agrícolas, é nitidamente percebida nessa área.

A produção de soja, milho, cana-de-açúcar e eucalipto nessa área ameaça o modo de vida da classe camponesa e a obriga a construir formas de resistência para defender seus territórios dos empreendimentos capitalistas. Os conflitos territoriais produzidos por este processo resultaram no registro de 52 conflitos no município de Bom Jesus (Piauí) e 34, 32 e 27 conflitos, respectivamente, nos municípios baianos de Formosa do Rio Preto, Santa Maria da Vitória e Barreiras.

Por fim, é imprescindível que destaquemos todo o semiárido pernambucano como o estado mais conflituoso da região semiárida: 75% do semiárido desse estado registrou conflitos territoriais entre 1996 e 2020. Dada à diversidade com que a expansão do capitalismo ocorre no espaço agrário desse estado o resultado é a produção de uma diversidade de conflitos pela resistência do campesinato às investidas dos setores do agronegócio, da mineração, das energias alternativas e das infraestruturas que se instalam no estado.

É importante ressaltarmos que as áreas mencionadas logo anteriormente são aquelas que identificamos as maiores intensidades de conflitos na região. Isso não diminui as diversas formas de violência sofridas pelo campesinato localizado em outras partes do semiárido brasileiro. Diversos municípios passam a serem incorporados a cada ano à conflitualidade inerente ao processo de formação territorial da região.

Objetivamos aqui apenas destacar algumas áreas que nos ajudam a compreender as espacialidades e temporalidades que os conflitos territoriais possuem no semiárido brasileiro e como a diversidade de sujeitos em suas respectivas classes, as características locais/regionais, a ação do Estado, os processos e os fenômenos promovem também uma diversidade de conflitos em diferentes intensidades de ocorrência.

No capítulo seguinte tentamos adentrar na essência dos conflitos territoriais produzidos no semiárido brasileiro e discutir suas principais características a partir de todo o processo histórico de formação territorial da região. Tentamos evidenciar as principais formas de violência praticadas pelas classes dominantes e as formas de resistência desenvolvidas pelo campesinato. Entendemos que os embates entre violência e resistência é o ponto chave da produção dos conflitos territoriais.

4.4 Síntese do capítulo

Neste capítulo objetivamos debater como ocorre a expansão do capitalismo no campo do semiárido brasileiro e os conflitos territoriais resultantes desse processo. Para isso, trabalhamos com uma série de bibliografias que estudaram o avanço da produção capitalista em diversas áreas da região, bem como utilizamos relatórios técnicos e dados secundários para subsidiar a análise.

Além disso, apresentamos a sistematização dos dados publicados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) através dos relatórios *Conflitos no Campo – Brasil*, os quais mostram registros anuais de conflitos no campo brasileiro envolvendo diferentes sujeitos e regiões do país. Desse modo, sistematizamos e apresentamos dados de conflitos territoriais nos municípios que pertencem ao semiárido brasileiro entre os anos de 1996 e 2020.

Uma ressalva que devemos fazer é a que, como expõe a CPT em todos os relatórios, estes dados não exprimem a totalidade dos conflitos existentes no campo brasileiro (no nosso caso, no campo do semiárido brasileiro), pois a pastoral possui dificuldades para o acompanhamento e registro dessa totalidade. Ainda assim os *Conflitos no Campo – Brasil* se constituem como verdadeiros *Raio X* da violência no espaço agrário brasileiro. É um potente instrumento para a análise e denúncia das práticas de violência empreendidas pelas classes de capitalistas e latifundiários em aliança com o Estado. Práticas que se expressam de diversas formas e produzem as diversas materializações dos conflitos territoriais no semiárido brasileiro.

Para tentar auxiliar na leitura dos conflitos que ocorreram nesse período de tempo na região organizamos os dados em quatro categorias: a) conflitos por terra; b) conflitos por água; c) conflitos trabalhistas; e d) conflitos territoriais. Esta última categoria é a junção dos conflitos registrados nas demais.

Percebemos, com a sistematização dos dados, como os conflitos territoriais continuam a ser parte inerente à formação territorial da região semiárida do Brasil,

ajudando a conformar sua estrutura social. Por isso afirmamos que os conflitos territoriais são uma das principais características de toda a história do semiárido brasileiro. Talvez o fenômeno mais antigo que nunca foi superado.

Como também já mencionamos, os conflitos territoriais no semiárido brasileiro possuem diferentes configurações de acordo com seu período histórico e os locais onde são produzidos. Essas diferenciações são respostas das transformações na estrutura social da região, no interior da luta de classes, nas ações do Estado, nas características do modo de produção vigente e na conjuntura política. Portanto, os conflitos territoriais produzidos atualmente estão relacionados à expansão do capitalismo no campo em seus diversos setores que se combinam para disputar territórios com o campesinato.

A diversidade de conflitos territoriais registrados pela CPT exprime esse processo de expansão do capitalismo no campo em diferentes setores, todos impulsionados pelo Estado. As diversas características locais e a multiplicidade de sujeitos que vivem no semiárido brasileiro produzem a diversidade de conflitos que analisamos. Determinadas áreas apresentam determinadas características na produção dos conflitos. Porém, todas estas áreas estão unidas por um só processo: a disputa pelo território em sua multidimensionalidade.

Compreender como as diferentes dimensões e elementos do território se articulam para produzir os conflitos pode ser a chave para entender a gênese e desenvolvimento dos conflitos territoriais no semiárido brasileiro. Isso pode nos ajudar a compreender como a aliança entre capital e Estado age para ameaçar cada vez mais o modo de vida dos camponeses que resistem em seus variados territórios e que também promove a disputa territorial nas áreas dominadas pelas classes dominantes da região.

CAPÍTULO V

CONFLITOS TERRITORIAIS: TERRITÓRIOS, TERRITORIALIZAÇÕES E TERRITORIALIDADES

Neste capítulo apresentamos uma discussão acerca da produção dos conflitos territoriais no semiárido brasileiro. O que move a discussão é a seguinte questão: o que explica a ocorrência dos conflitos territoriais na região até hoje? Tentamos responder essa questão a partir da consideração das diferentes formas de territorialização manifestadas pelos diferentes sujeitos posicionados em classes sociais distintas.

As formas de territorialização imprimem distintas territorialidades no território, pois os sujeitos que constroem essas territorialidades desenvolvem relações sociais diferentes no território. As territorialidades são consideradas no âmbito da multidimensionalidade do território, estando suas dimensões articuladas entre si.

Também entendemos que o território é formado por diversos elementos, os quais despertam o interesse dos sujeitos, podendo ser utilizados para garantir a acumulação de capital, de um lado, ou a reprodução social da vida, de outro. Em outras palavras: como as classes dominantes amparadas pelo Estado e o campesinato disputam o território com o objetivo de perpetuar a sua existência.

Com isso, a ação dos sujeitos com seus respectivos interesses antagônicos são os responsáveis pela produção dos conflitos territoriais no semiárido brasileiro. Essas ações correspondem a práticas de violência e de resistência. A violência é praticada pelas classes dominantes em aliança com o Estado. Por outro lado, as práticas de resistência são desenvolvidas pelo campesinato.

Os conflitos territoriais que analisamos são materializados nas formas apresentadas nos capítulos anteriores, tendo como pano de fundo o movimento da luta de classes no campo. Tentamos utilizar os conflitos produzidos em toda a história do semiárido brasileiro para refletir sobre as condicionantes responsáveis por produzi-los.

O objetivo deste capítulo é, portanto, produzir uma reflexão teórico-conceitual acerca dos conflitos territoriais através de uma leitura geográfica, tendo como base a explicitação dos fatores responsáveis pela produção dos conflitos territoriais referidos anteriormente. Nos pautamos para elaborar esta reflexão os trabalhos de campo realizados e os dados secundários apresentados, além, obviamente, da literatura sobre o tema a qual estamos nos amparando.

5.1 Território em disputa: dimensões e elementos

Analizamos nos capítulos anteriores o processo histórico da produção de conflitos territoriais no semiárido brasileiro através dos movimentos de territorialização empreendidos pelos diferentes sujeitos posicionados em classes sociais distintas. Tentamos evidenciar como a formação territorial da região é movida pela disputa territorial. Esse panorama nos direciona para a seguinte questão: por que os territórios são disputados por diferentes sujeitos?

Para responder a essa questão precisamos ressaltar de início que os territórios não são espaços estáticos, mas sim dinâmicos. São formados por dimensões e elementos que interagem entre si através das ações desempenhadas pelos sujeitos em seus limites. Dimensões e elementos que não podem ser consideradas de maneira homogênea, como se todos os territórios possuíssem características iguais, senão sob um caráter espacial e temporalmente diverso. Um território nunca é igual ao outro. E um mesmo território pode ter suas características modificadas a depender das ações dos sujeitos sobre ele ao longo do tempo.

Os territórios são formados pelas relações sociais desenvolvidas pelos sujeitos. De acordo com Raffestin (1993), essas relações são carregadas de poder e responsáveis por determinar a territorialidade correspondente ao território formado, mediante sua alteridade com os demais territórios. A territorialidade camponesa, por exemplo, é definida em contraposição à territorialidade capitalista. Se toda territorialidade que existisse fosse camponesa então não existiria a territorialidade camponesa, mas apenas a territorialidade. E estas territorialidades se diferenciam entre si pelas relações sociais que são concretizadas nos territórios, carregadas de poder.

Compreendemos a territorialidade como o caráter dinâmico do território. A territorialidade expressa as variadas relações estabelecidas pelos sujeitos por meio das diversas dimensões que compõem o território. Como destaca Delaney (2005), a “territorialidade, entendida neste sentido relacional, trata o território menos como uma ‘coisa’ inerte e mais como um aspecto das variadas dimensões da vida social” (DELANEY, 2005, p. 15, tradução nossa). Desse modo, concebemos a territorialidade associada à multidimensionalidade do território.

De acordo com Fernandes (2008) a multidimensionalidade do território corresponde às diversas dimensões que o compõem e interagem entre si, sendo expressas nas ações dos sujeitos. Da mesma maneira “a territorialidade adquire um

valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral” (RAFFESTIN, 1993, p. 158). Para nós, a multidimensionalidade do território se manifesta através de sua territorialidade, pois as relações estabelecidas entre os sujeitos expressam as dimensões que compõem o território.

As dimensões que julgamos compor o território, em consonância com Fernandes (2008), são a econômica, social, política, natural e cultural, todas interligadas entre si e manifestadas pela territorialidade. Como o território reflete as características das relações sociais que o formaram algumas dessas dimensões podem ser mais enfatizadas do que outras a depender de como a territorialidade se constitui. Em um território marcado pela monocultura, por exemplo, as dimensões econômica e natural se sobressaem por esse espaço estar voltado unicamente para acumulação de capital. As formas como essas duas dimensões se expressam são o trabalho assalariado (econômica) e o solo, a água e o sol (natural). Ambas as dimensões desse território se combinam e constituem uma territorialidade caracterizada pela produção capitalista, onde o lucro é sua razão de ser.

De modo antagônico podemos compreender o território de uma comunidade de fundo e fecho de pasto através de uma territorialidade que manifesta todas as dimensões do território: a econômica corresponde ao trabalho familiar e ao uso comum da terra; a social se traduz nas práticas de sociabilidade entre os sujeitos; a política diz respeito aos acordos firmados coletivamente para o uso do território e sua defesa contra possíveis tentativas de expropriação; a natural corresponde ao solo, água e biodiversidade que permitem a realização do trabalho e a qualidade de vida dos sujeitos; e a cultural é representada pela identidade construída nos sujeitos e seu sentimento de pertencimento com o território.

Com isso, percebemos que a territorialidade é caracterizada pelas relações sociais que formaram o território e que lhe dão movimento. A territorialidade é responsável por atribuir significado ao território (DELANEY, 2005; HAESBAERT, 2007). Por isso frisamos que nenhum território é igual a outro, pois cada qual é formado por determinadas relações sociais, carregadas de poder, e imprimem uma territorialidade própria a este por meio de sua multidimensionalidade.

Quando um conflito territorial ocorre em um determinado espaço o que se percebe são as relações de poder dos diferentes sujeitos manifestadas por suas respectivas territorialidades, uma buscando a destruição ou submissão da outra (RAFFESTIN,

1993). Nesse ponto defendemos que a disputa pelo território tem como resultado principal a tentativa de negação e substituição de uma territorialidade por outra. Um território pode ser disputado por diferentes sujeitos ou grupos a partir de seus interesses em imprimir uma territorialidade sobre esse espaço. Esses interesses dizem respeito às características fundantes desse território, ou seja, aos elementos que o compõem.

Um território não passa por um processo de disputa simplesmente pela sua apropriação em si mesmo. A disputa acontece por efeito dos elementos que o constituem e permitem a reprodução social da classe camponesa ou a acumulação de capital, por exemplo. Os elementos do território constituem a sua materialidade, sua concretude. E da mesma maneira que as suas dimensões estão interligadas e se expressam na territorialidade os elementos do território não podem ser concebidos senão sob um caráter integrado.

A disputa territorial ocorre, assim, por efeito das potencialidades que o território detém para permitir a reprodução social, no caso do campesinato, e a acumulação de capital, no caso da empresa capitalista e do latifundiário em aliança com o Estado. Essas potencialidades são materializadas pelos elementos que compõem o território, que podem ser sociais ou naturais. No caso do semiárido brasileiro identificamos os principais elementos que compõem os territórios da região como sendo terra (solo), força de trabalho, água, vento, minerais, sol, vegetação, posição geográfica e relevo⁴⁹. Acreditamos que esses elementos se constituem como condição *sine qua non* para o processo histórico de disputa territorial na região.

Além disso, os elementos do território são apropriados de diferentes formas a depender dos interesses do sujeito ou grupo que busca apropriá-los. A forma de apropriação dos elementos atribui um determinado significado ao território, pois está intrinsecamente associada à territorialidade que se forma no território. Por isso entendemos a territorialidade como a expressão das relações sociais consideradas no cerne da multidimensionalidade do território, se materializando na forma como os sujeitos se apropriam e se relacionam com seus elementos.

Incalculáveis são as formas de apropriação dos elementos do território desempenhadas pela multiplicidade de sujeitos que induzem o processo de formação territorial. Podemos considerar duas formas principais de apropriação dos elementos do território no semiárido brasileiro: a reprodução social e a acumulação de capital. Cada

⁴⁹ Isso não quer dizer que nos territórios que compõem a região semiárida não existam outros. Mencionamos estes apenas por ter sido aqueles que conseguimos identificar ao longo da pesquisa.

qual é desempenhada por sujeitos posicionados em classes sociais distintas. Examinemos esse fenômeno concretamente.

A porção sudeste do estado do Piauí vem despertando o interesse de empresas do setor mineral nos últimos anos, como aponta Sousa (2021), resultado do processo de expansão capitalista no campo que debatemos no capítulo anterior. Mais precisamente nos municípios de Curral Novo do Piauí, Paulistana e Simões o governo piauiense em aliança com a empresa Brasil Exploração Mineral S.A. (BREMISA) tenta instalar o projeto Planalto Piauí, que tem por objetivo extrair minério de ferro em áreas desses municípios. O Planalto Piauí é um exemplo crasso de um grande projeto de desenvolvimento implementado por agentes de outras escalas espaciais, não sendo demandado, portanto, pelas populações locais.

Em pesquisa de campo visitamos em janeiro de 2020 as comunidades rurais Lagoa do Ovo, Manga Velha e Palestina, as quais estão sendo ameaçadas de sofrer inúmeros danos caso o projeto Planalto Piauí se concretize. São dezenas de famílias que vivem nessas comunidades e que estão com seus respectivos territórios sendo disputados pela BREMISA, sem contar as famílias que vivem em comunidades vizinhas e que também estão ameaçadas.

As famílias que vivem nessas comunidades se constituem enquanto pequenas unidades camponesas e utilizam a agricultura como principal forma de reprodução social. São cultivadas culturas alimentares para autoconsumo, além de culturas para comercialização, como o algodão. Também existe a criação de animais para autoconsumo e comercialização pelas famílias. A Figura 26 demonstra o espaço de uma residência pertencente à comunidade Manga Velha, onde são desenvolvidas as atividades agropecuárias mencionadas logo anteriormente. Também é possível identificar já a tentativa de territorialização da produção capitalista no território, sendo representada pelos pontos de sondagem de minério.

A terra (solo), a água, vegetação e a própria força de trabalho foram os principais elementos que identificamos nos territórios das comunidades e que são apropriados pelas famílias na forma de permitir sua reprodução social. São famílias com seus respectivos modos de vida em convivência com o ambiente semiárido, se adaptando à dinâmica natural da região.

Figura 26. Ponto de sondagem de minério em Manga Velha, município de Curral Novo do Piauí - PI. Cerca de 30 metros ao fundo uma residência da comunidade



Fonte: Pesquisa de campo, acervo do autor (2020).

De maneira antagônica a BREMISA busca se territorializar sobre as referidas comunidades na busca de realizar a exploração de minério de ferro que existe no subsolo dessas áreas. Nesse caso os principais elementos a serem apropriados pela empresa mineradora são a terra, os minerais, a água, a força de trabalho (que poderá ser incorporado no processo de extração mineral) e a posição geográfica. Este último elemento é evidenciado pela proximidade dessas áreas com a ferrovia Transnordestina, que está sendo construída a poucos quilômetros dos locais estabelecidos para a extração do minério de ferro e facilitação do escoamento dessa produção.

A Figura 26 expõe um dos pontos de sondagem (bloco de concreto amarelo) instalados pela empresa para o levantamento de dados minerários e a posterior extração. É importante ressaltar que esses pontos de sondagem estão espalhados por vários locais das comunidades nas próprias áreas de produção que as famílias desenvolvem suas atividades agropecuárias. Isso quer dizer que o mesmo espaço físico pode ser utilizado sob diferentes maneiras a depender de quem o apropria. A territorialização da empresa minerária pressupõe a desterritorialização das famílias que vivem nas comunidades, pois não há como conciliar ambas as territorialidades no mesmo espaço físico.

Assim, a forma de apropriação dos elementos do território praticada pela BREMISA tem como objetivo a acumulação de capital com a extração do minério,

resultando em inúmeros danos para a população local. Em contrapartida, as famílias que vivem nas comunidades da área se apropriam dos elementos do território como forma de garantir sua reprodução social através das atividades agropecuárias de autoconsumo e comercialização.

Notemos que alguns elementos apropriados pelos diferentes sujeitos (famílias e empresa) são os mesmos, como a terra, a água e a força de trabalho. No entanto, a forma como estes sujeitos se apropriam desses elementos produzem territorialidades distintas e antagônicas, atribuindo significados distintos ao território. Isso porque a intencionalidades e finalidades dos sujeitos, que movem as suas formas de apropriação, são distintas. Vejamos outro caso.

A implementação do Projeto de Integração do rio São Francisco (PISF) a partir do ano de 2005 foi e é responsável pela produção de inúmeros conflitos territoriais nas áreas de construção das obras. Associadas ao PISF estão diversas outras infraestruturas hídricas implementadas pelos governos estaduais para ampliar a capilaridade de abrangência da oferta hídrica advinda das águas do rio São Francisco. Como debatido no capítulo anterior, essa ampliação da oferta hídrica significa a possibilidade de territorialização da produção capitalista em áreas que não dispõem do potencial hídrico necessário para os diferentes processos produtivos do agronegócio, mineração e energias alternativas.

Visitamos, também em janeiro de 2020, algumas comunidades rurais no sul do Ceará que foram e são danificadas pelas obras do PISF e pelo seu principal resultante no estado: o Cinturão das Águas do Ceará (CAC). Com o mesmo princípio do PISF, o CAC está sendo implementado pelo governo estadual amparado no discurso de ampliar o acesso à água da população em geral e promover o desenvolvimento econômico do estado (SILVA e NOBRE, 2016). Esse princípio, por sua vez, está sedimentado na ideologia de Combate à seca, que atribui os problemas sociais da região semiárida às irregularidades pluviométricas e mascara as relações de dominação de classe e seus respectivos interesses particulares, que atualmente se transfiguram na expansão do capitalismo no campo.

As comunidades rurais dessa porção do estado do Ceará se veem danificadas pela construção de canais de concreto, túneis e reservatórios que alteram substancialmente a dinâmica natural e social local, além do considerável desmatamento da vegetação e da diminuição da água disponível para a produção agropecuária das famílias. Visitamos, assim, as comunidades rurais São Miguel (Mauriti) e Baixio das Palmeiras (Crato), a

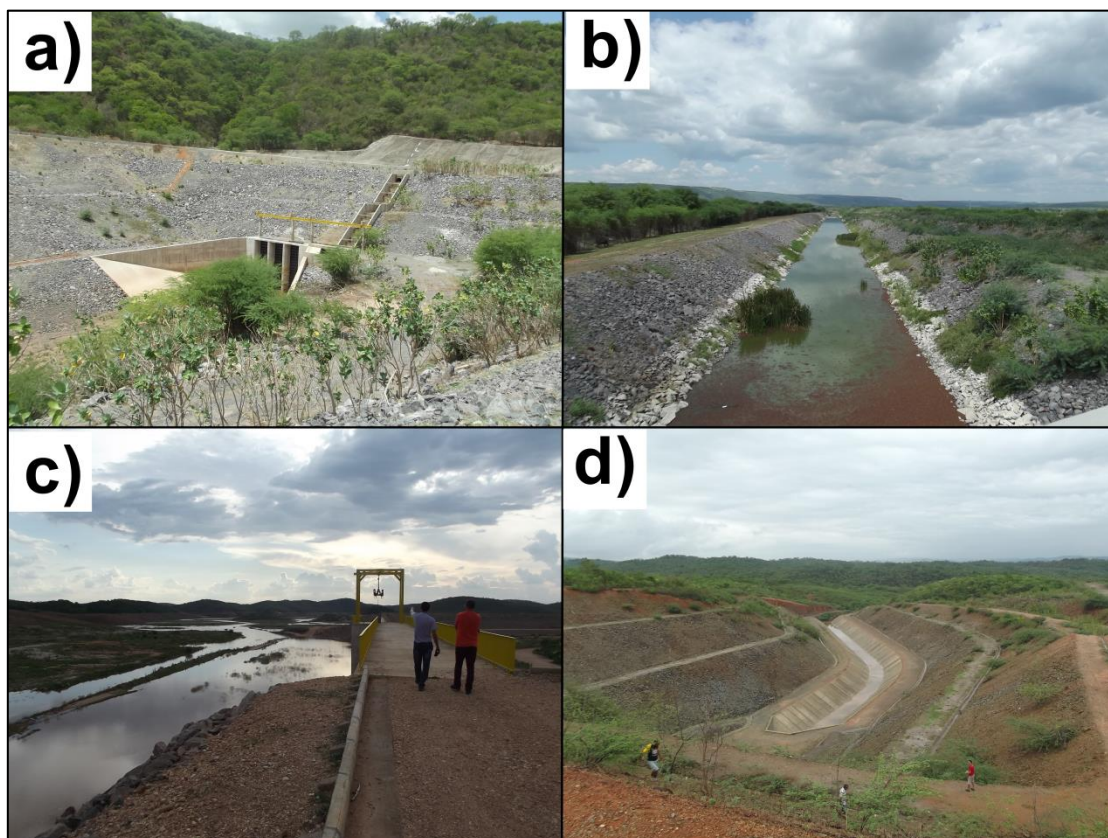
Vila Produtiva Vassouras (Brejo Santo) e o Assentamento 10 de Abril (Crato). Todas as comunidades têm em comum os danos sofridos pelas obras do PISF e do CAC.

As famílias que vivem nessas áreas possuem um modo de vida coordenado com a dinâmica natural da região semiárida, numa perspectiva semelhante ao que debatemos anteriormente nas comunidades do Piauí. A diferença principal das comunidades piauienses mencionadas é que o sul cearense possui naturalmente uma disponibilidade hídrica maior do que o sudeste do Piauí, fazendo com que as famílias desenvolvam atividades agropecuárias em seus territórios de acordo com as suas características.

Observamos a produção de diversas culturas agrícolas alimentares durante as visitas nas comunidades, tanto para autoconsumo quanto para comercialização local. Além disso, também existe a criação de animais para produção de derivados e para comercialização. As famílias que vivem nessas áreas se apropriam dos elementos do território com o objetivo de promover sua reprodução social através da utilização da água, da terra, da vegetação e da força de trabalho.

As territorialidades construídas pelas comunidades, no entanto, são ameaçadas com a construção das infraestruturas hídricas advindas das políticas estatais. A dinâmica local foi modificada em virtude das grandes estruturas construídas nos espaços das comunidades (Figura 27), danificando tanto o aspecto produtivo das famílias quanto os atributos naturais da paisagem.

Figura 27. Obras do PISF e CAC na Comunidade São Miguel (a e b), Riacho dos Porcos (c)⁵⁰ e Assentamento 10 de Abril (d)



Fonte: Pesquisa de campo, acervo do autor (2020).

Com base na Figura 27 é possível termos a noção do quão impactantes são essas obras para dinâmica social e natural local. No caso dos cortes a, b e d da Figura 27 observamos a construção de canais e túneis que transportaram as águas do rio São Francisco no âmbito do PISF (a e b) e do CAC (d). As famílias da Comunidade São Miguel e do Assentamento 10 de Abril não foram desterritorializadas com a instalação das referidas infraestruturas, mas sofreram vários danos, entre eles a diminuição da disponibilidade hídrica (contraditoriamente!), a privação de acesso a determinadas áreas, o desmatamento da vegetação nativa e o comprometimento de parte de suas respectivas produções agrícolas. É por esse fato que essas famílias estão em conflito.

Já as famílias da Vila Produtiva Vassouras foram desterritorializadas da área onde viviam no Riacho dos Porcos (corte c da Figura 27), município de Brejo Santo, e reassentadas na referida vila, onde as características da área são diferentes do Riacho dos Porcos. Anteriormente as famílias possuíam uma disponibilidade hídrica muito maior do que àquela existente na vila produtiva, impossibilitando o cultivo de

⁵⁰ O Riacho dos Porcos é o local onde as famílias reassentadas na Vila Produtiva Vassouras viviam e foram expulsas para a construção da Barragem dos Porcos, uma das obras do PISF.

determinadas culturas que praticavam antes. Além do mais, as famílias praticavam a pesca no riacho, a qual servia para o seu autoconsumo. Na Vila Produtiva Vassouras a disponibilidade hídrica é restrita, comprometendo a produção agropecuária das famílias.

Com efeito de todas essas alterações evidenciadas nas comunidades as suas respectivas territorialidades estão nitidamente ameaçadas, somando-se a elas o Baixo das Palmeiras que ainda não possui nenhuma infraestrutura construída, mas que já é aliciada pelo Estado. No caso da Vila Produtiva Vassouras percebemos a tentativa de destruição da territorialidade construída pelos sujeitos que viviam em seus territórios no Riacho dos Porcos.

Todos os danos identificados nas referidas comunidades fazem parte do processo de territorialização das infraestruturas descritas para possibilitar a produção capitalista em áreas com baixo potencial natural de oferta hídrica. Os conflitos gerados nesse processo são produzidos diretamente pelo Estado através de suas políticas desenvolvimentistas. A apropriação dos elementos do território realizadas nesse interim é diametralmente antagônica àquela realizada pelas famílias das comunidades prejudicadas.

A forma como os elementos do território são apropriados, nesse caso pelo Estado e posteriormente pela produção capitalista, estão vinculados aos interesses de promover a acumulação de capital. A terra, a água, o relevo (túneis e reservatórios) e a posição geográfica são apropriados como forma de estabelecer uma territorialidade subserviente ao modo de produção capitalista. O objetivo dessa territorialidade é acumular capital com a instalação de empreendimentos que exploram os elementos do território (por vezes até exauri-los) com a finalidade de obter a lucratividade desejada e perpetuar as relações de dominação de classe.

Aqui se repete a mesma lógica evidenciada no sudeste piauiense: a territorialização da produção capitalista em aliança com o Estado sobre os territórios da classe camponesa. O resultado desse processo é a destruição ou submissão de uma territorialidade sobre outra, o que por si só pressupõe a produção do conflito entre os sujeitos que disputam os territórios.

Portanto, compreendemos o processo de disputa territorial como sendo não apenas a apropriação do território em si mesmo, mas a apropriação dos seus elementos, que por sua vez induzem a construção de territorialidades em um caráter multidimensional. O território é movimento. As relações sociais desempenhadas nele é o que lhe dão

significado. Relações que são estabelecidas com as dimensões e elementos que compõem o território através de uma perspectiva interligada.

Os processos de construção de territorialidades, de apropriação dos elementos do território e de territorialização são, desse modo, determinados pelas ações empreendidas pelos sujeitos posicionados em classes sociais distintas no movimento da disputa territorial. Por estarem posicionados em distintas classes sociais as intencionalidades desses sujeitos são antagônicas e refletem seus interesses sobre o território. O conflito é a manifestação material do jogo de interesses divergentes entre os sujeitos, cada qual com estratégias e ações próprias para promover suas respectivas territorializações.

5.2 Violências e resistências na produção dos conflitos territoriais

Entendemos os conflitos territoriais como parte central do processo histórico de formação territorial do semiárido brasileiro. Por essa razão defendemos que os conflitos territoriais produzidos atualmente são resultado dos movimentos de territorialização dos diferentes sujeitos ao longo do tempo. Apoiando-nos em Marx e Engels (2009) e Oliveira (1981), consideramos que eles estão associados ao processo geral da luta de classes na sociedade e responde às características da estrutura social da região em cada época.

Como já debatido nos capítulos precedentes, os conflitos territoriais no Brasil passaram a ocorrer a partir da invasão europeia aos territórios dos povos originários que viviam no espaço aonde viria a se constituir o território brasileiro. A instituição da colônia portuguesa já imprimiu a sua territorialidade sobre os territórios indígenas, gradativamente destruindo as territorialidades desses povos. A partir de então a colonização portuguesa vai se territorializando por meio da violência, produzindo um sem número de conflitos ao longo do espaço e do tempo, que passam pelo semiárido oligárquico e se manifestam no semiárido capitalista atual.

À medida que o território brasileiro se forma as relações sociais se diversificam, em resposta à multiplicidade de sujeitos existentes, e atribuem um caráter mais complexo à sua formação territorial nas diversas porções do país. No semiárido brasileiro esse processo constitui a estrutura social da região, marcada pelo autoritarismo e pela dominação de classe, que apresentamos anteriormente.

Com o passar dos séculos, as relações de produção vão sendo modificadas e alterando as relações de dominação e vice-versa. As formas como os diferentes sujeitos

se territorializam também vai se transformando e reconfigurando os conflitos que ocorrem na região. O século XX foi o momento de transição de uma estrutura social nitidamente hierárquica e autoritária para uma estrutura social em que a classe camponesa vai gradativamente estabelecendo as bases para formas de organização mais articuladas e contínuas.

Todo esse panorama histórico vai sendo marcado pelas transformações nas formas de territorialização dos sujeitos, produzindo os conflitos territoriais. Basicamente essas formas de territorialização se expressam pela violência das classes dominantes e pela resistência do campesinato. Os conflitos territoriais, portanto, são considerados por nós como produto das ações de violência e resistência praticadas pelos sujeitos envolvidos.

As ações de violência são praticadas pelos sujeitos pertencentes às classes dominantes desde a instituição do processo de colonização. Se materializa pela territorialização dessas classes sobre os territórios dos demais sujeitos que vivem no campo e compõem a classe camponesa. São práticas históricas ressignificadas ao longo do tempo de acordo com as características da estrutura social vigente.

A violência praticada pela classe dominante pode ser identificada por diversas formas. As formas de violência que conseguimos identificar no âmbito dos conflitos territoriais produzidos no semiárido brasileiro foram a física, a psicológica, a jurídica, a patrimonial, a ambiental e a legislativa. Como atesta Feliciano (2016, p. 82) “a materialização dessas práticas violentas faz parte da formação territorial do Brasil e, atualmente, se intensifica no processo de mundialização do capital”. Vamos tentar apresentar cada uma.

A violência física pode ser considerada como a mais comum e recorrente entre as demais. Ela se refere ao ato praticado por uma empresa capitalista, latifundiário ou o próprio Estado no sentido de ferir fisicamente os sujeitos que estão envolvidos no conflito. O estágio mais brutal e cruel da violência física é, sem dúvida, o assassinato dos sujeitos que estão em conflito. A Tabela 6 demonstra algumas formas de violência física praticadas pela classe dominante contra a classe camponesa e demais povos do campo nos conflitos ocorridos no semiárido brasileiro.

Tabela 6. Práticas de violência física no semiárido brasileiro entre 1996 e 2020

Unidade da Federação	Ameaças de morte	Tentativas de assassinato	Assassinatos	Total
Alagoas	10	5	4	19
Bahia	91	21	25	137
Ceará	17	32	3	52
Minas Gerais	64	50	5	119
Paraíba	65	35	5	105
Pernambuco	71	24	23	118
Piauí	47	26	1	74
Rio Grande do Norte	2	3	4	9
Sergipe	10	0	1	11
Total	377	193	70	640

Fonte: elaboração própria com base em CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT (2021).

Podemos ter uma noção, com base na Tabela 6, de como a violência física está presente em todos os estados que compõem o semiárido brasileiro, uns com maior intensidade de ocorrência do que outros, seguindo a tendência da manifestação dos conflitos territoriais debatidos no capítulo anterior. São violências que foram praticadas por empresas e latifundiários com suas milícias particulares, bem como pelo próprio Estado com a polícia.

Os dados da Tabela 6 registrados pela CPT correspondem a violências sofridas por 27 categorias sujeitos sociais que fazem parte do campesinato ou que são aliados desta, como religiosos, políticos, advogados, ambientalistas, entre outros. Notadamente os sujeitos que compõem o campesinato e que estão territorializados ou em processo de territorialização são as vítimas mais recorrentes da violência no campo. Entre as principais vítimas estão sem terras, posseiros, quilombolas, indígenas e comunidades tradicionais (geraizeiros, fundo e fecho de pasto, ribeirinhos etc.).

Esses dados reforçam o quanto a violência física faz parte das territorializações e territorialidades expressas pelas classes dominantes na região semiárida do Brasil. As práticas de violência são históricas e se constituem como componentes centrais dos conflitos territoriais. Na atualidade se materializam pelo processo de expansão capitalista no campo, cujo objetivo é transformar os territórios em espaços subservientes à acumulação de capital, utilizando as formas de violência necessárias para garantir o sucesso desses empreendimentos.

A violência psicológica é outra forma intrinsecamente integrante desse processo de expansão do capitalismo no semiárido brasileiro. Em diversas áreas visitadas ao longo dos trabalhos de campo foi possível identificar práticas características de

violência psicológica nos diálogos realizados tanto com sujeitos que vivem nas comunidades em conflito tanto com agentes pastorais da CPT.

Quando os sujeitos têm sua integridade mental em risco em virtude das práticas empreendidas pelas classes dominantes no conflito territorial estamos falando de violência psicológica. Ações de coerção e assédio para a firmação de acordos entre empresas e posseiros ou pequenos proprietários, por exemplo, são formas de perceber a violência psicológica.

Uma das formas mais comuns que comparece nos relatos dos sujeitos que vivem em áreas de conflito territorial são as atitudes coercitivas praticadas por empresas interessadas nos territórios desses sujeitos. Em um dos relatos é possível perceber as estratégias de coerção de profissionais contratados pelas empresas na comunidade Baixio das Palmeiras, município do Crato (Ceará): “queriam medir tudo [nas propriedades], queriam que a gente assinasse. Aí a gente disse: ‘não, aqui ninguém vai assinar não’. Chegaram com mentiras, falando que fulano tinha assinado, sem ter [assinado]” (Ivanildo Francisco e Odilon Bernardo, entrevista realizada em 18 de janeiro de 2020). Nessa mesma entrevista foi relatado o caso de um camponês que faleceu em virtude da pressão de desapropriação de sua terra por parte da empresa.

O *modus operandi* das empresas constitui-se em contratar profissionais especializados em resolução de conflitos, como profissionais do serviço social, para tentar convencer determinadas famílias que vivem nas comunidades em firmar acordos para compra ou arrendamento de suas respectivas propriedades.

Nos deparamos com relatos dessa natureza em praticamente todas as áreas em conflito visitadas nos trabalhos de campo e ameaçadas pelos diversos setores econômicos característicos da expansão capitalista no semiárido brasileiro: agronegócio na Chapada do Apodi (oeste do Rio Grande do Norte), energias alternativas na porção central da Bahia, mineração e infraestrutura ferroviária no sudeste do Piauí e infraestruturas hídricas no sul do Ceará.

Basicamente as práticas de coerção funcionam da seguinte maneira, segundo os relatos: as primeiras visitas são realizadas por um profissional da área de serviço social (geralmente uma assistente social) contratada pela empresa. Essa assistente social tem o papel de tentar convencer as famílias a negociarem suas propriedades e receber a indenização correspondente. A estratégia é comum: primeiro convencer uma família a desapropriar sua terra; e em seguida começar a assediar outras famílias alegando que parte das famílias da comunidade já negociaram suas terras e que isso seria o melhor

para a comunidade. A tentativa é a de dividir a comunidade em opiniões contrárias para fragiliza-la politicamente e facilitar a territorialização da empresa em parceria com o Estado. Uma estratégia colonial que onde foi empregada obteve muitos êxitos, mas apenas para o colonizador, é claro!

Essa prática exemplifica bem a forma como a violência psicológica se materializa, tentando a todo custo pressionar os sujeitos que vivem nas áreas de interesse da produção capitalista, criando situações na psique que levam estes sujeitos a tomarem decisões contrárias aos seus interesses, que por vezes é o de permanecer em seus territórios.

Uma das situações de assédio e coerção levou, inclusive, à morte de um pequeno proprietário da comunidade Baixio das Palmeiras, município do Crato (Ceará), o qual foi acometido por um acidente no momento em que retirava parte da alvenaria da casa onde residia com sua família. Por efeito da pressão exercida pela empresa responsável pela obra do CAC na área, em agilizar o processo de desocupação da residência que foi negociada, o pequeno proprietário realizou o trabalho de remoção da alvenaria de maneira inadequada e acabou sofrendo um acidente com o desmoronamento de uma parede da residência, resultando no falecimento do trabalhador.

Assim, mesmo sem praticar violência física as práticas de violência psicológica desempenhadas por empresas e pelo próprio Estado podem gerar danos físicos aos sujeitos vitimados com tais práticas, que no caso descrito logo anteriormente resultou na morte de um desses sujeitos. É preciso observar com atenção como as classes dominantes agem para submeter toda a sociedade aos seus interesses sob as mais variadas práticas violentas.

Outra forma de violência a ser considerada na produção de conflitos territoriais é a jurídica. Aqui o Estado possui a preponderância na prática dessa violência e escancara sua aliança inescrupulosa com as classes dominantes, inclusive pelo fato de que inúmeros profissionais dos tribunais brasileiros compõem essas classes.

Geralmente a violência jurídica ocorre em associação com outras formas de violência. Ela corresponde à utilização das bases legais que regem o Estado e a sociedade para desempenhar ações ilegais contra a classe camponesa. É o uso do arcabouço jurídico no sentido de justificar ou legitimar as demais práticas violentas. E ainda é subsidiada pelo desconhecimento jurídico das populações locais que sofrem a violência. É comum as empresas se aproveitarem dessa fragilidade para promoverem sua territorialização nas áreas de interesse.

Podemos apontar como exemplo o caso de uma família de pequenos proprietários que foi prejudicada pela instalação de torres de alta tensão em sua propriedade no município de Santa Luzia (Paraíba). Como não conseguiu firmar acordo com a família para arrendamento da propriedade no processo de instalação de um parque eólico no município, a empresa de geração de energia recorreu à instância judicial com o objetivo de forçar a instalação de torres de alta tensão que transmitem a energia gerada pelos aerogeradores para a subestação de distribuição.

O resultado foi um enorme prejuízo econômico para a família, pois houveram torres instaladas exatamente no local onde era a área de plantio, impossibilitando a continuidade da produção. A família estima um prejuízo financeiro entorno de R\$ 75.000,00, afora os transtornos causados pelo processo judicial, os quais também podem ser compreendidos como uma violência psicológica praticada contra esta família durante o processo.

Nesse mesmo caso também podemos identificar a violência patrimonial materializada pela destruição da produção da família de pequenos proprietários. Esse tipo de violência indica a danificação ou destruição de algum bem material dos sujeitos envolvidos no conflito quando da tentativa de territorialização da produção capitalista.

Quando visitamos a Comunidade Caldeirãozinho, município de Paulistana (Piauí), ouvimos relatos sobre a destruição de benfeitorias e monumentos culturais pertencentes às famílias que ali residem: “quando essa ferrovia passou aí, passou por cima de um barreirinho de nós, deixou uma cacimba circulada [isolada] pro outro lado da linha, que muito pouco ela está servindo, porque não tem energia” (Margarida Alves e Irmã Dorothy, entrevista realizada em 20 de janeiro de 2020).

Esses e outros danos mencionados na entrevista foram causados pela empresa responsável pela construção do trecho da ferrovia Transnordestina na localidade, uma grande obra de infraestrutura implementada pelo Estado para atender às necessidades de expansão do capitalismo no semiárido brasileiro.

Situação semelhante aconteceu no Assentamento 10 de Abril, município do Crato (Ceará), com a construção do trecho do canal do CAC no território das famílias assentadas. Foram danificadas também benfeitorias e lavouras por efeito das obras, caracterizando uma violência patrimonial nítida. Essa situação pode se repetir também na Comunidade Baixio das Palmeiras, no mesmo município, caso as obras do CAC se concretizem na comunidade, segundo os relatos dos moradores que nos mostraram as possíveis áreas onde o canal poderá ser construído.

Muitas vezes a violência patrimonial também está atrelada à violência ambiental, pois as territorialidades expressas pelo campesinato pressupõem a multidimensionalidade do território, ou seja, as relações sociais estabelecidas por esses sujeitos levam em conta as dimensões do território de maneira integrada. O dano a uma das dimensões pode acarretar um dano também à outra.

Quando uma empresa do agronegócio utiliza de maneira intensiva e indiscriminada a água de uma determinada área ela está provocando um dano gradativo para este ambiente. Isso pode gerar uma violência ambiental para as famílias que vivem no entorno do território capitalista e percebem a diminuição da disponibilidade hídrica e a dificuldade para manter sua produção agropecuária, bem como notam áreas de nascentes secarem e a morte da biodiversidade local.

Esse fenômeno foi evidenciado por França (2018) e Vale (2021) na região da Chapada do Apodi (oeste potiguar e leste cearense) em que a instalação de diversas empresas do agronegócio que produzem frutas tropicais está ocasionando a diminuição da disponibilidade hídrica das áreas inseridas na chapada. Durante um trabalho de campo em Apodi (Rio Grande do Norte) também nos foi relatado que parte das empresas que se instalaram nesse município estavam territorializadas no município vizinho de Baraúna, onde utilizavam intensivamente a água disponível até que a oferta hídrica impossibilitou a continuidade da produção das empresas. Isso quer dizer que as empresas exauriram esse elemento natural no município e prejudicaram o restante da população local, agindo como uma espécie de sanguessuga.

A violência ambiental, então, se caracteriza pela destruição quantitativa e/ou qualitativa dos elementos naturais que existentes nos territórios da classe camponesa. Essa prática violenta produz, por exemplo, boa parte dos conflitos por água debatidos no capítulo anterior relacionados à destruição e/ou poluição das águas. Contaminação da biodiversidade e das águas pela pulverização de agrotóxicos, desmatamentos da vegetação, assoreamento de corpos hídricos, mortes da fauna local por aerogeradores, entre muitos outros acontecimentos desse tipo, são exemplos de como a expansão capitalista se realiza por meio da destruição da natureza, resultando em danos diretos para a sociedade em geral e para a classe camponesa, sobretudo.

Por fim, a última forma de violência que conseguimos identificar ao longo da pesquisa é a legislativa. Ela corresponde, como o próprio nome pressupõe, à produção de leis e normas pelo Estado que possibilitem a territorialização da produção capitalista sobre os territórios da classe camponesa. Essa forma de violência também está

fortemente associada à violência jurídica, pois muitas vezes determinadas legislações precisam do aval judicial para serem implementadas. De todo modo aqui temos o Estado como produtor direto desse tipo de violência em aliança direta com a classe capitalista e latifundiária.

Mitidiero Junior et al. (2019) analisaram as propostas de lei no âmbito legislativo federal brasileiro que promovem ataques diretos aos povos do campo no país e à natureza. São inúmeros projetos apresentados à Câmara dos Deputados pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), popularmente conhecida como bancada ruralista, que objetivam permitir a territorialização da produção capitalista em territórios indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais em geral, por exemplo.

A violência legislativa é um instrumento utilizado pelo Estado para favorecer a expansão do capitalismo no campo em seus diversos setores. Na região semiárida, além da existência da legislação federal, também existem leis e normas promulgadas pelos governos estaduais e câmaras estaduais de deputados com o intuito de fomentar esse processo de expansão capitalista. São instrumentos legislativos que demarcam a posição do Estado no âmbito da luta de classes, que, como ocorre historicamente no Brasil, está ao lado das classes dominantes, pois diversas instâncias desse mesmo Estado são compostas por essas classes.

As diversas formas de violência que identificamos no semiárido brasileiro caracterizam, portanto, as ações de territorialização praticadas pela classe dominante sobre os territórios do campesinato. São práticas históricas, por vezes oriundas do período de invasão e colonização do Brasil. Porém, da mesma maneira que as práticas de violência são históricas também são as de resistência.

As ações de resistência são desempenhadas desde o início da invasão europeia aos territórios dos povos originários do Brasil. São ações empreendidas em resposta à violência praticada pelas classes dominantes ao longo da história do semiárido brasileiro. Notadamente os povos indígenas foram os primeiros a desenvolver ações de resistência contra as tentativas de territorialização do europeu invasor. Essas práticas são reproduzidas desde então e aperfeiçoadas à medida que os sujeitos organizados no interior da classe camponesa põem em movimento a formação territorial da região.

Da mesma maneira que as práticas de violência são ressignificadas ao longo do tempo pela classe dominante as ações de resistência também possuem esse caráter; se transformam de acordo com as formas de organização coletiva de cada época e respondem às características da estrutura social vigente.

Muitas formas de resistência que podemos identificar no atual período de expansão capitalista possuem raízes nas épocas das fazendas de gado e da cotonicultura, por exemplo, época característica do semiárido oligárquico. São práticas desenvolvidas por povos originários, trabalhadores escravizados, cangaceiros, fanáticos, posseiros e muitos outros sujeitos sociais organizados coletivamente para impedir a territorialização da classe dominante em algumas áreas e, ao mesmo tempo, promover suas próprias territorializações.

O século XX, como vimos, é o período de transição da hegemonia oligárquica para a hegemonia capitalista no interior da classe dominante na região semiárida, processo que ocorre simultaneamente à intensificação da organização política do campesinato, através de um aspecto mais contínuo e articulado entre os sujeitos pertencentes a esta classe.

Assim, as ações de resistência se tornaram cada vez mais amplas, manifestando-se no século XXI por meio de práticas que contribuem fundamentalmente tanto para a territorialização do campesinato quanto para a defesa dos territórios dos sujeitos pertencentes a essa classe. E muitas dessas práticas estão alicerçadas na Convivência com o semiárido, a qual foi sistematizada a partir de 1999 com a criação (institucionalização) da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA).

Já debatemos a respeito das principais características da Convivência com o semiárido em Dantas (2020), evidenciando sua importância para a organização política do campesinato na atualidade. Contudo, não podemos considerar a convivência enquanto uma ideologia, pois ela não é utilizada como forma de dominação de classe subvertendo a realidade para justificar as relações de dominação. A Convivência com o semiárido se constitui enquanto um modo de vida que se expressa em relações sociais justas entre os sujeitos e em adaptação e respeito à natureza.

As ações de resistência que identificamos no semiárido brasileiro durante a pesquisa estão, desse modo, vinculadas à Convivência com o semiárido, que se apresenta como um modo de vida antagônico à ideologia de Combate à seca, a qual é reproduzida pela classe dominante da região ao longo de toda a história como instrumento para a dominação do campesinato.

Entendemos que as formas de resistência amparadas na Convivência com o semiárido representam possibilidades para a luta contra a territorialização capitalista no campo e, por isso, são a expressão mais acabada da resistência da classe camponesa na atualidade. Fomos capazes de identificar formas de resistência na região semiárida

vinculadas às seguintes dimensões da Convivência com o semiárido: territorial, política, produtiva, cultural, comunicacional, educacional, ambiental e promoção da saúde. De antemão já ressaltamos que essas ações de resistência não se materializam de maneira isolada e individual, mas sim sob um caráter articulado.

A dimensão territorial corresponde a duas ações empreendidas pelo campesinato: a conquista de novos territórios e a defesa de seus territórios. Sabemos que ambas as ações existem no semiárido brasileiro desde a invasão europeia. A defesa de territórios foi a principal ação praticada pelos povos originários no período da colonização no Brasil, sendo continuada através dos séculos.

Atualmente percebemos uma intensificação dessa ação de resistência praticada não apenas pelos povos originários, mas também por quilombolas e comunidades tradicionais em geral, como evidenciam Porto-Gonçalves *et al.* (2019) e os próprios dados de violência no campo registrados pela CPT que apresentamos anteriormente. Ao mesmo tempo territórios de posseiros, comunidades tradicionais e pequenos proprietários também são ameaçados como resposta da expansão capitalista na região, fazendo com que esses sujeitos também promovam a defesa de seus territórios. Defender os territórios já conquistados é imprescindível para a territorialização do campesinato.

Em uma das visitas realizadas nos trabalhos de campo pudemos perceber a força que esses sujeitos possuem no posicionamento de defender seus territórios. Na comunidade de fundo e fecho de pasto Manoel Joaquim, município de Souto Soares, os moradores estão sendo aliciados por empresas do setor eólico. Em uma das entrevistas surgiu o seguinte argumento: “Ninguém aqui precisa de dinheiro de minério nem de nada. O que a gente quer aqui é viver feliz como está aí. Sem explorar nada. Deixa o recurso natural do jeito que está aí” (José Campos, entrevista realizada em 17 de fevereiro de 2020). Esta fala revela a importância que os sujeitos percebem na defesa de seus territórios para defender seus próprios modos de vida.

A territorialização é, ao mesmo tempo, a ação que garante a conquista de novos territórios pelo campesinato. Essa territorialização pode ocorrer em áreas marcadas pela produção capitalista, em latifúndios improdutivos ou em áreas públicas pertencentes à União. Muitas dessas áreas são, inclusive, espaços reconquistados por sujeitos sociais que foram expulsos anteriormente por efeito da violência da classe dominante. A CPT registra essas ações em seus relatórios *Conflitos no Campo – Brasil* como sendo

retomadas de áreas anteriormente pertencentes a povos indígenas, quilombolas ou comunidades tradicionais.

Os relatórios da CPT também registram as ocupações de terra, que são ações que buscam a territorialização do campesinato sobre áreas apropriadas pelas classes dominantes. Essas ações são desempenhadas por movimentos sociais e demais grupos que atuam no semiárido brasileiro. São práticas históricas que possuem semelhanças com a formação dos quilombos no período escravocrata e com os territórios estabelecidos em Canudos, na Bahia, e Caldeirão, no Ceará, ambos com viés religioso.

Como já debatemos no Capítulo III, as ocupações de terra foram impulsionadas pela ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em todo o Brasil a partir da década de 1980. Já haviam experiências dessa natureza na região semiárida empreendidas, por exemplo, por posseiros auxiliados pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e pela própria CPT, mas o MST foi responsável por impulsionar essa prática em várias áreas do semiárido. A partir de então as ocupações de terra se tornaram ações fundamentais da luta pela terra, estando amparadas no debate sobre reforma agrária.

As ocupações de terra que objetivam a desapropriação da propriedade do latifundiário para sua transformação em assentamento rural. Atualmente o semiárido brasileiro registra um total de 2.246 assentamentos rurais com 116.976 famílias assentadas⁵¹, distribuídas da seguinte maneira: **Alagoas**: 59 assentamentos e 2.635 famílias; **Bahia**: 481 assentamentos e 30.107 famílias; **Ceará**: 379 assentamentos e 17.554 famílias; **Minas Gerais**: 86 assentamentos e 4.086 famílias; **Paraíba**: 197 assentamentos e 7.810 famílias; **Pernambuco**: 429 assentamentos e 17.004 famílias; **Piauí**: 189 assentamentos e 12.986 famílias; **Rio Grande do Norte**: 275 assentamentos e 18.496 famílias; **Sergipe**: 151 assentamentos e 6.298 famílias.

Os assentamentos rurais representam uma parcela da territorialização do campesinato no semiárido brasileiro. São territórios ressignificados a partir da destruição da territorialidade capitalista ou latifundiária e do estabelecimento da territorialidade camponesa em seu lugar.

É importante salientar que as ações de territorialização do campesinato não podem ser confundidas com a territorialização da produção capitalista e da classe latifundiária. As ações desenvolvidas pelo campesinato correspondem à resistência territorial,

⁵¹ Disponível em: <https://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>.

enquanto que a territorialização das classes dominantes diz respeito às formas de violência correspondentes dessas classes.

Pelo fato de posicionarmos os conflitos territoriais no movimento do processo histórico de formação territorial do semiárido brasileiro todo ato de territorializar praticado pelo campesinato sempre deverá ser tratado como resistência, pois essa classe está reconquistando os territórios que lhes foram usurpados pelas classes dominantes ao longo do tempo. Quando povos indígenas e camponeses se territorializam sobre áreas pertencentes às classes dominantes esses sujeitos estão nada mais que retomando os territórios que deveriam lhes pertencer a tempos. A territorialização praticada pelas classes dominantes, então, nada mais é que a continuidade das históricas violências praticadas por elas no campo.

Da mesma maneira, quando movimentos sociais e demais grupos organizados ocupam uma área de monocultura de eucalipto e destroem mudas dessas plantas para denunciar os danos à natureza e à saúde humana que essa produção causa, isso se constitui enquanto uma forma de resistência e não de violência patrimonial, como no caso das ações que debatemos nas áreas de construção de infraestruturas do PISF e do CAC.

Essa situação pode ser entendida como uma forma de resistência da dimensão política, onde os sujeitos organizados coletivamente planejam estratégias e ações de enfrentamento à expansão capitalista no campo. Os próprios movimentos sociais, associações, cooperativas e demais tipos de organizações coletivas são formas de resistência enfatizadas pela dimensão política. Obviamente que todas as outras formas de resistência são também políticas. Estamos tentando evidenciar apenas o fato da organização coletiva do campesinato no sentido de se opor e traçar estratégias para barrar e inverter o avanço do capitalismo no campo.

As inúmeras manifestações registradas pela CPT em seus relatórios anuais e que são empreendidas por movimentos sociais e demais grupos organizados são materializações da dimensão política da resistência. As diversas pautas de reivindicação aglutinam sujeitos em toda a região semiárida para exigir direitos sociais e políticas públicas do Estado, ao passo que também denuncia as formas de violência identificadas no processo de expansão capitalista.

O próprio ato de produzir alimentos saudáveis é uma manifestação política do campesinato, que pode ser percebida também como uma resistência na dimensão produtiva. Desenvolver as atividades agropecuárias características das diferentes áreas

que compõem o semiárido brasileiro é uma prática que contribui para a permanência do campesinato em seus territórios e é parte intrínseca de suas respectivas territorialidades.

A dimensão produtiva pode ser identificada em todas as áreas em conflito no semiárido brasileiro, pois produzir comida é parte inerente das territorialidades do campesinato. A produção agropecuária é a prática que garante a reprodução social dos sujeitos, por isso a sua materialização é significativa para a existência e resistência desses sujeitos em seus territórios.

É por esse motivo que em áreas de acampamento de sem terras e áreas ocupadas por posseiros sempre encontramos diversas lavouras com culturas alimentares de autoconsumo e comercialização, pois para garantir a suas respectivas territorializações nessas áreas esses sujeitos precisam garantir sua reprodução social concreta através da alimentação. E por esse motivo também é que empresas e latifundiários, bem como o próprio Estado, destroem lavouras e demais formas de produção da classe camponesa em áreas de conflito, pois a dimensão produtiva representa uma importante componente da resistência dessa classe.

Outra dimensão da resistência no semiárido brasileiro a ser considerada é a cultural. Essa dimensão corresponde ao conjunto de práticas que objetivam preservar e disseminar os aspectos simbólicos e identitários das territorialidades do campesinato na região. A cultura pode ser uma maneira de denunciar as violências praticadas pelas classes dominantes que ameaçam não apenas os territórios desses sujeitos, mas também suas territorialidades.

A dimensão cultural da resistência pode se manifestar através da arte, da religião, das festividades, dos processos produtivos rurais, enfim, de diversos aspectos que compõem as territorialidades do campesinato. A composição de canções, a escrita de cordéis, as romarias da terra e das águas organizadas pela CPT e as Festas das Sementes da Paixão na Paraíba são exemplos de como a cultura faz parte da resistência dos sujeitos que defendem a Convivência com o semiárido como um modo de vida, como também aponta Santos (2016).

Essa forma de resistir ficou mais nítida para nós quando visitamos o Teatro Raízes Nordestinas do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) em Poço Redondo (Sergipe). O MPA organiza diversas atividades culturais no município, entre peças teatrais e apresentações musicais, com o objetivo de denunciar as injustiças advindas do avanço do capitalismo no campo. Também são realizadas atividades para enaltecer a diversidade cultural e a identidade das populações que vivem no semiárido e constroem

formas de conviver com a dinâmica natural dessa região, respeitando a natureza e a própria sociedade.

Além de contribuir com a preservação dos aspectos simbólicos e identitários das territorialidades do campesinato a dimensão cultural da resistência também contribui para a disseminação das práticas culturais próprias do semiárido brasileiro. Nesse ponto a dimensão cultural se alinha com a dimensão da comunicação da resistência.

A comunicação é fundamental para disseminar para toda a sociedade os conhecimentos teóricos e práticos entorno da Convivência com o semiárido. São publicizadas, por exemplo, experiências e técnicas produtivas de agricultores e agricultoras da região, informações sobre a dinâmica climática do semiárido e denúncias de violências praticadas por empresas e latifundiários, bem como estudos sobre diversos temas circundantes à região.

As ações de resistência associadas à comunicação se expressam em programas de rádio, cartilhas, jornais, relatórios e estudos, todos contribuindo para disseminar conhecimentos sobre o semiárido brasileiro e os sujeitos que o habitam. Essas práticas são desenvolvidas por cooperativas, movimentos sociais, associações, ONGs e vários outros grupos que defendem a Convivência com o semiárido.

A ASA é um dos principais espaços onde esses conhecimentos são publicizados. Desde os primeiros anos de sua criação essa rede de entidades divulga as mais diversas informações em diferentes plataformas de comunicação, como os programas Riquezas da Caatinga e Vozes do Campo e da Cidade (rádio), O Candeeiro (jornal), cartilhas sobre acesso à água na região, sementes crioulas e sistemas produtivos, além de relatórios e pesquisas sobre desigualdades e políticas públicas no campo, relações de gênero, processos de desertificação, agroecologia e muitas outras temáticas.

Esses conhecimentos publicizados por meio da comunicação são produzidos através das inúmeras práticas educativas desenvolvidas no semiárido brasileiro e sobre ele. A dimensão educacional é outra componente fundamental da resistência da classe camponesa. A chamada educação contextualizada na região busca produzir conhecimentos sobre esta nas mais diversas formas e espaços, sendo eles formais ou não.

O conhecimento pode ser produzido em salas de aula na relação entre professor e estudante, em cursos de formação, seminários, encontros acadêmicos, pesquisas, enfim, em várias instâncias da educação. E não é apenas no campo que esses conhecimentos podem ser produzidos, mas também nas cidades, tornando ainda mais próxima a relação

rural-urbana. A Convivência com o semiárido não pode ser entendida apenas como um modo de vida rural. É preciso enfatizar que as práticas de convivência também devem ser adotadas pelas populações urbanas, contribuindo para a construção desse modo de vida em toda a sociedade da região.

A Escola Família Agrícola (EFA) Jaguaribana Zé Maria do Tomé, no município de Tabuleiro do Norte (Ceará), é um espaço que representa como a dimensão educacional pode ser identificada como uma resistência para o campesinato. Visitamos a EFA em novembro de 2019 e fomos capazes de perceber o quanto as práticas educacionais são fundamentais para refletir sobre os problemas sociais do semiárido brasileiro e construir cotidianamente a Convivência com o semiárido. A escola abriga jovens de comunidades rurais do município e entorno que têm a possibilidade de debater e praticar experiências de convivência na região em vários temas, como produção, aspectos ambientais, história do semiárido, entre outros.

A dimensão educacional está intimamente ligada às demais a partir do momento em que consideramos importante adquirir conhecimento para agir sobre a realidade a fim de transformá-la. A educação é capaz de disseminar saberes e ensinamentos através das gerações, fazendo com que a Convivência com o semiárido esteja cada dia mais presente nas relações sociais dos sujeitos da região.

O conhecimento é necessário para o desenvolvimento de práticas de resistência e conhecer a região onde as diversas territorialidades do campesinato se expressam faz parte das dimensões da Convivência com o semiárido. Precisamos conhecer não apenas os aspectos sociais que compõem a realidade, mas também os aspectos naturais que permitem a nossa reprodução social.

Como já mencionamos anteriormente, a Convivência com o semiárido surge em contraposição à ideologia de Combate à seca. Enquanto esta última busca atribuir os problemas sociais da região aos fenômenos naturais, sobretudo à seca, a convivência pressupõe o desenvolvimento de práticas sociais alinhadas à dinâmica natural da região. Não devemos combater a seca, mas aprender a conviver com ela. Por isso a dimensão ambiental também deve ser destacada, pois ela contribui para a construção de territorialidades adaptadas aos diferentes ambientes existentes no semiárido brasileiro, aos diversos semiáridos.

A preservação da natureza e a utilização dos elementos naturais que compõem os territórios são formas inerentes às relações sociais estabelecidas pelo campesinato. Os sujeitos têm noção de que é imprescindível preservar a Caatinga, conservar áreas de

nascentes e corpos hídricos e desenvolver sistemas de produção de acordo com as características do solo, do clima e da biodiversidade, por exemplo, para que continuem a reproduzir suas territorialidades sem provocar danos ao ambiente em que vivem.

Muitos conflitos territoriais são produzidos pelas ações de violência ambiental praticadas pelas classes dominantes no processo de expansão do capitalismo no campo. Os sujeitos ameaçados em seus territórios percebem que os danos causados à dinâmica natural contribuem para a degradação ambiental e põem em risco suas territorialidades. Desse modo, não resta outra saída para esses sujeitos se não defenderem os elementos naturais nos ambientes onde vivem. Defender a natureza, para o campesinato, é defender seus territórios, pois eles não podem existir sem ela. Sua reprodução social depende das relações saudáveis com a natureza.

E a promoção da saúde é a última dimensão da resistência no semiárido brasileiro que identificamos na pesquisa. Promover a saúde tanto para os seres humanos quanto para a natureza, pois as territorialidades na região são produzidas por relações indissociáveis entre sociedade e natureza.

Simon (2020), estudando as práticas de promoção da saúde desenvolvidas por mulheres em áreas semiáridas do Brasil e da Argentina, evidenciou como essa dimensão é significativa para a reprodução social dos sujeitos que vivem nessas áreas. A autora defende que ações de estocar água e sementes, promover processos educativos contextualizados e desenvolver a produção agroecológica são formas de perceber a promoção da saúde como forma de resistência contra a expansão do capitalismo patriarcal e racista no campo.

Promover a saúde enquanto uma dimensão de resistência do campesinato corresponde a estabelecer relações que garantam o bem-estar das populações locais e da natureza em seus vários aspectos. A saúde não pode ser concebida simplesmente como o ato de se medicar em momentos de adoecimento. A promoção da saúde enquanto resistência visa resguardar o bem-estar dos sujeitos em seus territórios através da luta contra as formas violência empreendidas pelas classes dominantes.

Portanto, a defesa dos territórios do campesinato no semiárido brasileiro, bem como a territorialização de novas áreas, depende de assumir a resistência em sua multidimensionalidade, pois ela permite a construção de territorialidades considerando as diversas dimensões do território. Todas as dimensões da resistência estão entrelaçadas e se articulam para promover as formas de luta da classe camponesa contra

a expansão capitalista no campo. A luta de classes no espaço agrário da região é movida pelos conflitos territoriais produzidos por violências e resistências.

Contudo, ainda há um momento dos conflitos que não é produzido pela violência ou pela resistência. A negociação se constitui enquanto a face do conflito em que ocorre o seu arrefecimento e os sujeitos envolvidos cessam o enfrentamento por meio de acordos firmados para tentar satisfazer parcialmente seus respectivos interesses. A negociação não produz o conflito territorial, mas é parte integrante dele.

Por vezes as disputas pelos territórios avançam para situações que podem ser concebidas como uma espécie de impasse entre os sujeitos envolvidos, onde o litígio demorará um período de tempo para ser superado e esses sujeitos não possuirão os ganhos esperados com a disputa.

Em muitos casos as formas de violência praticadas por empresas capitalistas e latifundiários, e até mesmo pelo Estado, são tão intensas que as populações locais envolvidas nos conflitos territoriais são obrigadas a firmar acordos para tentar reaver algum tipo de benefício com a sua desterritorialização. É um princípio semelhante ao que foi evidenciado em Reis e Silva (1989) sobre as negociações estabelecidas entre trabalhadores escravizados e senhores de engenho em conflito.

Essa prática é comum em áreas de interesse de empresas para instalação de grandes projetos de desenvolvimento. Utilizando práticas de violência psicológica e jurídica empresas de mineração no Piauí e de energias alternativas na Bahia e Rio Grande do Norte, por exemplo, tentam estabelecer acordos com as populações locais para territorializar seus empreendimentos nos territórios desses sujeitos. Com o processo contínuo de resistência das comunidades as empresas preferem tentar negociar acordos com os sujeitos donos dos territórios do que manter as mesmas práticas de violência por tempo indeterminado.

Em áreas de implantação de infraestruturas também é comum utilizar a negociação como forma de arrefecer o conflito. Nas comunidades danificadas pelas territorializações da ferrovia Transnordestina no Piauí e pelo PISF e CAC no Ceará os sujeitos tiveram que aceitar negociar a instalação dessas obras para não serem ainda mais prejudicados por esses empreendimentos.

Normalmente as negociações são expressas em indenizações financeiras para os sujeitos impactados pelos empreendimentos, reassentamento das famílias que vivem nas áreas de interesse, promessas de emprego para as populações locais e destinação de renda obtida com os lucros da produção capitalista. Devido às condições de

vulnerabilidade socioeconômica que muitos sujeitos possuem no semiárido brasileiro (principalmente em períodos de seca intensa, como foi a de 2012 a 2017) a negociação obtém êxito em inúmeras situações em que há a territorialização da produção capitalista.

Entretanto, a negociação pode ter um caráter apenas momentâneo para cessar o conflito. A depender do descumprimento dos acordos firmados ou de novas ações de violência e resistência no território em questão o conflito territorial pode voltar a se manifestar como expressão da disputa pelo território.

Por isso precisamos entender os conflitos territoriais enquanto processo, enquanto algo que está em constante dinamismo. Em alguns momentos esse conflito pode estar mais intenso do que em outros. Ele pode estar apenas adormecido aguardando as ações de enfrentamento desempenhadas pelos sujeitos serem retomadas. O debate sobre a conflitualidade realizado por Fernandes (2008) é fundamental para compreendermos esse caráter permanente dos conflitos territoriais, posicionando-os sempre no processo histórico de formação territorial.

5.3 Territorialização e conflitos territoriais

Os processos de territorialização no semiárido brasileiro possuem características próprias em cada época. As características da territorialização se transformam no tempo e no espaço por efeito das mudanças experimentadas nas instâncias econômica, política, social, cultural e ambiental da região. Em outras palavras: as mudanças que ocorrem na estrutura social da região imprimem transformações sobre as formas como os sujeitos se territorializam, e vice-versa, dando dinamismo à formação territorial.

Retomando as discussões realizadas em Baltazar (2007) devemos entender o conflito enquanto produto das opiniões divergentes entre os sujeitos sobre determinada situação, estando ligado às relações de dominação e poder existentes na sociedade. Os conflitos promovem mudanças para o contexto social onde ocorrem pelas ações dos sujeitos, ao passo que estes mesmos sujeitos modificam a si mesmos nesse processo.

Quando atrelamos o conflito ao território estamos posicionando-o no movimento de disputa territorial, o qual é expresso por meio da territorialização. Segundo Delaney (2005) as “territorializações são as expressões de poder, e de como o poder se manifesta no mundo material. Esta relação fundamental com o poder social é uma das características que distingue o território de outras formas de espaço social”

(DELANEY, 2005, p. 16, tradução nossa). A territorialização, portanto, é a ação de instituir materialmente formas de poder em uma determinada fração do espaço.

Entendendo a territorialização enquanto processo histórico, sob um caráter dinâmico, temos que ela conduz a formação territorial de uma determinada área através das relações de poder entre os sujeitos. Desse modo, o produto das diferentes formas de territorialização é o conflito territorial, pois as relações de poder referidas são expressas pelas ações dos sujeitos. E para nós estas ações, em sua maioria, estão posicionadas no movimento da luta de classes.

As territorializações dos sujeitos materializam as suas respectivas territorialidades. Como debatido anteriormente nesse capítulo, a territorialidade se constitui como a manifestação das relações sociais desempenhadas no território em sua multidimensionalidade. Territorializar significa também se apropriar dos elementos que compõem o território.

A disputa territorial expressa nas tentativas de territorialização não tem como objetivo a apropriação do território em si, mas a apropriação de seus elementos. São os elementos do território que permitem a manifestação da sua multidimensionalidade, a qual é construída pelas relações sociais dos sujeitos em interação com o território e se expressa pela territorialidade.

O produto das formas de territorialização desenvolvidas pelos sujeitos é o conflito territorial. As ações de enfrentamento e resistência que acontecem em diversos contextos sociais, parafraseando CPT (2021), resultam nos conflitos entre sujeitos posicionados em classes sociais distintas, os quais são os responsáveis por mover a formação territorial do semiárido brasileiro em cada época e de acordo com as características da estrutura social vigente.

Os conflitos territoriais são inerentes aos processos de territorialização. Não existe possibilidade de um sujeito ou grupo tentar se territorializar em uma determinada área sem que haja conflito com o sujeito ou grupo que está territorializado. No semiárido brasileiro esse panorama pode ser identificado ao longo da história da região, desde a invasão europeia aos territórios indígenas até a expansão da produção capitalista sobre os territórios da classe camponesa.

As configurações que os conflitos territoriais no semiárido brasileiro assumem em cada época refletem as formas de violência e as dimensões da resistência da estrutura social em voga. Em determinado momento histórico e em determinado espaço da região

os conflitos possuem características próprias de acordo com as ações de violência e resistência praticadas pelos diferentes sujeitos.

Uma área que foi apropriada pelo latifúndio nos séculos passados através do conflito com os povos originários locais pode ser reivindicada por um grupo de posseiros que trabalham há décadas na referida área e, mediante o conflito com o latifundiário, constroem seu território sobre o latifúndio. Essa mesma área, contudo, pode estar submetida às tentativas de territorialização de uma empresa do agronegócio ou mineração, a depender dos elementos que esse território possui. A empresa pode se territorializar de acordo com a violência que pratica e desterritorializar, ao mesmo tempo, os posseiros.

Ao mesmo tempo em um mesmo período histórico podemos identificar uma variação na espacialidade dos conflitos territoriais: áreas marcadas por conflitos entre empresas de carcinicultura e comunidades ribeirinhas que disputam o território tendo a água como principal elemento a ser apropriado; áreas com alto potencial eólico que experimentam conflitos entre empresas de geração de energia e pequenos proprietários e comunidades de fundo e fecho de pasto cujo território disputado possui a terra e o vento como principais elementos a serem apropriados; áreas com forte presença de substâncias minerais de alto valor econômico que manifestam conflitos entre empresas de mineração e comunidades quilombolas em que a disputa territorial ocorre pela tentativa de apropriação da terra e dos minerais.

Desse modo, entendemos que os conflitos territoriais possuem características que se transformam no tempo e no espaço, sendo reconfiguradas de acordo com a estrutura social vigente e com o movimento de formação territorial.

Esses conflitos são produtos da violência das classes dominantes e da resistência do campesinato. Para que o conflito se manifeste é preciso que ocorra tanto a violência quanto a resistência. Não existe conflito territorial sem o enfrentamento entre os sujeitos. Quando as populações locais não conseguem resistir à violência das classes dominantes temos apenas a violência e não o conflito. Este precisa que os sujeitos que sofrem as práticas de violência resistam para que o enfrentamento aconteça e o conflito se manifeste.

Quando o campesinato age sobre os territórios das classes dominantes, no sentido de territorializar-se sobre eles, é preciso que a empresa ou latifundiário que detém o território em disputa enfrente essa resistência com suas práticas de violência para que o conflito seja produzido. Raramente as classes dominantes aceitam a tentativa de

territorialização do campesinato sem reagir de maneira violenta para garantir seu domínio sobre o território. Já o contrário pode ser menos raro de ocorrer, visto que muitas populações locais não possuem um grau de organização suficiente para resistir à violência pela qual estão submetidas.

Assim, os conflitos territoriais são entendidos como produto da violência e da resistência no âmbito dos processos de territorialização empreendidos pelos diferentes sujeitos. Os conflitos têm como objetivo principal estabelecer uma territorialidade no território em disputa, a qual é expressa por sua multidimensionalidade nas relações sociais desenvolvidas pelos sujeitos com os elementos territoriais.

Os conflitos territoriais são responsáveis por impulsionar a formação territorial do semiárido brasileiro de acordo com o contexto da estrutura social de cada época. São reconfigurados a depender das mudanças políticas no país, das ações do Estado, das relações de produção e da luta de classes que se manifesta no campo da região.

Os conflitos territoriais que analisamos no século XXI possuem características diferentes dos conflitos produzidos nos períodos colonial e imperial do Brasil. Por sua vez, os conflitos produzidos durante o século XX possuem uma configuração que se diferencia dos demais períodos históricos. As diversas transformações ocorridas no Brasil e na região semiárida influenciam a produção dos conflitos territoriais. Porém, uma unidade contraditória presente na formação territorial brasileira são as práticas da violência e da resistência.

Portanto, é fundamental que compreendamos os conflitos territoriais no movimento do processo histórico de formação territorial para conseguir analisar com mais profundidade suas gêneses e componentes. Para nós, a gênese dos conflitos territoriais está nas ações de violência e resistência praticadas pelos diferentes sujeitos posicionados em classes sociais distintas. E são compostos pelas formas de territorialização, pela multidimensionalidade do território, pela territorialidade e pelos elementos que compõem o território em disputa. Todo esse emaranhado de processos e ações, manifestados de maneira articulada, produzem os conflitos territoriais que analisamos nesse trabalho, os quais variam no tempo e no espaço.

5.4 Síntese do capítulo

Debatemos nesse capítulo as ações e processos responsáveis pela produção dos conflitos territoriais no semiárido brasileiro. Debatemos questões que julgamos

importantes para entender a formação territorial da região mediante a produção de conflitos territoriais e sua variação no espaço e no tempo.

Partimos do pressuposto de que os conflitos territoriais são gerados através das formas de territorialização empreendidas pelos diferentes sujeitos posicionados em classes sociais distintas. Esses sujeitos, por sua vez, ao se territorializarem imprimem suas respectivas territorialidades no território.

A territorialidade se constitui enquanto o conjunto das relações sociais existentes no território e que lhe dão significado. Por serem construídas por sujeitos diferentes as territorialidades refletem as relações sociais desenvolvidas por estes sujeitos. Em um panorama geral as territorialidades do campesinato são distintas das territorialidades capitalistas, por exemplo.

A territorialidade se manifesta através da multidimensionalidade do território, ou seja, as diversas dimensões que compõem o território se manifestam através das relações sociais desenvolvidas pelos sujeitos. Identificamos, para o semiárido brasileiro, as seguintes dimensões da territorialidade: econômica, social, política, natural e cultural. Isso não quer dizer que não possam existir outras. Apenas foram as que conseguimos identificar ao longo da pesquisa.

Também chamamos a atenção para os elementos que compõem o território, como sendo os responsáveis por despertar o interesse dos sujeitos nos momentos de disputa territorial. Não é o território em si mesmo que está sendo disputado, mas os elementos que o compõem. Sendo assim, identificamos os seguintes elementos territoriais: terra (solo), força de trabalho, água, vento, minerais, sol, vegetação, posição geográfica e relevo. Da mesma maneira que as dimensões do território, os elementos elencados aqui foram aqueles que conseguimos identificar na pesquisa. Isso não significa que não possam existir outros.

Além disso, analisamos a produção dos conflitos territoriais atrelada às formas de violência e às dimensões de resistência. A violência é praticada pelas classes dominantes que atuam na região semiárida e pelo Estado. Enquanto que a resistência é desenvolvida pelo campesinato. Ambas as práticas percorrem toda a história da formação territorial da região, sendo reproduzidas e aperfeiçoadas ao longo do tempo.

As formas de violência que identificamos foram: a física, a psicológica, a jurídica, a patrimonial, a ambiental e a legislativa. Cada qual possui características próprias e são praticadas de maneira articulada entre si. Essas práticas são desempenhadas pelas classes dominantes em aliança com o Estado.

No tocante às dimensões da resistência conseguimos identificar as seguintes: territorial, política, produtiva, cultural, comunicacional, educacional, ambiental e promoção da saúde. Todas essas dimensões da resistência estão vinculadas ao modo de vida da Convivência com o semiárido e exprimem às práticas historicamente desenvolvidas pela classe camponesa no semiárido brasileiro.

Por fim, tentamos explicitar como todos esses processos e ações estão articulados entre si para produzir os conflitos territoriais da região. Entendemos os conflitos territoriais como produto das ações de violência e resistência no processo de formação territorial e possuindo configurações de acordo com a estrutura social vigente.

As mudanças que ocorrem na estrutura social do semiárido brasileiro impulsionam transformações nas relações sociais nas diversas instâncias da sociedade. O resultado disso é a manifestação de conflitos territoriais que respondem às diferentes maneiras que o território está sendo disputado, com sujeitos posicionados em classes sociais distintas. A reconfiguração dos conflitos territoriais ocorre espacial e temporalmente de acordo com as disputas territoriais ocorridas no âmbito da luta de classes no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO COMO POTENCIAL DE EMANCIPAÇÃO SOCIAL DE CLASSE

Pudemos perceber ao longo deste trabalho a complexidade de processos e fenômenos existentes quando analisamos os conflitos territoriais produzidos no semiárido brasileiro ao longo de sua história. Esses conflitos fazem parte do movimento de formação territorial da região, ao mesmo tempo em que influenciam e são influenciados pela estrutura social de cada época.

Posicionamos os conflitos territoriais do semiárido brasileiro no interior da luta de classes da região, passando pelos seus diferentes períodos históricos até chegar ao momento em que a expansão capitalista determina a formação territorial desse espaço. O enfrentamento entre as classes dominantes em aliança com o Estado e o campesinato pressupõe a produção dos conflitos que estudamos nesta tese.

As ações de violência de latifundiários, capitalistas e do Estado se chocam com diversas ações de resistência de sem terra, pequenos proprietários, povos originários, comunidades tradicionais, quilombolas, trabalhadores assalariados, enfim, com a multiplicidade de sujeitos que compõem o campesinato e se opõem às tentativas da dominação de classe.

Diversas são as formas de violência e as dimensões de resistência evidenciadas no processo de produção dos conflitos territoriais pelos sujeitos posicionados em classes sociais distintas. Essa conflitualidade movimenta a formação territorial do semiárido brasileiro desde o início da invasão europeia aos territórios indígenas e continuará movimentando-a até que esse modelo de sociedade, amparada no modo de produção capitalista, seja transformada e substituída por um modelo de sociedade onde as injustiças sociais não mais existam.

Acreditamos que a Convivência com o semiárido possui o embrião para a construção de uma sociedade justa e equitativa no interior da região semiárida. Um modelo de sociedade que não precisa necessariamente estar circunscrito ao próprio semiárido brasileiro, mas que pode servir de inspiração para processos políticos organizativos em outras regiões do país, respeitando as características geográficas de cada uma delas.

Mesmo diante de uma estrutura social historicamente marcada pelo autoritarismo, hierarquia e desigualdade o campesinato do semiárido brasileiro é capaz de construir

formas de resistir às práticas de dominação de classe com vistas a destruí-las. E estas práticas ao serem desenvolvidas pelo conjunto da classe camponesa e demais povos do campo se tornam a sua possibilidade de emancipação social.

Como debatemos no quinto capítulo, as ações de resistência da classe trabalhadora rural da região estão alicerçadas nas dimensões da Convivência com o semiárido. A convivência representa um modo de vida pautado na autonomia, na emancipação da classe trabalhadora da região, em contraposição ao Combate à seca, uma ideologia que objetiva a perpetuação da dependência da sociedade para com as classes dominantes.

A Convivência com o semiárido reúne uma diversidade de saberes e experiências que são traduzidas em inúmeras práticas de adaptação aos ambientes do semiárido brasileiro. Esse modo de vida constitui hoje a principal expressão de resistência da classe camponesa na região. O seu elemento fundante é a maneira como é construído: pelo povo e para o povo. São as próprias camponesas e camponeses os sujeitos responsáveis pela criação e desenvolvimento das práticas de convivência.

O exercício cotidiano dessas ações de resistência se torna uma possibilidade para a superação dos conflitos territoriais do semiárido brasileiro uma vez que objetivam a emancipação social da classe camponesa e o estabelecimento de uma sociedade baseada em princípios de justiça e solidariedade entre os sujeitos. É a expressão acabada da autonomia postulada por esse modo de vida.

A forma materialmente política da Convivência com o semiárido, sem dúvidas, é a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA). A ASA congrega mais de 3.000 entidades com atuação na região, segundo Santos (2016), entre elas associações, cooperativas, movimentos sociais, Organizações Não Governamentais (ONGs), sindicatos, segmentos da Igreja Católica e diversos outros grupos que agem no âmbito local.

Mesmo possuindo a sua criação (institucionalização) no ano de 1999 a ASA foi resultado de um processo organizativo que levou vários anos até ser consolidado. Desde 1993 já houveram acontecimentos importantes para a aglutinação da classe camponesa em defesa de um modo de vida adaptado à dinâmica natural da região, como a criação da ASA Paraíba, a qual, segundo Santos (2016), foi resultado de um seminário sobre convivência com a seca realizado em Campina Grande (Paraíba) no referido ano.

O ano de 1993 é um período de referência para a aproximação das entidades da sociedade civil que atuavam no semiárido naquele momento e que passam a se articular para a formação da ASA como conhecemos atualmente. Outro fato importante também

contribuiu para o fortalecimento da organização política da classe camponesa entorno dos princípios da Convivência com o semiárido.

Em março de 1993, trabalhadores rurais organizados pelo movimento sindical rural, associações, cooperativas e organizações não-governamentais realizaram ato público em Recife e ocuparam a sede da Sudene, exigindo providências imediatas na situação de seca e ações permanentes para desenvolvimento do Semi-árido (SILVA, 2006, p. 79).

A partir desse momento a articulação entre as diversas entidades existentes no semiárido brasileiro foram tecendo esta rede de resistência e concretizando pela base a Convivência com o semiárido nos planos material e imaterial. É um movimento que se retroalimenta de si mesmo: a constituição de práticas e experiências de conviver no semiárido permite a construção teórica e política dos princípios desse modo de vida, que, por sua vez, orienta o desenvolvimento das práticas de convivência.

O ano de 1999 marca a criação oficial da ASA através da elaboração e publicação da *Declaração do Semi-árido*⁵², um documento construído por 61 entidades organizadas para demarcar seu posicionamento sobre o modelo de sociedade que vislumbravam para a região naquele momento. Dentro dos conteúdos presentes na *Declaração do Semi-árido* as ações propostas para a criação de um programa de convivência com o semiárido visam justamente exercitar as potencialidades existentes na região semiárida. Estas ações se organizam em seis pontos principais:

- 1) **Conviver com a seca:** promover o acesso a terra e água adequado para produção na região, o desenvolvimento de tecnologias e metodologias adaptadas através de pesquisas e as possibilidades de comercialização da produção;
- 2) **Orientar os investimentos:** descentralizar os investimentos públicos e priorizar sua utilização em infraestrutura social e econômica, bem como instalar unidades de beneficiamento da produção para as famílias;
- 3) **Fortalecer a sociedade civil:** promover ações para a organização dos sujeitos sociais visando sua atuação ativa na proposição de políticas públicas, para mudanças na política educacional e para a valorização dos conhecimentos e saberes das comunidades e sua intensa disseminação em toda a região;

⁵² Disponível em: https://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/DECLARACAO_DO_SEMI-ARIDO.pdf.

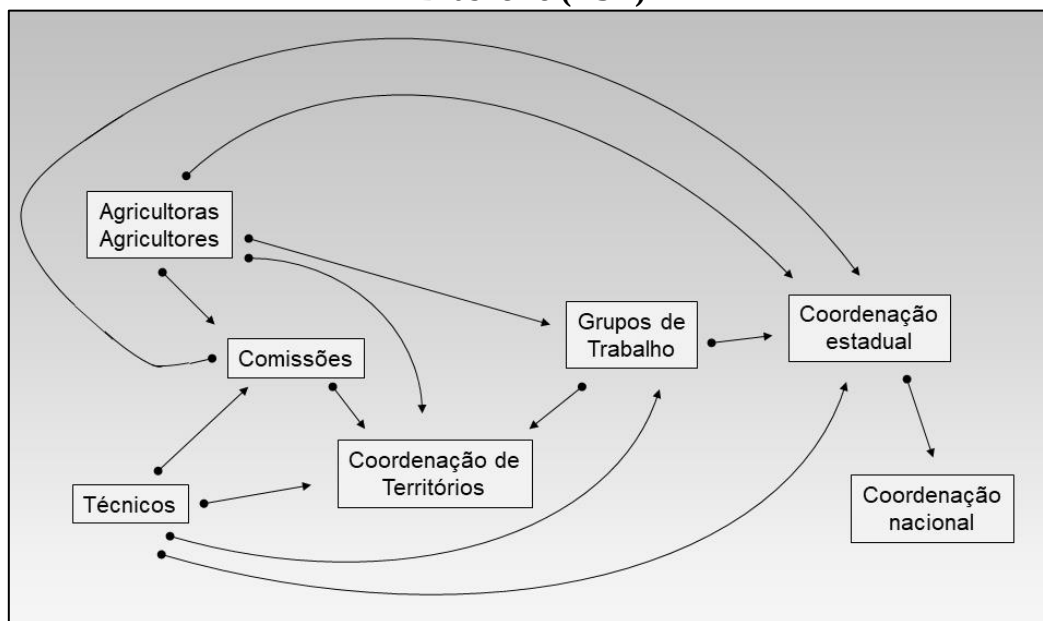
- 4) **Incluir mulheres e jovens:** promover a igualdade de remuneração na mesma função produtiva entre homens e mulheres, bem como torna-las elegíveis para o acesso e a proposição de políticas públicas (juntamente com jovens) através de ações de capacitação;
- 5) **Cuidar dos recursos naturais:** desenvolver programas de zoneamento, de reflorestamento da vegetação nativa e de gestão das águas, incentivar a produção agropecuária adequada ao semiárido e ampliar as unidades de conservação e as práticas de fiscalização;
- 6) **Buscar meios de financiamentos adequados:** captar recursos de subvenções a serem gerenciados por entidades da sociedade civil, reorientar linhas de créditos existentes e criar uma linha especial para o atendimento às propostas deste programa, bem como estabelecer um fundo específico para as referidas propostas.

É importante ressaltar que estas pautas políticas presentes na *Declaração do Semi-árido* coadunam com as dimensões da resistência da classe camponesa amparadas na Convivência com o semiárido, as quais descrevemos no Capítulo V. São princípios que orientam as ações e estratégias dos sujeitos para construir um modelo de sociedade justo e adequado à realidade local.

Como principal locus da organização das entidades responsáveis pela construção permanente da Convivência com o semiárido a ASA, portanto, aglutina inúmeras ações que objetivam fazer com que este modo de vida se torne um modelo que guie as infinitas relações existentes na sociedade sob princípios de solidariedade, justiça e respeito. Mas a constituição dessas ações requer uma forma de organização que esteja alinhada com os referidos princípios.

É por isso que a ASA possui uma estrutura organizativa caracterizada pela construção política coletiva e horizontal. A partir do diálogo realizado com Marcelo Galassi (coordenador da ASA no estado da Paraíba) pudemos entender a estrutura da ASA na forma exposta na Figura 28 e descrita a seguir.

Figura 28. Composição e estrutura organizativa da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA)



Fonte: elaboração própria.

Observando a Figura 28 percebemos que a ASA possui a seguinte composição: a) Coordenação nacional; b) Coordenação estadual; c) Coordenação de territórios⁵³; d) Comissões; e) Grupos de trabalho; f) Agricultoras e agricultores; g) Técnicos⁵⁴. É uma estrutura construída pela base: as agricultoras e agricultores e os técnicos são os sujeitos que compõem os grupos de trabalho, as comissões e as coordenações.

As coordenações da ASA são compostas da seguinte forma: a) Representantes do território, que podem ser tanto agricultoras e agricultores quanto técnicos; b) Coordenação estadual, formada por dois representantes de cada território; c) Coordenação nacional, formada por dois representantes de cada Coordenação estadual.

Cada território da ASA possui uma dinâmica própria em suas ações e funcionamento. As reflexões sobre a sua dinâmica e a conjuntura da articulação entre as entidades são feitas em cada território, às vezes com orientações da Coordenação estadual. Porém, cada território tem autonomia para realizar suas próprias reflexões e encaminhar propostas nelas baseadas. Os territórios funcionam a partir de

⁵³ Os territórios correspondem às regionalizações estabelecidas pela própria ASA para diferenciar suas áreas de atuação. Esses territórios são formados por um conjunto de municípios através da articulação das diversas comunidades rurais que existem nos referidos municípios.

⁵⁴ A categoria Técnicos é composta pelos sujeitos que não são agricultoras ou agricultores, mas que compõem outras categorias na estrutura organizativa da ASA. Por exemplo, Marcelo Galassi está enquadrado na categoria técnico por desempenhar trabalhos de coordenação na ASA a partir de sua formação profissional. Logo, ele não pode ser enquadrado na categoria Agricultoras e agricultores, pois sua atuação na ASA diz respeito a sua contribuição como profissional.

assembleias/fóruns onde há a participação de qualquer agricultor ou agricultora e de técnicos.

A Coordenação estadual se reúne, geralmente, em escala mensal para encaminhar as propostas advindas dos territórios. Duas vezes por ano ocorre o que é chamado de Coordenação Ampliada, a qual se constitui como um fórum onde participam a Coordenação estadual e os representantes de comissões e Grupos de Trabalho.

A Coordenação nacional é responsável pelo encaminhamento das propostas advindas das coordenações estaduais. Não foi possível identificar as formas de dinâmica dos trabalhos da Coordenação nacional da ASA.

O dinamismo da ASA, então, é iniciado com as assembleias/fóruns que ocorrem nos territórios de toda a área de atuação da articulação. Estas assembleias/fóruns são formadas pela participação ativa de agricultoras, agricultores e técnicos, com poder de voz e voto iguais. As propostas aprovadas nesses espaços são encaminhadas através dos representantes de cada território para a coordenação estadual. A coordenação estadual realiza um fórum a partir das propostas encaminhadas pelos diversos territórios existentes no estado. Por fim, a coordenação estadual encaminha as deliberações realizadas no fórum estadual para a coordenação nacional da ASA. E todo esse movimento é materializado pelas comissões e Grupos de Trabalho, que são transversais a todas as outras estruturas da articulação, atuando tanto nos territórios quanto nas coordenações.

“A ASA é uma rede de redes. Se organiza pela base e visa o protagonismo dos agricultores e das agricultoras do semiárido brasileiro, em como essas pessoas constroem experiências de conviver na região”, explana Marcelo Galassi (entrevista realizada em 07 de março de 2019).

A ASA possui, a nosso ver, uma das maiores possibilidades e potencialidades de resistência do campesinato do semiárido brasileiro frente às formas de dominação de classe, pois orienta, organicamente, sua reflexão e prática na construção de estratégias que permitam promover a autonomia das milhões de agricultoras e agricultores da região. E estas estratégias são possíveis pela sua estrutura organizativa, privilegiando a construção pela base local e dando visibilidade às experiências históricas de agricultoras e agricultores que desenvolvem cotidianamente práticas de convivência próprias dos saberes e conhecimentos populares.

Esse processo de construção está envolto por diversas dimensões da resistência que expressam a diversidade da classe camponesa do semiárido brasileiro, das distintas

áreas que compõem a região, dos saberes existentes, de suas manifestações culturais, enfim, de uma enorme complexidade que, ao mesmo tempo, é potencial para a emancipação social dessa classe.

Defendemos que a ASA se constitui como a principal forma de organização política da classe camponesa e que possui as condições materiais e imateriais para proporcionar a transformação necessária para destruir o modelo de sociedade amparado no modo de produção capitalista, o qual é produtor de injustiças e desigualdades.

Vislumbrar um futuro sem conflitos territoriais é imaginar uma sociedade sem relações de dominação de classe, onde os sujeitos sejam capazes de desenvolver suas potencialidades de maneira justa e equitativa em consonância com as características dos ambientes em que vivem. E a Convivência com o semiárido possibilita vislumbrar esse futuro em que não precisemos combater a seca, mas conviver com ela.

Esse modo de vida é capaz de potencializar todas as dimensões do território para construir territorialidades que representam as necessidades reais do campesinato do semiárido brasileiro. Territorialidades que desenvolvem práticas produtivas adequadas à dinâmica natural; que preservam e celebram as identidades e tradições dos povos do campo; que permitem o conhecer a região a fim de estabelecer práticas de respeito com os demais sujeitos e com a natureza; que promovem a saúde dos sujeitos e do ambiente que lhes circundam em todos os seus aspectos; enfim, territorialidades que verdadeiramente demarquem modos de vidas harmônicos em sociedade.

É por todos esses motivos que a Convivência com o semiárido tem a possibilidade de nos direcionar para uma sociedade justa através de suas ações de resistência que se desenvolvem no cotidiano. Uma sociedade justa não pode ser construída da noite para o dia. As ações de resistência devem ser construídas dia após dia.

O ato revolucionário deve ser encarado como processo e não como causa. Por isso é processo revolucionário, pois ele é construído cotidianamente em meio a resistência do campesinato. Ele demorará o tempo necessário até que os sujeitos se deem conta de que chegou a hora. Estejamos prontos para construir essa sociedade.

Por fim, encerramos com as palavras ditas certa vez pelo cineasta argentino Fernando Birri em uma palestra junto com Eduardo Galeano na Colômbia quando questionados sobre a utilidade da utopia:

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar (GALEANO, 2001, p. 230, tradução nossa).

REFERÊNCIAS

- ABREU, W. E. A. **Senhores e escravos do sertão**: espacialidades do poder, violência e resistência, 1850-1888. 2011. 207 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande – PB.
- AGUIAR, P. **Nordeste**: o drama das secas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- ALENTEJANO, P. R. R.; TAVARES, E. Os Grandes Projetos de Desenvolvimento (GDPs): uma análise crítica a partir da Geografia. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 190-233, 2019.
- ALMEIDA, A. W. B. Terra e territórios: a dimensão étnica e ambiental dos conflitos agrários. In: CANUTO, A.; LUZ, C. R. S.; AFONSO, J. B. G.; SANTOS, M. M. **Conflitos no Campo – Brasil 2006**. Goiânia: CPT Nacional, 2007, pp. 16-25.
- ALVES, V. E. L.; AQUINO, J. R.; SILVA FILHO, R. I. A modernização da fruticultura irrigada e seus impactos socioeconômicos e ambientais no Vale do Açu/RN. **Revista GeoInterações**, v. 2, n. 1, p. 35-56, 2018.
- AMADO, J. Região, Sertão, Nação. **Estudos Históricos**, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995.
- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- _____. **Agricultura e Capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- _____. **Lutas camponesas no Nordeste**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- ANEEL – Agência Nacional da Energia Elétrica. **Sistema de Informações de Geração da ANEEL (SIGA)**. Brasília: Agência Nacional da Energia Elétrica, 2021. Disponível em: <https://www.aneel.gov.br/siga>. Acesso em: 18 jul. 2021.
- ANM – Agência Nacional de Mineração. **Anuário Mineral Estadual – Rio Grande do Norte. Anos Base 2010, 2011, 2012 e 2013**. Brasília: ANM, 2017.
- _____. **Anuário Mineral Estadual – Pernambuco. Ano Base 2017**. Brasília: ANM, 2018.
- _____. **Anuário Mineral Estadual – Bahia. Anos Base 2016 e 2017**. Brasília: ANM, 2019.
- _____. **Anuário Mineral Estadual – Minas Gerais. Anos Base 2015 e 2016**. Brasília: ANM, 2019.
- _____. **Anuário Mineral Estadual – Ceará. Ano Base 2018**. Brasília: ANM, 2020.

ANTONINO, L. Z. **Territórios extrativo-mineral na Bahia**: violações de direitos e conflitos nos territórios Terra-Abrigo. 2019. 320 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA.

ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres. **Caderno de estudos operacionais e de capacidade. Ferrovia de Integração Oeste-Leste**: trecho Caetité/BA – Ilhéus/BA. Brasília: 2020.

BALTAZAR, M. S. (Re)Pensar a Sociologia dos Conflitos: a Disputa Paradigmática entre a Paz Negativa e/ou a Paz Positiva. **Nação e Defesa**, n. 116, 2007, pp. 157-185.

BARREIRA, C. A parceria e a questão política no campo. **Revista de Ciências Sociais**, v. 10, n. 1-2, pp. 145-158, 1979.

BONATO, T. **O olhar, a descrição: a construção do sertão do Nordeste brasileiro nos relatos de viagem do final do período colonial (1783 - 1822)**. 2010. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR.

BORGES, M. G.; LEITE, M. E.; LEITE, M. R. Mapeamento do eucalipto no estado de Minas Gerais utilizando o sensor Modis. **Espaço Aberto**, v. 8, n. 1, pp. 53-70, 2018.

BRANCO, A. M. **Mulheres da seca**: luta e invisibilidade numa situação de desastre. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2000.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Congresso Nacional Constituinte, 1891.

_____. Decreto nº 1.396, de 10 de outubro de 1905. Dispõe sobre as despesas a fazer com a construção de obras preventivas dos efeitos das seccas que periodicamente assolam alguns Estados do Norte. **Diário Oficial**. Rio de Janeiro, 15 out. 1905.

_____. Decreto nº 7.619, de 21 de outubro de 1909. Approva o regulamento para organização dos serviços contra os efeitos das seccas. **Diário Oficial**. Rio de Janeiro, 26 out. 1909.

_____. Presidência da República. **Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da Terceira Sessão da Oitava Legislatura pelo Presidente da República Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1914.

_____. Presidência da República. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Casa Civil, 1934.

_____. Lei nº 175, de 7 de janeiro de 1936. Regula o disposto no art. 177 da Constituição. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, 13 jan. 1936.

_____. Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989. Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo

Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 28 set. 1989.

_____. Secretaria da Câmara dos Deputados. **Falas do trono**: desde o ano de 1823 até o ano de 1889. Brasília: Senado Federal, 2019.

BURSZTYN, M. **O poder dos donos**: planejamento e clientelismo no Nordeste. 3. ed. Rio de Janeiro/Fortaleza: Garamond/Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

BRANCO, A. M. **Mulheres da seca**: luta e invisibilidade numa situação de desastre. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2000.

CAGEPA – Companhia de Água e Esgotos da Paraíba. **Plano Abreviado de Reassentamento Involuntário. Projeto de Segurança Hídrica do Estado da Paraíba-PSH/PB**. João Pessoa: 2018.

CAVALCANTE, L. V. A territorialidade do capital no campo: agronegócio e uso corporativo do território no Ceará. **Revista NERA**, v. 23, n. 53, p. 22-46, 2020.

CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT. CANUTO, A.; LUZ, C. R. S.; SANTOS, P. C. M. (Coord.). **Conflitos no Campo – Brasil 2020**. Goiânia: CPT Nacional, 2021.

CHERLET, M.; HUTCHINSON, C.; REYNOLDS, J.; HILL, J.; SOMMER, S.; von MALTITZ, G. (Eds.). **World Atlas of Desertification**. 3. ed. Luxemburgo: Office of the European Union, 2018.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba. **Canal do Sertão Pernambucano**. 2018. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/linhas-de-negocio/irrigacao/projetos-publicos-de-irrigacao/elenco-de-projetos/em-estudo/canal-do-sertao-pernambucano>. Acesso em: 29 jul. 2021.

_____. **Canal de Xingó**. 2018. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/linhas-de-negocio/irrigacao/projetos-publicos-de-irrigacao/elenco-de-projetos/em-estudo/canal-de-xingo>. Acesso em: 29 jul. 2021.

_____. Elenco de Projetos. Brasília: CODEVASF, 2021. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/linhas-de-negocio/irrigacao/projetos-publicos-de-irrigacao/elenco-de-projetos>. Acesso em: 13 jul. 2021.

COLOGNESE, S. A.; MÉLO, J. L. B. de. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**, v. 9, 1998, pp. 143-159.

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. **CONTAG: 40 anos de lutas ao lado do homem e da mulher do campo**. Brasília: CONTAG, 2013.

CORREIA, R. C.; KIILL, L. H. P.; MOURA, M. S. B.; CUNHA, T. J. F.; JESUS JUNIOR, L. A.; ARAÚJO, J. L. P. **A região semiárida brasileira**. Disponível em: www.alice.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/54762/1/01-A-regiao-semiarida-brasileira.pdf-18-12-2011.pdf. 2011. Acesso em: 22 de nov. de 2016.

COSME, C. M. Crítica à transformação capitalista da água em mercadoria: águas para a vida, não para a morte. In: CANUTO, A.; LUZ, C. R. S.; ANDRADE, T. V. P. **Conflitos no Campo – Brasil 2016**. Goiânia: CPT Nacional, 2017, pp. 121-132.

COSTA, J. J. D. Contradições do processo de modernização do semi-árido: da agricultura tradicional à pecuária irracional dependente. In: MOREIRA, E. (Org.). **Agricultura Familiar e Desertificação**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2006.

COUTO, C. G. Oligarquia e processos de oligarquização: o aporte de Michels à análise política contemporânea. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, 2012, pp. 47-62.

CPT – Comissão Nacional de Formação da CPT (Orgs.). **CPT: 40 anos de fé, rebeldia e esperança**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

DANTAS, I. **Coronelismo e Dominação**. 2. ed. Aracaju: Criação, 2019.

DANTAS, J. C. **Gestão da água, gestão da seca**: a centralidade do açude no gerenciamento dos recursos hídricos do semiárido. 2018. 135 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB.

_____. A falsa vilã: ideologias e ação estatal no semiárido brasileiro. **Revista NERA**, v. 23, n. 51, pp. 157-179, 2020.

DE' CARLI, C. **A família escrava no sertão pernambucano**. 2007. 127 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de Brasília, Brasília – DF.

DELANEY, D. **Territory**: a short introduction. Pondicherry: Blackwell, 2005.

EIA – U.S. Energy Information Administration. **International Energy Statistics**. Washington: U.S. Energy Information Administration, 2021. Disponível em: <https://www.eia.gov/international/data/world>. Acesso em: 16 set. 2021.

ELIAS, D. Agronegócio e desigualdades sócioespaciais. In: ELIAS, D; PEQUENO, R. (Orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas sócioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

FACÓ, R. **Cangaceiros e Fanáticos**: gênese e lutas. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

FERNANDES, A. C. A dança dos números nos conflitos pela água. In: In: CANUTO, A.; LUZ, C. R. S.; ANDRADE, T. V. P. **Conflitos no Campo – Brasil 2015**. Goiânia: CPT Nacional, 2016, pp. 112-117.

FERNANDES, B. M. A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – Brasil. **Revista Nera**, v. 1, n. 1, pp. 1-44, 1998.

_____. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro**: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST (1979-

1999). 1999. 316 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo – SP.

_____. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Editor). **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008a.

_____. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, F. R. C.; LIMA, M. H. M R.; TEIXEIRA, N. S. Grandes minas do semiárido brasileiro e o desenvolvimento local. In: FERNANDES, F. R. C.; ENRÍQUEZ, M. A. R. S.; ALAMINO, R. C. J. (Orgs.). **Recursos Minerais & Sustentabilidade Territorial: grandes minas**. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2011.

FELICIANO, C. A. A prática da violência no campo brasileiro do século XXI. In: RAMOS FILHO, E.; MITIDIERO JUNIOR, M. A.; SANTOS, L. R. S. (Orgs.). **Questão agrária e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2016, pp. 81-100.

FERREIRA, L. F. G. **Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1993.

FONSÊCA, H. J.; SILVA, Z. P. Quilombos: escravidão e resistência. **ODEERE**, v. 5, n. 9, pp. 234-250, 2020.

FRANÇA, D. P. I. **Conflitos territoriais e resistência da totalidade do trabalho frente ao Agrohidronegócio Fruticultor nas áreas de expansão dos Perímetros Irrigados no Semiárido nordestino**. 2018. 331 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente – SP.

FREITAS, N. B. **O Descoroamento da princesa do sertão: de “chão” a território, o “vazio” no processo da valorização do espaço**. 2014. 415 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – SE.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 15. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

GALEANO, E. **Las palabras andantes**. 5. ed. Buenos Aires: Catálogos, 2001.

GARZON, L. F. N. Soberania empresarial versus soberania social. In: CANUTO, A.; LUZ, C. R. S.; WICHINIESKI, I. **Conflitos no Campo – Brasil 2009**. Goiânia: CPT Nacional, 2010, pp. 82-87.

GERMANI, G. I. Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro. **GeoTextos**, v. 2, n. 2, pp. 115-147, 2006.

GONÇALVES, A. A água e a sede do Capital. In: CANUTO, A.; LUZ, C. R. S.; LAZZARIN, F. **Conflitos no Campo – Brasil 2013**. Goiânia: CPT Nacional, 2014, pp. 92-95.

GRANJA, C. V. A.; CAVALCANTE, E. P.; CAFFÉ FILHO, H. P. SIQUEIRA, M. S.; NASCIMENTO, W. Degradação ambiental: exploração de gipsita no Polo Gesseiro do Araripe. **Id on Line Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v. 11, n. 36, pp. 239-267, 2017.

GUIMARÃES, F. M. S. Divisão Regional do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 3, n. 2, pp. 318-373, 1941.

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **Geographia**, v. 9, n. 17, 2007, pp. 19-49.

IASI, M. L. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agrícola de 1960**. Rio de Janeiro: IBGE, 1966.

_____. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.

_____. **Censo Agropecuário 1995-1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

IMA – Instituto do Meio Ambiente do estado de Alagoas. **Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente – Exploração de minério de cobre. Municípios de Igaci e Craíbas – AL**. Maceió: 2020.

JESUS, R. B. **Análise socioambiental do processo produtivo do minério bentonita no Distrito de Pradoso**: Vitória da Conquista – BA. 2012. 139 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA.

LANNA, M. P. D. **A dívida divina**: troca e patronagem no Nordeste brasileiro. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEITE, A. C. G. Acumulação de capital, mobilização regional do trabalho. **Revista Colombiana de Geografía**, v. 23, n.1, pp. 75-92, 2014.

LEITE, M. E.; ALMEIDA, J. W. L.; SILVA, R. F. Análise espaço-temporal do eucalipto no Norte de Minas Gerais nos anos de 1986, 1996 e 2010. **Geotextos**, v. 8, n. 2, pp. 59-74, 2012.

LINHARES, M. Y. L. Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil (Séculos XVII E XVIII). **Revista Tempo**, n. 1-2, pp. 1-11, 1996.

LOCATEL, C. D. Uso do território e agricultura no Rio Grande do Norte: materialidades e estruturas. **Confinns (Online)**, n. 34, 2018.

LUCENA, C. C.; CARDOSO, C. E. L.; RODRIGUES, M. G. V. Caracterização e prospecção de demanda dos produtores de banana do Norte de Minas Gerais – Brasil. In: XX Reunião Internacional da Associação para a Cooperação em Pesquisa e Desenvolvimento Integral das Musáceas (Bananas e Plátanos). **Anais da XX Reunião Internacional da Associação para a Cooperação em Pesquisa e Desenvolvimento Integral das Musáceas (Bananas e Plátanos)**, Fortaleza, 2013.

MACHADO, R. A. **Condicionantes Institucionais à Execução do Investimento em Infraestrutura no Brasil**: estudo de caso sobre a implementação da ferrovia Transnordestina (Texto para discussão 2251). Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

MALVEZZI, R. **Semi-árido**: uma visão holística. Brasília: Confea, 2007.

_____. Quando a água é conflito. In: CANUTO, A.; LUZ, C. R. S.; AFONSO, J. B. G.; SANTOS, M. M. **Conflitos no Campo – Brasil 2007**. Goiânia: CPT Nacional, 2008, pp. 98-99.

_____. O avanço do hidronegócio e os conflitos pela água. In: CANUTO, A.; LUZ, C. R. S.; WICHINIESK, I. **Conflitos no Campo – Brasil 2011**. Goiânia: CPT Nacional, 2012, pp. 86-87.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2021.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATTOSO, K. M. Q. **Bahia, século XIX**: uma Província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MEDEIROS, C. N.; GOMES, D. D. M.; ALBUQUERQUE, E. L. S. A concentração da posse da terra na região Nordeste e no estado do Ceará. **Geografia**, v. 37, n. 2, pp. 199-220, 2012.

MELO, P. P. Do subliminar à sub-repção: a construção da resistência indígena no Nordeste do Brasil colonial. **Clio: Revista da Pesquisa Histórica**, n. 25-2, pp. 66-77, 2007.

MELO, F. P. **Guerreiros do sol**: violência e banditismo no Nordeste do Brasil. 5. ed. São Paulo: A Girafa, 2011.

MENEZES, D. **O outro Nordeste**. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1970.

MEYER, M. F.; SOUZA, M. M.; MONTEIRO, F. M.; PINTO, Y. L. C.; SÁ, I. A. Papel socioeconômico do calcário potiguar. In: 20º Simpósio de Mineração. **Anais do 20º Simpósio de Mineração**, São Paulo, 2019.

MIN – Ministério da Integração Nacional. **Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente – Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional**. Brasília: 2004.

_____. **Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente – Ramal do Agreste**. Brasília: 2008.

_____. **Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente – Sistema Adutor do Agreste Pernambucano**. Brasília: 2009.

MIN – Ministério da Integração Nacional. Grupo de Trabalho para Delimitação do Semiárido. **Análise de Recursos – Resolução nº 115/2017**. Brasília: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, 2017.

MITIDIERO JUNIOR, M. A.; MOIZÉS, B. C.; MARTINS, L. A. Contra o povo - ataque parlamentar aos direitos dos povos do campo e da natureza. In: CANUTO, A.; LUZ, C. R. S.; SANTOS, P. C. M. **Conflitos no Campo – Brasil 2018**. Goiânia: CPT Nacional, 2019, pp. 165-173.

MOLINAS, P. A. **Gestão e Operação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF)**. Belo Horizonte: CBHSF, 2019.

MONTEIRO JÚNIOR, F. H.; BEZERRA, T. S. Mobilização e resistência ao projeto Santa Quitéria de mineração de urânio e fosfato: o desenvolvimento como ameaça e a luta antinuclear como garantia de efetivação da justiça socioambiental. **Revista de Movimentos Sociais e Conflitos**, v. 4, n. 1, pp. 67-87, 2018.

MORAES, A. C. R. Notas sobre formação territorial e políticas ambientais no Brasil. **Revista Território**, v. 4, n. 7, 1999, pp. 43-50.

_____. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2011.

MOREIRA, E. Notas sobre o processo de modernização recente da agricultura brasileira. **Boletim de Geografia do Departamento de Geociências da Ufpb**, João Pessoa, v. 1, n.7, p. 45-55, 1988.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

MOTT, L. R. B. Os índios e a pecuária nas fazendas de gado no Piauí colonial. **Revista de Antropologia**, v. 22, pp. 61-78, 1979.

NASCIMENTO, F. J. S.; RATTS, A. J. P. “Primeiro não havia nada”: análise das narrativas sobre a colonização no Ceará. In: XIII Encontro Nacional da ANPEGE, 2019, São Paulo. **Anais do XIII Encontro Nacional da ANPEGE**, 2019, pp. 1-13.

NEVES, E. F. Sucessão dominal e escravidão na pecuária do Rio das Rãs. **Sitientibus**, n. 21, pp. 117-142, 1999.

_____. **Posseiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)**. 2003a. 435 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE.

_____. Sertão como recorte espacial e como imaginário cultural. **Politeia**, v. 3, n. 1, pp. 153-162, 2003b.

NOVAIS, W. P. S. **O agronegócio em Vitória da Conquista-BA: agricultura capitalista mundializada e reprodução fictícia de capital**. 2018. 156 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB.

OLIVEIRA, A. J. **Os Kariri-resistências à ocupação dos sertões dos Cariris Novos no século XVIII**. 2017. 310 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza – CE.

OLIVEIRA, A. U. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

_____. O governo Lula assumiu a contrarreforma agrária: a violência do agrobandidismo continua. In: CANUTO, A.; LUZ, C. R. S.; AFONSO, J. B. G.; SANTOS, M. M. **Conflitos no Campo – Brasil 2008**. Goiânia: CPT Nacional, 2009, pp. 61-70.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz da Terra, 1981.

_____. **Crítica à razão dualista. O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, W. S. L. **Da Redenção ao Conflito: A Reação Popular Frente ao Projeto Minerário Vale do Rio Pardo no Norte de Minas Gerais**. 2015. 156 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC.

OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PAM – Produção Agrícola Municipal. **Área plantada, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1612>. Acesso em: 07 out. 2021.

PAM – Produção Agrícola Municipal. **Área plantada, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras permanentes**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1613>. Acesso em: 07 out. 2021.

PAULINO, E. T.; ALMEIDA, R. A. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PEREIRA, A. M. Economia e escravaria na Cidade do Príncipe. **Revista de História**, v. 6, n. 1-2, pp. 32-48, 2017.

PEREIRA, L. I.; PAULI, L. MATOPIBA: controle do território e expansão da fronteira da estrangeirização da terra. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, pp. 147-172, 2019.

PESSOA, A. E. S. **As ruínas da tradição: a Casa da Torre de Garcia D'Ávila – família e propriedade no Nordeste Colonial**. 2003. 308 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo – SP.

PEVS – Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura. **Quantidade produzida e valor da produção na silvicultura, por tipo de produto da silvicultura**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/291>. Acesso em: 07 out. 2021.

PIETRAFESA, J. P. Trabalho e condições humanas: Uso do solo e relações produtivas. In: CANUTO, A.; LUZ, C. R. S.; SANTOS, P. C. M. **Conflitos no Campo – Brasil 2019**. Goiânia: CPT Nacional, 2020, pp. 154-163.

PIRES, M. I. C. **Resistência indígena nos sertões nordestinos no pós-conquista territorial: Legislação, Conflito e Negociação nas vilas pombalinas 1757-1823**. 2004. 284 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE.

POMPA, C. Memórias do fim do mundo: o movimento de Pau de Colher. **Revista USP**, n. 82, pp. 68-87, 2009.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; CUIN, D. P.; LADEIRA, J. N.; SILVA, M. N.; LEÃO, P. C. R. Terra em Transe: geografia da expropriação e da r-existência no campo brasileiro. In: CANUTO, A.; LUZ, C. R. S.; SANTOS, P. C. M. **Conflitos no Campo – Brasil 2018**. Goiânia: CPT Nacional, 2019, pp. 93-121.

PPM – Pesquisa da Pecuária Municipal. **Efetivo dos rebanhos, por tipo de rebanho**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3939>. Acesso em: 07 out. 2021a.

PPM – Pesquisa da Pecuária Municipal. **Produção da aquicultura, por tipo de produto**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3940>. Acesso em: 07 out. 2021b.

PUNTONI, P. **A Guerra dos Bárbaros: povos indígenas e colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec, 2002.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

REGALA, R. M. S. **Perímetro Irrigado das Várzeas de Sousa: conflitos territoriais e resistência camponesa contra o uso de agrotóxicos**. 2019. 142 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB.

REGIS, W. L. B. H. **Estudo do processo de mineração do calcário**. 2019. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Química) – Universidade Federal Rural do Semi-árido, Mossoró – RN.

RÊGO, J. F. G. **Expansão territorial do capital minerador estrangeiro: conflitos, resistências e enfrentamentos em Jacobina-BA**. 2018. 201 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA.

REIS, J. J.; SILVA, E. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

REIS, J. N. P. A insustentável distribuição da terra no semiárido brasileiro. **Caderno de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 16, n. 27, pp. 21-38, 2019.

RIBERIO, T. R. **Processo produtivo do cimento portland e seus impactos socioambientais na cidade de Mossoró**. 2019. 11 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência e Tecnologia) – Universidade Federal Rural do Semi-árido, Mossoró – RN.

RODRIGUES, C. **A dinâmica territorial da exploração mineral seridoense (PB/RN): da apropriação privada do subsolo à degradação do trabalho, da saúde e da vida dos camponeses-garimpeiros**. 2019. 279 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB.

SANTANA, M. O. (org.). **Atlas das áreas susceptíveis à desertificação do Brasil**. Brasília: MMA, 2007.

SANTOS, J. P. O.; EL-DEIR, S. G. Produção de gesso no Araripe Pernambucano: impactos ambientais e perspectivas futuras. **Revista AIDIS**, v. 12, n. 3, pp. 469-509, 2019.

SANTOS, T. A. **Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA Brasil): a convivência com o semiárido e a construção de um regionalismo de resistência**. 2016. 232 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo – SP.

SEGUNDO NETO, F. V. A. **Diferentes formas de abastecimento de água na região semiárida da bacia do rio Paraíba**. 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB.

SEMACE – Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Ceará. **Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente - Extração e Beneficiamento de Calcário Calcítico – Lagoinha/Quixeré-CE**. Fortaleza: SEMACE, 2012.

SEMADE – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Relatório de Impacto Ambiental. Projeto Bloco 8**. Belo Horizonte: 2021.

SEPLAG – Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. **Aplicação de Metodologia de Gestão de Investimentos Públicos (GIP). Cinturão das Águas do Ceará (CAC)**. Fortaleza: SEPLAG, 2016.

SEPLAG – Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. **Estudo sobre o Canal do Sertão**. Maceió: SEPLAG, 2017.

SILVA, E. Índios no semiárido nordestino: (re)conhecendo sociodiversidades. **Clio: Revista da Pesquisa Histórica**, n. 35, pp. 254-272, 2017.

SILVA, E. C. **A geopolítica do saque mineral**: conflitos e impactos socioambientais da mineração de ferro em Quiterianópolis-CE. 2020. 186 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral – CE.

SILVA, J. F.; NOBRE, F. W. O discurso da seca e da crise hídrica: uma análise do Cinturão das Águas do Ceará. **Sustentabilidade em Debate**, v. 7, Edição Especial, 2016, 22-37.

SILVA, M. A. M.; MARTINS, R. C.; MELO, B. M. Da luta no eito à luta pelos direitos. In: CANUTO, A.; LUZ, C. R. S.; AFONSO, J. B. G.; SANTOS, M. M. **Conflitos no Campo – Brasil 2007**. Goiânia: CPT Nacional, 2008, pp. 120-129.

SILVA, R. M. A. **Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido**: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. 2006. 298 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília – DF.

SIMON, C. R. **A Promoção da Saúde, Feminismo e Contraespaço**: mulheres camponesas e suas lutas para se manterem vivas!. 2020. 400 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente – SP.

SIQUEIRA, R.; ZELLHUBER, A. Água roubada. In: CANUTO, A.; LUZ, C. R. S.; AFONSO, J. B. G.; SANTOS, M. M. **Conflitos no Campo – Brasil 2006**. Goiânia: CPT Nacional, 2007, pp. 110-113.

SOUSA, A. E. “A chegada do estranho”: mineração, conflitos socioterritoriais e resistência a partir das comunidades camponesas no município de Curral Novo – PI. **Revista Pegada**, v. 22, n. 1, 2021, pp. 160-181.

SOUZA, B. I. **Cariri Paraibano**: do silêncio do lugar à desertificação. 2008. 198 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS.

SULZBACHER, A. W.; LAGE, N.; LOPES, L. S. Mineração e questão agrária no Vale do Jequitinhonha: análises a partir do garimpo tradicional. **Campo-Território**, v. 15, n. 36, pp. 400-429, 2020.

TARGINO, I.; MOREIRA, E. Secas e Estado no Nordeste brasileiro. In: MOREIRA, E. (Org.). **Agricultura Familiar e Desertificação**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2006.

TRALDI, M. Os impactos sócioeconômicos e territoriais resultantes da implantação e operação de parques eólicos no semiárido brasileiro. **Scripta Nova**, v. 22, n. 589, 2018, pp. 1-34.

VALE, J. **O projeto colonial-capitalista, a invenção da seca e algumas experiências de resistência no sertão do Nordeste**. 2021. 179 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Direito) – Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ.

VERSIANI, F. R.; VERGOLINO, J. R. O. Posse de escravos e estrutura da riqueza no Agreste e Sertão de Pernambuco: 1777-1887. **Estudos Econômicos**, v. 33, n. 2, p. 353-393, 2003.

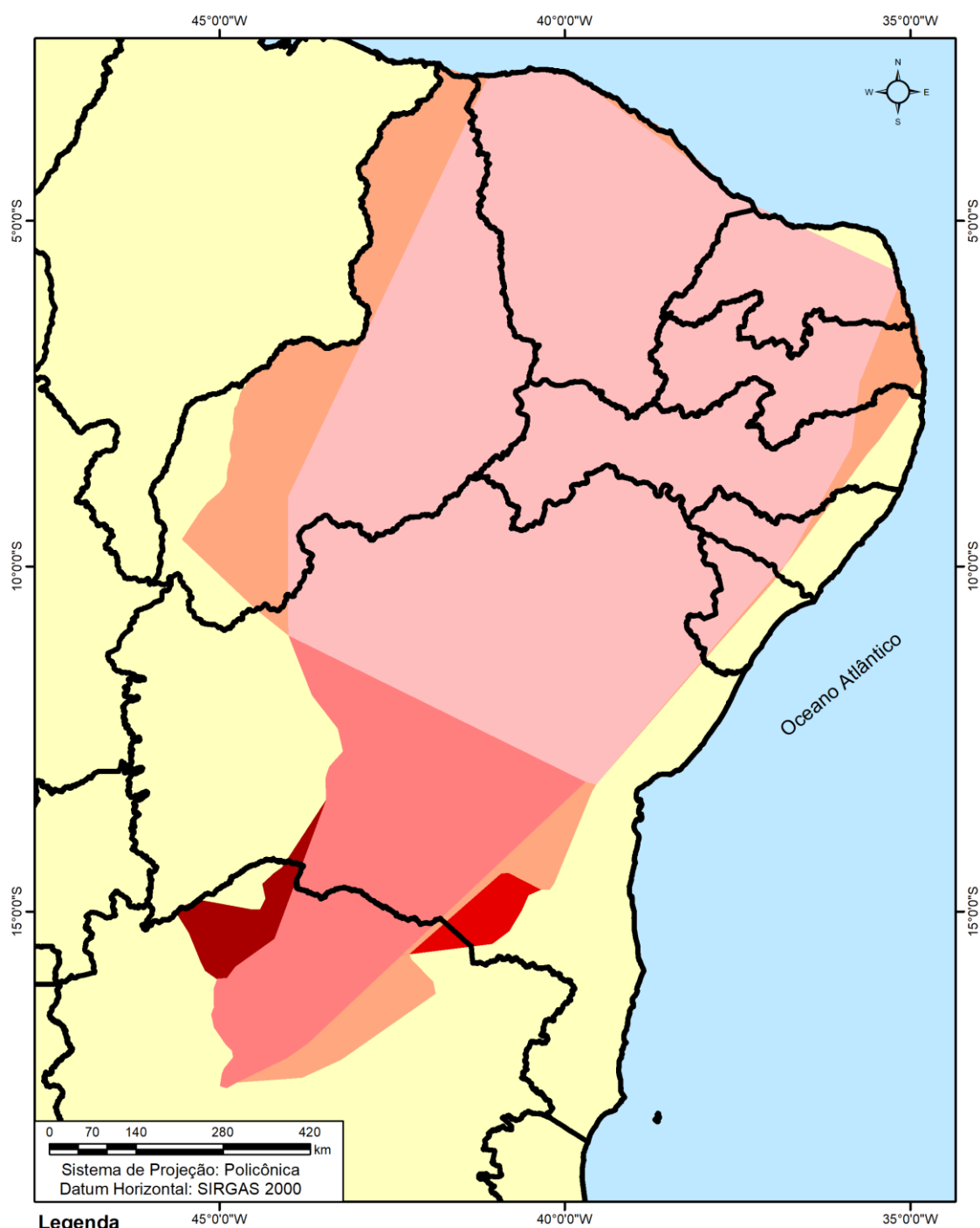
VIDAL, V. B. Protagonismo dos beatos no semiárido. In: CPT – Comissão Nacional de Formação da CPT (Orgs.). **CPT: 40 anos de fé, rebeldia e esperança**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

VILAÇA, M. V.; ALBUQUERQUE, R. C. **Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

ZUSMAN, P. La tradición del trabajo de campo en Geografía. **Geograficando**, v. 7, n. 7, 2011, pp. 15-32.

APÊNDICE I

Figura 29. Evolução da delimitação do Polígono das Secas



Legenda

- Polígono das Secas (1936)
- Polígono das Secas (1946)
- Polígono das Secas (1951)
- Polígono das Secas (1965)
- Polígono das Secas (1975)

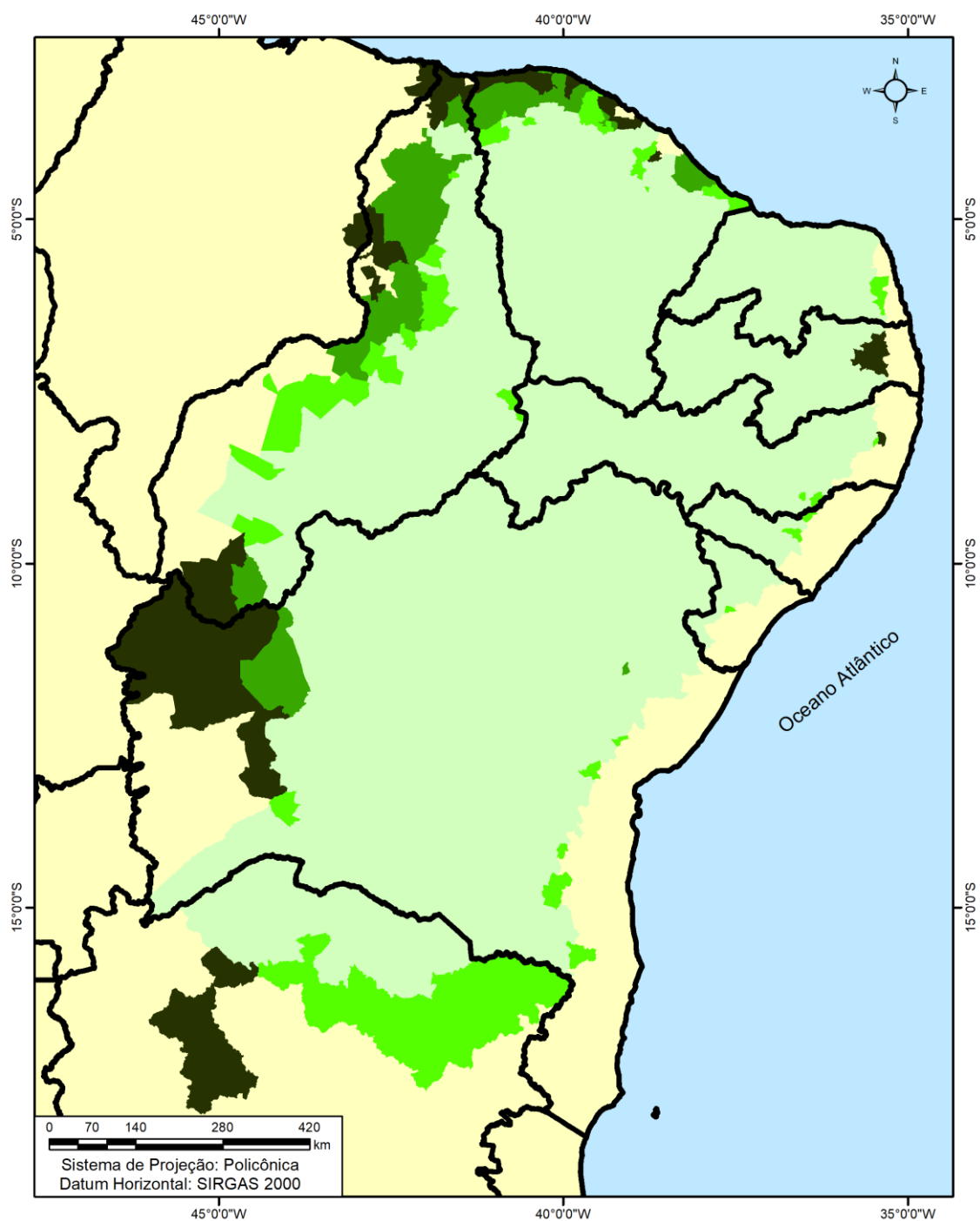
Bases cartográficas e fontes:

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015);
 Lei nº 175, de 07 de janeiro de 1936;
 Decreto nº 9.857, de 13 de setembro de 1946;
 Lei nº 1.348, de 10 de fevereiro de 1951;
 Lei nº 4.763, de 30 de agosto de 1965;
 Lei nº 6.218, de 7 de junho de 1975.

Elaboração:
José Carlos Dantas, 2020

Fonte: elaboração própria.

Figura 30. Evolução da delimitação do semiárido brasileiro



Legenda

- Semiárido brasileiro (1999)
- Semiárido Brasileiro (2005)
- Semiárido Brasileiro (2017-julho)
- Semiárido Brasileiro (2017- novembro)

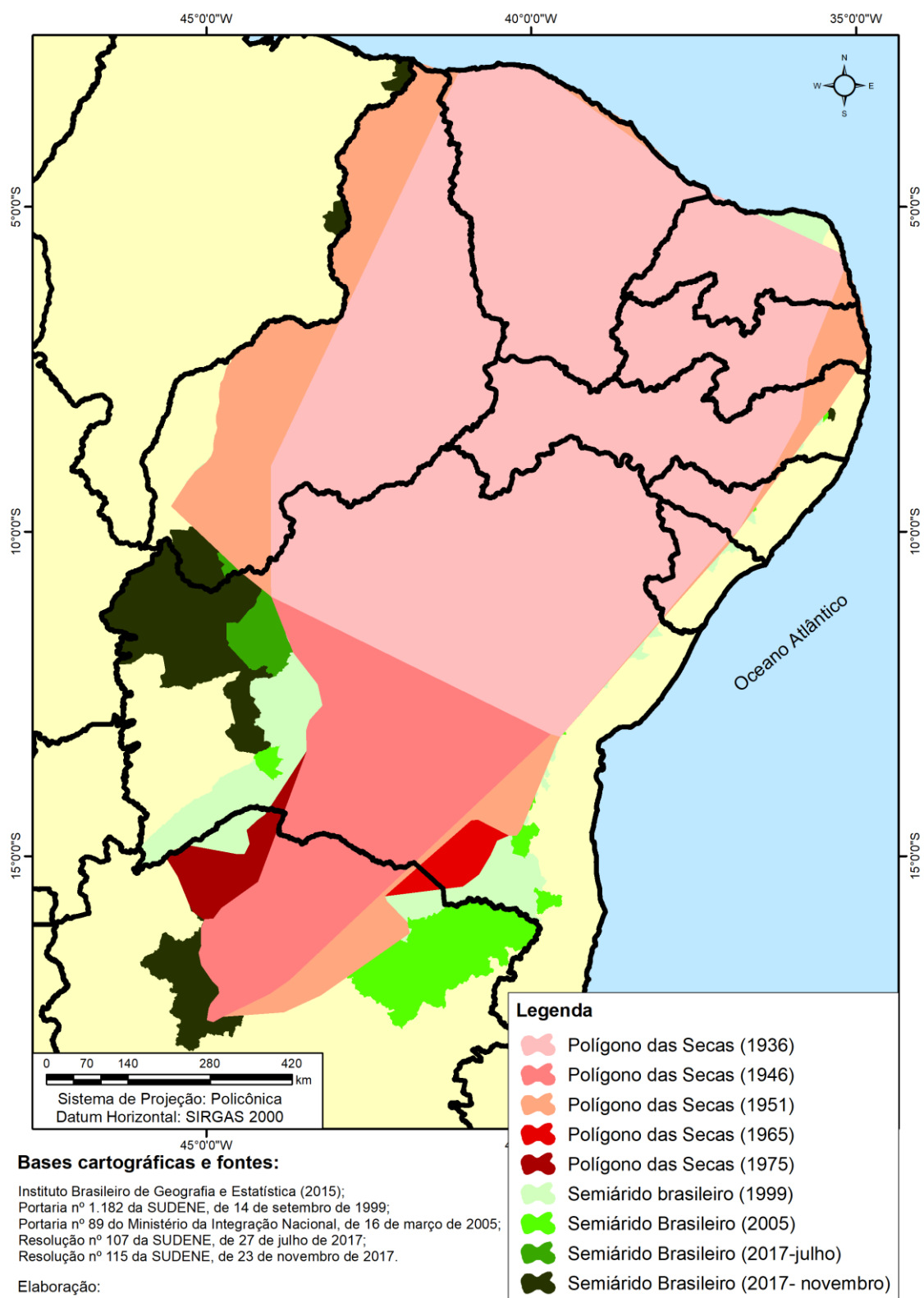
Bases cartográficas e fontes:

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015);
 Portaria nº 1.182 da SUDENE, de 14 de setembro de 1999;
 Portaria nº 89 do Ministério da Integração Nacional, de 16 de março de 2005;
 Resolução nº 107 da SUDENE, de 27 de julho de 2017;
 Resolução nº 115 da SUDENE, de 23 de novembro de 2017.

Elaboração:
 José Carlos Dantas, 2020

Fonte: elaboração própria.

Figura 31. Evolução da delimitação do Polígono das Secas e do semiárido brasileiro



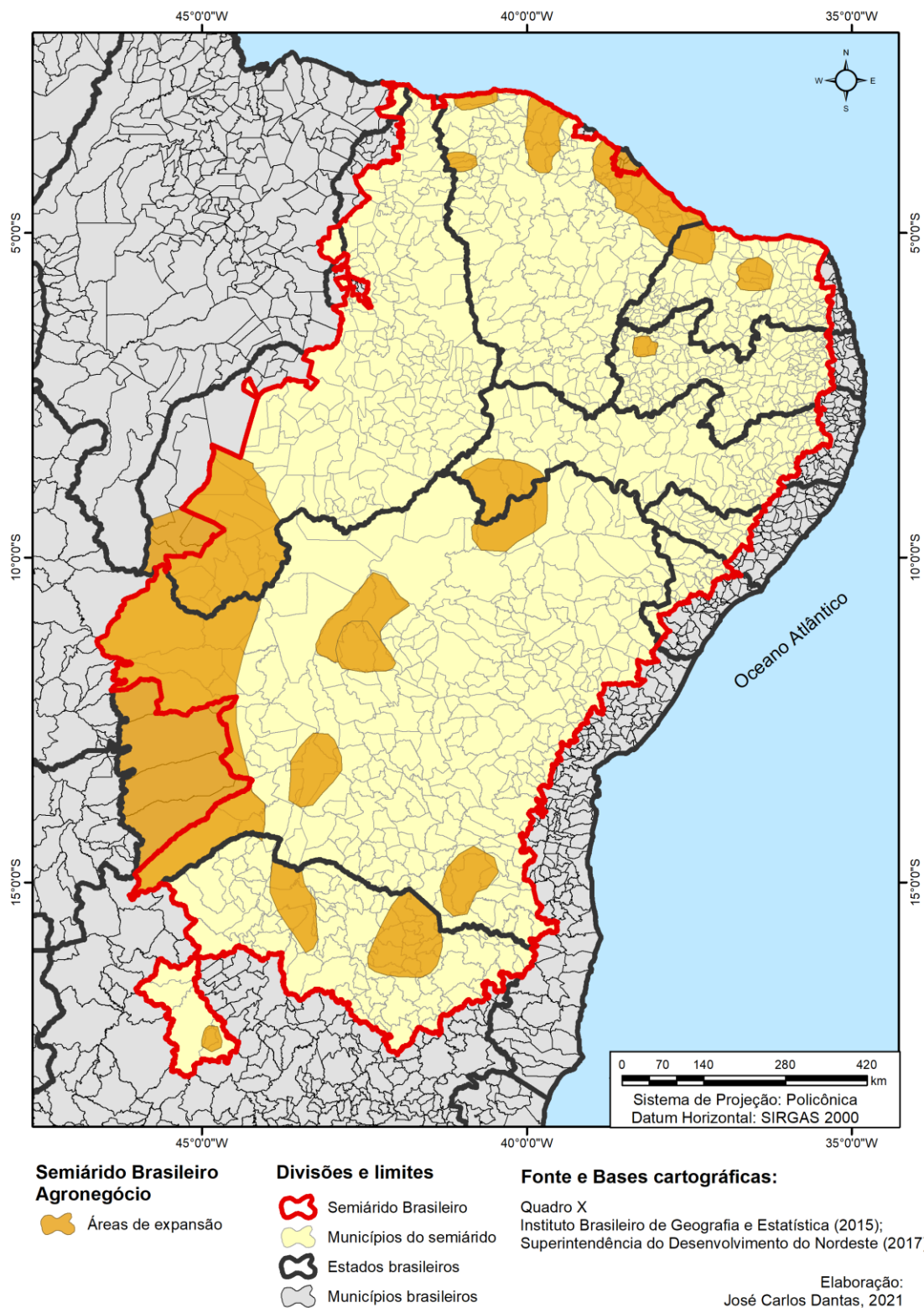
Fonte: elaboração própria.

APÊNDICE II

Descrição das áreas de expansão do capitalismo no semiárido brasileiro

a) AGRONEGÓCIO

Figura 32. Principais áreas de expansão do agronegócio no semiárido brasileiro



Fonte: elaboração própria.

Quadro 6. Descrição das principais áreas de expansão do agronegócio no semiárido brasileiro

Unidade da Federação	Área	Posição Geográfica	Descrição	Fonte
Ceará	Serra da Ibiapaba	Noroeste Cearense	Pecuária bovina e de aves para corte e produção de leite e ovo.	CAVALCANTE, 2020
Ceará	Litoral oeste	Extremo Noroeste Cearense	Cultivo de coco seco e coco verde para produção de coco ralado, leite de coco e água de coco.	CAVALCANTE, 2020
Ceará	Litoral norte	Noroeste Cearense	Cultivo de coco seco e coco verde para produção de coco ralado, leite de coco e água de coco.	CAVALCANTE, 2020
Ceará	Litoral nordeste (incluindo a Chapada do Apodi)	Nordeste Cearense	Cultivo de diversas culturas: cana-de-açúcar para produção de cachaça; caju para extração de sua castanha; frutas tropicais como melão, melancia e banana. Também há a pecuária bovina e de aves, bem como a carcinicultura.	CAVALCANTE, 2020
Rio Grande do Norte	Chapada do Apodi	Noroeste Potiguar	Cultivo de frutas tropicais para exportação com predomínio de melão e melancia. Também há carcinicultura em menor proporção.	FRANÇA, 2018
Rio Grande do Norte	Vale do Açu	Porção central Potiguar	Predomínio do cultivo de banana.	ALVES et al. 2018; LOCATEL, 2018

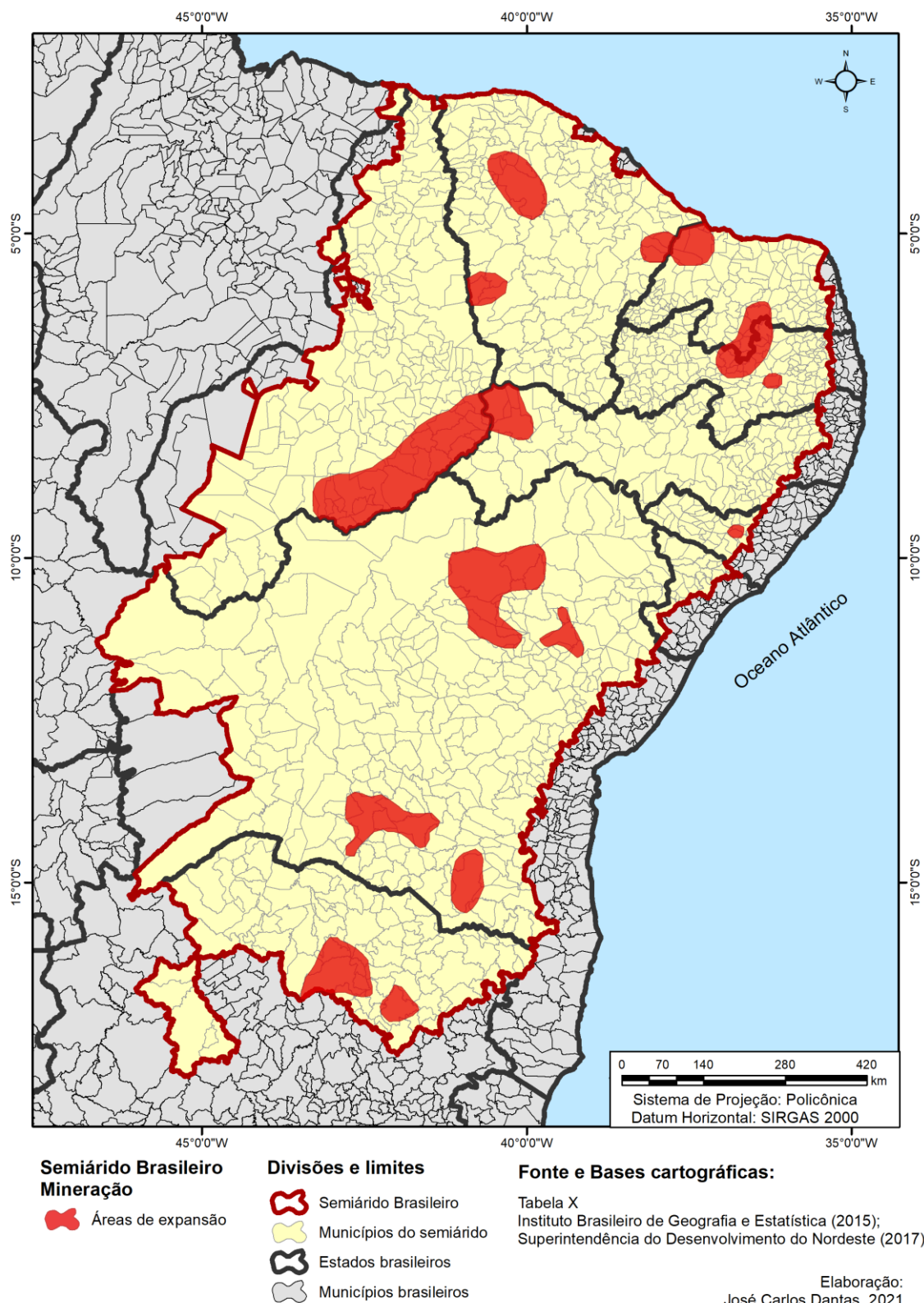
Unidade da Federação	Área	Posição Geográfica	Descrição	Fonte
Paraíba	Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa (PIVAS)	Oeste Paraibano	Cultivo de milho e sorgo	REGALA, 2019
Pernambuco-Bahia	Polo Petrolina-Juazeiro	Extremo Oeste Pernambucano-Norte Baiano	Cultivo de frutas para exportação com predomínio de uva e manga. Parte considerável dessa produção advém dos vários Perímetros Irrigados existentes nessa área.	CODEVASF, 2021; FRANÇA, 2018
Bahia	Perímetro Irrigado Baixio de Irecê	Noroeste Baiano	Perímetro Irrigado em fase de implantação nos municípios de Itaguaçu da Bahia e Xique-xique. A prospecção é realizar cultivos variados entre frutas, grãos e algodão.	CODEVASF, 2021
Bahia	Perímetro Irrigado Mirorós	Noroeste Baiano	Perímetro Irrigado com predomínio do cultivo de banana.	CODEVASF, 2021
Bahia	Perímetro Irrigado Formoso A/H	Sudoeste Baiano	Perímetro Irrigado com predomínio do cultivo de banana.	CODEVASF, 2021
Bahia	Município de Vitória da Conquista e entorno	Sudeste Baiano	Predomínio do cultivo de café.	NOVAIS, 2018
Bahia-Piauí	MATOPIBA	Oeste Baiano e Sul Piauiense	Predomínio do cultivo de algodão, soja e milho.	PEREIRA e PAULI, 2019

Unidade da Federação	Área	Posição Geográfica	Descrição	Fonte
Minas Gerais	Área entre os rios São Francisco e Gorutuba	Norte Mineiro	Área com predomínio do cultivo de banana, sobretudo pela participação dos Perímetros Irrigados localizados nessa porção do estado.	LUCENA et al. 2013; CODEVASF, 2021
Minas Gerais	Perímetro Irrigado Pirapora	Norte Mineiro	Perímetro Irrigado com predomínio do cultivo de banana e uva.	CODEVASF, 2021
Minas Gerais	Conjunto de municípios no entorno de Berizal e Curral de Dentro	Norte Mineiro	Predominância do cultivo de eucalipto.	BORGES et al. 2018; LEITE et al. 2012

Fonte: elaboração própria.

b) MINERAÇÃO

Figura 33. Principais áreas de expansão da mineração no semiárido brasileiro



Fonte: elaboração própria.

Quadro 7. Descrição das principais áreas de expansão da mineração no semiárido brasileiro

Unidade da Federação	Área	Posição Geográfica	Descrição	Fonte
Piauí	Projeto Planalto Piauí	Sudeste Piauiense	Implantação de projetos para extração de minério de ferro.	SOUSA, 2021
Piauí	Município de São Raimundo Nonato	Sudeste Piauiense	Implantação de projetos para extração de minério de ferro.	SOUSA, 2021
Piauí	Município de Capitão Gervásio Oliveira	Sudeste Piauiense	Implantação de projetos para extração de níquel.	SOUSA, 2021
Ceará	Município de Quiterianópolis	Oeste Cearense	Extração de minério de ferro.	SILVA, 2020
Ceará	Municípios de Santa Quitéria e Sobral e entorno	Noroeste Cearense	Extração de minério de ferro, fosfato e urânio.	MONTEIRO JÚNIOR e BEZERRA, 2018; BRASIL, 2020
Ceará	Baixo Rio Jaguaribe	Nordeste Cearense	Extração de Calcário.	SEMACE, 2012; ANM, 2020; REGIS, 2019
Rio Grande do Norte	Chapada do Apodi	Noroeste Potiguar	Extração de Calcário.	ANM, 2017; RIBEIRO, 2019; MEYER et al. 2019
Rio Grande do Norte-Paraíba	Seridó Potiguar e Paraibano	Divisa entre os estados em suas respectivas porções centrais	Extração de diversos minerais e rochas para comercialização de gemas e na construção civil. Alguns exemplos são quartzo, gipsita, feldspato, mica, ametista, berilo, turmalina e colombita.	RODRIGUES, 2019
Paraíba	Município de Boa Vista	Porção Central Paraibana	Extração de bentonita.	FERNANDES et al. 2012

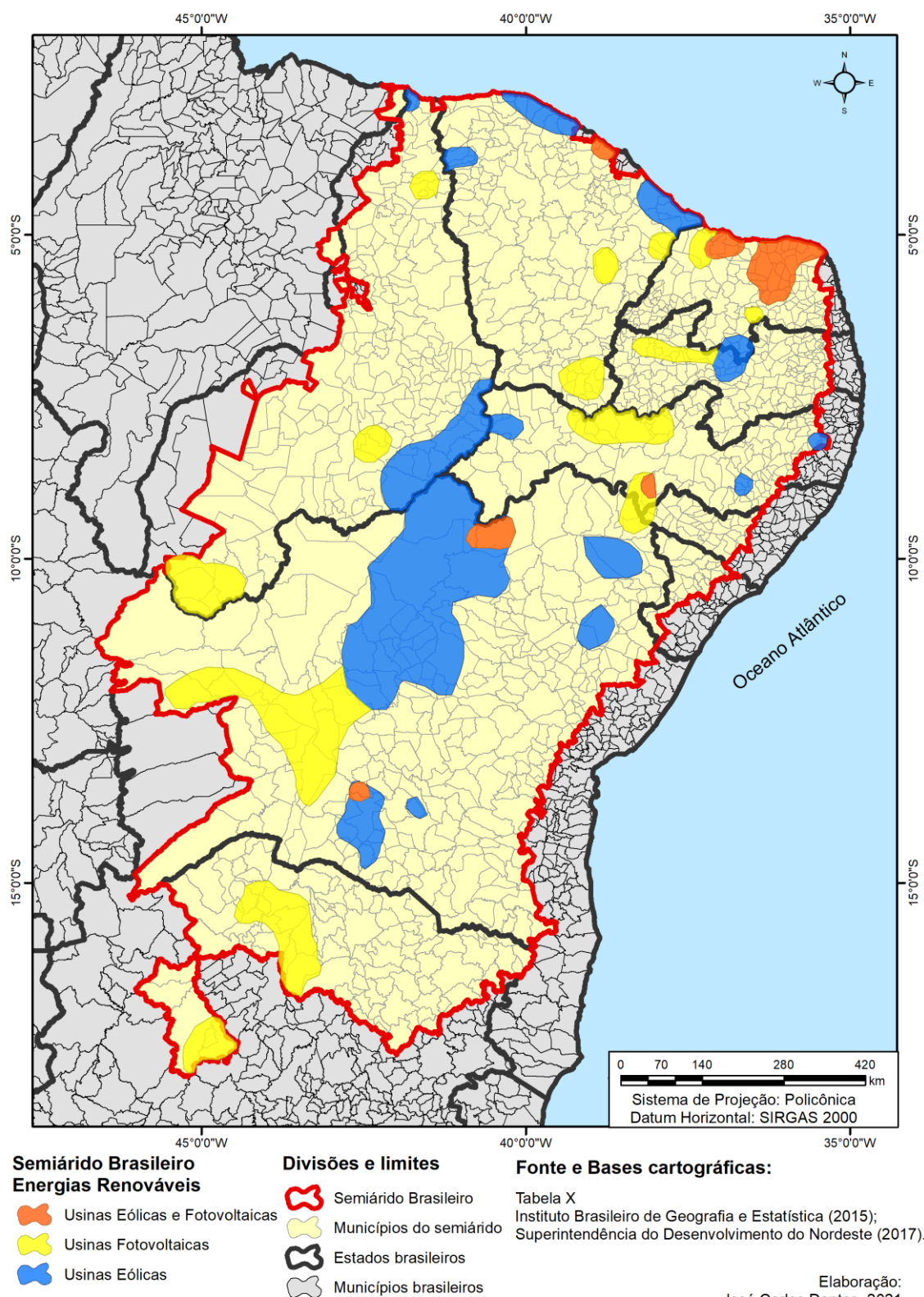
Unidade da Federação	Área	Posição Geográfica	Descrição	Fonte
Pernambuco	Polo Gesseiro do Araripe	Extremo Oeste Pernambucano	Extração de gipsita.	SANTOS e EL-DEIR, 2019; GRANJA et al. 2017; ANM, 2018
Alagoas	Projeto Serrote (municípios de Craíbas e Igaci)	Porção Central Alagoana	Extração de minério de cobre.	IMA, 2020
Bahia	Conjunto de municípios no entorno de Jacobina e Campo Formoso	Norte Baiano	Extração de diversos minérios, sendo os de maior expressão ouro, cobre, cromo e ferro.	RÊGO, 2018; ANTONINO, 2019; ANM, 2019
Bahia	Municípios de Barrocas, Nordestina e Santaluz	Nordeste Baiano	Extração predominante de diamante e ouro.	ANM, 2019; ANTONINO, 2019; FERNANDES et al. 2011
Bahia	Município de Vitória da Conquista	Sudeste Baiano	Extração de bentonita.	JESUS, 2012; ANM, 2019
Bahia	Área entre os municípios de Brumado, Caetité e Pindaí	Centro-Sul Baiano	Predomínio da extração de minério de ferro, magnesita e urânio.	ANTONINO, 2019; ANM, 2019

Unidade da Federação	Área	Posição Geográfica	Descrição	Fonte
Minas Gerais	Projeto Bloco 8	Norte Mineiro	Grande empreendimento para extração de minério de ferro, possuindo uma usina de tratamento do minério, barragens de água e rejeitos, adutoras de água e linhas de transmissão de energia elétrica. O complexo minerário está localizado no município de Grão Mogol, mas a área compreendida pelo projeto também inclui outros municípios no entorno.	OLIVEIRA, 2015; ANM, 2019; SEMAD, 2021
Minas Gerais	Município de Araçuaí	Norte Mineiro	Extração de lítio.	FERNANDES et al. 2011; ANM, 2019; SULZBACHER et al. 2020

Fonte: elaboração própria.

c) ENERGIAS ALTERNATIVAS

Figura 34. Principais áreas de expansão das energias alternativas no semiárido brasileiro



Fonte: elaboração própria.

Quadro 8. Descrição das principais áreas de expansão das energias alternativas no semiárido brasileiro

Unidade da Federação	Área	Posição Geográfica	Descrição	Fonte
Piauí	Municípios de Ilha Grande e Parnaíba	Extremo Norte Piauiense	Usinas Eólicas.	ANEEL, 2021
Piauí	Conjunto de municípios no entorno de São Francisco	Norte Piauiense	Usinas Fotovoltaicas.	ANEEL, 2021
Piauí	Área concomitante ao Projeto Planalto Piauí	Sudeste Piauiense	Usinas Eólicas.	ANEEL, 2021
Piauí	Município de São João do Piauí e entorno	Sudeste Piauiense	Usinas Fotovoltaicas.	ANEEL, 2021
Piauí	Porção do MATOPIBA	Extremo Sul Piauiense	Usinas Fotovoltaicas.	ANEEL, 2021
Ceará	Serra da Ibiapaba	Noroeste Cearense	Usinas Eólicas.	ANEEL, 2021
Ceará	Litoral oeste	Noroeste Cearense	Usinas Eólicas.	ANEEL, 2021
Ceará	Litoral metropolitano	Norte Cearense	Usinas Eólicas e Fotovoltaicas.	ANEEL, 2021
Ceará	Litoral leste	Nordeste Cearense	Usinas Eólicas.	ANEEL, 2021
Ceará	Baixo Rio Jaguaribe	Nordeste Cearense	Usinas Fotovoltaicas.	ANEEL, 2021
Ceará	Município de Jaguaratama	Centro-Leste Cearense	Usinas Fotovoltaicas.	ANEEL, 2021
Ceará	Chapada do Araripe	Sul Cearense	Usinas Fotovoltaicas.	ANEEL, 2021
Rio Grande do Norte	Município de Mossoró e entorno	Noroeste Potiguar	Usinas Fotovoltaicas.	ANEEL, 2021

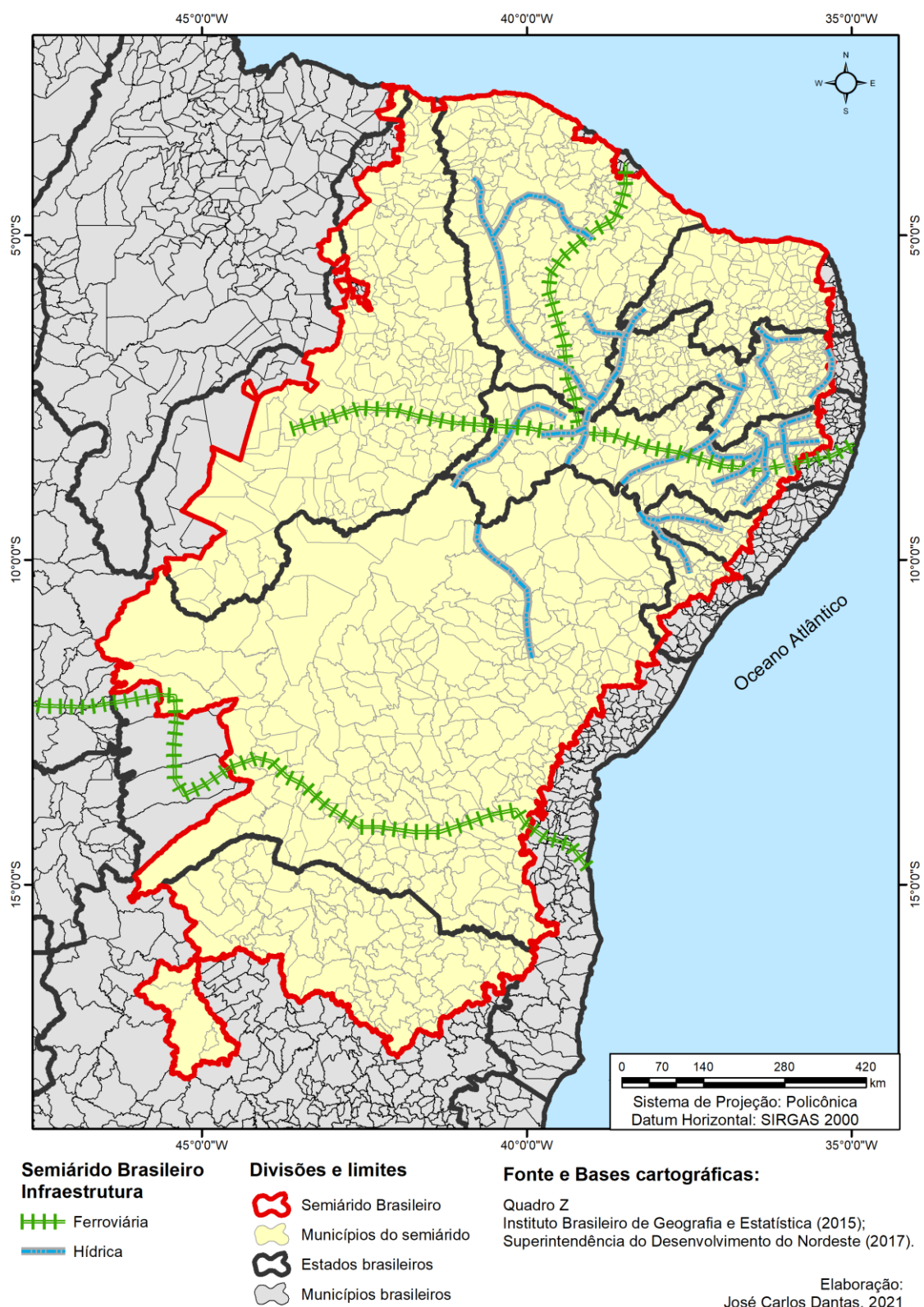
Unidade da Federação	Área	Posição Geográfica	Descrição	Fonte
Rio Grande do Norte	Conjunto de municípios no entorno de Serra do Mel	Noroeste Potiguar	Usinas Eólicas e Fotovoltaicas.	ANEEL, 2021
Rio Grande do Norte	Grande quantidade de municípios	Centro-Norte e Nordeste Potiguar	Usinas Eólicas e Fotovoltaicas.	ANEEL, 2021
Rio Grande do Norte	Municípios de Currais Novos e São Vicente	Porção Central Potiguar	Usinas Fotovoltaicas.	ANEEL, 2021
Rio Grande do Norte-Paraíba	Seridó Potiguar e Paraibano	Divisa entre os estados em suas respectivas porções centrais	Usinas Eólicas.	ANEEL, 2021
Paraíba	Sertão Paraibano	Oeste Paraibano	Usinas Fotovoltaicas.	ANEEL, 2021
Pernambuco	Município de Gravatá e entorno	Leste Pernambucano	Usinas Eólicas.	ANEEL, 2021
Pernambuco	Município de Caetés e entorno	Centro-Leste Pernambucano	Usinas Eólicas.	ANEEL, 2021
Pernambuco	Conjunto de municípios na divisa com a Paraíba e o Ceará	Porção Central Pernambucana	Usinas Fotovoltaicas.	ANEEL, 2021
Pernambuco	Município de Tacaratu	Porção Central Pernambucana	Usinas Eólicas e Fotovoltaicas.	ANEEL, 2021
Pernambuco	Município de Ouricuri e entorno	Extremo Leste Pernambucano	Usinas Eólicas.	ANEEL, 2021
Pernambuco-Alagoas-Bahia	Conjunto de municípios na divisa entre os três estados	Porção Central Pernambucana; Extremo Oeste Alagoano; Nordeste Baiano	Usinas Fotovoltaicas.	ANEEL, 2021

Unidade da Federação	Área	Posição Geográfica	Descrição	Fonte
Bahia	Municípios de Canudos e Jeremoabo	Nordeste Baiano	Usinas Eólicas.	ANEEL, 2021
Bahia	Municípios de Araci e Tucano	Nordeste Baiano	Usinas Eólicas.	ANEEL, 2021
Bahia	Municípios de Juazeiro e Sobradinho	Norte Baiano	Usinas Eólicas e Fotovoltaicas.	ANEEL, 2021
Bahia	Grande quantidade de municípios	Norte e Centro-Norte Baiano	Usinas Eólicas.	ANEEL, 2021
Bahia	Grande quantidade de municípios	Centro-Oeste Baiano	Usinas Fotovoltaicas.	ANEEL, 2021
Bahia	Municípios de Tanque Novo e Caetité	Centro-Sul Baiano	Usinas Eólicas e Fotovoltaicas.	ANEEL, 2021
Bahia	Conjunto de municípios no entorno de Caetité	Centro-Sul Baiano	Usinas Eólicas.	ANEEL, 2021
Bahia	Município de Dom Basílio	Centro-Sul Baiano	Usinas Eólicas.	ANEEL, 2021
Minas Gerais	Conjunto de municípios desde Itacarambi até Francisco Sá	Norte Mineiro	Usinas Fotovoltaicas.	ANEEL, 2021
Minas Gerais	Municípios de Buritizeiro, Pirapora e Várzea da Palma	Norte Mineiro	Usinas Fotovoltaicas.	ANEEL, 2021

Fonte: elaboração própria.

d) INFRAESTRUTURAS

Figura 35. Principais áreas de expansão das infraestruturas no semiárido brasileiro



Fonte: elaboração própria.

Quadro 9. Descrição das principais áreas de expansão das infraestruturas no semiárido brasileiro

Unidades da Federação	Infraestrutura	Posição Geográfica	Descrição	Fonte
Pernambuco-Paraíba	Projeto de Integração do rio São Francisco (PISF) - Eixo Leste	Porção Central Pernambucana	Canal com tomada de água no reservatório de Itaparica, município de Floresta (PE), e desague o açude Poções, município de Monteiro (PB). A partir daí a água do PISF percorre o rio Paraíba até os açudes Boqueirão, município homônimo, e Acauã, município de Aroeiras.	SEGUNDO NETO, 2016; BRASIL, 2004
Pernambuco	Ramal do Agreste	Centro-Leste Pernambucano	Canal secundário ao Eixo Leste do PISF com tomada de água no reservatório Barro Branco, município de Sertânia, e desague no reservatório Ipojuca, município de Arcoverde.	MIN, 2008

Unidades da Federação	Infraestrutura	Posição Geográfica	Descrição	Fonte
Pernambuco	Sistema Adutor do Agreste Pernambucano	Centro-Leste Pernambucano	Sistema de adutoras com captação de água no reservatório Ipojuca, município de Arcoverde, e distribuição em diversos municípios da região Agreste do estado. As águas desse sistema adutor provêm do Eixo Leste do PISF.	MIN, 2009
Paraíba	Canal Acauã-Araçagi	Leste Paraibano	Canal com tomada de água no açude Acauã, município de Aroeiras, e desague no rio Camaratuba, nas proximidades do município de Curral de Cima. As águas deste canal são provenientes do Eixo Leste do PISF com seu desague no açude Acauã através do rio Paraíba.	SEGUNDO NETO, 2016

Unidades da Federação	Infraestrutura	Posição Geográfica	Descrição	Fonte
Paraíba	Sistema Adutor Transparaíba	Porção Central Paraibana	Sistema de adutoras com captação nos açudes Poções (Trecho 01), município de Monteiro, e Boqueirão (Trecho 02 e 03), município homônimo. As águas deste sistema adutor provêm do Eixo Leste do PISF que desagua em ambos os açudes mencionados.	CAGEPA, 2018
Pernambuco-Ceará-Paraíba-Rio Grande do Norte	Projeto de Integração do rio São Francisco (PISF) - Eixo Norte	Oeste Pernambucano; Sul Cearense; Oeste Paraibano; Oeste Potiguar	Canal com tomada de água no rio São Francisco no município de Cabrobó (PE), e desague no açude Pau dos Ferros, município homônimo (RN). O final do Trecho II do Eixo Norte desagua no açude Engenheiro Ávidos, município de Cajazeiras (PB), e permite que as águas do PISF escoem através do rio Piranhas até o açude Armando Ribeiro	SEGUNDO NETO, 2016; BRASIL, 2004

Unidades da Federação	Infraestrutura	Posição Geográfica	Descrição	Fonte
			Gonçalves, município de Açu (RN). O Trecho III do canal capta água também do açude Engenheiro Ávidos e desagua no rio Salgado, nas proximidades do município de Icó (CE). Há ainda o Trecho VI que capta água no reservatório Mangueira, município de Salgueiro (PE), e desagua no açude Entremontes, município de Parnamirim (PE).	
Ceará	Cinturão das Águas do Ceará	Porções Sul, Oeste e Central Cearense	Conjunto de canais e adutoras com tomada de água na barragem Jati, município homônimo (CE), e com desague final em dois pontos: Ramal Oeste – captação no rio Acaraú, nas proximidades do município de Tamboril, e desague no rio Coreaú, nas proximidades do município de Coreaú; Ramal Leste – captação no rio Acaraú, nas proximidades do	SEPLAG, 2016

Unidades da Federação	Infraestrutura	Posição Geográfica	Descrição	Fonte
			município de Tamboril, e desague no rio Curu, nas proximidades do município de Quixadá.	
Pernambuco	Canal do Sertão Pernambucano	Extremo Oeste Pernambucano	Canal com tomada na barragem de Sobradinho, município de Casa Nova (BA), e desague em algum ponto no município de Serrita (PE).	CODEVASF, 2018
Bahia	Canal do Sertão Baiano	Norte Baiano	Canal com tomada de água na barragem de Sobradinho, município de Casa Nova, e desague na barragem de São José do Jacuípe, município homônimo.	MOLINAS, 2019
Alagoas	Canal do Sertão Alagoano	Oeste Alagoano	Canal com tomada de água no reservatório Moxotó, município de Delmiro Gouveia, e desague em algum ponto no município de Craíbas.	SEPLAG, 2017
Bahia-Sergipe	Canal de Xingó	Nordeste Baiano; Noroeste Sergipano	Canal com tomada de água na barragem de Paulo Afonso, município homônimo	CODEVASF, 2018

Unidades da Federação	Infraestrutura	Posição Geográfica	Descrição	Fonte
			(BA), e desagüe no reservatório R-5, município de Poço Redondo (SE).	
Piauí-Ceará-Pernambuco	Ferrovia Transnordestina	Sudeste Piauiense; Porção Central Cearense no sentido N-S; Porção Central Pernambucana no sentido O-L	Ferrovia ligando o município de Eliseu Martins (PI) aos portos de Pecém, município de São Gonçalo do Amarante (CE), e Suape, município de Ipojuca (PE).	MACHADO, 2016
Bahia-Tocantins	Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL)	Toda a porção Sul Baiana no sentido L-O; Sul Tocantinense	Ferrovia ligando o porto de Ilhéus, município homônimo (BA), ao município de Figueirópolis (TO).	ANTT, 2020

Fonte: elaboração própria.

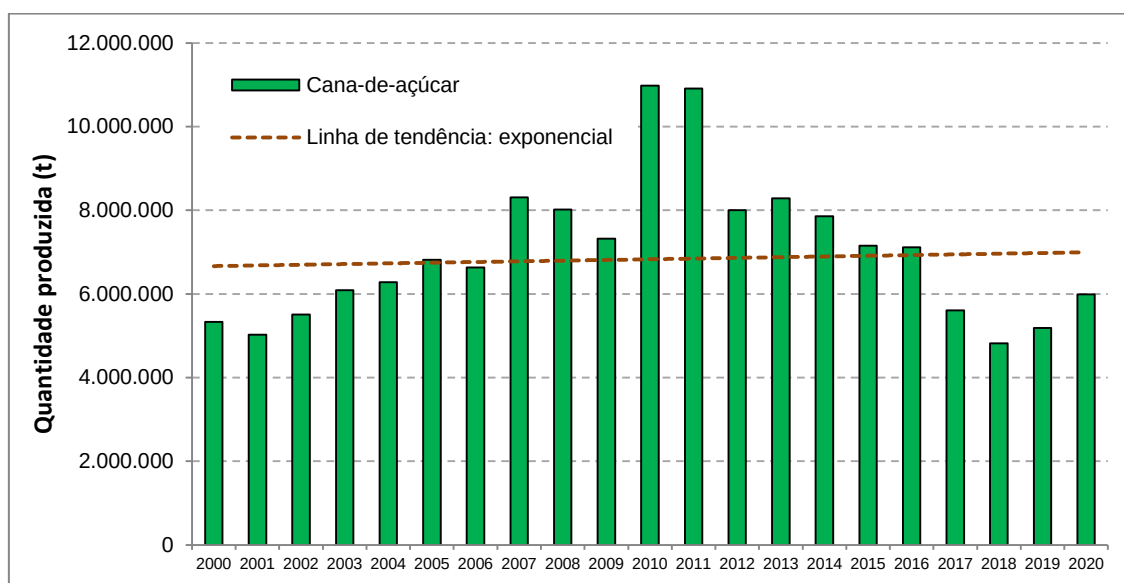
APÊNDICE III

Produção representativa do agronegócio no semiárido brasileiro no século XXI

a) Principais culturas agrícolas comerciais do semiárido brasileiro entre 2000 e 2020: dados da Produção Agrícola Municipal (PAM)

CULTURAS TEMPORÁRIAS

Figura 36. Produção de cana-de-açúcar no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020

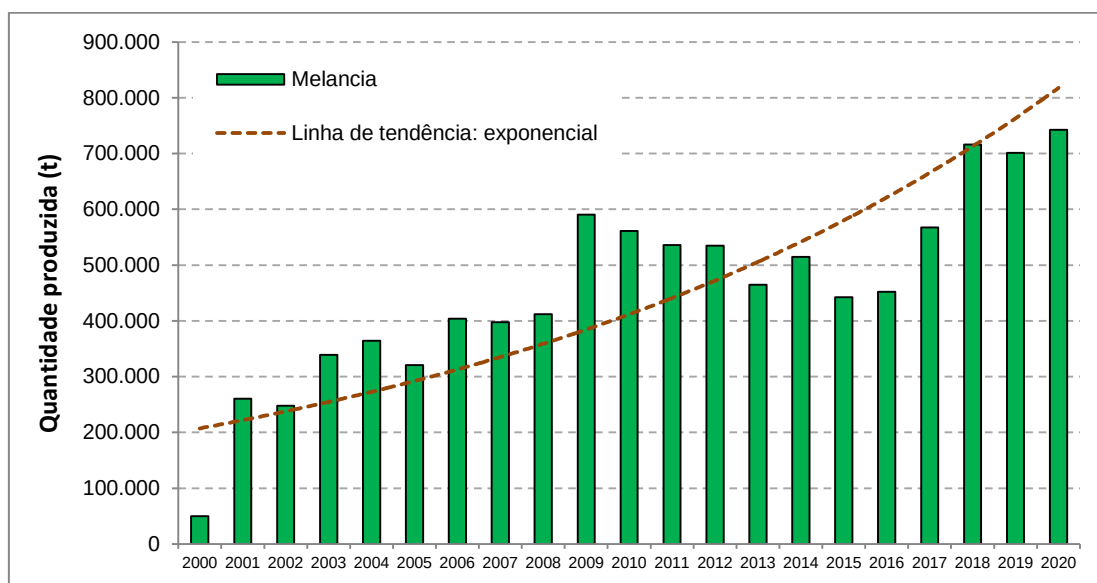


Fonte: PAM (2021a).

Quadro 10. Maiores produtores de cana-de-açúcar no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020

Ordem	Município	Unidade da Federação	Quantidade produzida (t)
1º	Juazeiro	Bahia	31.602.102
2º	Jaíba	Minas Gerais	9.884.781
3º	São Benedito	Ceará	4.310.247
4º	José de Freitas	Piauí	3.704.104
5º	Taipu	Rio Grande do Norte	3.317.920
6º	Teresina	Piauí	3.097.766
7º	Brejinho	Rio Grande do Norte	2.933.897
8º	Ibiapina	Ceará	2.899.593
9º	Sairé	Pernambuco	2.877.725
10º	Rio Pardo de Minas	Minas Gerais	2.262.360

Fonte: PAM (2021a).

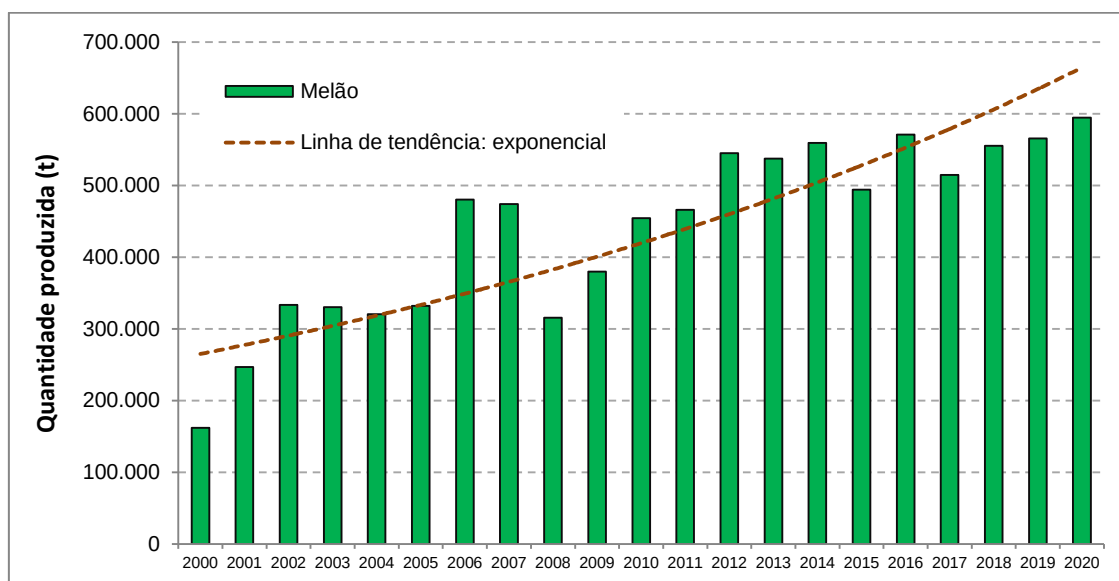
Figura 37. Produção de melancia no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020

Fonte: PAM (2021a).

Quadro 11. Maiores produtores de melancia no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020

Ordem	Município	Unidade da Federação	Quantidade produzida (t)
1º	Baraúna	Rio Grande do Norte	1.049.095
2º	Mossoró	Rio Grande do Norte	621.145
3º	Inajá	Pernambuco	548.875
4º	Serra do Mel	Rio Grande do Norte	495.100
5º	Juazeiro	Bahia	385.023
6º	Santa Maria da Boa Vista	Pernambuco	358.729
7º	Tucano	Bahia	317.340
8º	Iaçu	Bahia	224.198
9º	Casa Nova	Bahia	186.182
10º	Curaçá	Bahia	179.477

Fonte: PAM (2021a).

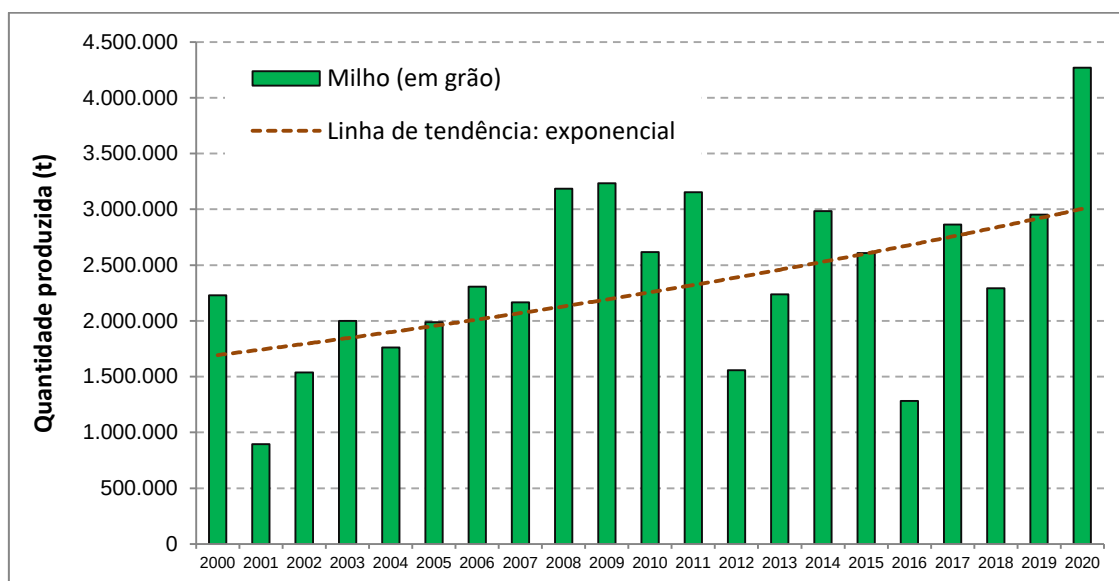
Figura 38. Produção de melão no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020

Fonte: PAM (2021a).

Quadro 12. Maiores produtores de melão no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020

Ordem	Município	Unidade da Federação	Quantidade produzida (t)
1º	Mossoró	Rio Grande do Norte	2.960.283
2º	Baraúna	Rio Grande do Norte	1.004.059
3º	Quixeré	Ceará	827.642
4º	Icapuí	Ceará	779.711
5º	Aracati	Ceará	619.545
6º	Tibau	Rio Grande do Norte	342.470
7º	Juazeiro	Bahia	332.988
8º	Ribeira do Amparo	Bahia	205.823
9º	Canto do Buriti	Piauí	202.820
10º	Limoeiro do Norte	Ceará	175.871

Fonte: PAM (2021a).

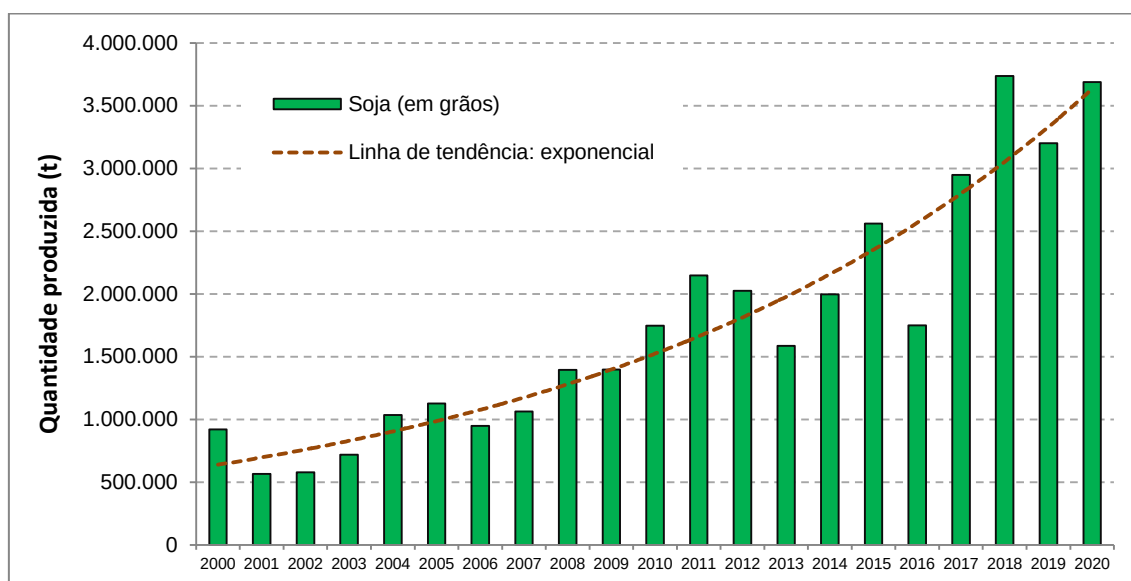
Figura 39. Produção de milho no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020

Fonte: PAM (2021a).

Quadro 13. Maiores produtores de milho no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020

Ordem	Município	Unidade da Federação	Quantidade produzida (t)
1º	Barreiras	Bahia	3.916.900
2º	Formosa do Rio Preto	Bahia	3.741.309
3º	Simão Dias	Sergipe	2.093.647
4º	Paripiranga	Bahia	2.011.687
5º	Carira	Sergipe	1.861.939
6º	Adustina	Bahia	1.577.979
7º	Riachão das Neves	Bahia	1.372.206
8º	Bom Jesus	Piauí	1.055.212
9º	Frei Paulo	Sergipe	870.607
10º	Currais	Piauí	741.004

Fonte: PAM (2021a).

Figura 40. Produção de soja no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020

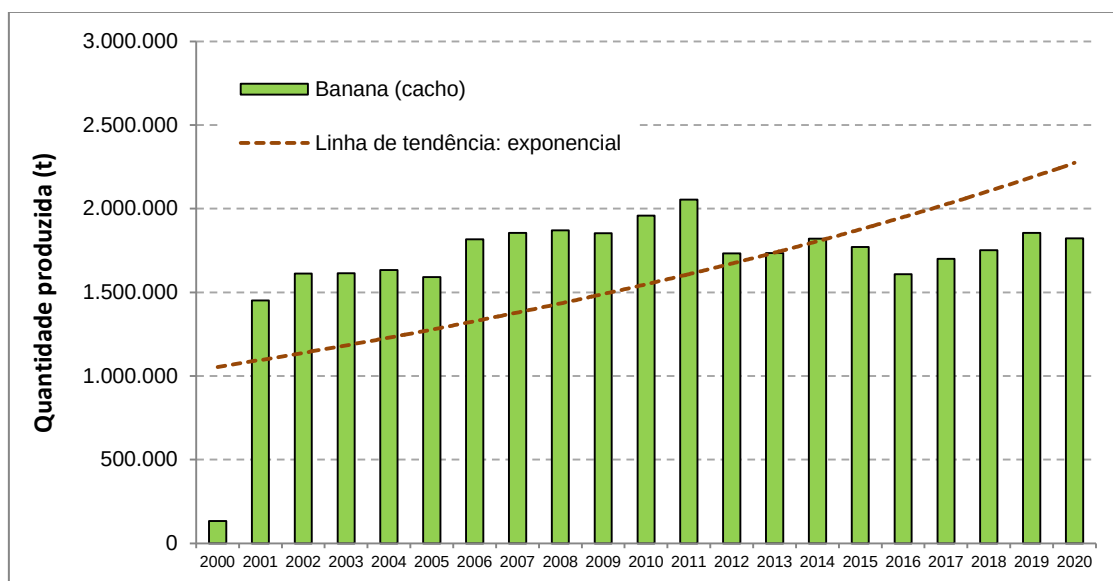
Fonte: PAM (2021a).

Quadro 14. Maiores produtores de soja no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020

Ordem	Município	Unidade da Federação	Quantidade produzida (t)
1º	Formosa do Rio Preto	Bahia	15.496.169
2º	Barreiras	Bahia	9.134.373
3º	Riachão das Neves	Bahia	4.849.749
4º	Bom Jesus	Piauí	2.119.684
5º	Currais	Piauí	1.081.331
6º	Buritizinho	Minas Gerais	904.197
7º	Sebastião Leal	Piauí	669.180
8º	Cocos	Bahia	639.585
9º	Baianópolis	Bahia	566.939
10º	Palmeira do Piauí	Piauí	376.416

Fonte: PAM (2021a).

CULTURAS PERMANENTES

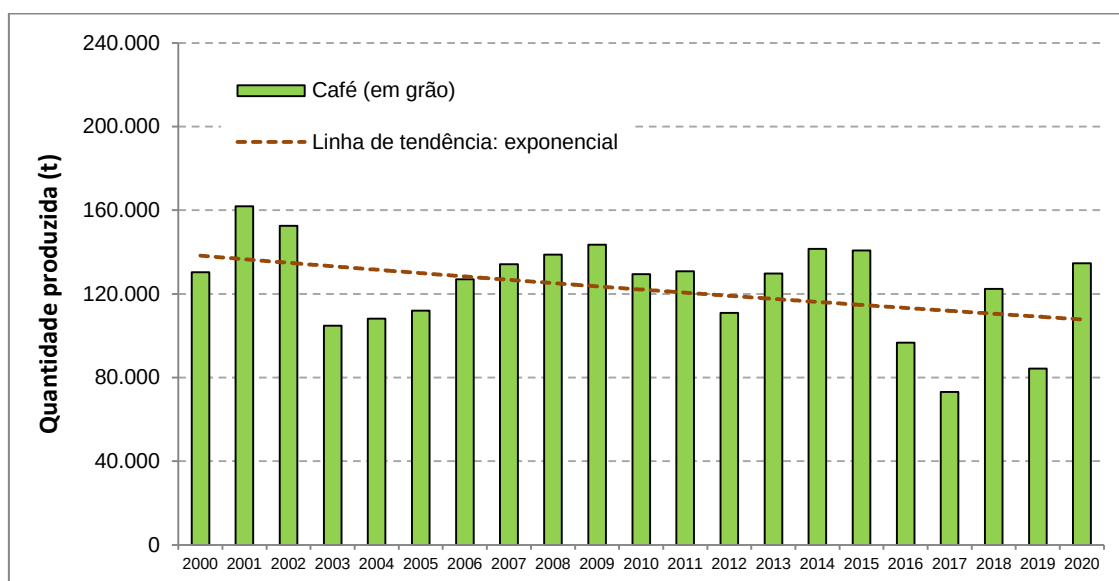
Figura 41. Produção de banana no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020

Fonte: PAM (2021b).

Quadro 15. Maiores produtores de banana no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020

Ordem	Município	Unidade da Federação	Quantidade produzida (t)
1º	Bom Jesus da Lapa	Bahia	2.416.539
2º	Jaíba	Minas Gerais	1.785.483
3º	Santa Maria da Boa Vista	Pernambuco	955.122
4º	Janaúba	Minas Gerais	911.746
5º	Alagoa Nova	Paraíba	890.270
6º	Petrolina	Pernambuco	841.050
7º	Nova Porteirinha	Minas Gerais	802.447
8º	Ipanguaçu	Rio Grande do Norte	689.577
9º	Barra do Choça	Bahia	675.620
10º	Limoeiro do Norte	Ceará	675.494

Fonte: PAM (2021b).

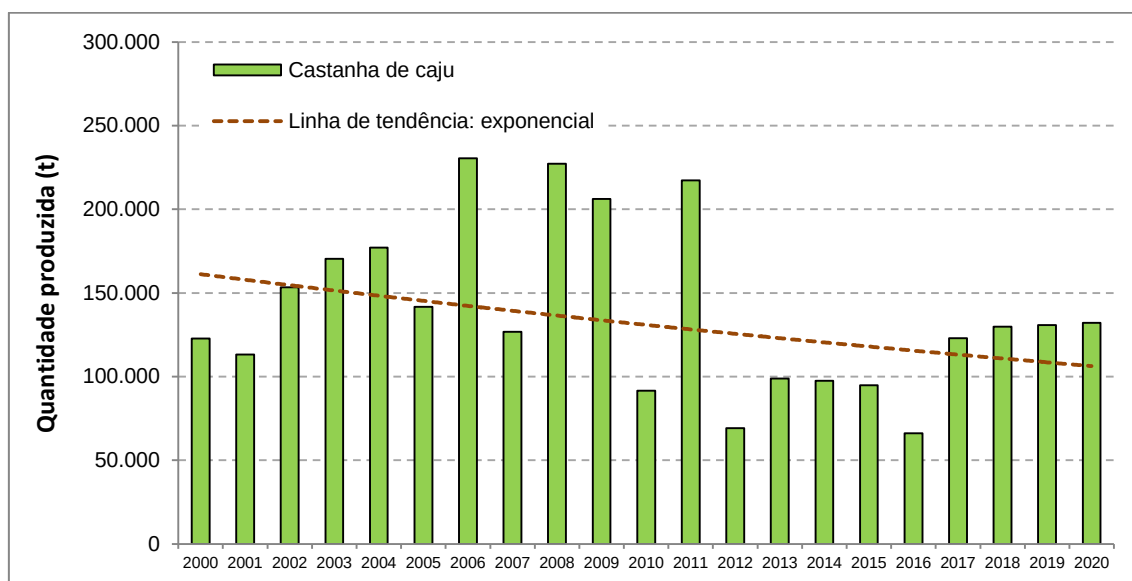
Figura 42. Produção de café no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020

Fonte: PAM (2021b).

Quadro 16. Maiores produtores de café no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020

Ordem	Município	Unidade da Federação	Quantidade produzida (t)
1º	Barra do Choça	Bahia	433.980
2º	Barreiras	Bahia	208.712
3º	Bonito	Bahia	158.801
4º	Vitória da Conquista	Bahia	143.530
5º	Barra da Estiva	Bahia	141.414
6º	Bom Jesus da Lapa	Bahia	130.343
7º	Mucugê	Bahia	109.625
8º	Ibicoara	Bahia	107.598
9º	Encruzilhada	Bahia	106.310
10º	Jaíba	Minas Gerais	97.506

Fonte: PAM (2021b).

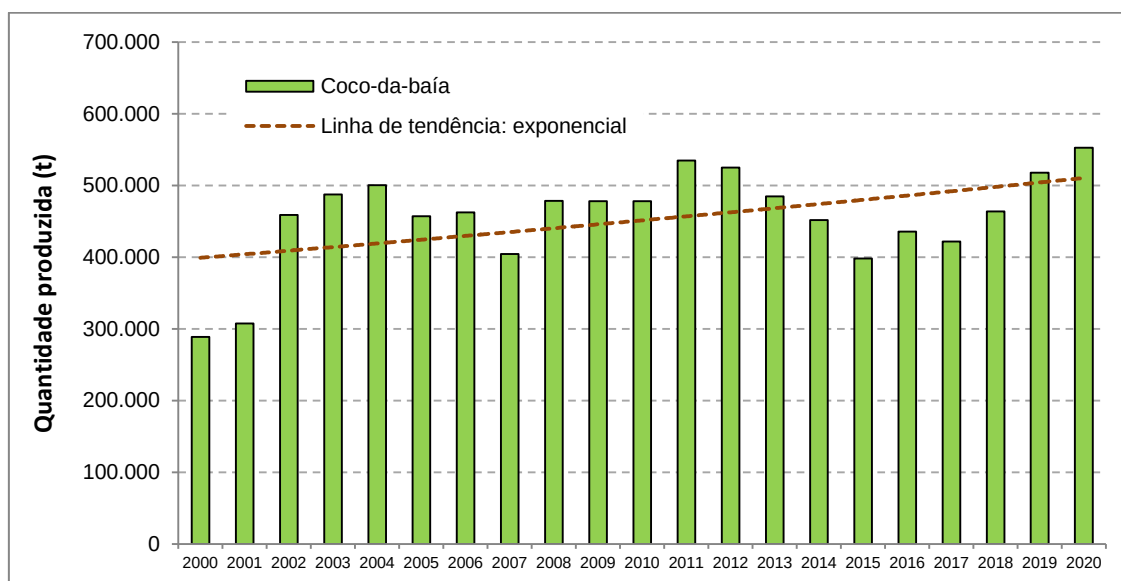
Figura 43. Produção de castanha de caju no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020

Fonte: PAM (2021b).

Quadro 17. Maiores produtores de castanha de caju no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020

Ordem	Município	Unidade da Federação	Quantidade produzida (t)
1º	Beberibe	Ceará	132.673
2º	Serra do Mel	Rio Grande do Norte	126.660
3º	Bela Cruz	Ceará	126.392
4º	Pio IX	Piauí	116.975
5º	Chorozinho	Ceará	85.158
6º	Ocara	Ceará	82.906
7º	Cascavel	Ceará	82.379
8º	Macaíba	Rio Grande do Norte	66.373
9º	Pacajus	Ceará	61.383
10º	Icapuí	Ceará	54.789

Fonte: PAM (2021b).

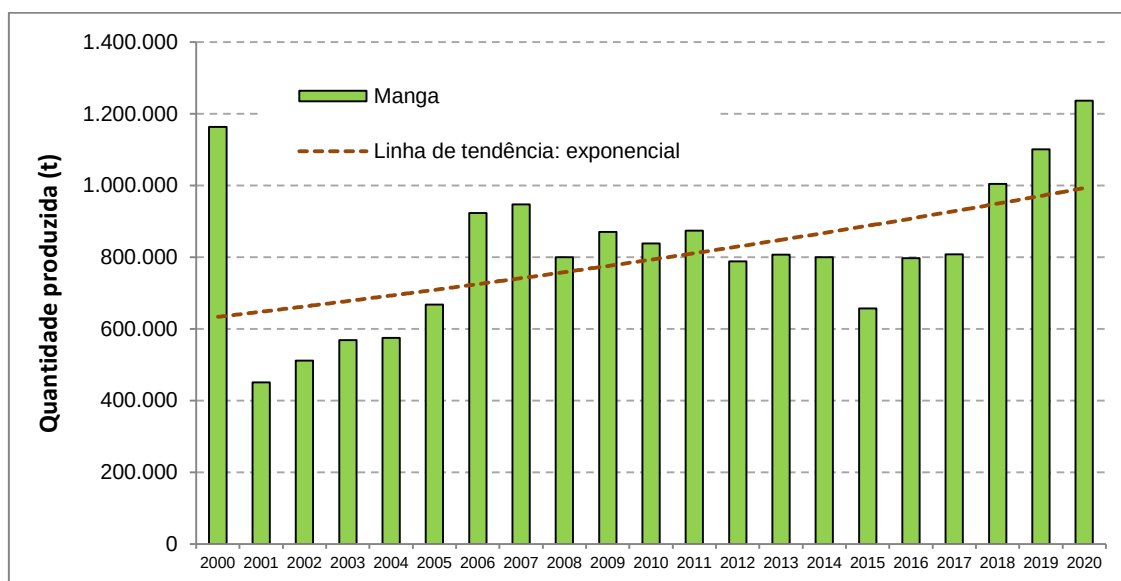
Figura 44. Produção de coco-da-baía no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020

Fonte: PAM (2021b).

Quadro 18. Maiores produtores de coco-da-baía no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020

Ordem	Município	Unidade da Federação	Quantidade produzida (t)
1º	Petrolina	Pernambuco	1.021.500
2º	Juazeiro	Bahia	628.677
3º	Trairi	Ceará	627.213
4º	Rodelas	Bahia	528.590
5º	Touros	Rio Grande do Norte	461.288
6º	Acaraú	Ceará	397.276
7º	Itarema	Ceará	383.144
8º	Sousa	Paraíba	346.420
9º	Petrolândia	Pernambuco	324.107
10º	Beberibe	Ceará	288.789

Fonte: PAM (2021b).

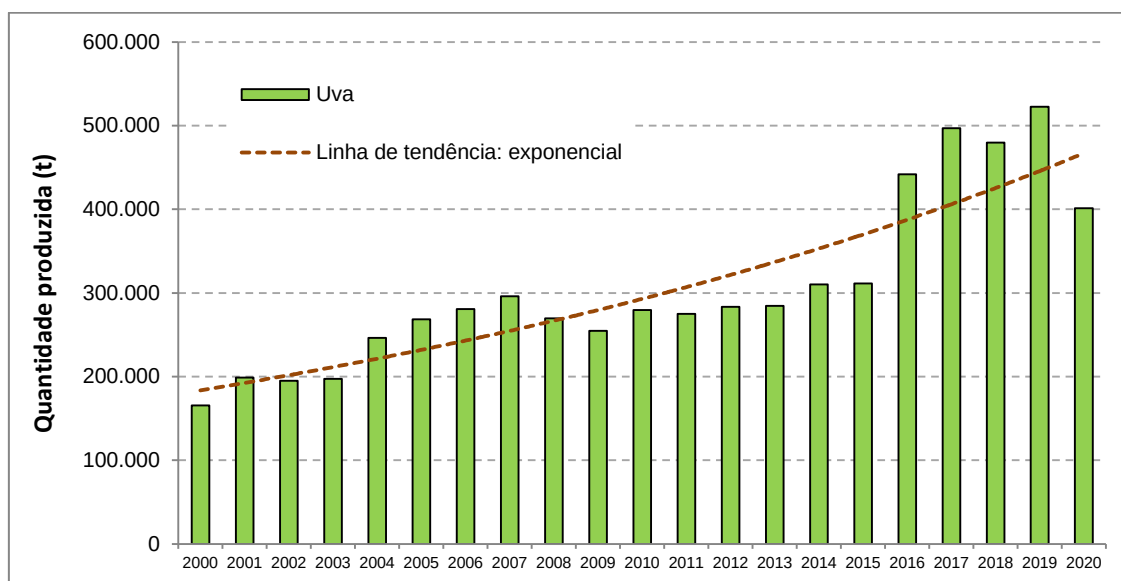
Figura 45. Produção de manga no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020

Fonte: PAM (2021b).

Quadro 19. Maiores produtores de manga no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020

Ordem	Município	Unidade da Federação	Quantidade produzida (t)
1º	Petrolina	Pernambuco	3.760.750
2º	Juazeiro	Bahia	3.460.076
3º	Livramento de Nossa Senhora	Bahia	1.394.630
4º	Casa Nova	Bahia	1.091.761
5º	Dom Basílio	Bahia	540.248
6º	Santa Maria da Boa Vista	Pernambuco	440.318
7º	Curaçá	Bahia	368.015
8º	Belém do São Francisco	Pernambuco	346.675
9º	Ipanguaçu	Rio Grande do Norte	252.311
10º	Sento Sé	Bahia	209.277

Fonte: PAM (2021b).

Figura 46. Produção de uva no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020

Fonte: PAM (2021b).

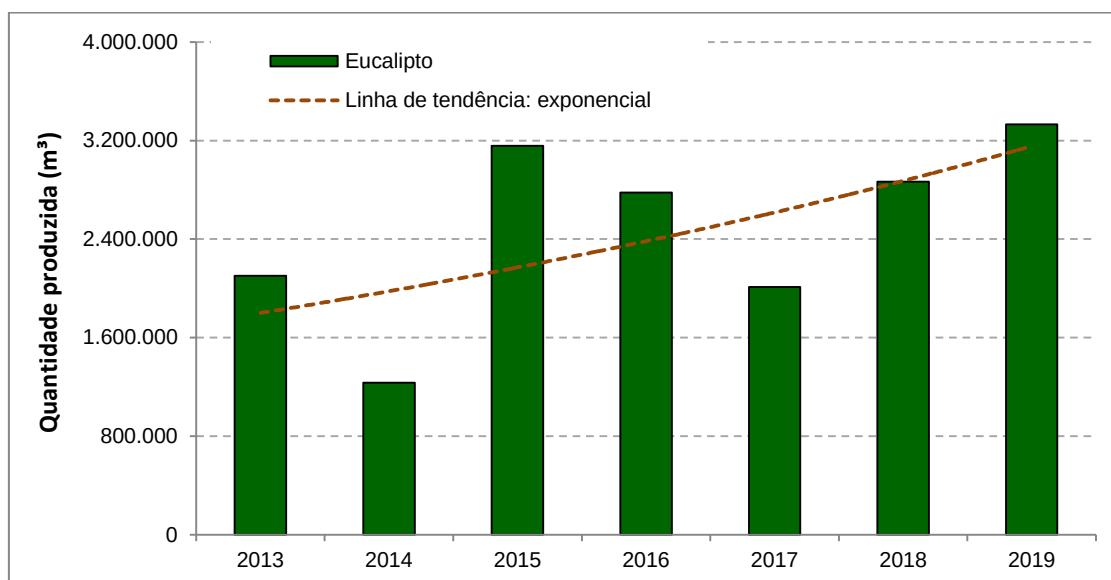
Quadro 20. Maiores produtores de uva no semiárido brasileiro entre 2000 e 2020

Ordem	Município	Unidade da Federação	Quantidade produzida (t)
1º	Petrolina	Pernambuco	3.404.081
2º	Juazeiro	Bahia	1.082.682
3º	Lagoa Grande	Pernambuco	807.000
4º	Casa Nova	Pernambuco	506.715
5º	Santa Maria da Boa Vista	Pernambuco	306.398
6º	Curaçá	Bahia	107.659
7º	Livramento de Nossa Senhora	Bahia	99.750
8º	Pirapora	Minas Gerais	85.048
9º	Sento Sé	Bahia	73.168
10º	Dom Basílio	Bahia	45.000

Fonte: PAM (2021b).

b) Produção de eucalipto no semiárido brasileiro entre 2013 e 2019: dados da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS)*

Figura 47. Produção de eucalipto no semiárido brasileiro entre 2013 e 2019



*Os dados dizem respeito ao resultado total da soma das seguintes variáveis da produção de silvicultura: Lenha de eucalipto, Madeira em tora de eucalipto para papel e celulose e Madeira em tora de eucalipto para outras finalidades.

Fonte: PEVS (2021).

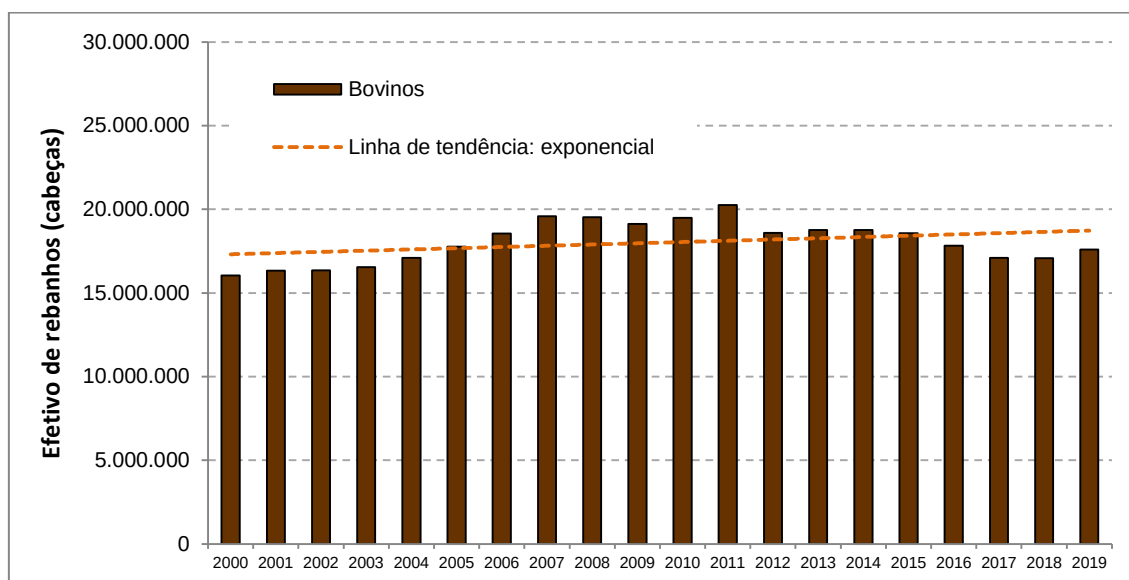
Quadro 21. Maiores produtores de eucalipto no semiárido brasileiro entre 2013 e 2019

Ordem	Município	Unidade da Federação	Quantidade produzida (m³)
1º	Grão Mogol	Minas Gerais	2.551.670
2º	Inhambupe	Bahia	2.075.813
3º	São João do Paraíso	Minas Gerais	825.996
4º	Buritizinho	Minas Gerais	799.437
5º	Águas Vermelhas	Minas Gerais	740.022
6º	Padre Carvalho	Minas Gerais	668.591
7º	Taiobeiras	Minas Gerais	652.310
8º	Riacho dos Machados	Minas Gerais	648.432
9º	Josenópolis	Minas Gerais	604.243
10º	Rio Pardo de Minas	Minas Gerais	493.716

Fonte: PEVS (2021).

c) Principais produções pecuárias comerciais do semiárido brasileiro entre 2000 e 2019: dados da Produção Pecuária Municipal (PPM)

Figura 48. Efetivo de bovinos no semiárido brasileiro entre 2000 e 2019

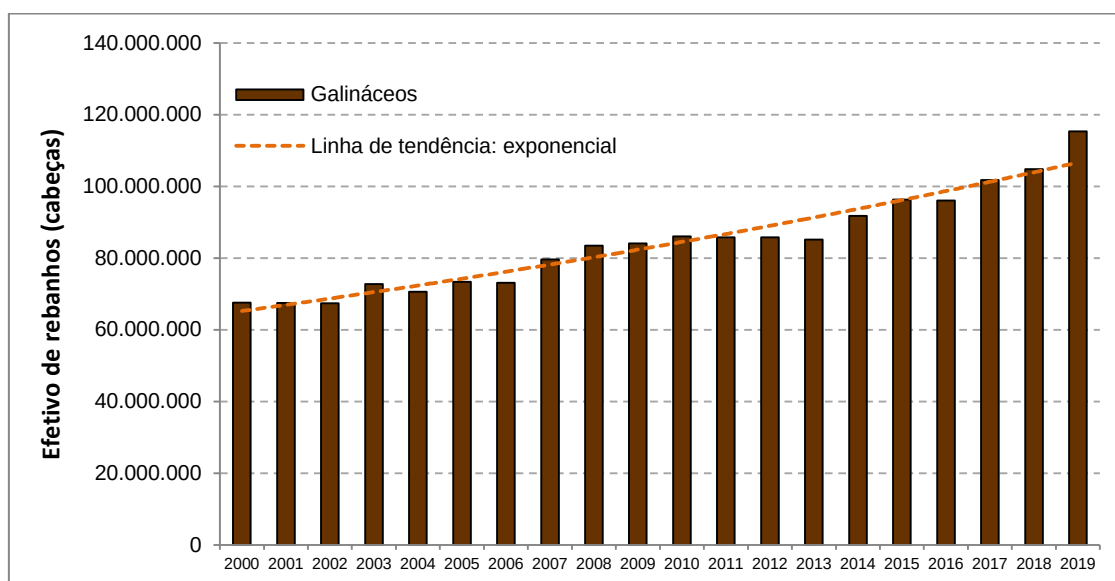


Fonte: PPM (2021a).

Quadro 22. Maiores efetivos bovinos no semiárido brasileiro entre 2000 e 2019

Ordem	Município	Unidade da Federação	Efetivo de rebanhos (cabeças)
1º	Itarantim	Bahia	2.570.043
2º	Francisco Sá	Minas Gerais	2.467.027
3º	Itambé	Bahia	2.456.900
4º	São Francisco	Minas Gerais	2.415.987
5º	Itapetinga	Bahia	2.394.569
6º	Vitória da Conquista	Bahia	2.385.936
7º	Ipirá	Bahia	2.110.299
8º	Buritizinho	Minas Gerais	2.042.239
9º	Wanderley	Bahia	1.979.175
10º	São João da Ponte	Minas Gerais	1.933.572

Fonte: PPM (2021a).

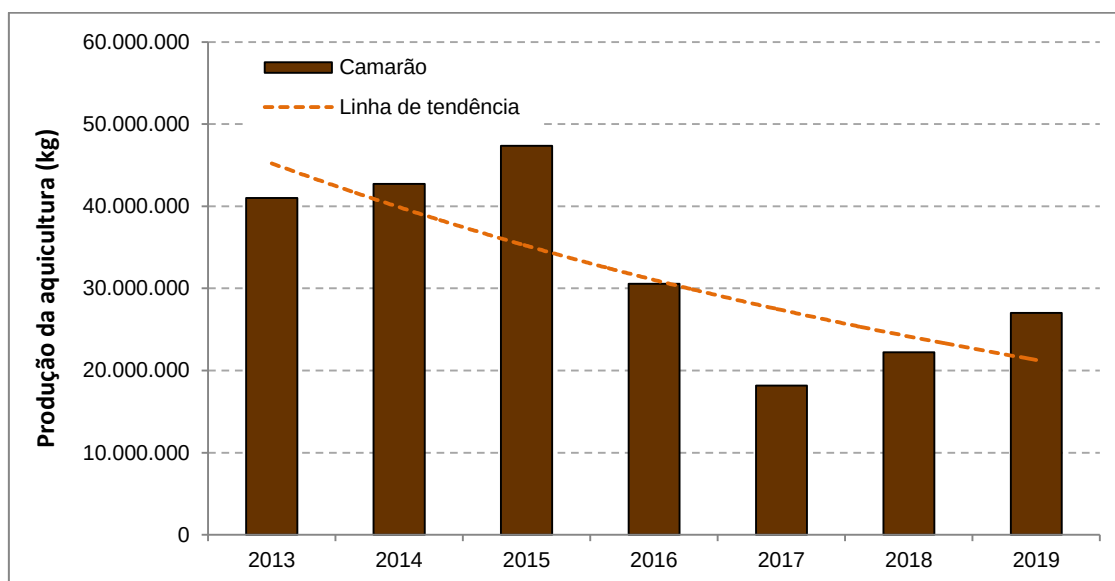
Figura 49. Efetivo de galináceos no semiárido brasileiro entre 2000 e 2019

Fonte: PPM (2021a).

Quadro 23. Maiores efetivos de galináceos no semiárido brasileiro entre 2000 e 2019

Ordem	Município	Unidade da Federação	Efetivo de rebanhos (cabeças)
1º	São Bento do Una	Pernambuco	109.935.479
2º	Quixadá	Ceará	57.373.138
3º	Teresina	Piauí	57.028.684
4º	Barreiras	Bahia	43.899.040
5º	Feira de Santana	Bahia	43.660.970
6º	Horizonte	Ceará	33.672.683
7º	Beberibe	Ceará	30.407.311
8º	Arapiraca	Alagoas	27.715.655
9º	Vitória da Conquista	Bahia	25.129.074
10º	Cascavel	Ceará	24.158.558

Fonte: PPM (2021a).

Figura 50. Produção de camarão no semiárido brasileiro entre 2013 e 2019

Fonte: PPM (2021b).

Quadro 24. Maiores produtores de camarão no semiárido brasileiro entre 2013 e 2019

Ordem	Município	Unidade da Federação	Produção da aquicultura (kg)
1º	Aracati	Ceará	45.724.768
2º	Acaraú	Ceará	23.063.177
3º	Jaguaruana	Ceará	18.515.808
4º	Mossoró	Rio Grande do Norte	16.495.779
5º	Beberibe	Ceará	15.760.652
6º	Camocim	Ceará	13.965.794
7º	Pendências	Rio Grande do Norte	12.585.844
8º	Fortim	Ceará	10.902.670
9º	Luís Correia	Piauí	7.902.731
10º	Amontada	Ceará	7.117.660

Fonte: PPM (2021b).